

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Adriano José Rossetto Júnior

**COPA DO MUNDO FIFA - BRASIL 2014: REALIDADES, MITOS E LEGADOS NA
CIDADE DE SÃO PAULO**

Doutorado em Ciências Sociais

**São Paulo
2016**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriano José Rossetto Júnior

**COPA DO MUNDO FIFA - BRASIL 2014: REALIDADES, MITOS E LEGADOS NA
CIDADE DE SÃO PAULO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Marisa do Espírito Santo Borin.

**São Paulo
2016**

ADRIANO JOSÉ ROSSETTO JUNIOR

COPA DO MUNDO FIFA - BRASIL 2014: REALIDADES, MITOS E LEGADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Ciências Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Marisa do Espírito Santo Borin.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marisa do Espírito Santo Borin
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco
Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva
Universidade São Judas Tadeu

Prof^a. Dr^a. Dra. Lucia Maria Machado Bóguus
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Maura Pardini Bicudo Véras
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Dedico esta tese a minha amada filha Maria, que nasceu em meio ao processo de elaboração desta pesquisa – singela forma de compensar meus momentos de ausência nas suas brincadeiras e travessuras, que tanto alegram nossas vidas.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de estudo/pesquisa, a partir de agosto de 2013, que permitiu uma maior dedicação à pesquisa.

Agradecimentos

Seria impossível realizar este trabalho sem a colaboração, apoio e paciência de muitas pessoas, e, sem dúvida, foram várias pessoas que contribuíram para a conclusão desta pesquisa, a quem manifesto a minha enorme gratidão e admiração pela ajuda e parceria neste estudo, como, também, em outros trabalhos realizados pela vida:

a Deus que nos ilumina, nos guia e nos protege para continuarmos a trilhar nosso penoso, contudo gratificante caminho, de pesquisador, pai, cidadão, homem... A quem sempre recorremos nos momentos de angústia;

a minha esposa Cláudia, grande parceira nesta realização que, nos momentos mais difíceis, não me deixou esmorecer, com sua ajuda, compreensão e amor, assumindo as responsabilidades e cuidado da casa, filha, etc. Essas atitudes me possibilitaram dedicar-me integralmente à pesquisa. Serei sempre grato a tudo.

à professora Dra. Marisa do Espírito Santo Borin, orientadora e mestre que, com seu exemplo e sabedoria de experiente pesquisadora, nos momentos de indecisão e dificuldade, me encorajou a seguir não pelo caminho mais fácil, mas o do aprendizado, do conhecimento e do crescimento necessários ao pesquisador e ao homem comprometido com a sua formação e desenvolvimento, pois acreditou que pelo meu trabalho e esforço, superaria as dificuldades.

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial à professora Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho que, no início da jornada, confiou em mim no cumprimento das exigências do grupo de pesquisa sobre o legado da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 e do programa de pós-graduação;

à professora Dra. Maura Pardini Bicudo Véras que, com seus grandes e belos ensinamentos, facilitou o entendimento dos clássicos da sociologia, fundamentais para a pesquisa científica em Ciências Sociais;

ao professor Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco e à profa. Dra. Lucia Maria Machado Bóguis, pelas relevantes e imprescindíveis observações e orientações no exame de qualificação, que contribuíram muito para a melhora e finalização da pesquisa;

aos meus queridos pais Adriano e Yvone, que possibilitaram toda uma estrutura, que, muitas vezes, passa despercebido, como uma comidinha, ir ao banco, arrumar o carro, tirar xerox, e principalmente pelo apoio de sempre, pelas palavras de consolo e incentivo;

aos meus filhos Antonietta e Giuseppe pela paciência e compreensão com minha ausência em suas vidas por alguns momentos importantes;

a minha avó, Hermelinda (*in memorian*) que, através de suas atitudes, me ensinou a nunca desistir e sempre lutar pelo que se quer – sou grato por tudo que fez por mim;

ao professor Dr. Mauro Mattos (*in memorian*), que pelo exemplo de profissional e homem, no seu trabalho e nas relações com as pessoas próximas, adquiriu meu respeito e admiração;

à professora Dra. Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva que, desde a graduação, sempre se mostrou como exemplo de educadora e profissional – no período do doutorado, tanto como professora ou colega de profissão, ajudou-me muito no desenvolvimento da pesquisa, com indicações e conselhos preciosos;

ao Rodrigo Paiva, amigo, que foi o primeiro a incentivar a retomada dos estudos acadêmicos e motivou a entrada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Também, pelas discussões sociológicas, elaboração dos artigos e por compartilhar das alegrias e angústias dessa jornada. Valeu a parceria nos textos, congressos e reflexões.

aos colegas do Programa, com quem partilhei as realizações e problemas durante a jornada acadêmica do doutorado, em particular ao Carlos, Marina, Patrícia e Rodrigo, os quais foram parceiros nos estudos;

a Carol, com sua fundamental cooperação na revisão do texto e no apoio às decisões;

especialmente, a Marina pela paciência e dedicação na avaliação dos meus escritos;

aos coordenadores, subcoordenadores e professores do Instituto Esporte e Educação com quem trabalhei durante todo o percurso da elaboração desta tese. Com vocês, aprendi e aprendo muito a tarefa e a paciência de educar e ensinar as crianças e professores de todo o Brasil. A minha admiração a Abel, Adriana, Alexandre, Ana Moser, Amauri, Arlinda, Bethânia, Caio, Camelo, Celiane, Cibele, Cibelle, Cris, Edilene, Everaldo, Fábio, Fabrício, Igor, Isabel, Josemar, Leonardo, Leontine, Luciana, Marta, Mamel, Manu, Natália, Pedro, Raquel e Robson que, nesses últimos anos, me ajudaram compreendendo o momento por que eu passava, alterando horários, cobrindo as ausências, tendo paciência, entre outras colaborações.

À PUC/SP, em virtude de disponibilizar e de possibilitar toda estrutura para a realização do estudo.

Um desporto sem filosofia criará bestas esplêndidas, mas não formará homens. É tempo de, também na educação física nacional, mais especificamente no desporto, aparecerem alguns que pensem aquilo que os outros vivem, não só como aquisição de conhecimento, mas como valorização do fenômeno desportivo e jerarquiação da vida
(MANUEL SÉRGIO, 1974, p.53).

Resumo

Os megaeventos esportivos são, em princípio, descritos como uma oportunidade para estimular e alavancar o esporte no país – uma janela de oportunidades para o desenvolvimento esportivo. Nesse sentido, inclui-se o esporte educacional, assegurando o direito da prática esportiva a todos os cidadãos, conforme promulga a Constituição Nacional de 1988. O objetivo desta tese é avaliar o legado da Copa do Mundo FIFA 2014 para o esporte educacional, na cidade de São Paulo, identificando, mapeando, analisando e classificando as políticas públicas, os programas e projetos esportivos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de São Paulo (SEME). A pesquisa empregou a abordagem qualitativa de estudo de caso, escolhendo o esporte educacional na cidade de São Paulo como objeto. Inicialmente, empreendeu-se revisão bibliográfica nas teorias sociológicas de Norbert Elias e de Pierre Bourdieu e seus nexos com a sociologia do esporte, nos estudos sobre legados dos megaeventos esportivos de Preuss e na teoria de Marx sobre a relação do esporte como mercadoria. Posteriormente, realizou-se análise documental, em busca de fontes primárias, debruçando-se sobre as Diretrizes e Leis Orçamentárias da Cidade e documentos da SEME para analisar os orçamentos, programas, projetos e eventos esportivos realizados pela SEME em São Paulo, das gestões dos prefeitos Kassab (2009-2012) e Haddad (2013-2016). Também, realizaram-se entrevistas qualitativas junto a nove funcionários e ex-funcionários da SEME na busca de informações que demonstram as políticas de esporte das duas gestões e o legado da realização da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 no esporte da cidade. Constatou-se que, na gestão Haddad, ocorreu redução dos investimentos em esporte, diminuição das atividades e no número de atendimentos nos projetos e programas da SEME, encolhimento do quadro de funcionários e equipamentos e estrutura esportivas públicas desgastadas e sem ampliação. Dessa forma, o legado positivo da Copa FIFA para o esporte na cidade de São Paulo somente foi a construção da nova Arena, uma vez que o impacto no esporte educacional foi negativo, com a decadência do Programa Clube Escola. Os grandes vencedores do legado são os atores que detêm mais poder no Campo Esportivo do município, ou seja, os políticos, empresários, gestores do espetáculo, que defendem o esporte de alto rendimento ou mercadoria – na verdade, o acúmulo e ampliação de capital. A SEME definha, o esporte educacional e de lazer na maior cidade-sede do país agoniza, demonstrando que a realização de megaeventos esportivos não acarreta, obrigatoriamente e diretamente, legados para o esporte.

Palavras-chave: Legado; Megaeventos esportivos; Copa do Mundo FIFA; Políticas Públicas de Esporte; Esporte Educacional.

ABSTRACT

The mega sporting events are, in principle, described as a opportunity to stimulate and boost the sport in the country, a window of opportunity for sports development. In this way, includes-if the educational sport, ensuring the right of sports to all citizens as promulgates the National Constitution of 1988. The objective this thesis was to evaluate the legacy of 2014 FIFA World Cup for educational sport in São Paulo city, identifying, mapping, analyzing and classifying public policies, programs and sports projects developed by the Municipal Secretary of Sports and Leisure of São Paulo (MSSL). The research employed a qualitative approach case study, choosing the educational sport in São Paulo city as the focus. Initially, it undertook a literature review on the theories sociological of Norbert Elias and Pierre Bourdieu and its links with the sociology of sport, in Preuss's study of the legacy of mega sporting events and in Marx's theory about the relation of sport as a commodity. Later a documentary analysis was held, in search of primary sources, leaning up on the Guidelines and Budget Laws of the City and documents of MSSL to analyze the public sports policies, while observing the budgets, programs, projects and sports events realized by MSSL in São Paulo, during the administration of mayors Kassab (2009-2012) and Haddad (2013-2016). Also, there were qualitative interviews with nine employees and former employees of MSSL as a way of getting information that could demonstrate the sports policies of both administrations and the legacy into the organization of FIFA's World Cup - Brazil 2014 into city sports. It was found that during Haddad's management there was a reduction of investments in sport, of activities and also related to the numbers of calls in the projects and programs of the MSSL. As a result we see a shrinkage in the workforce and in the equipments, public sports structures worn and without magnification. Thus, as a positive legacy of the FIFA's World Cup to the sport in São Paulo city was only the new Arena, since the impact on educational sport was negative, with the decadence of School's Club Program. The huge winners of the legacy are the actors who holds more power in the Municipal sports field, ie, politicians, businessmen, show managers who defend the highperformance sports or commodity in fact, the accumulation and capital rise. The MSSL languishes, educational and leisure sport in the largest host cities of the country agonizes which demonstrate that the realization of mega sporting events does not require obligatorily and directly a legacy for sport.

Keywords: Legacy; Mega Sporting Events; FIFA'S World Cup; Public Sport Policies; Educational Sport

Sumário

Introdução.....	16
Capítulo I - Percurso metodológico	37
Capítulo II - Esporte: conceito e história	48
2.1. Conceito de esporte	48
2.2. Esporte moderno	56
2.2.1. Manifestações do esporte	78
2.2.1.1 Esporte de alto rendimento	81
2.2.1.2 Esporte de participação	86
2.2.1.3 Esporte Educacional	89
2.3. Esporte pós-moderno	98
2.4. Esporte hipermoderno	114
Capítulo III- Campo esportivo e a espetacularização do esporte	120
3.1. Surgimento do <i>habitus</i> e a formação do Campo esportivo	120
3.2. Esporte mercadoria e espetáculo	136
3.3. A expansão do mercado e da indústria do esporte futebol	143
Capítulo IV- Legado de megaeventos esportivos	164
4.1. Megaevento	164
4.2. O megaevento da copa do mundo FIFA - Brasil 2014 e seus legados	168
Capítulo V - Políticas públicas de esporte	191
5.1. Políticas públicas – conceito	192
5.2. Políticas públicas de esporte no Brasil	197
5.3. Políticas públicas de esporte em São Paulo e a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014	228
5.3.1. Infraestrutura	231
5.3.2. Orçamento.....	238
5.3.3. Gestão	253
5.3.4. Atendimento	259
5.3.5. Política	279
5.3.6. Legados do Megaevento Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 no esporte de São Paulo	285
Considerações finais	290
Referências bibliográficas e digitais	304

Lista de quadros

Quadro 1- Ações classificadas quanto aos estágios 277

Lista de tabelas

Tabela 1: Distribuição de recursos pelo Ministério do Esporte no período 2004-2007.....	205
Tabela 2: Total de investimentos do governo federal nos programas do Ministério do Esporte	215

Lista de gráficos

Gráfico 1: Investimentos do Ministério do Esporte de 2004 – 2010	210
Gráfico 2: Investimentos federais no Programa Segundo Tempo 2004 – 2014	219
Gráfico 3: Investimentos no Bolsa-atleta 2011-2015	221
Gráfico 4: Demonstrativo de custos anuais da SEME	240
Gráfico 5: Lei Orçamentária Anual da SEME 2009	242
Gráfico 6: Lei Orçamentária Anual da SEME 2010	242
Gráfico 7: Lei Orçamentária Anual da SEME 2011	243
Gráfico 8: Lei Orçamentária Anual da SEME 2012	244
Gráfico 9: Lei Orçamentária Anual da SEME 2013	247
Gráfico 10: Lei Orçamentária Anual da SEME 2014	248
Gráfico 11: Lei Orçamentária Anual da SEME 2015	249
Gráfico 12: Lei Orçamentária Anual da SEME 2016 – Orçado	250

Lista de siglas

API - Assessoria de Planejamento e Informação
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRT – Bus Rapid Transit
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CDC – Clubes da Comunidade
CE – Centro Esportivo
CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
CEDIME – Centro de Documentação do Ministério do Esporte
CENESP – Centro de Excelência Esportiva
CGEA - Coordenadoria de Gestão do Esporte de Alto-rendimento
CGEE - Coordenadoria de Gestão Estratégica de Equipamentos
CGPE - Coordenadoria de Gestão das Políticas e Programas de Esporte e Lazer
CGPO - Coordenadoria de Gestão de Parcerias e Organizações Sociais
COB – Comitê Olímpico Brasileiro
COI – Comitê Olímpico Internacional
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e Adolescente
CONFEF – Conselho Nacional de Educação Física
COTP – Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa
DEPEL – Departamento de Promoção de Esporte e Lazer
DUED – Departamento de Unidades Educacionais de Atendimento Direto
DUEAT – Departamento de Unidades de Esporte de Atendimento Indireto
ECOLE – Espaço do Conhecimento de Lazer e Esporte
EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo
FEAUSP – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FIEP – Federação Internacional de Educação Física e Esporte
FIFA – Fédération Internationale de Football Association
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNCA – Fundo Nacional para a Criança e Adolescente
GPTW – Great Place To Work
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICSSPE – International Council of Sport Science and Physical Education
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEE – Instituto Esporte e Educação
INDESP – Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto
JEBs – Jogos Escolares Brasileiros
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MBA – Master Business Administration
NAR – Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo
NGP – Núcleo de Gestão de Pessoas
NOF – Núcleo de Orçamento e Finanças
NSI – Núcleo de Suporte Interno
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade

PC do B – Partido Comunista do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PR – Partido da República
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PST – Programa Segundo Tempo
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEME – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo
SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
SNEED – Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNEAR – Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
TCU – Tribunal de Contas da União
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Atualmente, o esporte é um fenômeno social universal, presente em todos os países, dos mais ricos aos mais pobres, dos mais aos menos desenvolvidos. O futebol, especificamente, é considerado o esporte mais mundializado, o espetáculo da Terra (RIBEIRO, 2007). A globalização¹ do esporte supera as barreiras de modelos econômicos e políticos, gêneros, crenças religiosas, linguagem, etnias – é a única atividade humana a mobilizar mais de 2 bilhões de espectadores em um evento (PILATTI, 1999). O esporte moderno² surgiu na Europa, especialmente na Inglaterra, no século XVIII, desenvolveu-se rapidamente no século XX, tornando-se a prática corporal hegemonic que, ainda hoje, gera a esportivização de outras manifestações da Cultura Corporal, como dançar, andar de *skate*, patinar, escalar e outras (BRACHT, 2006).

O esporte deve ser entendido como patrimônio cultural dinâmico da humanidade, porque é criado, transmitido e transformado pelo homem ao longo dos tempos. Hoje não é mais possível compreendê-lo de maneira única. Conforme Bento (1997), Betti (1998), Gaya (2000) e Marchi Júnior e Afonso (2007), o esporte é plural e polissêmico, em razão de apresentar diversos significados para a sociedade atual – diversão, lazer, educação, espetáculo midiático, exercício para a saúde, entre outras possibilidades de práticas. O esporte, como cultura universal, tornou-se diverso e, portanto, complexo. Isso significa que

[...] o esporte não é constituído por uma essência fixa e imutável, atemporal, que estaria presente em todas as sociedades. Também não é um fenômeno natural. Tal como o conhecemos e praticamos hoje, o esporte é uma criação de determinada sociedade, que aconteceu em determinado contexto, e que se espalhou pelo mundo junto com o sistema social capitalista. Guardadas todas as diferenças, o esporte trilhou o mesmo caminho de expansão do capitalismo: de europeu, transformou-se em fenômeno mundial (MELANI, 2010, p.20).

As pesquisas históricas das modalidades esportivas demonstram que sempre ocorreram processos de transformação, ajustando as formas de práticas esportivas conforme

¹ A globalização se aplica à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços, organizados a partir de uma estratégia mundial, e voltada para um mercado mundial. Ela corresponde a um nível e a uma complexidade da história econômica, no qual as partes, antes internacionais, fundem-se agora numa mesma síntese: o mercado mundial (ORTIZ, 1994, p.16).

² A expressão “esporte moderno” serve para diferenciar as práticas esportivas dos mundos antigos e medieval das práticas surgidas a partir do século XVIII. As características que diferenciam o esporte moderno das práticas corporais anteriores são a secularização e a racionalização (NEGREIROS, 2010; HELAL, 1990). Características potencializadas até os dias de hoje.

as emoções, apelos e desejos dos praticantes, dos espectadores, ou, também, dos interesses econômicos, políticos e ideológicos de investidores, tais como os ideais sociopolíticos de ditadores e militares e/ou as intenções comerciais das mídias e empresas transnacionais. Este é um aspecto fundamental do esporte que se cindiu entre esportistas e espectadores nas sociedades denominadas “industriais” ou “complexas” (TOLEDO, 2000).

A ampliação da abrangência e conceito do esporte e suas implicações originaram reflexões, nas décadas de 1960-1970, sobre o fenômeno esporte e suas dimensões sociais, econômicas, políticas, educacionais e artísticas, em razão das diversas ações e movimentos esportivos no mundo, como o “Movimento Esporte para Todos”, as políticas esportivas dos Estados de Bem-Estar-Social, o crescimento da ciência e tecnologia esportiva, com os altos investimentos no desenvolvimento do treinamento esportivo em diversos países, a associação do esporte com a mídia, sua transformação em produto e o alto investimento no esporte realizado nas ditaduras militares, que alteraram e corromperam muitos dos valores do esporte (PRONI, 2002).

O reconhecimento dos impactos e repercuções sociais, educacionais e na saúde do esporte, impeliu os governos, na primeira metade do século XX, a abarcarem como responsabilidade e, por que também não, negócio de Estado. Não obstante, o esporte recebeu críticas, como as de Brohm (1978), que considera a instituição esportiva como parte do aparelho do Estado, dispendendo autonomia relativa que exerce, antes de tudo, uma função: inculcar a ideologia do rendimento físico. Adorno (1995) também critica o esporte pela violência, culto à obediência, ao autoritarismo e ao sofrimento. “Ao esporte pertence não apenas o impulso à violência, mas também a suportá-la e tolerá-la” (ADORNO, 1995, p 79).

As transformações de valores e das relações no campo esportivo, durante seu desenvolvimento no século XX, geraram críticas e discussões por parte de intelectuais e de organismos internacionais, sobre amadorismo e profissionalismo, ética e mercantilismo, utilização política, uso de drogas, exploração de atletas, “inclusão” de valores políticos ideológicos, especialização precoce, manipulação da massa e ópio do povo, entre outras.

Assim, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)³, considerando todas as polêmicas e discussões em torno do esporte, organizou, em 1978, a Primeira Conferência dos Ministros e de Altos Funcionários da Educação Física e do Esporte, cujas reflexões acarretaram a elaboração da Carta Internacional de Educação Física e Esportes, relacionando esse documento à Carta das Nações Unidas, com a Declaração

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

dos Direitos Humanos e afirmando que a Educação Física e o Esporte deveriam reforçar a ação formativa e favorecer os principais valores humanos (UNESCO, 1978).

A Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO (1978, p. 03), consagrou o esporte como um direito humano inalienável, considerado sempre da forma mais universal e democrática possível, ao declarar no Artigo 1 que “a prática da educação física e do esporte é um direito humano fundamental de todos” e ao reforçar que toda pessoa tem o direito de participar no esporte, incluindo especialmente mulheres, jovens, pessoas idosas e portadores de deficiência.

O documento compreendeu a pluralidade do conceito de esporte, entendendo que existem manifestações outras e não somente a dimensão do alto rendimento, mas também o esporte lazer e esporte educacional. O reconhecimento da amplitude de abrangência e importância do fenômeno esporte levou a prática esportiva a ser reconhecida como direito de todos em vários países, inclusive no Brasil, como é asseverado na Constituição Federal do Brasil, no artigo 217, e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1992, Cap.II, art. 16).

Na Constituição Federal (1988), no Artigo 6º, são direitos sociais de cada cidadão: “[...] a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Assim, caso entenda-se o esporte como educação, saúde e ou lazer, a sua prática deve ser considerada direito de todo cidadão brasileiro. No Artigo 217, o texto constitucional relata que:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

Constata-se a existência de três manifestações esportivas nos marcos legais do Brasil, o esporte educacional, esporte lazer e esporte de alto rendimento, que são mencionadas na Constituição Federal (1988), Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé, com as alterações aprovadas posteriormente – Lei 9.981/2000; 10.264/2001; 10.672/2003 e 11.118/2005) e reafirmadas por diversos autores, como Bracht (1997), Korsakas e Rose Junior (2002) e Tubino (2010). A

partir da Carta Magna, constata-se o dever do Estado em garantir a toda sociedade – independentemente da condição de classe socioeconômica, credo, raça, biotipo e de seus distintos segmentos – o acesso ao Esporte e ao Lazer, sendo explicitada a prioridade ao fomento do esporte educacional.

Entretanto, as políticas de esporte, sejam em que esfera governamental ocorram, historicamente, fomentam preferencialmente o esporte de alto rendimento. A maioria dos recursos, projetos e programas são voltados para o esporte espetáculo, constatado pelos montantes destinados às manifestações esportivas no Brasil provenientes da Lei Agnelo/Piva (10.264/2001), Lei de Incentivo ao Esporte (11.438/2006), de nível federal, que destinam a grande maioria de recursos para as confederações, federações e clubes esportivos que formam atletas profissionais.

Os Estados e Municípios que apresentam legislação para prover o esporte também destinam maior aporte nas práticas esportivas de alto nível. Os poucos incentivos para projetos e programas ditos educacionais e de lazer, na verdade, são destinados ao alto rendimento em sua maioria, porque suas práticas, atividades e até objetivos finais são a formação dos atletas, a conquista de títulos e a valorização extrema da competitividade, em razão da influência recebida do hegemônico esporte de alto rendimento – modelo seguido pela grande maioria das propostas esportivas no país. Provavelmente, isso aconteça por falta de conhecimento aprofundado e detalhado das diferentes manifestações, não conscientização e criticidade dos agentes esportivos, reprodução do vivenciado ou por intenções financeiras e ideologias, já que é essa manifestação esportiva que mais gera mercado e lucro.

O esporte nunca fora tão debatido, comentado, contestado, criticado e, ao mesmo tempo, apoiado, estimulado e promovido no Brasil como no período entre 2007 e 2016, em que se realizaram os Jogos Pan-americanos - Rio 2007, sediou a Copa do Mundo FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) em 2014 e as Olimpíadas – Rio 2016. Desde o anúncio de que o país fora eleito como sede desses eventos, o tema passou a fazer parte do cotidiano do povo brasileiro. O esporte deixou de ser discutido apenas nas portas dos estádios, esquinas, nas bancas de jornal, ou nos bares e padarias nas manhãs de segunda-feira com a rotina dos trabalhadores e passou a ser debatido, também, no âmbito político, econômico e acadêmico, ou seja, por parlamentares, intelectuais, pelas comunidades escolares, pelos gestores e empresários das grandes corporações e pelos governantes municipais, estaduais e o governo federal. A partir desses acontecimentos,

o discurso do “legado” dos megaeventos é então amplamente difundido. Estabelece-se uma coalizão político-econômica que envolve diversos atores: organismos esportivos internacionais e seus pares nacionais, os governos locais e os órgãos públicos de financiamento, as grandes empreiteiras, as elites fundiárias e imobiliárias. Todos se mobilizam para funcionar uma “máquina de crescimento” (FERREIRA, 2014, p.12).

A partir da definição do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014, gerou-se grande debate na sociedade brasileira, porque poderia possibilitar aos cidadãos, em princípio e teoricamente, importantes benfeitorias e conquistas, motivadas pelos impactos e legados dos megaeventos esportivos, que vão desde o planejamento urbano, mobilidade urbana, logística, comunicação, até a arquitetura de novos edifícios, iluminação e paisagismo de espaços públicos, o que resulta na construção de uma nova infraestrutura urbana e metropolitana, podendo conferir às cidades-sede as características das cidades globais (SASSEN, 1998).

O discurso de lugar-comum dos dirigentes da FIFA e COI (Comitê Olímpico Internacional) e da mídia exaltava os possíveis benefícios na organização: “os megaeventos esportivos deixarão importante e valioso legado urbano e social”. As falas recorrentes – “as cidades serão melhores graças aos vultuosos investimentos feitos” – de políticos, mídia, gestores e do senso comum de ampliação da oferta de equipamentos esportivos e infraestrutura de mobilidade urbana (VAINER, 2014, p.71). Entretanto, os tais legados dos megaeventos esportivos são contestados por pesquisas realizadas em todo o mundo.

O COI e a FIFA divulgam e exaltam inebriantemente que seus eventos servem ao bem comum, promovendo a paz e uma vasta gama de valores positivos que denotam a ideia de que o esporte é sempre bom e positivo. Essa ideia é utilizada pelas cidades e nações como forma de garantir o apoio popular e, consequentemente, justificativa para empenhar o dinheiro público para sediar os megaeventos esportivos. Entretanto, com a super-elevação dos custos de receber os megaeventos esportivos, a narrativa tradicional do esporte bom e positivo precisou ser combinada com, ou substituída, pela afirmação de esporte para o desenvolvimento (COAKLEY e SOUZA, 2013).

Os megaeventos esportivos são realizados com muitas promessas de desenvolvimento e diminuição da pobreza, mas não cumpridas. Os tais legados são expostos pelas instituições organizadoras, pelo governo local e por meio da mídia favorável à realização dos eventos, na intenção de mobilizar e conquistar a opinião pública (ALMEIDA; MEZZADRI e MARCHI JÚNIOR, 2009).

Duarte (2012), ao pesquisar o Panamericano – Rio 2007 já alertava sobre as falsas promessas na realização de megaeventos. O autor afirma que o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Olímpico Brasileiro, que são responsáveis pela organização, direção política, moral, cultural e ideológica dos megaeventos esportivos no cenário internacional e no país, estimulam a exploração do trabalhador, valorizam e disseminam o esporte espetáculo transformado em mercadoria, promovendo a cultura do esporte *performance*, não se preocupando, além do discurso, com legados esportivos, sociais e culturais da prática esportiva.

Sediar eventos esportivos desta magnitude insere o esporte no cotidiano dos cidadãos das cidades-sede dos megaeventos esportivos, gera discussões acaloradas e inúmeros questionamentos a respeito do esporte e se vale, ou não, o esforço e os investimentos necessários para construir e adaptar a infraestrutura existente de acordo com as exigências das instituições organizadoras e o possível legado desses eventos, especialmente, com relação ao legado esportivo. Dessa maneira, é possível questionar se o esporte brasileiro será mesmo alavancado com a realização dos grandes eventos no país.

Ardoino e Brohm (1995) afirmam que, assim como a pena de morte ou o aborto, o esporte afeta e divide profundamente opiniões, porque provoca a polarização emocional e ideológica – diante de um objeto investido de tanta libido e afetividade, é difícil permanecer neutro ou indiferente.

O esporte no Brasil é entendido como direito do cidadão, regulamentado na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e Adolescente (1990), o que torna o Estado responsável por seu desenvolvimento e garantia. Entretanto, em pesquisa realizada pelo IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (apud CONFEF, 2012) apontou que 30% das escolas públicas brasileiras não possuem espaço destinado à educação física – na zona rural chega a 50% e, no Nordeste, aumenta para 51%.

A Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 poderia, segundo os discursos das autoridades e da mídia, representar grandes possibilidades e potencialidades de alavancar melhorias significativas para a população, na esfera social, esportiva, cultural e outras, caso fossem esses os objetivos em receber o megaevento, transformar o país em uma nação mais igualitária, inclusiva, segura e democrática, especialmente, para a população de baixa renda que ainda é maioria no país⁴. No entanto, os interesses dos governantes, dirigentes, esportivos,

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2013, aponta que o Brasil ocupa a 85^a lugar entre 187 países, apesar de ser a 6^a economia do mundo (ONU.PNUD, 2013-2015) – Organizações das Nações Unidas - Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento.

empresários e outros envolvidos foram bem distintos ao avanço do país – até mesmo, porque as instituições esportivas (FIFA e COI) levam seus megaeventos somente a países que tenham os mesmos focos que elas, ou seja, o lucro, acúmulo de capital e ampliação de mercado.

Os legados de megaeventos esportivos são elementos indissociáveis da política pública e da função precípua do Estado, qual seja, o de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade. Essa referência básica deveria suportar toda a estratégia de promoção de megaeventos e, por consequência, de seus resultados e legados, não a ampliação de mercado, lançamento de produtos, aumento de rendimentos, exploração de trabalhadores, superfaturamento de obras, desapropriação de famílias, conluios entre empresários e governantes e outras mazelas.

Conforme Tubino (2010), é responsabilidade pública, assegurada pelo Estado brasileiro, o desenvolvimento do esporte educacional, dentro ou fora da escola, tendo como finalidade democratizar e gerar cultura esportiva, desenvolvendo o indivíduo em relações sociais recíprocas e com a natureza, a formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária. Assim, questionam-se os legados da Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014 para o esporte, especificamente para o esporte educacional, que deve ser priorizado nos investimentos públicos, conforme a Constituição Brasileira de 1988.

Grandes eventos esportivos fascinam a humanidade há muito tempo, como por exemplo, os Jogos Olímpicos da Grécia antiga e, atualmente, os Jogos Olímpicos Modernos, Copas Mundiais de Futebol, Campeonatos Panamericanos, dentre outros. Os megaeventos esportivos, sem dúvida, podem ser considerados fenômenos de popularidade, presenciados, comemorados e vibrados por milhares de torcedores nos locais dos eventos e vistos através da televisão e mídias eletrônicas por bilhões de pessoas em todo o mundo, independente de sistema político-econômico, religião, divisão social, etc.

Sediar megaeventos esportivos da magnitude de Copas do Mundo e Olimpíadas gera discussões acaloradas sobre a validade dos sacrifícios impostos à população e os investimentos públicos necessários para construir e adaptar a infraestrutura existente de acordo com as exigências das instituições organizadoras (FIFA e COI), além dos possíveis e reais impactos e legados desses eventos, propagados pelas instituições esportivas e governantes, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, com inúmeras demandas sociais e necessidades urgentes da população nas esferas da educação, saúde, moradia e segurança, entre outras.

A escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 e, especificamente, de São Paulo como sede do jogo de abertura da Copa do Mundo de Futebol, acarretou amplas e acaloradas discussões no meio acadêmico, chegando até a alguns setores da mídia mais crítica e intelectualizada. Esses debates aconteceram em razão dos discursos dos organizadores dos megaeventos esportivos – políticos, gestores públicos, FIFA e mídia – e do teórico potencial desses eventos, que deveriam possibilitar aos municípios importantes melhoramentos da sua condição de vida, oriundos dos possíveis legados, que compreendem desde a infraestrutura urbana e metropolitana até o desenvolvimento da educação e condições de saúde, com a democratização do esporte e outros benefícios. Pesquisadores e alguns agentes esportivos conscientes do alcance e impactos dos megaeventos esportivos, entretanto, contrariam esses prognósticos, em razão de reconhecerem as limitações e problemas dos megaeventos, contestando os impactos e legados exaltados pelos setores e instituições privilegiados com a realização dos eventos.

A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) apresenta a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, com o discurso de inúmeros legados consequentes da realização desse megaevento esportivo que abona o fomento do Estado para sediar a Copa FIFA. No Brasil, as entidades governamentais, instituições públicas, privadas e a sociedade civil têm apresentado maior interesse em discutir os grandes eventos esportivos, em razão de sediar os dois maiores eventos esportivos do planeta – Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíadas 2016. Esse fato despertou a necessidade de identificar as perspectivas econômicas e sociais relacionadas à realização desses megaeventos esportivos no país.

Entidades governamentais e da sociedade civil preocuparam-se com o retorno dos elevados investimentos requeridos para a realização de megaeventos, como Copas do Mundo de Futebol e Olimpíadas, e com a sua comparação com outras opções de investimentos. Organizações privadas, que também alocaram recursos vultosos em eventos esportivos, igualmente se defrontaram com as decisões de composição dos seus investimentos em *marketing*. Para Preuss (2008), a realização dos megaeventos esportivos favorece o social, com o desenvolvimento do saber e conhecimento, a imagem do povo (nação) e a cultura. Os saberes e conhecimentos, bem como a cultura desenvolvidos pelos megaeventos esportivos, a partir das afirmações do autor, são, especialmente, os relacionados ao esporte – como a gestão e cultura esportiva – e à organização e realização de projetos e programas públicos e privados que ampliam a prática esportiva no país, ou ao menos nas cidades-sede.

Os megaeventos esportivos, a partir da compreensão e entendimento desse autor, constituem-se, teoricamente, em oportunidade única e grandiosa para impulsionar o esporte

no país, em razão da imaginável, ou suposta, janela de oportunidades para o desenvolvimento do esporte no Brasil, consequentemente do esporte educacional, assegurando, assim, o direito da prática esportiva a todos os cidadãos, conforme previsto na nossa Constituição e nos marcos legais internacionais.

Dessa forma, os governos nas esferas federal, estadual e municipal são mobilizados a construir as bases estruturantes do esporte, vislumbrando um país pleno de oportunidades que potencializem a prática esportiva e, consequentemente, a universalização dos benefícios que proporciona, como saúde, educação, bem-estar, inclusão social, lazer e cidadania. Diante dessa perspectiva, o governo federal do Brasil propôs, como legados da realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014:

- 1) Fazer a melhor de todas as Copas do Mundo; 2) Modernizar a infraestrutura; 3) Promover a imagem do Brasil (Nacional e Internacionalmente); 4) Gerar um salto de qualidade nos serviços; 5) Mobilizar toda a população; 6) Promover o desenvolvimento e descentralização econômica; 7) Estimular a inovação; 8) **Disseminar a prática esportiva;** 9) Reforçar o compromisso com a sustentabilidade ambiental; 10) Aperfeiçoar os instrumentos de gestão e transparência (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2014). (Grifo do autor).

Observa-se, nos possíveis legados indicados pelo Ministério do Esporte, a disseminação da prática esportiva, ou seja, pode-se entender que um dos objetivos com o megaevento esportivo é a democratização do esporte, que exige a ampliação de oportunidades, projetos, programas, infraestrutura, equipamentos, materiais, recursos humanos e também, a qualificação de profissionais, gestão e processos do esporte. Entretanto, os investimentos em esporte priorizaram às arenas para a realização dos jogos da Copa do Mundo FIFA e aos dois centros de treinamentos nas cidades-sede, os quais, em sua maioria, sequer foram utilizados, que ainda tiveram seus orçamentos iniciais quase que duplicados ao término das obras e foram financiados, ou pagos, com dinheiro público.

Apesar do investimento público, ao final da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, a grande maioria desses equipamentos esportivos foi repassada para a iniciativa privada, às empresas ou aos clubes de futebol, a fim de serem explorados e utilizados comercialmente. Dessa forma, o dinheiro público investido em estruturas esportivas, que passou de 8 bilhões de reais, não pôde ser contabilizado como investimento para a disseminação do esporte, em razão de esses equipamentos esportivos serem administrados por instituições privadas, e não públicas, e de fazerem a gestão dos mesmos visando ao lucro e acúmulo de capital.

Os únicos equipamentos que, no momento, não se encontram sob a iniciativa privada, por desinteresse das mesmas, são os estádios de Brasília, Cuiabá e Manaus que, por não serem cidades com equipes e campeonatos lucrativos, não apresentaram interessados em explorar as arenas e agora geram prejuízos à gestão pública. Todas as arenas foram planejadas e construídas para grandes espetáculos esportivos e, dessa forma, são gestadas por meio da realização de espetáculos esportivos com preços proibitivos para a maioria da população brasileira, intensificando a elitização do esporte brasileiro, mais do que a disseminação da prática esportiva, como deveria ser.

Segundo Castellari (2010), a aproximação do futebol, na verdade da entidade que o administra, a FIFA, com a política e as grandes empresas transnacionais promoveu a transformação do esporte, no final do século XX e início do XXI, ou seja, a legalização pelo Estado do mercado que espetaculariza e elitiza o futebol. “Talvez estejamos assistindo não mais a um processo de modernização, mas de reação, pois aparentemente o futebol está sendo devolvido a seus criadores: a elite. No caso, não mais a elite dirigente, mas a elite dos tempos de mercado: os consumidores” (CASTELLARI, 2010, p.116). Trata-se, então, de

um claro projeto de socialização dos custos com privatização dos ganhos. Os megaeventos são vistos como oportunidade de aprofundamento do modelo da cidade-mercadoria, em detrimento das reais necessidades da maior parte da população, e se viabilizam tanto pela sua ampla capacidade de arregimentar recursos quanto de estabelecer, por meio do imaginário social seu pôde legitimador (FREITAS, OLIVEIRA JUNIOR e TONUCCI FILHO, 2015, p.240).

Não restam dúvidas de que todos os investimentos financeiros em infraestrutura, meios de transporte, edificações, aeroportos, comunicação e segurança – dentre tantos outros aspectos que não se esgotariam aqui –, gerariam legados importantes com a realização da Copa do Mundo de FIFA-Brasil 2014. O Brasil, porém, necessita, e a sociedade civil espera e busca impactos sociais para além da estrutura física, em esferas prioritárias para a sociedade que, atualmente, agonizam em nosso país, como a saúde, educação, moradia, saneamento básico, segurança, esporte, entre outros, que fazem parte do conjunto de direitos constitucionais do cidadão brasileiro. Antes de um aeroporto mais confortável e que atenda a uma minoria da população que utiliza o transporte aéreo, é fundamental investir em escolas mais equipadas, adequadas e estruturadas para atender à demanda da maioria da população. O mesmo se pode afirmar sobre os hospitais e também os locais para a prática de esporte e lazer.

Para comparação e reflexão sobre os retornos dos megaeventos esportivos, a Copa das Confederações-Brasil 2013, megaevento da FIFA, disputado pelas seis seleções campeãs

continentais, a última campeã mundial e o país-sede, rendeu 740 milhões de reais, segundo a Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo (2014), e atraiu cerca de 250 mil turistas internacionais entre 15 e 30 de junho nas seis cidades-sede do torneio (Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador).

A Jornada Mundial da Juventude, evento da Igreja Católica, com a presença do Papa Francisco, realizada no Rio de Janeiro, entre 23 e 28 de julho de 2013, levou cerca de 3,5 milhões de pessoas ao Rio de Janeiro e movimentou R\$ 1,2 bilhões de reais, segundo o governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse evento, entretanto, não necessitou de nenhuma grande obra e nem altos investimentos por parte do poder público.

Highan (1999) indica a existência de crescente número de pesquisas acadêmicas e obras na literatura internacional sobre os efeitos negativos ou ambivalentes dos megaeventos esportivos, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. A literatura internacional tem demonstrado, recorrentemente, que as avaliações posteriores ao megaevento contradizem as projeções iniciais que costumam estar completamente superdimensionadas (PRONI, 2009). Por exemplo, em 2007, os alemães chegaram à conclusão de que os efeitos econômicos da Copa do Mundo FIFA não significaram impulso relevante, “não tiveram dimensão perceptível na economia”, concluindo que não ocorreu aumento de consumo no período da Copa FIFA-Alemanha 2006 (PAULA e BARTEL, 2014, p. 112).

A grande questão é se esses estudos foram consultados e considerados pelos gestores e governantes brasileiros ao planejarem a candidatura do Brasil à sede da Copa do Mundo FIFA, ou existem interesses políticos, eleitoreiros, financeiros, entre outros na realização do megaevento. Segundo Coakley e Souza (2013, p. 587), nas propostas de candidatura para sediar os megaeventos “as decisões são baseadas em crenças infundadas, ilusão de lucrar com a estratégia, ao invés de provas confiáveis sobre os custos e benefícios”.

A fala de Gnecco⁵ (2015), professor da UNESP (Universidade Estadual Paulista), que exerceu diversas funções para o poder público relacionadas aos megaeventos, demonstra claramente a desconsideração com os estudos anteriores sobre os legados de megaeventos esportivos e os rumos da política pública de esporte no Brasil:

A realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e a dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016 no Brasil são frutos de um trabalho iniciado 20 anos antes, que teve seu rumo devidamente acertado a partir da

⁵ Foi coordenador-executivo dos Jogos Sul-americanos Brasil 2002, em São Paulo, gerente de operações dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, assessor para a política da candidatura aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e é, atualmente, assessor da Secretaria Nacional de Esporte de alto rendimento do Ministério do Esporte e membro da autoridade pública olímpica.

criação do Ministério do Esporte em 2003. Ambos os eventos impactarão em transformações materiais e culturais na sociedade brasileira e apresentarão o Brasil ao mundo, de forma intensiva e concentrada (GNECCO, 2015).

A candidatura do Brasil à organização e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 foi ratificada em 2007. As cidades-sede foram determinadas, em 2009, e os planos do Comitê organizador da candidatura previam melhorias nos aeroportos, portos, mobilidade urbana, comunicações, saúde, segurança, sustentabilidade, transparência e ampliação da cultura e turismo (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2012).

Os documentos do governo brasileiro que foram consultados, referentes às ações e aos projetos para a viabilização da candidatura e realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, assinalam seis áreas de impacto:

1) Mobilidade urbana: 53 projetos que incluíam o desenvolvimento de 2 veículos leves sobre trilhos, 15 BRTs (*Bus Rapid Transit*), 26 corredores e vias para transporte públicos, 10 empreendimentos de estações, terminais, centros de controle de tráfego, até com o desenvolvimento de novos veículos; também estava prevista a construção de linha de trem de alta velocidade ligando Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto, em 2010, foi anunciado que essa via não seria realizada;

2) renovação de aeroportos, com a construção de 21 novos terminais de passageiros, 7 pistas e pátios de aeronaves, 2 torres de controle, visando aumentar a capacidade de passageiros;

3) novas infraestruturas portuárias, passando pela construção e reforma de 5 terminais de passageiros, 1 alinhamento de cais e 1 píer, com o objetivo de fomentar o turismo num país com muitas potencialidades a este nível, ainda não devidamente exploradas;

4) infraestrutura de suporte e serviços: nas telecomunicações foram estruturados 12 projetos para a expansão de redes de fibra óptica e 32 projetos de implantação de equipamentos e sistemas de alta tecnologia; na energia, o foco era no reforço dos sistemas de fornecimento de energia; turismo que visava à ampliação do número de turistas e da arrecadação, com mais de 400 intervenções previstas nas cidades-sede; na hotelaria, previa-se a expansão em 15% da oferta hoteleira nas cidades-sede e em seus arredores; na segurança pública, objetivava-se a criação de 14 centros integrados de comando e controle (2 nacionais e 12 regionais); na qualificação profissional, intencionava-se ofertar 240 mil vagas em programas de qualificação profissional em 117 municípios – todas ações que impulsionariam à modernização do país e ao seu desenvolvimento;

5) Comunicação, com promoção da imagem do Brasil, dentro e fora do país, por meio de duas estratégias: a) reforço e projeção externa da imagem do Brasil “como país competitivo e inovador, com grande potencial de negócios e capacidade de realização, que se desenvolve de maneira sustentável e com inclusão social” e “como país hospitaleiro, criativo, alegre, unido, trabalhador, aguerrido, que valoriza a diversidade, e rico em belezas naturais”. Esta estratégia também incluía divulgação e promoção no mundo da cultura brasileira, em particular da gastronomia, dos museus das cidades-sede da Copa, ou da riqueza e diversidade do patrimônio histórico, arquitetônico e do artesanato; e b) divulgação do legado da Copa – “da valorização da Marca Brasil ao investimento no capital intelectual e humano e às obras de infraestrutura, abrindo espaço para a comunicação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”; e, por fim,

6) Modernização da infraestrutura esportiva, com a construção e reforma de 12 estádios a proporcionar melhores condições para a prática de futebol de alto nível e organização de espetáculos esportivos.

Observa-se que os planos de ação do poder público são abrangentes e bastante otimistas – apenas o item seis vincula-se ao esporte e claramente ao esporte de alto rendimento e à espetacularização do mesmo. Ainda, pode-se ponderar e criticar a viabilidade futura dos estádios de Brasília, Cuiabá e Manaus, que não são grandes centros do futebol, com equipes inexpressíveis no cenário nacional. Assim, terminada a Copa, os estádios serão pouco utilizados e os gastos de manutenção e gestão tornarão essas estruturas insustentáveis, levando a sua rápida degradação e a elevados custos para a gestão pública.

Nota-se que as ações projetadas na candidatura em relação ao esporte, com a modernização dos estádios para qualificar o espetáculo esportivo, são dissonantes da proposta de disseminação da prática esportiva, do governo federal brasileiro, como legado da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014. Assim, demonstra-se que o poder público não refletiu e planejou o que realmente objetiva no Campo esportivo com o megaevento, ou desconhece o assunto pelo despreparo dos dirigentes esportivos e gestores públicos do esporte e até mesmo pode-se ventilar interesses escusos dos mesmos.

Paula e Bartelt (2014, p.116) afirmam que não existe segredo para a elaboração das propostas de candidatura de planos repletos de prognósticos de superávits com a realização de megaeventos esportivos: “[...] a arte consiste em incluir o mínimo possível de custos no orçamento e indicar o máximo possível de gastos previstos com investimentos não ligados diretamente às Olimpíadas ou à Copa do Mundo”. A previsão inicial de investimentos para a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 era de 5 bilhões de reais, mas o valor final chegou a

mais de 30 bilhões de reais em custos para a nação, sendo que apenas 15% desses gastos foram oriundos da iniciativa privada.

Sobre os altos investimentos para sediar os megaeventos esportivos, Oliveira (2014, p.31) afirma que “as exigências impostas pelas instituições internacionais, objetivando satisfazer seus parceiros, se adéquam à legitimização de medidas que viabilizam interesses locais e, desse modo, mantêm a disputa das cidades em movimento”.

Rubio (2008, p.11) enfatiza a necessidade de “discutir os custos sociais e materiais do processo de candidatura e realização de megaevento esportivo na atualidade”. Para a autora, o fator legado é identificado em meio a uma controvérsia, por ser necessária à construção de “equipamentos para que sejam incorporados à cidade e ocupados por sua população”, em razão das necessidades da população, especialmente, no Brasil, um país em desenvolvimento e com direitos da população não atendidos, como educação, saúde, lazer, moradia e a própria prática esportiva. Esse fato contradiz a maioria dos investimentos em “novos equipamentos públicos para um uso restrito e temporário” (RUBIO, 2008, p. 12), como os grandes estádios ou, como são denominados hoje, Arenas da Copa do FIFA-Brasil 2014.

Em um país ainda pobre apesar de muito rico (o que caracteriza a modernização conservadora e a condição de subdesenvolvimento), com indecente concentração da renda, em que políticas públicas mostram-se constrangedoramente ineficazes, a concentração de recursos públicos nos equipamentos da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 revelou-se incoerente e antagônica com o próprio discurso governista oficial de acabar com a pobreza no país (FERREIRA, 2014, p.13).

Segundo Paula e Bartelt (2014), ao final da Copa do Mundo FIFA - África do Sul 2010, a população se perguntava o que exatamente um megaevento, com custo de US\$ 5,38 bilhões, havia originado e se realmente valeu a pena. No Brasil, parte da população também passou a se perguntar se tantos investimentos foram importantes para o desenvolvimento do país. A responsabilidade social dos governantes, no caso, é apresentada como solução para a disputa entre as exigências da competição esportiva, especificamente, das instituições organizadoras FIFA e CBF (Confederação Brasileira de Futebol), e as demandas e direitos da sociedade. Os governantes devem decidir entre privilegiar as instituições esportivas (FIFA e CBF), as empreiteiras parceiras e até a si mesmo ou beneficiar a população com políticas públicas de interesse geral.

Para Filgueira (2008b), os possíveis e difíceis benefícios conquistados com os megaeventos esportivos, como infraestrutura, conhecimento, tecnologia, entre outras áreas

mobilizadas para a realização de um grande evento, poderiam, teórica e potencialmente, viabilizar o acesso de camadas significativas da população às políticas públicas em diversas áreas, como as políticas de desenvolvimento do esporte e garantia de direito ao acesso à prática esportiva nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA.

Para o desenvolvimento do esporte brasileiro e a garantia dos direitos da população, é preciso que o esporte seja acessível a todos que queiram praticá-lo. A solução, conforme Rossetto Junior, Costa e D'Angelo (2012) e Tubino (2010), está no desenvolvimento do esporte educacional, que se caracteriza pelo princípio da inclusão, entre outros, que garante a possibilidade de prática esportiva a todas as pessoas.

O desafio é democratizar e oportunizar a formação esportiva para todos e todas, superando a teoria da “pirâmide esportiva”, cuja base é o treinamento esportivo e a busca do alto rendimento de caráter extremamente excludente. O esporte, como direito, deve ser para todos, e o caminho para a universalização desse direito é o esporte educacional, que apresenta os princípios de inclusão de todos, construção coletiva, respeito à diversidade, educação integral e rumo à autonomia (ROSSETTO JUNIOR, COSTA E D'ANGELO, 2012).

A população somente desenvolverá o hábito de praticar esporte e a atividade física como meio educacional e de promoção da sua saúde, ou de vivenciar o lazer, se for educada, no e para o esporte, desde cedo, de forma integral e, acima de tudo, de forma a compreender a importância dessa atividade física para elevar a qualidade de vida. Dessa forma, “a finalidade do esporte educacional é o desenvolvimento integral e pleno do cidadão brasileiro como ser autônomo, democrático e participativo” (FILGUEIRA, 2008b, p.67).

A assertiva de Luis Fernandes – Secretário Executivo do Ministério do Esporte e coordenador dos grupos executivos do Governo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 – de que “não se constrói uma potência olímpica – nem se democratiza o conceito de que a atividade física é primordial para a saúde e para o desenvolvimento social – sem investimento no esporte educacional” (FERNANDES, 2014, p.61), reforça a perspectiva defendida. Portanto, favorecer a educação esportiva, fomento de estruturas e equipamentos esportivos e projetos e programas esportivos é dever do Estado e direito do cidadão, como garantem a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), porque são fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, os quais devem ser prioritários nas políticas públicas voltadas para a responsabilidade social.

Diante do cenário exposto e ciente de que o legado pode ser positivo ou negativo, já que é o resultado de planos, articulações e ações realizadas, configura-se como problema de

pesquisa desta tese, a seguinte questão: qual o legado para o esporte educacional da cidade de São Paulo com a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, no que tange à democratização da prática esportiva, com o fomento, criação e ampliação de equipamentos, espaços e projetos, e programas esportivos educacionais?

Parte-se do pressuposto de que os legados da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 para a sociedade brasileira, e especificamente no município de São Paulo, foram mínimos e irrelevantes em relação aos investimentos realizados. Acredita-se que os estudos e resultados dos impactos e legados de megaeventos esportivos anteriores não foram analisados e avaliados detalhada e profundamente, ou foram desconsiderados pelos gestores e governantes brasileiros. Tem-se como possibilidade também, que muitos apoiaram, defenderam e trabalharam pelo megaevento em razão de interesses de empresas privadas, especialmente as construtoras, motivos políticos e de acúmulo de capital com a candidatura do Brasil à sede da Copa do Mundo FIFA (COTTLE, 2014).

O planejamento e proposta de sediar o megaevento Copa do Mundo no Brasil foram baseadas em grandes retornos financeiros, com a perspectiva de aumento do turismo, ampliação do número de empregos, crescimento de investimentos, qualificação dos trabalhadores, desenvolvimento do esporte, melhoria do transporte, segurança pública e telecomunicações; porém, foram desconsiderados os vários estudos que demonstram a inviabilidade de muitos dos impactos e legados difundidos pelas instituições esportivas, políticos e midiáticas.

Os discursos falaciosos dos governantes e gestores públicos, além dos próprios meios de comunicação, referem-se, frequentemente, aos itens supracitados, mas relegaram o esporte, ou ainda, quando o mencionam se limitam às estruturas físicas, como os estádios de futebol que foram construídos, mas que serão utilizados e explorados economicamente pelas equipes de futebol, as federações e empresas, todas instituições privadas que expropriad e terceirizam os espaços públicos.

A partir do final dos anos 1970, com auge nos anos 90 e se consolidando no início do século XXI, o esporte, e especialmente o futebol, no Brasil, passou a ser gestado a partir do mercado, com o surgimento do *marketing*, patrocínio, lucro, espetáculo e com a gestão empresarial que transforma o torcedor em consumidor. As novas arenas e o futebol espetacularizado vieram apenas reforçar a relação espetáculo/preço, confirmada pela majoração dos preços dos ingressos a valores proibitivos até para a dita classe média, transformando a relação torcedor/clube em relação comercial, empresa e consumidor. Soma-se a isso a higienização realizada no futebol em nome da segurança, com a mudança dos

estádios de futebol para verdadeiros *shoppings centers* de consumo – a idade média do torcedor/consumidor subiu para 43 anos, em razão do maior poder aquisitivo na meia idade (CASTELLARI, 2010). A elitização do futebol brasileiro vem se configurando nos mesmos moldes do futebol europeu, e a realização da Copa do Mundo FIFA contribuiu muito para a aceleração desse processo, já que foi investido dinheiro público na construção dos *shoppings* de consumo do espetáculo esportivo.

Opostamente aos elevados montantes investidos nas novas arenas, nenhuma das doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA- Brasil 2014, ao se candidatar para receber jogos do megaevento, pensou e planejou algum legado para o esporte educacional e de lazer, como infraestruturas e ações que favorecessem a democratização da prática esportiva, ampliação da cultura esportiva e aumento do número de praticantes de esporte nos municípios, com a consequente garantia dos direitos aos cidadãos e conquista dos benefícios da prática esportiva: saúde, educação, lazer e outros (MOSER, ROSSETTO JUNIOR, PAIVA, 2015). Para um legado positivo ser construído, sabe-se que, na fase de candidatura como sede do megaevento, deve-se planejar cuidadosamente, antes de tudo, e obrigatoriamente, quais são os resultados esperados com a realização do megaevento; caso contrário, é pura ilusão ou propaganda enganosa.

Existem diversas razões para ser cético sobre os inúmeros impactos e legados atribuídos ao desenvolvimento de megaeventos relatados e amplamente divulgados pelas instituições esportivas – alguns (maioria) governantes e a mídia. Um exemplo são as poucas pesquisas da ciência social sobre os fatores que produzem mudanças positivas no desenvolvimento, nas comunidades e sociedades que são relacionadas a megaeventos esportivos. Levermore e Beacom (2009, apud COAKLEY e SOUZA, 2013) pesquisaram resumos de textos e periódicos, entre 1994 e 2009, dedicados ao desenvolvimento e analisaram 70.000 entradas listadas no desenvolvimento internacional, das quais foram encontradas apenas 12 referências ao esporte, realizadas, na maior parte, tardiamente ou com aspecto secundário. Parece que as afirmações sobre o poder do esporte na solução de problemas sociais e econômicos não são consideradas tão seriamente, como meio para o desenvolvimento socioeconômico pelos especialistas da área para serem consideradas em suas pesquisas (COAKLEY e SOUZA, 2013).

Como sugere Flyvbjerg (2005), a arma secreta contra enganos em torno de megaprojetos esportivos são a transparência, a responsabilidade e o questionamento crítico de organizações independentes e especializadas em esporte. Ao invés de a população, em especial os acadêmicos, simplesmente tornarem-se líderes de torcida ou motivadores, faz-se

necessário que sejam analistas e que reflitam criticamente sobre os efeitos, tanto econômicos quanto os que acarretam os megaeventos esportivos.

Flyvbjerg et al. (2003) afirma a não existência de estudos aprofundados sobre os empreendimentos, investimentos e consequências dos megaprojetos dos megaeventos. Certamente ocorre o mesmo com relação aos megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA.

Portanto, como a Copa do Mundo FIFA exige imenso investimento de recursos humanos, financeiros e físicos dos países-sede, avaliações mais precisas e detalhadas sobre o impacto social devem ser realizadas antes de candidatar-se a realizar os megaeventos. Assim, estudos e pesquisas que revelem os efetivos impactos e legados desses megaeventos esportivos são fundamentais, possibilitando manter o apoio da opinião pública e tornar-se realizações mais democráticas e responsáveis (FLYVBJERG *et al*, 2003).

As pesquisas em megaeventos esportivos, em específico da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, pode fornecer *insights* e subsídios sobre três principais dinâmicas da sociedade contemporânea – globalização, mercantilização crescente e ampliação da desigualdade (HORNE e MANZENREITER, 2006) –, mesmo considerando a relevância do futebol em diversas esferas da sociedade política, econômica, educacional, industrial e profissional, entre outras, especialmente na sociedade brasileira que tem muito da sua identidade nacional relacionada ao futebol.

As pesquisas das ciências sociais relutaram a acontecer sobre o objeto de estudo futebol, iniciando-se apenas em meados de 1970 e ampliando timidamente em 1990. Considerando o fenômeno do futebol, seu impacto social de grande magnitude e sua especial relação com a sociedade brasileira, ainda são discretas as pesquisas e estudos futebolísticos, mesmo com o desenvolvimento, nas últimas décadas, de estudos nessa área, considera-se que o futebol precisa ser investigado, avaliado e discutido pelo campo acadêmico, para ser consolidado e ocupar destaque nas pesquisas de diferentes universidades (CAMPOS e ALFONSI, 2014).

O esporte e outras práticas da cultura corporal da sociedade favorecem a constituição de diferenças entre os países, produzindo e alimentando as identidades nacionais. Durante a Copa do Mundo FIFA, foram inúmeros os comentários que exaltaram o sentimento nacional do brasileiro, construindo representações coletivas sobre o Brasil e a sociedade que o compõe – representações que, muitas vezes, são unificadas pelo futebol, amalgamando a sociedade brasileira à seleção nacional no período de Copa do Mundo (GUEDES, 2014).

Assim, na efervescência dos tempos de realização dos megaeventos esportivos no Brasil, refletir e discutir sobre as políticas públicas de esporte é responsabilidade e, também, desafio, tanto da comunidade acadêmica como da gestão pública (SILVA; PIRES e STAREPRAVO, 2014).

A importância de pesquisar os legados do megaevento Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 encontra-se em refletir sobre o projeto de sociedade democrática e das políticas públicas de esporte do país e mais detidamente da cidade de São Paulo, além de discutir a perspectiva ideal de uma sociedade equitativa, justa, soberana e democrática, voltada para a garantia dos direitos à prática esportiva, fundamentais a todos os cidadãos, no sentido de satisfazer as necessidades humanas, almejado pela maioria da população.

O projeto de uma sociedade socialmente justa, democrática, que assegure a garantia dos direitos à prática do esporte pelos cidadãos deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados de megaeventos esportivos (FILGUEIRA, 2008b, p.69). Assim, a partir dessas premissas, a geração de legados pressupõe uma ação determinada, proativa, acima de tudo referenciada na perspectiva do desenvolvimento humano, da justiça e da inclusão social desta e de futuras gerações, e não acidental ou apenas econômica, momentânea, com o incremento do turismo e outros.

Portanto, não se trata de pesquisar e discorrer sobre eventuais legados que sejam autonomamente, ou compulsoriamente gerados pelos megaeventos na Cidade, Estado ou País, como os estruturais e econômicos. A relevância do estudo é identificar ações e possibilidades transformadoras do legado do megaevento Copa do Mundo FIFA no campo esportivo e explicitar e discutir os benefícios e problemas da realização dos grandes eventos com foco na garantia dos direitos dos cidadãos na prática esportiva e na superação de limites e vulnerabilidades existentes na cidade.

A avaliação, registro e divulgação dos legados esportivos dos megaeventos podem ter papel fundamental para a estruturação de projetos de legados nas futuras cidades-sede. Assim, ampliam-se as possibilidades de garantir os direitos de todos os seus moradores, ou seja, uma cidade que respeite e cumpra com o direito à prática do esporte para todas e todos munícipes.

Dessa forma, o objetivo geral desta tese é avaliar o legado da realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 para o esporte educacional, na cidade de São Paulo. Determina-se como objetivos específicos: mapear, a partir de levantamentos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Paulo (SEME), os espaços e equipamentos esportivos existentes na cidade, para a vivência do esporte educacional, bem como identificar os projetos e programas

de esporte educacional desenvolvidos pela SEME, a partir da análise e classificação das manifestações esportivas desenvolvidas nos projetos e programas esportivos da Prefeitura de São Paulo.

Tem-se também, o intuito de analisar as Políticas Públicas de esporte efetivas da SEME para o desenvolvimento do esporte educacional, na cidade de São Paulo, antes, durante e após a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, dimensionando os recursos investidos pela SEME nas três manifestações do esporte, durante os anos 2009-2012 e 2013-2016, quantificando o fomento e as ofertas de vagas para a prática de esporte educacional com o advento do megaevento da Copa do Mundo FIFA.

Para alcançar os objetivos traçados, organizou-se o percurso metodológico da pesquisa, no Capítulo I, onde é relatado o momento em que foi planejado o processo de investigação, coleta e registro de dados. Em razão da complexidade do objeto de estudo, definiu-se pela abordagem qualitativa de estudo de caso, com o emprego de entrevistas qualitativas, análise documental e profunda revisão bibliográfica sobre as dimensões sociais do fenômeno esporte.

Na sequência, o Capítulo II discute o conceito e história do esporte, adotando sua relação com o processo civilizador de Nobert Elias e seus nexos com aspectos sociais, políticos e econômicos que se alteraram ao longo dos anos, desde sua origem no século XVIII na Inglaterra, passando pelo seu grande desenvolvimento no século XX, até chegar aos dias atuais. Esse capítulo, também, busca descrever e analisar as grandes transformações ocorridas no esporte, durante o século XX, que alteraram seus princípios, valores e objetivos, até ser reconhecido como direito de todos e dimensionado nas manifestações educacional, de lazer e do alto rendimento para, assim, contemplar todas as pessoas com a diversidade de biotipo, habilidades, objetivos, interesses etc. Dessa forma, o capítulo detalha o desenvolvimento do esporte moderno e a consequente chegada ao esporte pós-moderno e o surgimento do esporte hipermoderno que faz emergir a esperança da humanização do esporte.

O Capítulo III demonstra, a partir dos referenciais teóricos de Pierre Bourdieu, que a expansão das práticas esportivas acarretou em discussões e conflitos pela detenção do poder e determinação de seu futuro, conforme os diferentes valores, objetivos e interesses dos distintos grupos em disputa, levando a estruturação do Campo e surgimento do *habitus* esportivo. Aborda, também, a transformação do esporte em mercadoria a ser consumida em sua fase pós-moderna, mais especificamente, as modificações engendradas na Copa do Mundo FIFA, pela instituição organizadora e seus parceiros comerciais e midiáticos para torná-la um produto global fetichizado pelo Capital, discutindo a mercadoria esporte e seu

produto mais espetacular, a Copa do Mundo FIFA, à luz da teoria de Karl Marx. Assim, propõe-se uma reflexão sobre a transformação do esporte, que passa a relegar seus princípios e torna-se mercadoria a ser divulgada pela mídia e consumida indiscriminadamente, juntamente com os produtos correlatos, pelos espectadores da indústria cultural que transformam o esporte em entretenimento, somando mais uma mercadoria para a produção e acúmulo de capital.

O Capítulo IV trata das discussões teóricas sobre os megaeventos esportivos e os seus possíveis impactos e legados, tencionando a discussão sobre as formas e tipos de legados de megaeventos esportivos já divulgados por pesquisadores de todo o mundo com os impactos e ditos legados da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 apresentados após o megaevento no país.

As Políticas Públicas de Esporte são abordadas, no Capítulo V, através de seu conceito, relato das atuais políticas públicas de esporte adotadas pelo Brasil, e, mais precisamente, pela cidade de São Paulo. Os escritos buscam confrontar as políticas de esporte antes, durante e após a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, com os respectivos marcos legais, diretrizes, orçamentos e propostas para esporte na megalópole São Paulo. Assim, são apresentados os resultados das análises e avaliações efetuadas nos documentos e fontes disponíveis da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, bem como das entrevistas aos funcionários e ex-funcionários da SEME⁶, analisando os impactos e legados para o esporte da cidade de São Paulo com a realização do megaevento esportivo, ao cotejar os aspectos relacionados à infraestrutura, orçamento, gestão, atendimentos e política de esporte das gestões dos prefeitos Gilberto Kassab (2009-2012) e Fernando Haddad (2013-2016).

Nas considerações finais, diante da pesquisa realizada ao longo da tese, encontra-se a relação dos aspectos históricos, sociológicos, e políticos do esporte, com os impactos e legados de megaeventos esportivos, comparando-os com as políticas públicas de esporte no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, com o advento da realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014.

⁶ O termo funcionário e ex-funcionário da SEME empregado no texto refere-se exclusivamente aos funcionários técnicos da SEME contratados e efetivados nos cargos de professores de educação física.

Capítulo I

Percorso metodológico

Para a análise do fomento e desenvolvimento do esporte, a partir da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, que originou inúmeros processos, investimentos e ações em várias esferas – sociais, políticas, legais e econômicas –, com a inter-relação entre os diferentes atores, fatores e resultados, a abordagem qualitativa mostra-se a mais pertinente para realização deste estudo de tamanha abrangência e complexidade.

A abordagem qualitativa da pesquisa possibilita analisar os objetos de estudo em vários prismas, descrever a complexidade do problema e compreender e classificar os processos dinâmicos das informações e percepções dos sujeitos da pesquisa, com a utilização e cruzamento de métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa, que permitem identificar o funcionamento de estruturas sociais (RICHARDSON *et al.*, 1995). No caso específico desta pesquisa, a abordagem qualitativa se faz necessária em razão da necessidade de compreender o complexo, polissêmico e globalizado fenômeno esporte, seu produto megaevento Copa do Mundo FIFA e seus possíveis legados esportivos para a sociedade paulistana.

As pesquisas qualitativas, para Demzin e Lincoln (2006), aceitam as sensibilidades pós-modernas, ao procurar métodos alternativos que incluem a emoção, responsabilidade pessoal e os diálogos com sujeitos, entendendo que esses aspectos são uma forma de captar o ponto de vista do indivíduo. Os pesquisadores qualitativos comprometem-se com os aspectos específicos de casos cotidianos e acreditam nas ricas e detalhadas descrições do mundo social. Dessa forma, este estudo exige a abordagem qualitativa, em razão de buscar os sentimentos e entendimentos dos gestores esportivos da SEME sobre o seu trabalho cotidiano.

Ainda segundo Demzin e Lincoln (2006, p.25), “os pesquisadores qualitativos empregam a prosa etnográfica, as narrativas históricas, os relatos em primeira pessoa, as imagens congeladas, as histórias de vida, os “fatos” transformados em ficção e os materiais bibliográficos e autobiográficos entre outros”. Neste estudo, faz-se uso de materiais bibliográficos sobre sociologia, história do esporte e legados de megaeventos esportivos, das narrativas históricas dos funcionários da SEME, entre outras fontes de informação para construir as reflexões.

A abordagem qualitativa exige o estudo e coleta de vários materiais empíricos. Logo, é necessário empregar diversos métodos e técnicas de pesquisa combinados e práticas interpretativas interligadas, buscando melhores formas de compreender os mundos e objetos de estudo. Inerente à pesquisa qualitativa é a multiplicidade de métodos, uma vez que nenhum método, por si somente, é capaz de captar, compreender a realidade efetiva – apenas o faz parcialmente –, por isso a necessidade de utilização de vários métodos para se aproximar ao máximo possível da realidade. Não existe uma, ou nenhuma forma “correta” de analisar e relatar o fenômeno estudado – são perspectivas diferentes que refletem sobre os objetos de estudo. Dessa forma, “não se pode privilegiar nenhum método ou prática específicos em relação a qualquer outro método ou prática” (DEMZIN e LINCOLN, 2006, p.21).

Assim, optou-se pela pesquisa qualitativa em razão de explorar o espectro das concepções dos gestores esportivos e funcionários da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Paulo (SEME) sobre o advento da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, analisando as diferentes representações e sentimentos sobre os legados esportivos do megaevento na cidade de São Paulo. O estudo não busca somente numerar ou medir unidades e categorias, mas sim enfatizar as qualidades das colocações, ponderações e dos processos e examinar os significados dos objetos estudados – no caso, as políticas, programas e projetos de esporte da SEME. A abordagem qualitativa de um problema de pesquisa é uma opção do pesquisador, mas, principalmente, é a forma mais adequada para compreender um fenômeno social com situações complexas (RICHARDSON et al., 1995), portanto, a ideal para abordar a complexidade dos objetos de estudo da pesquisa.

A partir da abordagem qualitativa, selecionou-se o Estudo de Caso, em razão de este possibilitar desvendar fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupos, especialmente, compreender os fenômenos sociais complexos, contemporâneos, em que é impossível controlar as variáveis e comportamentos relevantes investigados, como são os objetos de estudo desta pesquisa.

Os legados esportivos do megaevento Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, são fenômenos de ordem organizacional, social e política, em que os limites entre o fenômeno estudado e o contexto não estão claramente definidos. Por isso, não se tem condição de isolar os legados da Copa FIFA 2014 do contexto social, político e cultural brasileiro. O Estudo de Caso, de acordo com Yin (2010, p.20), “preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real”, ou seja, investiga o fenômeno pesquisado em seu contexto real.

Para Yin (2010), deve-se desenvolver o Estudo de Caso quando se questiona “como” ou “por que” ocorre um fenômeno contemporâneo. Este tipo de pesquisa procura esclarecer uma decisão ou conjunto de decisões: o motivo pelas quais essas decisões foram tomadas, como foram implementadas e os resultados. Dessa forma, o método vai ao encontro do foco e objetivos desta pesquisa, a partir do momento que possibilita esclarecer quais, como e os resultados das decisões tomadas pelo poder público, especificamente o caso da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, com relação aos possíveis legados esportivos do megaevento Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014.

Justifica-se a realização do Estudo de Caso em razão de este ter a capacidade de trabalhar com amplo número de fontes de dados, com evidências quantitativas e qualitativas, como documentos, livros, artefatos, pessoas, ações, etc., os quais serão necessariamente analisados na consecução deste estudo. Também, em se tratando de pesquisa qualitativa, utiliza-se de diversas técnicas e instrumentos de pesquisa, como entrevistas, questionários, observação e experimentos (YIN, 2010). As características da pesquisa de Estudo de Caso são: a) situação única em que existem mais variáveis de interesse do que pontos de dados; b) os resultados baseiam-se em várias fontes de evidência, precisando convergir a partir da análise do pesquisador; c) parte de referencial teórico para a coleta e análise dos dados.

Dessa forma, o estudo exigiu a realização do Estudo de Caso, em razão de existirem diversas variáveis intervenientes, combinadas e complexas nos legados de megaeventos esportivos – econômicas, orçamentárias, políticas, técnicas, teóricas, legais entre outras –, únicas no contexto da cidade de São Paulo. As várias fontes de evidências, como documentos, contratos, planos, pessoas, mídia e instituições governamentais e empresariais, envolvidas no megaevento Copa do Mundo FIFA, demandam o emprego de variadas técnicas de coleta de dados alicerçadas em sólida base teórica sobre os objetos de estudo, o que denota o Estudo de Caso para refletir sobre esta complexidade. Conforme afirma Claude Lefort, (apud OLIVEIRA, 1998, p.24), “[...] a ilusão começa quando imaginamos que de um lado há os fatos e de outro a teoria e quando dissimulamos a posição em razão da qual esta divisão aparece”.

Assim, a realização na dimensão teórica deu-se, inicialmente, com o emprego da pesquisa bibliográfica, que consistiu no exaustivo debruçar do pesquisador sobre os conceitos, história e teorias sociológicas do esporte, segundo Pierre Bourdieu e Nobert Elias, nos princípios e características de Holger Preuss, sobre o legado de megaeventos esportivos e nos pressupostos sobre política pública de esporte. Procedeu-se, de acordo com as orientações de Mattos, Rossetto Junior e Blecher (2008), com a realização de leitura, análise e interpretação

de referências teóricas, textos e obras para compreender os objetos de estudo. Conforme afirma Oliveira (1998), ler é o passo inicial, ler é retomar a reflexão de outro com matéria prima da nossa reflexão.

Sequencialmente, empregou-se o método de análise documental, quando se buscou coletar, identificar, comparar e analisar dados e informações dos documentos produzidos antes, durante e após a realização Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo (SEME), entre outras fontes de informação que respondessem aos seguintes indicadores de acesso ao esporte:

- proporção de recursos da Secretaria Municipal Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, destinados às diferentes manifestações esportivas;
- número de Projetos e Programas Esportivos desenvolvidos no Município de São Paulo gestados pela Secretaria Municipal Esporte e Lazer;
- quantidade de vagas e atendimentos nos Programas e Projetos esportivos, desenvolvidos na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São Paulo; e
- quantidade de equipamentos esportivos da cidade de São Paulo.

Segundo Richardson et al. (1985), são considerados documentos tudo o que fornece informações de fenômenos sociais para a análise documental: registros escritos, estatísticas, objetos, elementos iconográficos, fotografias, filmes, etc., porque esses documentos expressam, de maneira dispersa e fragmentária, a vida social.

Nesta fase da pesquisa, foram empregados os procedimentos da análise documental, que são semelhantes às técnicas de análise de conteúdo, consistindo em estudar e analisar os documentos para revelar as “circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados” (RICHARDSON et al., 1985, p.182). Segundo o autor, as diferenças são: a) a análise documental trabalha sobre os documentos; a análise de conteúdo, sobre as mensagens; b) a análise documental é temática e é apenas uma das técnicas da análise de conteúdo; c) o objetivo da análise documental é a determinação fiel dos fenômenos sociais; a análise de conteúdo visa manipular mensagens e testar indicadores para inferir realidade diferente da mensagem.

No âmbito desta pesquisa, a análise documental ocorreu sobre os seguintes documentos escritos: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que comprehende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, também dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), – lei elaborada pelo Poder Executivo que

estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no ano subsequente. Assim, foram observados, nas LOAs de 2009 até 2016, os recursos destinados à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e as LDOs da gestão dos prefeitos Kassab e Haddad. Também, foram analisados os projetos, programas e eventos esportivos, verificando os objetivos, recursos, atendimentos e ações.

Posteriormente, iniciou-se a dimensão empírica da pesquisa com a busca de dados diretamente da fonte, possibilitando conhecer a realidade da gestão e dos investimentos nos programas e projetos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo (SEME). Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica da entrevista qualitativa, mais especificamente a entrevista não dirigida, aos funcionários da SEME. Assim, pode-se relacionar e contrapor as teorias formuladas a respeito do legado de megaeventos e esporte, como o desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação da cidade, a partir da percepção e narrativa dos colaboradores da SEME, que favorece a análise e classificação das propostas e ações de práticas esportivas em outra esfera e prisma.

A entrevista qualitativa é o ponto de entrada para descobrir perspectivas ou pontos de vista dos entrevistados. Para compreender o objeto estudado, é necessário interpretar as narrativas dos atores em termos conceptuais e abstratos, desvendando as crenças, atitudes, valores e motivações, pois fornece informação contextual valiosa (BAUER e GASKELL, 2003). Nesta pesquisa, a entrevista qualitativa com os funcionários e ex-funcionários da SEME foi empregada em razão da sua adequação à pesquisa qualitativa, a qual não busca apenas a opinião ou descrição de fatos ou situações, mas sim mergulhar nas representações desses atores sobre a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 e seu legado para o esporte.

Segundo Poupart (2008, p. 216), as justificativas da entrevista qualitativa são, primeiramente,

[...] de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativo parece necessária, porque abriria a possibilidade de compreender internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais. Destacam-se por fim, os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores.

Os entrevistados foram funcionários e ex-funcionários da SEME em razão de compreender, conforme Poupart (2008), que o contexto penetra e interfere na percepção e na construção do social, implicando o discurso dos atores entrevistados. Dessa forma, analisar as concepções das pessoas que estão dentro do contexto da Secretaria e das que já estiveram nesse contexto, mas que hoje vivenciam outros cenários, pode revelar diferentes olhares e entendimentos sobre a política pública de esporte.

A entrevista qualitativa semiestruturada é o melhor meio para apreender como os atores representam o mundo – neste caso específico da pesquisa, o legado esportivo da Copa do Mundo FIFA na cidade de São Paulo. Os atores desta pesquisa, os gestores esportivos, são o que estão em melhores condições para falar sobre seus sentidos e entendimentos do assunto, em razão do contexto de ação em que estão inseridos. A entrevista gera múltiplas interpretações do mesmo objeto, ao coletar informações sobre a estrutura e o funcionamento de um grupo ou instituição socialmente formada. Denuncia, assim, de dentro da SEME o que as pessoas vivenciam no cotidiano, possibilitando apreender e explicitar a experiência dos funcionários com a gestão das políticas públicas de esporte. Ao entrevistar os ex-funcionários, buscou-se captar a opinião e entendimentos dos gestores sem a pressão e/ou contexto do vínculo e hierarquia do trabalho ou partidária, o que pôde demonstrar outras dimensões e ângulos do legado esportivo da Copa do Mundo FIFA.

Assim, conforme Poupart (2008, p.223), “[...] os “informantes” agem como intérpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade; enquanto o pesquisador também procede à sua própria reconstrução da maneira como os primeiros reconstroem a realidade”. Para o autor, os textos dos pesquisadores são construções resultantes da interação entre os pesquisadores e os entrevistados. As entrevistas, por mais não-dirigida e não-diretiva que sejam, nunca são neutras ou naturais do entrevistado, sempre ocorre interação entre os envolvidos, com influências pelas características, intervenções, percepções, atitudes e análises tanto do entrevistado, como do pesquisador. A respeito das implicações da interação entre o pesquisador e os sujeitos entrevistados, Becker (1997, p.53) levanta a importante questão: “até que ponto a declaração do informante seria a mesma na ausência do observador, seja ela feita espontaneamente ou em resposta a uma pergunta”?

A técnica da entrevista não-dirigida consiste em conferir liberdade ao entrevistado para abordar sobre o tema da pesquisa, baseando-se na realidade e contexto vivido. O entrevistado pode se expressar com sua linguagem e categorias, não restringindo o discurso às questões anteriormente formuladas pelo pesquisador, limitadas aos princípios, conceitos e

concepções do entrevistador. Cabe ao pesquisador/entrevistador facilitar, por meio de atitudes e intervenções, a explanação das percepções dos sujeitos pesquisados.

Para Poupart (2008), a entrevista tem a função de fazer emergir dimensões e informações novas, não supostas inicialmente pelo pesquisador, que favoreçam a compreensão do objeto pesquisado. Também, possibilita o aprofundamento e a saturação do tema estudado. As possibilidades e qualificações das entrevistas são muitas; entretanto, a mais significativa para a coleta de informações sobre os entendimentos dos colaboradores/gestores da SEME com relação às políticas públicas de esporte com o advento da Copa do Mundo FIFA, hão de permitir a exposição da *expertise* dos entrevistados, explorando em profundidade o contexto de pertencimento, possibilitando expor livremente seu ponto de vista, experiências e relação entre aspectos retrospectivos e atuais de sua vida profissional relacionados ao tema pesquisado.

Conforme Demzin e Lincoln (2006, p.37), “a pesquisa qualitativa é infinitamente criativa e interpretativa. A tarefa do pesquisador não se resume a deixar o campo levando pilhas de materiais empíricos e então redigir facilmente suas descobertas. As interpretações qualitativas são construídas”. Dessa forma, os sujeitos investigados nas entrevistas não são em número elevado, porque não se busca quantificar opiniões; o verdadeiro interesse é revelar a variedade de pontos de vista e o que os justificam. Também, os entrevistados não são definidos por critérios estatísticos ou quantitativos, mas por suas características, competências, experiências ou perfis que os qualificam como informantes sobre o objeto pesquisado.

Nas pesquisas qualitativas, segundo Bauer e Gaskell (2003), não se deve utilizar o termo amostragem, porque denota uma amostra estatística probabilística ou aleatória da população. Nas pesquisas e entrevistas qualitativas, é necessário selecionar os entrevistados conforme o perfil necessário e desejado para abordar o fenômeno estudado. Conforme Mazzotti e Gewandsnajder (1999), é o pesquisador que escolhe propositadamente os sujeitos da pesquisa, de acordo com os interesses do estudo, disponibilidade e permanência no campo de estudo.

Para explorar as diferentes apreciações sobre o objeto de pesquisa, não é preciso entrevistar toda população estudada ou grande parte dela – o fundamental é garantir que os diferentes posicionamentos sejam captados pelo pesquisador. O objetivo é maximizar a possibilidade de entendimento das diferentes posições sobre o assunto. Assim, tornou-se necessário estabelecer critérios para a seleção dos entrevistados. Para Bauer e Gaskell (2003), pode-se empregar a seleção por aspectos sociais, demográficos, taxonômicos ou por grupos

“naturais” ou ambientes sociais – pessoas que integram um grupo por partilharem passado ou presente comum, ler os mesmos veículos de comunicação ou ter interesses e valores semelhantes. Segundo os autores, não existe um método para selecionar os entrevistados das pesquisas qualitativas, sendo indispensável ao pesquisador a “imaginação social científica” para essa definição (BAUER e GASKELL, 2003, p.70).

Dessa forma, os entrevistados foram sendo determinados pelas características de grupos “naturais” ou ambientes sociais, definindo como entrevistados os funcionários concursados da SEME que ocupam, ou ocuparam função de gestores de projetos e programas esportivos, e os ex-funcionários (concursados) que exerceram esse papel por um período mínimo de oito anos e trabalharam nas gestões dos prefeitos Kassab e Haddad.

A estipulação desses atores deve-se ao fato de apresentarem em comum a responsabilidade e o objetivo da gestão esportiva da cidade de São Paulo, constituindo, assim, um grupo social específico e sem compromisso partidário com o Secretário de Esportes, uma vez que não são cargos de confiança política e sim técnicos da gestão esportiva, que os credenciam a serem convededores dos investimentos em esporte da SEME, em diferentes gestões políticas; de diferenciarem as manifestações esportivas e experiência mínima com as alterações políticas, sociais, econômicas que interferem nas políticas públicas de esporte do município de São Paulo. Eles possuem informações imprescindíveis e determinantes para desvendar, revelar e compreender o objeto de pesquisa em pauta.

Para a determinação dos entrevistados, seguiu-se o que sugerem Lincon e Guba (1985, apud MAZZOTTI e GEWANDSNAJDER, 1999) como técnica da “bola de neve”, que consiste em identificar alguns sujeitos com o perfil desejado para a pesquisa e solicitar que indiquem outros e, assim, continuamente, até que a coleta alcance o ponto de redundância, ou seja, quando os entrevistados não relatam novas informações sobre o objeto investigado. Portanto, não se definiu o número de sujeitos entrevistados antecipadamente ao processo de coleta de dados, constituindo-se em ação ulterior.

Dessa forma, iniciaram-se as entrevistas com os funcionários efetivos da SEME e, durante as conversas, solicitava-se a indicação de colegas funcionários que pudessem esclarecer dúvidas que ele, ou ela, não tinha conhecimento. Assim, foram sendo levantados os sujeitos da pesquisa que, ao final, chegou ao montante de nove gestores públicos, em razão do pesquisador concluir que não emergiam das falas e respostas dos funcionários e aposentados da SEME, novas informações relevantes ao desígnio da pesquisa.

Os selecionados para as entrevistas foram: seis funcionários da SEME em efetivo exercício das funções; dois ex-funcionários aposentados que trabalharam até 2014; e um

aposentado e recontratado atualmente com cargo comissionado na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo, totalizando nove entrevistados.

O tempo no serviço público dos entrevistados varia de 08 a 33 anos como funcionários públicos de carreira da SEME, todos com no mínimo a formação em Educação Física e pós-graduação *lato-sensu* em diversas áreas, sendo que cinco profissionais possuem uma segunda formação (Pedagogia, em sua maioria), dois com doutorado em Educação, um doutorando na área de Saúde e cinco com MBA em Gestão Pública.

Os sete gestores públicos de esporte em exercício das funções atuam nas diferentes coordenadorias da SEME. Dois deles chegaram a ocupar a função de Secretário Adjunto de Esportes de São Paulo em algumas gestões. Portanto, todos os sujeitos entrevistados trabalharam na SEME durante as duas últimas gestões e passaram pelo momento de preparação para a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, ao possível planejamento de legados do megaevento e, posteriormente, à realização do megaevento esportivo.

No intuito de manter o anonimato dos sujeitos entrevistados, durante a descrição das informações, optou-se por criar nomes fictícios para identificá-los. Por serem nove sujeitos, a escolha recaiu pelo nome dos Planetas do Sistema Solar, que são em mesmo número, portanto: Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno e Plutão.

Os sujeitos entrevistados representaram as seguintes Coordenadorias: Marte, Júpiter e Saturno são funcionários da Coordenadoria de Gestão das Políticas e Programas de Esporte e Lazer (CGPE); Netuno é gestor da Coordenadoria de Gestão Estratégica de Equipamentos (CGEE); Plutão, atualmente, trabalha na Coordenadoria de Gestão de Parcerias e Organizações Sociais (CGPO) e Mercúrio e Saturno são da Assessoria de Planejamento e Informação (API), englobando as coordenadorias responsáveis pela gestão de esporte, lazer e recreação da cidade de São Paulo. Já Vênus e Terra são ex-funcionários de carreira da SEME e transitaram por várias coordenadorias e assessorias da secretaria, exercendo a função de coordenadores das coordenadorias.

Não foi entrevistado funcionário da Coordenadoria de Gestão do Esporte de Alto rendimento (CGEA), em razão de entender que não teria informação sobre as políticas de esporte educacional do município, uma vez que o foco dessa coordenadoria é o esporte de alto rendimento, mais especificamente a gestão do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa. Também não foram entrevistados funcionários do Núcleo de Suporte Interno (NSI), responsável pela tecnologia da informação, suprimentos e serviços gerais e do Núcleo de Orçamento e Finanças (NOF) e a Assessoria Jurídica, devido a não terem funcionários de carreira nesses núcleos. O NSI é terceirizado à empresa de tecnologia e o NOF é todo

formado por cargos de confiança do Gabinete do Secretário, o mesmo acontecendo com a Assessoria Jurídica. O Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) e o Centro de Documentação e Biblioteca não foram ouvidos porque não exercem função de gestão dos projetos e programas de esporte, realizando função específica – não tem em seus quadros professores ou gestores esportivos.

A entrevista individual constituiu-se em uma conversa, com duração entre uma e duas horas, em que o pesquisador orientou o menos possível as falas dos entrevistados – é impossível, vale ressaltar, não ocorrer nenhum tipo de interveniência, pois, ao mesmo tempo, é necessário orientar o entrevistado para conseguir as informações fundamentais a fim de desnudar o objeto de estudo. Para Poupart (2008, p.228), a entrevista é difícil de ser realizada e exige conhecimentos e habilidades para ser desenvolvida, mas “sempre foi considerada como um meio adequado para levar uma pessoa a dizer o que pensa, a descrever o que viveu ou o que viu, ou aquilo de que foi testemunha”.

Para a realização de uma ótima entrevista em que se obtenha a visão, entendimento e experiência dos sujeitos, para Bauer e Gaskell (2003), primeiramente é necessário construir um tópico guia abrangendo o problema e temas da pesquisa, que favoreça a orientação do entrevistado e a formulação de perguntas para descrição, informação contextual, projeções, e demonstração da opinião pessoal etc. Dessa forma, elaborou-se o guia de temas abordados durante a entrevista com os seguintes tópicos: investimentos em esporte; programas, projetos e eventos esportivos; as dimensões do esporte na cidade de São Paulo; gestão dos Secretários Municipais de Esporte, Lazer e Recreação e, por fim, Copa do Mundo FIFA 2014 e seus legados.

Posteriormente, entrou-se, pessoalmente, em contato com os funcionários da SEME, durante o expediente de trabalho, buscando identificar os sujeitos com o perfil descrito na seleção dos entrevistados. Após as primeiras entrevistas, solicitou-se que indicassem outros funcionários e ex-funcionários, com o mesmo perfil, para a continuidade da pesquisa. Essa tarefa foi facilitada em virtude de o pesquisador relacionar-se com a SEME devido a trabalhos profissionais desenvolvidos em parceria com o órgão público em anos anteriores e conhecer alguns dos colaboradores e ter acesso facilitado aos gestores.

Após a aplicação de todas as entrevistas, realizou-se a transcrição, o que possibilitou a imersão do pesquisador no texto, no processo de ler, reler e analisar, com a consecução da técnica de Análise de Conteúdo dos discursos dos gestores da SEME transcritos no texto. Assim, a partir de Bardin (2011), realizou-se a análise de maneira cronológica: a) pré-análise; b) análise do material; c) tratamento dos resultados, inferência e

interpretação, em busca de contradições, atitudes e opiniões dos gestores esportivos da cidade que revelam os legados para o esporte educacional no município.

As categorias de análise foram estabelecidas *a posteriori* – a técnica de entrevista não-dirigida faz emergir dimensões e informações novas, não apreendidas anteriormente pelo pesquisador (POUPART, 2008), mesmo ao debruçar-se exaustiva e incessantemente sobre o referencial teórico do tema de pesquisa.

Dessa maneira, durante a reflexão sobre os dados levantados e análise das informações para a formulação dos resultados é que foi possível descrever e analisar o objeto de estudo, a partir das categorias estabelecidas, conforme demonstrado no decorrer desta pesquisa.

Capítulo II

Esporte: conceito e história

Atualmente, deparamo-nos, quase todos os dias, com o esporte, seja apenas por meio de uma mensagem midiática ou pelo contato direto e efetivo com a vivência esportiva. Existem noticiários em jornais impressos, na televisão e rádio específicos sobre esporte que geram inúmeras informações, tem os espetáculos ao vivo ou transmitidos pela mídia, além dos comerciais com atividades esportivas para a venda de equipamentos, suplementos ou materiais esportivos. Também existem as recomendações para a manutenção ou melhora da saúde com a prática esportiva.

Ainda, pode-se observar, no caso do Brasil, crianças e adultos jogando futebol na rua, no clube, em casa, na escola. Nessa perspectiva, o fenômeno esportivo, definitivamente, compõe a cultura e os costumes da sociedade contemporânea. Entretanto, nota-se o uso cotidiano do termo esporte com diversos sentidos e significados. Algumas vezes, o senso comum denomina, de maneira generalizada, muitas, ou todas, as atividades físicas como esporte, até para aquelas distantes do entendimento mais estrito de esporte, como por exemplo, as práticas de ginásticas para a manutenção da saúde, especialmente, quando aparecem em falas de senso comum que se ouvem frases, como: você faz esporte para manter a saúde, ou pratique esporte e emagreça, entre outras.

2.1. Conceito de esporte

Faz-se necessário, portanto, esclarecer e delimitar o que é esporte, esse fenômeno sociocultural na atualidade. Mas, determiná-lo, a partir somente de uma manifestação ou significado, configura-se um reducionismo e, ao mesmo tempo, ingenuidade. Nos distintos círculos de convivência social – seja a família, a escola, o trabalho ou os amigos –, são reproduzidos os discursos existentes divulgados pela mídia e comunidade, ou seja, discursos sobre o esporte fundamentados no senso comum.

A reprodução originada sob o senso comum é uma categoria importante para a análise crítica do esporte, porque, para o senso comum, caminhar no parque, jogar vôlei na praia, ou mesmo uma partida de futebol do campeonato nacional, são práticas esportivas. Será

que o sentido de uma prática de esporte nas aulas de educação física escolar é o mesmo das disputas dos Jogos Olímpicos? Pode-se abordar as diferentes formas e tipos de manifestação esportiva sob um único prisma e definir um conceito único para o esporte?

Caso seja validado e reforçado o esporte como fenômeno revestido dessa dimensão do senso comum, sem as necessárias reflexões sobre o fenômeno social neste atual período da sociedade, corre-se o risco de aproximar-se de um discurso cujo significado será aquele que se quiser dar. Conforme Geertz (1998, p.114), “religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade”. O autor, demonstrando a articulação e permanência do discurso do senso comum, como afirmação e conceituação de autoridade, o aproxima do mítico:

O bom senso [operador simbólico das ações no senso comum] é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízo [...] Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar (GEERTZ, 1998, p.116).

É a partir das assertivas de Geertz (idem) que se consegue articular e compreender, esse universo tão multifacetado, polimorfo e polissêmico do esporte, a multiplicidade de versões, conceitos e generalizações, que se repetem nas narrativas permeadas pelas experiências diretamente vividas entre os atores e/ou propagadas ilimitadamente pela mídia, que inundam o cotidiano das pessoas com informações sobre esporte nos mais variados contextos.

O esporte é um fenômeno social total e amplo, com diferentes contextos e formas de manifestações, logo o entendimento de esporte não pode ser reduzido a apenas uma forma de expressão (STIGGER, 2005). Afirmações deterministas, maniqueístas e, muitas vezes, dicotômicas são pronunciadas a todo instante – “esporte é competição, guerra”, “esporte é paz”, “esporte é educação”, “esporte não é educação”, “esporte é cultura”, “esporte é alienação”, “esporte é saúde”, “esporte é prejudicial”, “esporte integra as pessoas” ou “esporte segregado” –, mas são limitadas, frágeis e controversas, porque as práticas esportivas devem ser contextualizadas. O esporte, semelhante a outras manifestações culturais, apresenta grande

elasticidade semântica e usos muito diferentes, e, algumas vezes, opostos (BOURDIEU, 1990).

O conceito de esporte, inicialmente, parece ser simples, claro e de conhecimento de todos, porém é um assunto polêmico, em razão, especialmente, das inúmeras formas de atividades esportivas, além de serem as definições múltiplas e complexas – observa-se que muitas definições de esporte são refutadas por excluírem manifestações esportivas.

Koselleck (*apud* MELO, 2010) alerta para as distinções entre as palavras e os conceitos: “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos” (2010, p.107). A partir dessas considerações, Melo (2010) levanta algumas questões: o Esporte, durante seu desenvolvimento histórico, apresenta essas características? Ocorrem a generalização e polissemia suficiente para considerar o esporte um conceito?

Constata-se na história que, em determinado momento, se sistematiza a palavra *sport* (origem inglesa) para significar as práticas corporais competitivas, expressando determinado conceito. Indicador que um grande número das formas modernas de esporte teve a sua gênese na Inglaterra (DUNNING, 2014).

A palavra *sport* descende, na verdade de um termo anglo-francês, *desporter*. Não podemos esquecer que a Inglaterra foi governada por uma classe dirigente militar franco-normanda por cerca de dois séculos após a Conquista Normanda em 1066. *Desporter* significava “distrair-se” ou “deixar-se levar pelo prazer e pelo deleite” e, tendo passado pela forma transitória *dis-port* ou *disport*, finalmente se tornou *sport*, no sentido moderno que conhecemos, nos séculos XVII e XVIII. De fato, começou a ser usada por representantes da aristocracia e da pequena nobreza britânica como um substantivo que se referia a quatro atividades específicas: corridas de cavalo, críquete, boxe e caça à raposa. No século XVIII, caçadores de raposa começaram a fazer uso da expressão “a raposa nos proporcionou bom esporte esta manhã”, quer dizer, uma boa e empolgante perseguição. A palavra emergiu, portanto, como um termo genérico que cobria toda uma série de atividades de lazer e esse permanece entre seus sentidos ainda hoje (DUNNING, 2014, p.171).

O termo *sport* manteve-se, entretanto, pela expansão da prática de esportes e ampliação do número de manifestações e modalidades esportivas. O conceito foi se alterando ao longo dos tempos até o que se denominou de esporte moderno, no século XX. Nesse ínterim, surgiram neologismos, originados a partir da adição de adjetivos ou características de manifestações específicas, como esportes de aventura, esportes radicais, esportes náuticos, esportes a motor e outros tantos.

Com relação à palavra, seguindo a origem inglesa *sport*, verifica-se, ainda no mais antigo dicionário de português, o Vocabulário português e latino, escrito no século XVIII por Raphael Bluteau, a palavra “desporto” (originária do italiano *disporto*), descrita como “divertimento” (MELO, 2010), portanto continuava com significado semelhante.

No atual momento do século XXI, constatam-se diversas definições de esporte: Coakley (2008, p.6) o restringe à prática das atividades esportivas em si, ao afirmar que são “atividades competitivas institucionalizadas que envolvem grande dedicação física ou uso de habilidades físicas relativamente complexas pelos participantes, motivados por recompensas internas e externas”. De maneira semelhante, Marques, Almeida e Gutierrez (2007) apresentam o esporte como atividades corporais que buscam a realização e a afirmação das capacidades humanas, com regras e normas próprias, definidas pelos participantes da atividade ou por órgãos reguladores, sempre de cunho competitivo contra adversário, ou contra as próprias realizações.

Nos dias de hoje, é comum as pessoas compreenderem o esporte conforme as restritas definições tradicionais acima, as quais apenas denotam o esporte institucionalizado, extremamente corporal, hipercompetitivo e de alto-rendimento, em razão do senso comum que é reforçado pela mídia e pelas experiências corporais dos indivíduos no esporte que se reproduzem cotidianamente – fatos que comprovam o desconhecimento dos outros inúmeros tipos de manifestações esportivas.

Bento (1997) segue no mesmo sentido, apenas acrescentando que se trata de fenômeno sociocultural e que não é apenas institucionalizado, mas define esporte como atividades que se manifestam pela ação corporal, norteadas por regras de ação próprias, regulamentadas e institucionalizadas, direcionadas para competição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo.

A partir dessas definições mais tradicionais, muitas atividades esportivas não são reconhecidas nem classificadas como esporte – a exemplo das atividades recreativas, pesca, caça, esqui, alpinismo, motocross, automobilismo, xadrez – por não se tratar de competição com outra pessoa ou indivíduo ou não exigirem capacidade físicas, ou ainda, porque, nos esportes a motor ou com equipamentos e tecnologias diferenciados, esses fatores interferem nos resultados das competições.

Betti (2002, p. 29), entretanto, define o esporte a partir de múltiplos matizes teóricos, demonstrando que, atualmente, o esporte foi ampliado e engloba inúmeras práticas – pode-se dizer até infinitas –, apesar de ainda vinculá-lo à institucionalização: [...] é uma ação social institucionalizada, convencionalmente regrada, que se desenvolve com base lúdica em

forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, através de uma comparação de desempenhos, designar o vencedor ou registrar o recorde.

Notam-se conceitos mais amplos e abrangentes, que contemplam o esporte em seus diferentes aspectos sociais, períodos históricos e referenciais teóricos, como na definição de Marchi Junior (2014, p.s/n):

O esporte é compreendido como um fenômeno processual físico, social, econômico, cultural, historicamente construído (e dinâmico), presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais – independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade –, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente redimensionando seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização.

Ainda, pode-se compreender esporte, conforme Silva e Silva (2013, p.3), de forma mais poética e transcendente, como uma ação, um verbo, “cujo sentido é o de criar, inovar, ter prazer, sair do normal, sair da norma, divagar”.

Assim, entende-se que, atualmente, em razão das diversas possibilidades de esporte, como educação, saúde, divertimento, inclusão social, reabilitação física, além de competição e profissão, o melhor é compreender o esporte a partir de uma perspectiva polissêmica, ou seja, “o esporte numa perspectiva ampliada e de múltiplos sentidos, significados e contextos” (MARCHI JÚNIOR e AFONSO, 2007, p. 137).

Às vezes, chega-se ao extremo de generalizar como esporte todas as práticas da cultura corporal, como na definição da Organização das Nações Unidas (ONU), no relatório da Força Tarefa da Agência das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz (ONU, 2003-2015): “esporte são todas as formas de atividade física que contribuem para a boa forma física, para o bem-estar mental e para a interação social. Estas incluem a brincadeira; a recreação; o esporte organizado, casual e competitivo; e esportes ou jogos indígenas”.

Dessa forma, é necessário se remeter à ideia de Koselleck (*apud* Melo, 2010): “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expresso uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata se relaciona a uma situação concreta que é única” (1992, p.5), ou seja, mesmo que o termo esporte continue a ser pronunciado, escrito, discutido e refletido, o conteúdo pode ser distinto: “a história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas” (KOSELLECK, 1992, p. 7). O que não se pode negar do esporte é o que Nogueira (2003, p.81) escreveu de forma poética: “o esporte é uma das mais

ricas manifestações de vida que eu conheço. Contém todas as virtudes e todos os pecados da criatura humana, dos mais sublimes aos mais subalternos”.

Percebe-se que, nas definições, existem algumas assertivas comuns e alguns pontos de divergência, algumas poderiam até se complementar e outras se excluírem, demonstrando que o esporte é um fenômeno social total.

Nos diferentes conceitos de esporte listados, evidenciam-se as divergências quanto à institucionalização das regras e práticas ou à liberdade de vivência e das diversas possibilidades de práticas esportivas, como educacional, recreação, profissional e outras. Também se encontram distintos focos na delimitação do fenômeno esporte, quando se nota que alguns autores o apresentam a partir de um prisma mais amplo, revelando aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos e outros uma análise mais restrita com foco na descrição das atividades que caracterizam a prática corporal denominada esporte.

Quanto às semelhanças nas diferentes conceituações dos autores, predomina a prática físico-corporal, abrangência global e a competição, que se destaca como determinante para o esporte e que não é boa e nem má, pois não foi criada pelo esporte e sempre esteve presente na vida humana.

A razão desse alargamento e complexidade do conceito deve-se ao fato do entendimento de esporte pela sua vivência no cotidiano, pelo senso comum, conforme o *habitus* do sujeito e o Campo em que está inserido. Praticam esporte: uma criança que participa da partida de futebol, jogado entre meninos e meninas, na aula de educação física escolar; o homem de meia idade que se reúne aos amigos no clube social e disputa um descontraído jogo de futebol, com as regras, espaços e materiais adaptados ou alternativos; ou ainda, o jovem atleta que disputa uma partida do campeonato regional de futebol, com árbitros e regras institucionalizadas. Assim, a mesma modalidade de esporte pode significar e impactar os praticantes diferentemente, em razão de conter valores, contextos e sentidos diferentes (PRONI, 1998). Também a intenção, percepção e forma de acesso das classes sociais e dos atores envolvidos com a mesma manifestação esportiva pode variar e gerar sentidos diferentes.

Ainda, é possível somar a essas práticas esportivas os corredores à beira-mar nos finais de semana, os maratonistas dos jogos olímpicos, os senhores da terceira idade que jogam bocha em uma praça e as moças e senhoras que frequentam as academias de ginástica dos bairros dos diferentes estratos sociais.

Desse modo, constata-se que o esporte é um fenômeno heterogêneo, polissêmico e polimorfo, passível de diferentes olhares e paradigmas que levam a interpretações que o

constituem como processo educativo, atividade de lazer, prática promotora da saúde, atividade estética, espetáculo, entretenimento, trabalho e até simples diversão. As diversas percepções e compreensões das ações, objetivos, normas e funções do esporte derivam da interpretação dos praticantes dentro de seus contextos sociais (BOURDIEU, 1983 e 1990), em razão de os indivíduos estarem inseridos e serem influenciados socioculturalmente e reproduzirem o esporte de acordo com as características dominantes de sua sociedade e estrutura social.

A diversidade de concepções e práticas esportivas podem ser justificadas de acordo com a influência de três premissas básicas de Bourdieu (1983), que intervêm nas percepções, atitudes e ações dos sujeitos: (a) o conhecimento praxiológico, aquele que ocorre, no cotidiano, pela forma empírica com a relação do conhecimento subjetivo e objetivo; (b) a noção de *habitus*, ou seja, a práxis do sujeito a partir de vivências em um meio social, que constrói os padrões de observação, percepção, pensamento, escolha e ação do indivíduo; e (c) o conceito de Campo, redes coletivas que se formam a partir das relações entre os homens, onde se encontra todo o saber construído pelo grupo social e ocorrem as relações humanas e as disputas. As variáveis combinadas e derivadas desses aspectos acarretam as distintas interpretações e ações frente ao fenômeno esportivo.

O esporte expressa-se e se constitui nas diferentes manifestações, primeiramente, conforme o sentido que lhe é conferido pelos seus praticantes e atores, ou seja, as razões e os valores transmitidos que derivam das condições sociais, culturais e históricas dos envolvidos com o esporte. Assim, ele pode representar agressividade, violência, lucro, educação, paz, congraçamento, dependendo da manifestação esportiva constituída pelos valores de seus atores.

O segundo aspecto determinante do esporte são as características e regras da modalidade esportiva em questão, a exemplo de modalidades esportivas: vôlei, atletismo, futebol, tênis, esgrima, judô e outras centenas. Ao analisar o significado de uma prática esportiva para um esportista, é fundamental observar e avaliar o sentido e a modalidade específica, pois, para compreender uma forma de manifestação, é preciso conhecer a posição que ela ocupa no Campo esportivo (BOURDIEU, 1990).

Quanto à modalidade, há diferenças, por exemplo, entre uma partida de futebol e uma luta de boxe, um jogo de basquetebol e uma disputa no tênis, devido às características da competição, habilidades e capacidades físicas exigidas, e até de o ritual nas modalidades serem distintos – coletivo e individual, contato corporal ou não, mais ou menos agressiva. Esses aspectos influenciam na tensão, objetivos, estratégias e, consequentemente, apresentam

implicaturas nos valores, atitudes e comportamentos dos participantes e até dos espectadores. Da mesma maneira, uma partida de vôlei de jogadores profissionais se diferencia de um jogo entre amigos na praia por possuir sentidos divergentes, que caracterizam os objetivos, atitudes e ações das disputas.

A manifestação esportiva, então, é caracterizada pelo sentido aplicado à modalidade esportiva, ou seja, as razões e objetivos da manifestação. “Não se pode atribuir uma função social exclusiva a cada modalidade esportiva. Sem dúvida, uma mesma modalidade pode ser desfrutada como prática recreativa, ser ensinada como atividade pedagógica, ou ser comercializada como espetáculo de massa” (PRONI, 1998, p.75).

Dessa forma, retomando alguns exemplos expostos anteriormente, pode-se explicar como os sentidos e modalidades configuram as manifestações esportivas. Por exemplo, os jovens que disputam a partida do campeonato nacional de futebol – modalidade esportiva com suas regras e características – têm como razão a vitória, o espetáculo e o lucro, que são valores do esporte de alto rendimento – sentido do esporte para os atores dessa manifestação. As crianças, porém, que jogam futebol (mesma modalidade) na educação física escolar, têm como razão da prática a aprendizagem do respeito às regras e adversários, a cooperação entre o grupo, o desenvolvimento das capacidade e habilidades motoras, ou seja, compreendem o esporte como educacional (sentido). Há também o grupo de meia idade que se reúne para jogar futebol (modalidade) no parque, buscando diversão e prática de atividade física, com pessoas que se revezam e regras e espaços adaptados às suas necessidades, possibilidades e limitações – cujo sentido é um lazer ressignificado –, praticam a manifestação de esporte lazer. Os grupos praticam a mesma modalidade esportiva, porém estão enredados às situações e valores distintos, que caracterizam manifestações esportivas específicas.

Pode-se, então, inferir que o esporte é um fenômeno sociocultural que transmite valores de acordo com o sentido dado à prática. Inicialmente, o esporte moderno nasceu com valores, objetivos e função educativa e de lazer nas escolas burguesas inglesas, mas, durante seu desenvolvimento no século XX, passou a ser praticado com outros intuiitos e ocorreram alterações de valores e, consequentemente, surgiram os diferentes sentidos de prática esportiva. No atual contexto histórico, não se pode acreditar que o esporte é total e definitivamente ruim, como também é equivocado compreender como continuamente positivo, que sempre é saúde ou educação (MELANI, 2010).

2.2 Esporte moderno

O esporte é uma das manifestações culturais que apresenta mais transformações no decorrer de sua história, com alterações de ordem técnica, objetivos, administrativa e abordagens ou absorção pela sociedade. É um fenômeno social em processo de constituição, refletindo continuidades e rupturas que demonstram o alargamento de sua abrangência e o constitui em objeto de estudo da sociologia (SOUZA e MARCHI JUNIOR, 2010).

O esporte, entretanto, conforme Bourdieu (1990, p. 207), sofre a dupla negação de estudos sociológicos, pois os esportistas e professores de Educação Física não se interessam pelos estudos na esfera social, e os sociólogos relegam o fenômeno esportivo: “Assim, de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele, e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e a direito”. No mesmo sentido, Elias e Dunning (1985, p. 17) afirmam que:

[...] está implícita a ideia de que os sociólogos têm esquecido o desporto, principalmente porque só alguns conseguiram distanciar-se o suficiente dos valores dominantes e das formas de pensamento características das sociedades ocidentais, enfim, para terem a capacidade de compreender o significado social do desporto, os problemas que este coloca ou o campo de ação que oferece para a exploração de áreas da estrutura social e do comportamento que, na maior parte, são ignoradas nas teorias sociais.

O esporte moderno, em seu início, era visto com menosprezo, como atividade de lazer para o prazer, envolvendo mais o corpo que a mente e sem valor social e econômico, devido às circunstâncias da época, quando não existia ainda o interesse e os crescentes estudos atuais. O esporte não era entendido pelos sociólogos da época com seriedade.

O esporte como fenômeno social em construção, no campo acadêmico, tem apresentado como principais pesquisadores e referenciais teóricos a Sociologia Figuracional⁷

⁷ Sociologia Figuracional é a que estuda as relações humanas de forma processual (micro e macrossocial). O sentido figuracional é usado para ilustrar redes de interdependência entre indivíduos e a distribuição de poder nas mesmas. É importante apontar que Elias (1994) não tem uma visão estática dessas configurações e busca captá-las em contínuo processo de constituição e transformação. Nesse sentido, configurações não podem ser planejadas, programadas ou previstas porque são construídas e redimensionadas o tempo todo. Ele, inclusive, faz analogia das configurações com uma dança de salão, onde as ações das pessoas ao dançarem são interdependentes aquele local e no momento da dança. O tempo é postulado como um, dentre vários, elementos que têm acompanhado a evolução da humanidade. Outros aspectos que subsidiam suas afirmações são que ações e autores não são tratados separadamente, assim como indivíduo e sociedade não são dissociáveis. Trata-se, nas palavras do próprio autor, de uma prática sociológica que pretende “liberar o pensamento da compulsão de compreender termos como indivíduo e sociedade de maneira desarticulada”, como se fossem “simples opostos ou meras entidades ontologicamente diferentes” (ELIAS, 1994, p. 249).

de Norbert Elias e o Estudo de Campo e *habitus* de Pierre Bourdieu no processo de evolução dos estudos e produções acerca da temática sociologia do esporte.

Para Bourdieu (1990), não adianta analisar uma modalidade esportiva específica; é necessário compreender o esporte no espaço social de prática, reconhecer a posição do esporte no espaço e relacionar o espaço desse esporte com o espaço social no qual se manifesta. Segundo Bourdieu (1990, p. 208), “o trabalho do sociólogo consiste em estabelecer as propriedades socialmente pertinentes que fazem com que um esporte tenha afinidade com interesses, gostos e preferências de uma determinada categoria social”.

Bourdieu (1983, p. 137) ressalva que não se pode compreender diretamente os fenômenos esportivos em determinado tempo ou ambiente social, colocando-o em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades em que está inserido, uma vez que a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.

O autor afirma que, inicialmente, é preciso questionar sobre as condições históricas e sociais do fenômeno esporte moderno, que é aceito como óbvio, ou seja, analisar as condições sociais que levaram a constituição e existência de práticas e consumos esportivos: como foi se constituindo os agrupamentos esportivos, os produtos e produtores; vendedores de bens e serviços esportivos, e quando foi que esse sistema de agentes e instituições, que caracterizam o esporte moderno, se iniciou. Portanto, é necessário compreender como se consubstancia o fenômeno social esporte moderno.

Elias e Dunning (1985) procuram entender por que a moderação da violência nos passatempos, que é característica do esporte moderno, surge inicialmente entre as classes sociais mais altas da Inglaterra.

O Esporte moderno origina-se com a reorganização e estruturação dos Jogos populares ingleses, que se inicia no século XVIII, com a organização inicial da caça à raposa e do boxe, consolidados no século XIX. “O esporte moderno refere-se a uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII, e que, com esta, expandiu-se para o resto do mundo” (BRACHT, 1997, p.9). No início, “o conceito de desporto passou a estar associado aos divertimentos das classes inglesas mais altas, como se fosse uma espécie de marca distintiva” (ELIAS e DUNNING, 1985, p.61).

O esporte moderno é o resultado da alteração das características dos jogos das classes populares e da nobreza inglesa, os quais não eram mais compatíveis com o momento histórico e sócio-político, com a industrialização, urbanização, democratização e parlamentarização, que originam novas condições de vida – modificações da sociedade que se iniciaram no século XVIII e se intensificaram no XIX. As práticas corporais assumiram características, funções e objetivos diferentes, como educação, excitação, refinamento das atitudes e controle da agressividade (*Fair Play*⁸), rendimento físico, racionalização e busca de recorde, diferente do caráter religioso e festivo dos jogos tradicionais.

Para Brohm (1982), o surgimento do esporte moderno é originário de uma ruptura histórica. Acredita-se que o homem sempre realizou exercícios físicos e jogos, porém não podem ser caracterizados como esporte, porque, para isso, seria necessário haver competição. As práticas corporais do circo, as ginásticas e mesmo os jogos gregos tinham, em sua essência, a ludicidade, a festividade ou o sagrado, e o esporte moderno racionaliza e seculariza as práticas corporais.

Corroborando a assertiva de Brohm, Huizinga (1995) advertia que o esporte descaracterizava o jogo em um aspecto fundamental: a espontaneidade. O esporte tecnificava, racionalizava o jogo, o lúdico.

[...] esta sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte implica a perda de uma parte das características lúdicas mais puras. [...]. Uns e outros vão levando o esporte cada vez mais para longe da esfera lúdica propriamente dita, a ponto de transformá-lo numa coisa *sui generis*, que nem é jogo nem é seriedade. O esporte ocupa, na vida social moderna, um lugar que ao mesmo tempo acompanha o processo cultural e dele está separado, ao passo que nas civilizações arcaicas as grandes competições sempre fizeram parte das grandes festas, sendo indispensável para a saúde e a felicidade dos que nelas participavam. Esta ligação com o ritual foi completamente eliminada, o esporte se tornou profano, foi dessacralizado sob todos os aspectos e deixou de possuir qualquer ligação orgânica com a estrutura da sociedade, sobretudo quando é de iniciativa governamental (HUIZINGA, 1995, p.219-20).

⁸ O termo *Fair Play* é compreendido na língua portuguesa e francesa como “Espírito Esportivo”. Segundo Abe (1988), a primeira utilização foi apontada pelo “The Oxford English Dictionary on Historical Principles” na obra de Shakespeare *A vida e a obra do rei John*, de 1595, em uma cena em que um homem participa de uma audiência com o rei. Nessa situação o termo *Fair Play* foi utilizado como sinônimo de senso ou espírito de justiça social, equidade e imparcialidade, nas diversas situações vividas pelas pessoas. Nos demais dicionários pesquisados por Abe (1988), apareceram sempre como definição do termo *Fair Play* as palavras justiça, justiça social, conduta honesta e conduta imparcial. Atualmente, no esporte, é sintetizado como respeito às regras, árbitro, adversários e não violência (SANTOS, 2005, p.18-9).

As razões de as modalidades e instituições esportivas que conhecemos nos dias atuais terem sua gênese na Inglaterra devem-se, primeiramente, à formação do Estado nacional-democrático naquele país e à estruturação da sociedade industrial, com a concentração de pessoas nas cidades em razão da revolução industrial, da dinâmica da sociedade moderna e do avanço e prevalência da ideologia do direito burguês humanista e progressista (PRONI, 2002).

Parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha sido realizada nas grandes escolas reservadas às “*elites*” da sociedade burguesa, nas *Publics Schools* inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns *jogos populares*, isto é, vulgares, impondo-lhes uma mudança de significado e função [...] (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Com a nova configuração sociopolítica da vida moderna nas metrópoles, segundo Elias e Dunning (1985), torna-se necessário o processo civilizador⁹, que se constitui em termos práticos no controle e diminuição da violência interna cotidiana, na busca do debate e do refinamento das atitudes.

De acordo com Gebara (2002, p.21), o processo civilizatório tem base na tríade de controle: 1) centralização política, administrativa e controle da paz interna (surgimento dos Estados); 2) um processo de democratização, em razão do aumento das cadeias de interdependência, especialmente pelo nivelamento e pela democratização funcional do exercício do poder (ascensão da burguesia); 3) refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais – evidente aumento da consciência na regulação do comportamento.

Conforme os sociólogos figuracionais, somente no contexto de uma sociedade moderna, com o surgimento dos Estados democráticos, que se pacificava progressivamente, é que os jogos e outras práticas corporais se transformaram em esportes. Assim, o esporte é originado das atitudes e sensibilidades da modernidade (DIAS, 2010). “Foi no contexto de uma sociedade cada vez mais pacificada e submetida a formas mais eficazes de legislação

⁹ Para Nobert Elias, o processo civilizador compõe uma mudança a longo prazo na conduta e sentimentos humanos, rumo a uma direção muito específica, em termos práticos no autocontrole da sexualidade, agressão e emoções e diminuição da violência interna cotidiana, na busca do debate e do refinamento das atitudes. No entanto, reconhece que pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança. O processo de civilização é “cego”, não planejado, ocorreu gradualmente, na Europa, desde a Idade Média por meio de medidas conscientes, racionais, deliberadas, ao longo de séculos. Segundo Elias, a civilização não é racionalização, nem um produto da raça humana, nem mesmo o resultado de um planejamento a longo prazo. As causas são a formação do Estado Nação, a pacificação, centralidade política e administrativa, monopolização do uso da força física pelo Estado, impostos e equilíbrio de poder das classes sociais, ou seja, aumento da cadeia de interdependência (ELIAS e DUNNING, 1985; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2012, p.6).

parlamentar onde começaram a surgir formas modernas e reconhecíveis de esportes baseados em regras escritas” (DUNNING, 2003, p. 72).

Segundo Elias e Dunning (1985), a formação do parlamento inglês, no século XVIII, pela Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, com facções hostis de estratos sociais diferentes – pequena nobreza sem título, comerciantes e a aristocracia proprietária de terras – e a gênese do esporte apresentam nexos e semelhanças. No regime parlamentar, as facções ou partidos necessitavam dominar os adversários políticos e de classe sem uso da violência, como nunca antes acontecera.

As facções hostis, unidas por um código de cavalheiro, competiam em um confronto não violento no parlamento, segundo regras combinadas a partir da sensibilidade e de conduta de cavalheiros estabelecida entre as diferentes facções – fato absolutamente novo na época. Nas palavras de Elias e Dunning (1985, p.59),

como ambos os grupos perderam gradualmente a sua desconfiança mútua e desistiram da violência e respectivas técnicas, tiveram de aprender, por esse fato, ao mesmo tempo, a desenvolver novas competências técnicas e estratégicas exigidas pelo confronto não violento. As técnicas militares deram lugar às técnicas verbais do debate feitas de retórica e de persuasão, a maior parte das quais exigia mais contenção geral, identificando de modo nítido esta mudança como um avanço da civilização. Foi esta alteração, a maior sensibilidade quanto à utilização da violência, que, refletida nos hábitos sociais dos indivíduos, encontrou também expressão no desenvolvimento dos seus divertimentos. A “parlamentarização” das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na “desportivização” dos seus passatempos.

Assim, surge o esporte moderno, como forma de refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais, em substituição aos jogos populares, existentes antes dos Estados modernos, que eram extremamente violentos, grosseiros e menos civilizados. Dessa forma, o Estado, por meio das Escolas e das Associações, passa a regulamentar as práticas corporais e físicas de maneira a controlar a agressividade e possibilitar a generalização dos sistemas de regras pelo Estado.

Para Elias e Dunning (1985), o esporte é valorizado na sociedade inglesa, em razão de terem atingido avançado nível de civilização e necessitarem sublimar os fortes sentimentos, tensões e *stress* de forma harmoniosa e sem violência. O esporte promove tensões miméticas sob forma de excitação agradável, controlada e equilibrada,

[...] que é susceptível de contrabalançar as tensões, normalmente desagradáveis, das pressões privadas do *stress* inerente às sociedades,

proporcionando uma forma de restauração de energias. [...] uma aceitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo ou desespero (ELIAS e DUNNING, 1985, p.73; 79).

As formas de lazer são miméticas da excitação para complementar o controle e restrição à emotividade e agressividade nas sociedades desenvolvidas – o esporte possibilita experimentar desafios e a alegria de um combate com o mínimo de riscos para as pessoas e sociedade.

Constata-se a violência das disputas e os combates intergrupais nos jogos, que eram proibidos pelas autoridades da Grã-Bretanha, a exemplo do que foi relatado num texto escrito por Carew, que viveu no século XVII. Nele, foi descrito um jogo rural (*Burling*) praticado na Inglaterra, com uma esfera de prata carregada ao *goal* em um campo entre duas vilas, com aproximadamente 6 km de distância:

Todo aquele que apreender a bola, se encontrará geralmente perseguido pelo time adversário; eles não o deixarão, até que [...] esteja derrubado nesta terra de Deus; e uma vez caído, desabilitado para deter a bola a jogará aos de seu time, ao mais distante, que deverá fugir de qualquer maneira [...] Os *Hurlers* (jogadores do *Burling*) abrem caminhos por montes, escarpados, vales, várzeas, muros, arbustos, lamaçais, atoleiros ou qualquer obstáculo, de modo que algumas vezes pode-sevê-lo em grupos de 20 ou 30 lutando na água, engalfinhandose pela bola. Um jogo (altamente) rude e áspero, e como não seja destituído de regras e planos de ação, de alguma maneira assemelham-se aos efeitos de guerra: há cavaleiros bem colocados [...] de um ou outro lado... prontos para se afastarem com a bola se a puderem recuperar [...] Mas [...] nenhum cavalga longe o suficiente rápido, sem certamente encontrar na esquina de algum muro, sob uma ponte ou escondido na água, aquele que o busca... e se sua boa sorte não o aguarda [...] ele pagará o preço pelo roubo, com sua queda e de seu cavalo [...]

A bola neste jogo pode ser comparada a um espírito infernal: quem quer que a agarre, tentará fugir como um homem enlouquecido, brigando e lutando com aqueles que o queriam capturar e logo lhe tomarão a bola, e ele resignará sua loucura em favor do receptor, e recuperará a paz de antes. Não posso resolver se devo elogiar o jogo, pela hombridade e exercício, ou condená-lo, pelo tumulto e danos que provoca, uma vez que...produz corpos fortes, firmes e ágeis, e põe a coragem necessária em seus corações para encontrar o inimigo cara a cara [...], mas é acompanhado por muitos perigos, alguns que derrubam os jogadores. Prova disso é que quando terminado o jogo, pode-sevê-los repousando em casa, como vítimas de uma batalha, com cabeças ensanguentadas, ossos quebrados e fora do lugar, e machucados que servirão para lhes encurtar os dias. Contudo, o jogo é bom, e nunca *Attourney* (procurados ou advogado) ou *Crowner* (aquele que coroa) se incomodaram com o tema (CAREW, 1602 *apud* DUNNING e SHEARD, 1979, p. 27).

A esportivização dos jogos populares ocorrida nas *Publics Schools* inglesas faziam parte de um conjunto de ações dirigidas a moldar, controlar, formar e produzir comportamentos, que seguiam os valores burgueses. Essas escolas aristocráticas objetivavam cultivar os líderes da sociedade inglesa, ou seja, os dirigentes políticos, empresários e homens de Estado (MELANI, 2010).

O futebol consiste em exemplo de fenômeno esportivo de grande relevância para o entendimento do processo de esportivização de modo interdependente ao cognominado processo civilizador de Nobert Elias, em razão de haver intenso entrelaçamento entre configurações sociais, políticas e econômicas com os esportes. Talvez, por sua entrada nos diferentes estratos sociais, concorreu para disciplinar o nível generalizado de violência dos costumes e divertimentos na esfera pública das sociedades ocidentais (TOLEDO, 2000).

A gênese do esporte moderno não escapa à lógica mais ampla da obra de Nobert Elias, que é a de identificar o acionamento de uma macrotendência social, que ele próprio designa como um processo de civilização dos costumes. Para Elias e Dunning (1985), as características dos jogos praticados no contexto histórico moderno se distinguem das práticas anteriores. O esporte não teria equivalências, por exemplo, com os jogos da Antiguidade. O pancrácio¹⁰ e o boxe – para tomar um caso apresentado pelo próprio Elias – se diferenciam entre si exatamente pelo fato de o último assumir uma forma “mais civilizada” com relação ao primeiro, ou seja, a forma de se jogar em uma sociedade civilizada tende a assumir tais características (ELIAS e DUNNING, 1985).

Os autores descrevem o esporte como uma prática – atividade e espaço – de controle ou descontrole (controlado) das emoções. Dessa forma, o esporte é entendido e detalhado como desdobramentos de suas ideias e teorizações do processo civilizador, compreendido como um progressivo controle da natureza e das relações sociais, com um respectivo grau de autocontrole individual. Para esses autores, o esporte não é independente de outros aspectos sociais, pois trata-se de empreendimento de seres humanos os quais realizam e participam de muitas ações em diversas esferas da sociedade: política, econômica, religiosa, educação, lazer e outras.

A segunda causa da origem inglesa do esporte foi o acúmulo de capital da burguesia, gerado pela produção industrial em larga escala (Revolução Industrial, séc. XVIII),

¹⁰ Arte marcial da Grécia antiga e esporte gladiatório, o pancrácio era uma fusão de técnicas de luta, que incluíam a luta grega, boxe, estrangulamento, chutes, golpes e técnicas de travamento das articulações. Na verdade, o pancrácio só não permitia morder, arranhar e arrancar o olho do oponente – tudo o mais era considerado legal na competição. O termo pancrácio vem do grego “pancratium”, que significa “cerco total” ou “poderes totais” (PARANÁ.SEDUC, 2015).

e com o consequente poderio econômico da burguesia e a conquista de tempo livre. Já que não precisava mais dedicar-se tanto ao trabalho, a burguesia passa a procurar práticas que a diferem do proletariado e a aproximem da aristocracia inglesa, com sua elegância, cavalheirismo e princípios. Uma dessas atividades foram os jogos e disputas realizados no tempo livre.

Associações burguesas foram criadas para a prática e apreciação do esporte, prática que reunia os valores da classe burguesa: competição, rendimento e produção, porém norteados pelo princípio do *Fair Play* (jogo limpo, não violência, honestidade, ética, respeito ao árbitro, regras e adversário, solidariedade, cooperação, interação, etc.), com similitudes ao cavalheirismo da aristocracia inglesa. Essas associações foram as responsáveis pela codificação e normatização das práticas esportivas para possibilitar as disputas entre as equipes e associações de diferentes regiões.

A busca de distinção da classe burguesa em relação ao proletariado, com a prática de esportes e adoção de estilo de vida diferenciado, pode ser explicada com a assertiva de Bourdieu (1988, p. 223): “há tantos espaços de preferência como universos de possíveis estilos e cada um desses universos [...] proporciona os diferentes traços distintivos que, funcionando como sistema de diferenças, de variações diferenciais, permitem expressar as mais fundamentais diferenças sociais de forma completa [...].

Assim, pela valorização das práticas esportivas pelas classes dominantes, a relação esporte e desenvolvimento do autocontrole, disciplina, refinamento e cavalheirismo (processo civilizatório), o esporte chega às escolas burguesas (*Public School*). Thomas Arnold introduz, em 1828, no Colégio Rugby, com a finalidade de reduzir o vandalismo dos jovens nos tempos livres e de desenvolver valores educacionais para redução da violência. Assim, oferece atividades físicas com caráter pedagógico às classes aristocrática e burguesa inglesa, procurando regulamentar os jogos populares a partir do princípio do *Fair Play*.

Logo, o esporte moderno começa a ser organizado alicerçando-se em valores éticos e morais das classes dominantes e torna-se componente curricular das escolas inglesas. Acreditava-se que as atitudes e os valores, ao serem incorporados nas práticas esportivas, seriam estendidos a todas as formas de comportamento dos homens (SANTOS, 2005).

O esporte é determinado como atividade moderada e regrada, com normas escritas, número pré-estabelecido de jogadores e igualdade numérica entre as equipes, um processo de “regulamentação dos passatempos”, normatizações que antes não existiam nos jogos. Assim, o surgimento de regras escritas e de associações locais e nacionais seriam aspectos bastante exemplares da homogeneização das práticas corporais (ELIAS e

DUNNING, 1985). Os exemplos de regulamentação, institucionalização e burocratização, apontados pelos autores, são a criação de categorias de peso no boxe entre os anos de 1850 a 1860 e a limitação do número de assaltos nas lutas em 1865.

Os jogos foram gradualmente codificados, estruturados e formalizados, nas escolas públicas inglesas, originando a criação ou organização de práticas esportivas muito próximos do formato e estrutura das manifestações esportivas atualmente conhecidas – boxe, esgrima, futebol, tênis, golfe, *rugby* e atletismo –, enfatizando-se a influência socializante dos jogos esportivos na promoção da lealdade, cooperação e honestidade (valores burgueses) (BETTI, 1991).

A necessidade da criação e aplicação de regras claras, objetivas, rígidas e “universais” é imposta a partir do momento em que as práticas esportivas se estabelecem entre as diferentes instituições escolares, e depois entre equipes de regiões diferentes.

O esporte começa a se ampliar, com a disputa de torneios e campeonatos pela Inglaterra. A autonomia relativa do campo das práticas esportivas começa a se afirmar quando se entrega aos grupos esportivos as possibilidades de autogestão e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado inglês.

Assim, a independência na gestão esportiva concretizava-se na elaboração dos regulamentos específicos e constituição de um corpo de dirigentes (*governing bodies*) recrutados, pelo menos em sua origem, entre os *old boys* das *public schools*. Essas entidades ou grupos eram investidos de direito e responsabilidade de fixar as normas de participação nas disputas e campeonatos, de regulamentar e exercer os aspectos disciplinares (exclusões, sanções, etc.), impor e manter o respeito às regras, companheiros, adversários e árbitros e aos regulamentos específicos elaborados por eles. Também, podiam conceder títulos específicos, como títulos de mérito esportivos e, como na Inglaterra, os títulos de treinadores (PILATTI, 2006).

Segundo Elias e Dunning (1985), na Inglaterra, os cavalheiros se reuniam livremente e instituíam associações e clubes, espaços cruciais para o desenvolvimento e expansão do esporte. Os autores descrevem a origem da sistematização do esporte:

Numa fase inicial, talvez dentro de um condado, os cavalheiros formavam, deste modo, um clube regional, cujos membros concordavam na unificação das tradições locais. A este nível elevado de interação, o acordo quanto às regras, a concordância quanto à sua alteração, caso se verificasse não serem totalmente satisfatória, representou uma condição importante no desenvolvimento de um divertimento tradicional na direção do esporte. O acordo quanto o quadro de regras e quanto aos costumes sociais associados ao jogo seguia habitualmente de mão dada, com o desenvolvimento de um

órgão fiscalizador que garantia o respeito pelas regras e designava os juízes para os jogos, se fossem necessários. Isto foi o primeiro passo no caminho para um desenvolvimento que hoje é considerado garantido e, como resultado dessa atitude, faltam conceitos apropriados. Pode dizer-se que as variantes de desporto começam a assumir um caráter próprio, que se manifesta e sobrepõe às pessoas que o jogam. [...] O mais elevado nível de organização de um clube regulador e supervisor dotava o jogo de um grau de autonomia em relação aos jogadores (ELIAS e DUNNING, 1985, p.66).

A multiplicação dos torneios entre clubes de diversas regiões exige a ampliação da abrangência territorial dessas instituições regulatórias que, consequentemente, passam a buscar a unificação e universalização da normatização das práticas esportivas. Exemplo apresentado por Elias e Dunning (1985) é a codificação do futebol, com regulamentação e uniformidade em nível nacional (Inglaterra), ocorrida próximo a 1863.

A institucionalização esportiva foi acompanhada de uma filosofia do esporte, arquitetada no interior da aristocracia e burguesia – os estratos sociais que praticavam e dominavam o esporte na segunda metade do século XIX e início do XX – como atividade de lazer no tempo livre, determinando, entre outras coisas, o amadorismo como princípio para os esportistas.

O espírito amador no esporte tornou-se fundamental para as classes dominantes imporem seus valores e padrões comportamentais. Por um lado, as atitudes e exigências do esporte possibilitavam a formação das características e virtudes necessárias aos futuros líderes (rendimento, trabalho em equipe, liderança, etc.); por outro, os limites impostos pelas regras, sintetizadas no jogo limpo (*Fair Play*) privilegiava a disposição cavalheiresca, com intuito educacional e civilizatório (PILATTI, 2006).

Essa ética construída e mantida no interior das elites inglesas teve seu clímax em 1896, com a realização da primeira Olimpíada dos tempos modernos em Atenas, Grécia, planejada e realizada pelo aristocrata Barão Pierre de Coubertin com os princípios e a essência da moral burguesa. Bourdieu (1983) lembra que, no início, o Comitê Olímpico era composto por duques, condes e lorde, todos de nobreza antiga; as organizações internacionais e nacionais do esporte também apresentavam membros com as mesmas titulações, ou seja, o controle do esporte encontrava-se nas classes dominantes.

O crescimento da economia, consequência da expansão industrial, marítima e comercial dos países europeus, levou à exportação de mercadorias, tecnologia, expertise (mão de obra especializada) e, com isso, também a sua cultura, inclusive as das práticas esportivas, para os países periféricos (OURIQUES, 2014a). Também, os indivíduos dos países em desenvolvimento que se embebiam da cultura europeia, quando realizaram estudos

acadêmicos nesses países, ao voltarem, difundiam as novas práticas da cultura corporal europeia vivenciadas, como exemplo, a versão histórica do futebol no Brasil creditada ao retorno de Charles Muller¹¹ ao país.

Assim, muitos países do mundo, senão a totalidade, receberam as práticas culturais, valores e normas da sociedade europeia, que conformaram uma forma de ver e viver no mundo com uma pretensão universal capitalista. Atrás da bandeira imperialista que invadia todas as nações do mundo, seguia sempre alguma prática esportiva e de lazer, algo que, aos poucos, era incorporado à cultura local e, mais adiante, seria definido como “cultura nacional”.

Jullien (2009) explora o paradoxo entre uma pretensão de cultura universal e sua origem em determinada cultura, criticando as tentativas de manifestação de universalismo cultural, ou seja, a imposição de uma cultura dominante como única. Conforme o autor, somente o que é necessário, *a priori*, é Universal – uma prescrição fundada em uma necessidade, expressão da razão, comprovada pela ciência, exigência inegociável e irrevogável.

No caso do esporte, as classes dominantes inglesas utilizaram e exportaram os princípios do esporte para desenvolver, junto à classe proletária e populações de outros países valores, como disciplina, hierarquia e rendimento. Assim, a difusão e regulação das práticas de lazer dos trabalhadores, em todo o mundo, atenderam aos interesses hegemônicos, sob o pretexto da higienização e, consequentemente, da melhora da saúde, que promovem o aumento da produção no trabalho (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004).

Brohm (1978) aponta criticamente quatro aspectos que foram fundamentais para o desenvolvimento do esporte: a) aumento do tempo livre e o desenvolvimento do ócio; b) a universalização dos intercâmbios mediante os transportes e os meios de comunicação de massa; c) a revolução técnico-científica; d) a revolução democrático-burguesa e o enfrentamento das nações no plano internacional. Para Brohm (1978, p.121), o esporte é “o último sistema superestrutural no qual floresce o direito burguês humanista e progressista, que havia iniciado uma brilhante carreira no código comercial e no direito civil”.

¹¹ Filho de um pai escocês chamado John d'Silva Miller, que veio ao Brasil para trabalhar na São Paulo Railway Company, e mãe brasileira de ascendência inglesa chamada Carlota Antunes Fox. Aos dez anos, foi estudar na Inglaterra. Desembarcou em Southampton, no sul das ilhas britânicas, e aprendeu a jogar futebol na Bannister Court School. Atuando como jogador, árbitro e dirigente desde o princípio – e mais tarde apenas nas duas últimas funções – foi um entusiasta do desporto em geral. Charles Miller (entre outros) foi um dos grandes disseminadores do futebol no Brasil, ao retornar ao país trazendo as regras uniformes e bola para a prática do futebol.

A restauração dos Jogos Olímpicos Modernos, em 1896, inicialmente, aproximou as nações e educou jovens dentro dos princípios do olimpismo¹²: excelência, amizade e respeito, cujo objetivo era o de criar estilo de vida baseado no esforço, no valor educativo do exemplo e respeito pelos princípios éticos fundamentais. Percebe-se que os valores, princípios e objetivos do Olimpismo originaram-se da moral burguesa.

Em 1896, o movimento Olímpico restabeleceu a realização periódica dos Jogos Olímpicos, responsáveis “por uma grande propagação do Esporte pelo mundo, além disso, a participação nos jogos agregou o sentimento de representação nacional e muitos países utilizaram este valor para angariar prestígio político internacional” (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004, p.112). O desenvolvimento das competições internacionais nos jogos olímpicos modernos, gradativamente, gerou a supervalorização das disputas internacionais pelos Estados-nação e, posteriormente, o aumento dos interesses político, econômico e midiático.

O esporte, no decorrer do século XX, transformou-se no maior fenômeno social, tornando-se o maior impacto sociocultural do final do século XX e início do XXI (MARCHI JUNIOR, 2006). Com o seu crescimento e desenvolvimento, passou a ter grande significado para a sociedade, impactando na vida cotidiana da maioria das pessoas como forma de entretenimento, lazer, trabalho, educação, estética, moda, política, saúde e economia.

Exemplo da valorização do esporte e da educação física no Brasil, já em 1920, pode ser observado no discurso do então candidato à presidência do país, Washington Luís, ao mencionar a instrução pública. Mesmo que, na maioria das vezes, o reconhecimento e valorização do esporte e educação física não passem de discursos políticos com objetivos de agradar o eleitorado, a fala destina-se ao eleitor, ou seja, a determinada parcela da sociedade que estima o esporte como atividade fundamental em sua vida.

Da mesma forma deve ser obrigatória a educação física. Antes mesmo de ser instruído tem o homem a obrigação de ser forte.

É necessário desenvolver e formar a inteligência do homem, para habilitá-lo para as lutas atuais, que se fazem esperar mais elevadas que antanho, mas é necessário desenvolvê-lo e para todas as lutas da vida, mesmo para as mais intelectuais.

Tem tanto valor social a criação de uma escola, como a criação de uma sociedade desportiva. Criar escolas e auxiliar as sociedades desportivas, ou

¹² Filosofia de vida que combina e exalta o esporte, a cultura e a educação. Defende a formação da consciência pacifista, democrática, humanitária, cultural e ecológica, por meio da prática esportiva. O Olimpismo moderno foi concebido por Pierre de Coubertin, por cuja iniciativa se realizou o Congresso Atlético Internacional em Paris em 23 de junho de 1894, quando foi constituído o Comitê Olímpico Internacional.

mesmo fazê-las para que elas se multipliquem por todas as vilas, por todas as fazendas, é nosso dever de brasileiros.

Fortifiquemos e, sobretudo, abrasileiremos o brasileiro. É dever continuar a desenvolver (*Estado de São Paulo*, 25 jan./1920, apud WADDINGTON, 2006).

Entretanto, o esporte não se desenvolveu no século XX sem receber críticas. Bennett (1982, *apud* BRACHT, 1997) apresenta as críticas ao esporte: a) crítica do movimento ginástico da classe trabalhadora ao esporte “burguês”; b) crítica da igreja ao caráter irreal do esporte; c) o esporte como objeto da crítica cultural; d) a crítica dos intelectuais ao esporte; e) crítica dos nacional-socialistas ao esporte “apolítico”, entre outras.

O Movimento Ginástico e Esportivo dos Trabalhadores de países, como a França, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Tchecoslováquia e Bélgica, criou a Internacional Esportiva, que organizou duas grandes Olimpíadas do Trabalhador, uma em Frankfurt, em 1915, e outra, em Praga, em 1927, em repúdio ao esporte moderno que ganhava força. As críticas dos trabalhadores eram sobre cinco aspectos: 1) emancipação do “esporte dos senhores”; 2) aos princípios de competição, rendimento e recorde, que levavam a racionalização das técnicas paralelas ao sistema capitalista taylorista; 3) mentalidade esportiva capitalista, quando os trabalhadores tinham o princípio da solidariedade; 4) esporte utilizado para desviar a atenção das massas da luta de classes e 5) esporte “burguês” a serviço do militarismo e do fascismo (BRACHT, 1997).

Brohm (1982) relata que a exata medição do tempo, a rigorosa conformação dos gestos, a busca do recorde e a competição extrema do esporte demonstram os elementos da indústria. O esporte, para o autor, encara de maneira exemplar o princípio do rendimento, sendo o reflexo social miniaturizado das relações sociais na sociedade capitalista industrial. O homem encontra, no esporte, o mesmo espírito, objetivos, leis e costumes da técnica da fábrica. “[...] *el cuerpo se transforma em um objeto de produtividade y de rendimiento máximo*” (BROHM, 1982, p. 56). O autor sintetiza a sua compreensão de esporte ao citar Volpicelli que, em seu livro “Industrialismo e Esporte”, afirma: “*En una civilización en que la ciencia y la máquina constituyen los puntos cardinales, era lógico que el deporte se ocupase de esa máquina extraordinaria que es el cuerpo humano*”.

O esporte, inicialmente estruturado e compreendido nos ideais olímpicos do amadorismo e do *Fair Play*, com fins educacionais e de saúde – no interior da ideologia das elites europeias–, passa a ceder espaço, já na primeira metade do século XX, aos interesses políticos e aos fatores econômicos. Os Estados, especialmente os governos ditoriais, percebendo o potencial do esporte para a aglutinação do povo, criação de identidade e

sentimento de pertencimento, coesão nacional e do estímulo a surgimento do ideal comum (vitória sobre o inimigo), passam a estimular e fomentar o esporte com foco na ideologia política. As características educacionais e saudáveis, então, se esvanecem.

Segundo Bracht (1997, p.68), os interesses que levam o Estado a intervir na organização esportiva são: “integração nacional; educação cívica; preservação da saúde da população; melhoria da qualidade de vida; oferecimento de oportunidade de lazer”. Porém, o autor assevera que a grande relação do Estado com o esporte está no processo de hegemonia.

Os exemplos do uso político-ideológico na história são muitos. O fascismo de Benito Mussolini, na Itália, que organizou a Copa do Mundo FIFA de 1934 e montou um esquadrão com jogadores “*oriundi*¹³” de vários países para ganhar a Copa e favorecer o nacionalismo e demonstrar o poder do “*Duce*¹⁴” e de seu regime ditatorial, que chegava a ameaçar de morte os jogadores e árbitros das partidas (MARTOLIO, 2014). Na abertura da Copa FIFA-1938 foi pronunciado pelo então presidente do Comitê Olímpico Italiano e da Federação Italiana de Futebol, Giorgio Vaccaro, a seguinte frase que sintetiza o uso político-ideológico do esporte: “O objetivo final será mostrar ao mundo o ideal fascista do esporte” (MARTOLIO, 2014, p.29).

Também, foram supervalorizadas as Olimpíadas de Berlim -1936 pelo regime nazista de Adolf Hitler na Alemanha, com intuito de unir os alemães e inflamar o ultranacionalismo, racismo e a eugenia – alguns dos ideais do nazismo, com a demonstração de superioridade da “raça ariana” por meio da conquista olímpica (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004).

Outro exemplo é dado durante a Guerra Fria, caracterizada pela disputa ideológica e estratégica dos blocos conflitantes, capitalismo *versus* socialismo, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética. Além dos conflitos gerados e das pressões bilaterais, o esporte foi inserido como arma ideológica na disputa político-sócio-econômica. Os eventos esportivos foram transformados, simbolicamente, em campos de luta, e os Jogos Olímpicos tornaram-se palco de batalha político-ideológica, que culminou com os boicotes dos Jogos de Moscou em 1980 e Los Angeles, em 1984 (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004).

¹³ O termo é um substantivo italiano que descreve um imigrante de ascendência nativa. Na Itália fascista, qualquer filho de italiano nascido em outro país tinha a dupla cidadania de forma automática e não precisava se naturalizar. Assim, foram contratados jogadores do Uruguai, Argentina (respectivamente campeão e vice da Copa do Mundo de 1930) e Brasil para defender a seleção italiana na Copa do Mundo FIFA – Itália 1938.

¹⁴ Palavra italiana, que se pronuncia “dutche” em português e que significa líder, guia, derivada do latim *dux*, que tem o mesmo sentido. Termo usado anteriormente pelo Rei Vitor Emanuel III – Duce Supremo, e que Benito Mussolini o impôs para referir-se a sua pessoa.

O Estado utiliza o esporte como meio propagador de ideologias, conforme Bracht (2007), porque ele reúne as seguintes características que o tornam instrumento da utilização política: a) é uma atividade com regras de fácil compreensão, sendo utilizado como elemento de comunicação de massa, portador de uma linguagem simples; b) o Estado, por meio dessa linguagem, utiliza o elemento de tensão emocional do esporte para veicular os seus objetivos e ideologias; c) oferece à população a possibilidade de identificação com o coletivo e com as aspirações patrióticas dando sentido de união nacional; d) é um elemento alienador que permite ao espectador a compensação para as tensões e aflições da vida cotidiana; e) a apropriação do atleta como representante do sistema político, seus sucessos esportivos fornecem prestígio político; f) o Esporte é reflexo da concepção de valores existentes na sociedade na qual está inserido. Isso lhe confere uma neutralidade interna, permitindo que o direcionamento político seja determinado de fora do seu contexto.

Brohm (1982) critica o esporte como fator de imposição político-ideológica, especialmente, ao declarar que o ritual esportivo revela as raízes militares e autoritárias do esporte, pela similitude dos eventos esportivos com o ceremonial militar. As competições esportivas seguem protocolos precisos e meticulosos parecidos com os militares, como os desfiles de delegações, hasteamento de pavilhões, execução de hinos e juramento de atletas. Os rituais reafirmam as características do esporte: obediência incondicional às regras, *fair play*, burocratização, tecnocracia, supervalorização dos vencedores e hierarquia esportiva. Brohm (idem) comprehende os ceremoniais esportivos como a materialização de práticas ideológicas, com a reprodução rígida dessas práticas que as ideologias se consolidam. O autor afirma que uma ideologia não existe senão através do funcionamento ritualizado de um aparelho ideológico que é sua cristalização material.

Outro exemplo do uso político-ideológico foram os grandes investimentos em ciência, tecnologia, programas e atletas, que os Estados Unidos e a antiga União Soviética aplicaram ao esporte para conquistar mais títulos nas diversas competições mundiais e mostrar ao mundo a teórica superioridade de seu regime político-sócio-econômico durante a Guerra Fria.

Os Jogos Olímpicos de Helsinque de 1952 foram os primeiros dos quais a União Soviética participou e criou-se um novo ambiente nas competições. Conforme Guttmann (1992, p.97), “tomaram uma dimensão nova, que seria cada vez mais importante nas décadas futuras”. Ganhar medalhas não era apenas símbolo de orgulho nacional, passando a representar a superioridade do sistema político-econômico.

A declaração do atleta americano do Decatlo, Bob Mathias (apud WADDINGTON, 2006, p.29) demonstra a alteridade da representação dos Jogos Olímpicos: “havia muito mais pressão nos atletas americanos por causa da participação dos russos [...] Eram de certo modo um inimigo real. Você simplesmente amava vencê-los, tinha que vencê-los [...] Esse sentimento era forte no time inteiro”. Essa informação leva o autor a afirmar que “o esporte [...] transformou-se numa extensão da competição política, militar e econômica que caracterizou relacionamentos entre os superpoderes e seus blocos associados” (WADDINGTON, 2006, p. 29).

Incentivados pelo aumento dos investimentos nos esportes olímpicos pelos Estados Unidos, os quais, por sua vez, eram motivados pela competição com a União Soviética que iniciou sua participação nos Jogos Olímpicos de 1952, em Helsinque, Finlândia, o fomento ao esporte propiciado pelos Estados em todo o mundo cresceu substancialmente, a partir da década de 50 (TUBINO, 1992).

A entrada do Estado na organização e gestão esportiva transforma o esporte, em razão da mudança de objetivos que já não eram somente a educação, saúde e lazer, mas sim a vitória e conquista, acarretando no alargamento das funções e características do esporte moderno. O esporte no pós-segunda guerra é mais sério e competitivo; a busca de resultados fora elevada e, às vezes, superados os limites humanos, com objetivos diferentes da sua gênese. Nessa época, portanto, visavam aos aspectos econômicos e políticos.

A assertiva de Roberts e Olsen (1989, apud WADDINGTON, 2006, p.31) revela a nova tendência do esporte após a Segunda Grande Guerra.

Houve um momento na história dos Estados Unidos, antes da II Guerra Mundial, quando os esportes tiveram seu lugar na cultura americana. Era passatempo, diversão, lazer, recreação, jogo – divertimento. Nos esportes os povos encontravam o alívio para as coisas reais do mundo e de suas próprias vidas – guerras, desemprego, conflito social, política, religião, trabalho, preços altos e família. Mas após a II Guerra Mundial, os esportes assumiram um significado extraordinário na vida das pessoas; os jogos transformaram-se não somente numa reflexão das mudanças que ocorreram nos Estados Unidos, mas em uma lente através da qual, milhões de americanos interpretaram o significado de seu país, suas comunidades, suas famílias, e deles mesmos. Os americanos aprenderam a encarar o esporte muito seriamente, e assistiram e jogaram visando os limites (*sic*) mais altos na economia, política e na vida pessoal.

Dessa forma, surgem os atletas “profissionais” que eram disfarçados de cargos militares nos países socialistas, ou de estudantes, nos capitalistas (Estados Unidos). Nesse período de intervenção do Estado no esporte, os valores e ideais olímpicos perderam sua

força. A busca da vitória a qualquer custo, a exacerbação da conquista e o sobrepujar ao adversário predominaram e começaram a aparecer os casos de *dopping* e fraudes no esporte, que perdera seu glamour e glória, passando a ser utilizado como bandeira de sistemas políticos, como se observou durante décadas (MARTOLIO, 2014).

Conforme Waddington (2006), a primeira confirmação de *dopping* ocorreu em 1956, com a utilização de testosterona pelos atletas soviéticos, pelo Dr. John B. Ziegler que, posteriormente, já nos Estados Unidos, investiu em pesquisa em esteroides para que os atletas americanos pudessem competir em “igualdade” com os russos. Assim, de acordo com Tubino (1992, p. 53), o esporte passou a valorizar

[...] a exacerbação dos resultados, enaltecendo o chauvinismo esportivo nas vitórias a qualquer custo, o interesse cada vez mais forte de governos pelas disputas internacionais e consequentes propagandas, a grande evolução da tecnologia esportiva, o aumento diário das horas de treinamento esportivo, o profissionalismo disfarçado, a multiplicação dos casos de doping e de esquemas de suborno passaram a substituir o quadro ético-esportivo anterior por outro, tendente a uma consolidação a esse conjunto de erros, vícios e distorções.

O desenvolvimento do esporte não ocorreu em sentido único. Como fenômeno social, ele é complexo e, consequentemente, seu incremento é similar. Assim, concomitantemente às alterações ocorridas no esporte moderno, referentes ao controle, representação, importância e valores, mencionados anteriormente, ele passa também pelo processo de mercadorização¹⁵, que consiste na influência da lógica da mercadoria, no sentido marxista, para a esfera das práticas corporais, tanto no consumo do espetáculo esportivo e seus produtos, como de prestação de serviço, locais e equipamentos para as práticas esportivas.

A transformação do esporte em mercadoria se deve ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, da ampliação da “profissionalização” do esporte e também ao potencial de mercado com a mudança de concepção de corpo, que passou da repressão para a exaltação na década de 1970, com a supervalorização do corpo jovem, saudável, musculoso e produtivo (BRACHT, 2002).

¹⁵ Na teoria social de orientação marxista, sempre se prognosticou a extensão da lógica da mercadoria para todos os espaços e as relações sociais (BRACHT, 2002, p.196). Sobre o processo de transformação do esporte em mercadoria, especialmente os megaeventos, é detalhadamente desenvolvido no capítulo 3 deste estudo.

A pseudo-profissionalização¹⁶ dos atletas que recebem salários para se dedicar, exclusivamente, aos treinamentos, em razão da valorização das competições esportivas pelos Estados, as quais se tornam mais acirradas e envoltas de significados e ideologias, acarreta, também, a melhora das suas *performances* e qualificam as disputas, embelezam as destrezas corporais dos atletas e tornam as contendas mais atrativas e emocionantes, gerando maior excitação e tensão aos espectadores. Esses fatores vão lapidando os eventos esportivos em grandes espetáculos que atraiam mais e mais pessoas. Soma-se a isso o desenvolvimento da tecnologia de comunicação, que possibilitou as transmissões dos eventos esportivos ao vivo para as várias regiões do mundo, inicialmente pelo rádio e, a partir de 1960, pela TV, multiplicando, assim, o número de espectadores e o interesse pelo esporte – que vai se tornando um produto comercializável, e passa a ter além do valor de uso o valor de troca (MARX, 1985). Dessa maneira, essa evolução

[...]da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público, cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática [...] O que acarreta efeitos, por intermédio da sanção (financeira ou outra) dada pelo público, no próprio funcionamento do campo de profissionais, como a busca de vitória a qualquer preço e, com ela, entre outras coisas, o aumento da violência [...] (BOURDIEU, 1987, p.218).

Na década de 1970, inicia-se a inserção do esporte no mercado mundial, fato que se pode considerar o início dos movimentos de passagem do esporte para um novo período (Esporte pós-moderno). As principais instituições esportivas mundiais, tais como a FIFA (Federação Internacional de Futebol) e o COI (Comitê Olímpico Internacional), elegeram como presidentes João Havelange, em 1974, e Juan Antônio Samaranch, em 1980, respectivamente, homens que chegaram ao poder maior das entidades esportivas com o apoio e financiamento de Horst Dassler, proprietário da marca de material esportivo Adidas.

O trabalho de Dassler era administrar a empresa de material esportivo da família, a Adidas. Ele queria que as federações esportivas assinassem contratos para que as seleções usassem roupas e acessórios da marca Adidas. E queria que os astros de cada time usassem a marca das três listras e que o mundo assistisse pela televisão e seguisse o exemplo. Para tanto, precisava

¹⁶ A profissão de atleta não regulamentada por lei na maioria dos países, exceção feita aos atletas do futebol. Os atletas recebem seus salários a partir de contratos de prestação de serviço como autônomos ou registrados com outras funções vinculados a empresas e prefeituras e também são remunerados como empresas prestadoras de serviço de *marketing* e outras. Não têm direito ao seguro desemprego, férias remuneradas, 13º salário e outros benefícios das leis trabalhistas que garantem as profissões (MARCHI JUNIOR, 2006).

deixar os dirigentes em uma situação de dúvida pessoal com ele. E a melhor maneira para isso era ajudá-los a chegar ao poder (JENNINGS, 2011, p.23).

Assim, as eleições dos presidentes das principais instituições esportivas mundiais passaram a ocorrer com e pelo investimento de Dassler nas campanhas eleitorais das maiores federações esportivas internacional, em razão de esses homens não serem totalmente favoráveis ao amadorismo e aos valores do olimpismo esportivo, compreendendo o esporte como mercadoria e visualizando-o como grande negócio de altos lucros e possibilidades de crescimento com a gestão profissional e o *marketing* – diferentemente, portanto, dos seus antecessores e candidatos à eleição. Assim, Dassler financiava viagens, campanhas, corrupção e até compra de votos para que esses homens se elegessem presidentes e depois retribuíssem os favores para ele explorar a mercadoria esporte e seus subprodutos.

Para Jennings (2011), a linguagem do esporte se altera no momento em que Dassler coloca seus aliados no poder das maiores entidades esportivas do planeta, conforme se observa em seus relatos.

A era de voluntários que abriam a mão de noites de folga, feriados e fins de semana para administrar organizações esportivas internacionais estava chegando ao fim. Se o brilhante Dassler podia mandar seu conterrâneo Sir Stanley (Presidente da FIFA antes de João Havelange) para a aposentadoria, o que mais seria capaz de conseguir?

“Dinheiro como vocês nunca viram”, ele respondia, durante demorados almoços. Outrora ele queria que os atletas usassem a marca das três listas e o trevo Adidas. Agora ele queria o mundo esportivo inteiro. Uma nova palavra passou a constar do vocabulário do meio esportivo: “apoio”. Dassler punha sua equipe em ação para “apoiar” os candidatos favoritos. E quando eles venciam, retribuíam o favor vendendo a patrocinadores o direito de comercializar tudo o que dizia respeito ao esporte por eles representado: suas logomarcas, as conquistas dos atletas [...] (JENNINGS, 2011, p.29).

Dassler era um visionário do negócio esporte. Em 1956, na Olimpíadas de Melbourne – Austrália, realizava *marketing* dos produtos da Adidas com os atletas olímpicos. Entretanto, como não podia pagar para os atletas divulgarem a sua marca, devido à imposição do amadorismo que resultaria na perda de medalha e de todas as glórias conquistadas, Dassler burlava as regras morais e legais e dava pares de tênis aos atletas e, dentro deles, algumas notas de dinheiro. Os atletas, ao vencerem suas provas, realizavam a volta olímpica segurando os tênis nas mãos (SIMSON e JENNINGS, 1992).

Para Dassler, o esporte era um grande negócio para o acúmulo de capital. Portanto, a divulgação, ampliação, democratização e até a massificação do esporte eram fundamentais para a sua exploração e lucro: quanto mais praticantes e admiradores do esporte

maior o consumo de produtos esportivos e mais espectadores dos eventos esportivos. É seguindo este pensamento que, em 1978, é criada a *International Sport and Leisure* (ISL), empresa que passa a comercializar os megaeventos esportivos entre as Instituições Esportivas e os patrocinadores, criando, praticamente, o *marketing* esportivo no mundo.

A pequena companhia, sem história e experiência, obteve, em apenas 4 anos de existência, os direitos de transmissão e os contratos de *marketing* mais lucrativos dos três maiores eventos esportivos do mundo: Copa do Mundo FIFA; Jogos Olímpicos e Mundial de Atletismo. A exploração do esporte como mercadoria, em parceria com a mídia, e exposição constante levou à espetacularização do esporte, entendida nesta obra como a fase pós-moderna do esporte, a qual será abordada adiante.

Também são causas da mercadorização do esporte a crise do *Welfare State* (Estado de bem-estar social) e a onda neoliberal nos anos 1960 e 70 que reduziram a ação do Estado nos programas sociais devido à perspectiva de Estado mínimo, favorecendo a alteração da visão do esporte como direito do cidadão para fomento à saúde e educação, passando a abordar o esporte como direito do consumidor. O oferecimento de programas, espaços e equipamentos para a prática esportiva já não eram responsabilidades do Estado; por isso, tornaram-se oportunidades de negócio para o setor privado.

A mercadorização do esporte ocorreu, assim, nas várias dimensões do esporte e não apenas no esporte de alto rendimento, mas também no lazer e até mesmo na educação, com a comercialização de espaços, equipamentos, materiais e programas esportivos. Deve-se ressaltar que o Estado, nos países periféricos, como o Brasil, nunca beirou garantir esse direito aos cidadãos com a democratização da prática esportiva. Os mesmos argumentos cabem para os países centrais e desenvolvidos.

A história dos fatos sociais não é linear e contínua, ainda mais de um fato social complexo como o esporte. O esporte se desenvolve ao longo dos séculos XIX e XX com avanços, rupturas, continuidade, retrocessos, estagnação e também com disputas, contraposições e alianças. O caminho percorrido pelo esporte é sinuoso, acidentado e bifurcado. Alguns movimentos do esporte eram diferentes e contrários à mercadorização, profissionalização, utilização política e ideológica, constituindo meios de resistência de alteridade para o esporte, por meio de discussões, documentos e cartas.

Ocorridos os Jogos Olímpicos de Tóquio (1964), o mundo percebeu a exacerbação do Esporte de Alto Rendimento, motivada pela Guerra Fria que ideologizava o Esporte e a conquista de títulos, medalhas e vitórias independente dos meios. Surgimento de denúncias de suborno de atletas e árbitros, corrupção de dirigentes, *dopping* e outras mazelas

do esporte que não mais media esforços para a propaganda político-ideológica e o início de sua comercialização eram frequentes. Nesse contexto, o *Conseil International de Education Physique et Sport – CIEPS* (atualmente *International Council of Sport Science and Physical Education – ICSSPE*) publicou o Manifesto Mundial do Esporte, em 1964, assinado por Phillip Noel-Baker, inglês, que participou de três olimpíadas e foi medalhista olímpico de prata nos 1.500 metros na Antuérpia (Bélgica), em 1920, e prêmio Nobel da Paz em 1959.

O Manifesto do Esporte, pela primeira vez, reconhecia a crise moral, legal e de identidade do Esporte Moderno, realizando críticas veementes aos rumos do esporte naquele momento, mas também acenava com a possibilidade de a crise ser suplantada se a concepção de esporte fosse alargada e compreendida, ou seja, que a dimensão do esporte vai além do esporte de alto rendimento e hipercompetitivo e que o esporte também implica práticas na escola e incide sobre as atividades do homem comum.

A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), naquele momento crítico e, ao mesmo tempo, histórico do esporte, ao organizar e participar da Conferência de Ministros do Esporte e Responsáveis para a Educação Física (Paris, 1976), reconheceu o valor da atividade física e prática esportiva para a saúde e educação durante toda a vida. Assim, a UNESCO lançou a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, que provocou alteração conceitual no Esporte – concebido anteriormente apenas com caráter de alto rendimento – ao garantir o direito de todos às atividades físicas e esportivas, concebida no Artigo 1º da Carta, abarcando as diversas manifestações do esporte e todas as pessoas, como crianças, idosos, pessoas com deficiências; logo, ampliou a abrangência social do esporte. Segundo Tubino (2010), a iniciativa da UNESCO, na Carta Internacional da Educação Física e Esporte, foi um marco fundamental para o entendimento do esporte como direito de todos na década de 1980.

Desse modo, passa-se a entender que o esporte é polimorfo e polissêmico e, portanto, identifica e demonstra seus objetivos, similitudes e diferenças nas diversas práticas esportivas cotidianas dos distintos indivíduos, culturas e sociedades. A Carta sugeriu ações para a tensão vivida pelo esporte, regulando as atividades físicas e esportes para todos e todas, sendo adotada por muitas sociedades, independentemente dos seus contextos, inclusive pelo Brasil que, devido a sua influência, incluiu o esporte na Constituição Nacional de 1988, considerando-o como direito do cidadão e dever do Estado fomentá-lo (TUBINO, 1999).

As alterações constituem-se, entre outras, no entendimento do Esporte além da perspectiva única do alto rendimento, passando a compreendê-lo como direito de todos, cujo exercício encontra-se sob a forma das manifestações de Esporte Educação (esporte

educacional e esporte escolar), Esporte Lazer (esporte de participação) e Esporte *performance* (esporte de alto rendimento) – manifestações que são afirmadas na Constituição Brasileira (1988).

Entretanto, pode-se inferir que essa conceituação e convenção, em diferentes manifestações, que apresentam características e objetivos distintos, favoreceu ainda mais a expansão e exacerbação do Esporte *performance*, levando-o a estruturar-se em Esporte Espetáculo e produto da indústria do entretenimento no final do século XX. Se, por um lado, a democratização, com a nova concepção de esporte para todos, que leva à ampliação, divulgação e heterogeneização do esporte, tornando-o mais conhecido, admirado e acessível; por outro, o alargamento das possibilidades de prática esportiva e o reconhecimento de sua importância nas diferentes dimensões, também expandem a esfera de possíveis consumidores.

A democratização e massificação do esporte está relacionado ao aumento da sua comercialização. A divulgação de suas práticas, valores e significados, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, amplia o campo de ação do mercado e do esporte como produto, em razão de aumentar o número de esportistas, sejam praticantes, espectadores ou admiradores.

O entendimento do esporte nas três manifestações – educação, lazer e alto rendimento – desvinculou, gradualmente, o esporte de alto rendimento do amadorismo e, pode-se dizer, até mesmo dos princípios do olimpismo, aproximando-o dos valores comerciais e da compreensão de que, para melhorar o rendimento e quebrar recordes, o ideal era a profissionalização dos atletas, que melhorariam os espetáculos – essa ideia é defendida nos dias atuais por comentaristas, jornalistas, políticos e até profissionais do esporte quando afirmam ser necessária a profissionalização de determinada modalidade, ou dos seus gestores e da arbitragem, para assim obter melhores espetáculos.

O amadorismo, com a ênfase na educação, saúde, lazer e integração, restringia os grupos esportivos a reuniões de sujeitos homogêneos socialmente, pertencentes às mesmas classes sociais (MARCHI JUNIOR, 2006). Ao profissionalizar-se, o esporte mudou seus interesses amadores de lazer, saúde, educação e diferenciação social. Os atores esportivos, especialmente os gestores do esporte *performance*, passaram a enxergar o esporte como um fenômeno que transcendia barreiras sociais, visando ao aumento de esportistas e, consequentemente, do consumo do próprio esporte e dos produtos derivados. Em outras palavras, o esporte transformaria-se em mercadoria.

Assim, nasce, nesse cenário, o esporte-espetáculo, resultado do descobrimento do esporte como mercadoria, especialmente, com a conexão do esporte à mídia (TUBINO,

1992). O esporte transformado em mercadoria engloba o alto rendimento espetacularizado para os espectadores consumidores, passando pelas escolinhas de esporte para crianças e chegando à criação e comercialização de produtos esportivos voltados aos praticantes de lazer, como também à elaboração e divulgação de novas modalidades esportivas e seus equipamentos comercializáveis.

O crescimento vertiginoso do esporte moderno no século XX, com a ampliação de modalidades, formas de prática, alcance e participantes de diferentes classes sociais e nacionalidade e o alargamento de seus objetivos e possibilidades, não ocorre sem divergência, conflitos entre os diferentes atores e grupos sociais do esporte e dos diversos interessados no esporte, como os atletas, dirigentes, políticos, comerciantes, educadores, praticantes e outros.

Acirradas disputas são observadas com o objetivo de deter o monopólio do poder, com a possibilidade de imposição e definição das regras, normas e regulamentação esportivas e da continuada discussão da função legítima da atividade esportiva: amadorismo x profissionalismo, educação x lucros, esportes distintivos x esportes populares, esportes individuais x esporte coletivos, esporte educacional x esporte de alto rendimento, valores morais x espetáculo, direito dos cidadãos x prática elitizada, democratização x elitização, etc. Seriam, então, esses e outros conflitos dos distintos atores, no interior do esporte, nas defesas de seus interesses e ideologias, que caracterizam um Campo, ou seja, um Campo Esportivo, conforme propõe Bourdieu?

2.2.1 Manifestações do esporte

As mudanças de valores e sentido, com o enaltecimento dos objetivos, razões e características do esporte com alta exigência de *performance*, baseado na busca de vitórias, melhores resultados e recordes levaram o esporte a ser instrumento de espetáculo para a indústria cultural – em detrimento dos valores educacionais e de lazer – que, por sua vez, tornou-se modelo e padrão para todas as práticas esportivas.

As transformações do esporte, no decorrer do século XX, acarretaram discussões, debates e críticas por parte dos atores esportivos, governos, intelectuais e de organismos esportivos internacionais. Especialmente, durante a segunda metade do século XX, os aspectos negativos do esporte, como por exemplo, o uso político-ideológico, “chauvinismo da vitória”, os constantes casos de *dopping*, a decadência do Olimpismo, as fraudes, corrupções, a falta de ética e a própria comercialização do esporte, geraram reações do campo esportivo,

as quais foram estruturando as bases para o surgimento do esporte pós-moderno (TUBINO, 2010).

Algumas das principais formas e procedimentos de contrapor e reagir à exacerbação do sistema esportivo, organizado a partir do talento dos atletas, do alto rendimento, espetáculo e lucros, foram: a) criação do Movimento Esporte para Todos; b) Manifesto do Esporte (1964), do *Conseil Internationale d'Education Physique et Sport* (CIEPS), assinado pelo Prêmio Nobel da Paz Phillip Noel-Baker; c) Manifesto Mundial da Educação Física, da *Fédération Internationale d'Education Physique* (FIEP/1970), que reforçou os nexos da Educação Física com o Esporte; d) Carta Europeia de Esporte para Todos; e) Manifesto do *Fair Play* (1975), que mostrou a relevância do *Fair-play* nas competições, no sentido da ética e convivência humana; f) Carta de Paris, resultante do “I Encontro de Ministros de Esporte e Responsáveis pela Educação Física” (1976), em que o Esporte foi considerado fator de educação permanente; g) Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO/1978); e por fim, h) a adesão da intelectualidade internacional (sociólogos, filósofos e cientistas políticos) às discussões sobre os rumos, mazelas, deformações e possibilidades do esporte, como George Magnane, René Maheu, Jean Marie Brohm, José Maria Cagigal, Pierre Parlebas, Cazorla Prieto, Ferruccio Antonelli, Phillip Noel-Baker, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Eric Dunning e muitos outros, que produziram, em seus estudos, teses, artigos e reflexões sobre o esporte como fenômeno social total – o que até então era descartado como objeto de estudo pelas áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais, favorecendo a compreensão do esporte em diversos prismas.

Todas essas discussões, mobilizações e documentos tinham como eixo central a percepção de que o esporte é um direito de todos, e não apenas para alguns com super-habilidades e competência para desempenhos espetaculares, que levavam a espetacularização e comercialização do esporte como produto e ainda possibilitando que outras mercadorias a ele fossem atreladas. Assim, a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), durante a I Reunião de Ministros de Esporte (Paris, 1976), decidiu que publicaria um documento com diretrizes relativas ao esporte, contemplando o esporte como direito de todos a fim de contribuir para um mundo melhor.

O documento elaborado foi a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978), marco do prelúdio do esporte pós-moderno. A Carta consagra o esporte como um direito humano inalienável, sendo considerado sempre da forma mais universal e democrática possível. Em seu primeiro artigo, afirma que o esporte é direito de todas as pessoas.

Artigo 1. A prática da educação física e do esporte é um direito fundamental de todos

1.1. Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

1.2. Todas as pessoas devem ter oportunidades plenas, de acordo com as tradições nacionais de esporte, de praticar a educação física e o esporte, com isso melhorando sua forma física e atingindo um nível de realização no esporte que corresponda ao seu talento.

1.3. Oportunidades especiais devem ser disponibilizadas aos jovens, incluindo crianças em idade pré-escolar, idosos e pessoas portadoras de deficiências, a fim de possibilitar o desenvolvimento pleno de sua personalidade, por meio de programas de educação física e de esportes adequados às suas necessidades (UNESCO, 1978).

O documento reconheceu e declarou a magnitude do fenômeno esporte, que se manifesta de diferentes formas, possibilidades e significados para todas as pessoas independente de sua idade, biotipo ou habilidades, acarretando reflexão e reconsideração do esporte nas mais diferentes instâncias e localidades mundiais.

No Brasil, a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro de 1985, instalada pelo Decreto nº 91.452 e presidida por Manoel José Gomes Tubino, iniciou as discussões para que o conceito de esporte passasse a contemplar a heterogeneidade das manifestações esportivas, ampliando a perspectiva única do esporte de desempenho máximo e espetacular, ao considerar os aspectos educacionais e de lazer. Foi essa mesma Comissão que, em 1985, na ocasião dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), encetou o debate aprofundado sobre o esporte educacional, com a elaboração de princípios norteadores.

A partir das reflexões e pareceres dessa Comissão foram inseridas, no campo esportivo brasileiro, as concepções das manifestações Esporte-educação, Esporte-participação (lazer) e Esporte-performance (desempenho). A Constituição nacional, de 1988, legalizou essa compreensão de esporte, ao mencionar, no *caput* do art. 217, as três manifestações de esporte e estabelecer como dever de o Estado fomentar práticas esportivas como direito de todos, priorizando recursos para o esporte educacional (TUBINO, 2010).

Apesar de a Constituição já referenciar o alargamento do conceito de esporte, somente em 1993, a Lei nº 8672/1993 (Lei Zico), específica do Esporte, determinou os conceitos e princípios para o esporte brasileiro nas três manifestações esportivas (Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance). O Decreto nº 981/1993 reforçou o conceito de Esporte Educacional, ao afirmar que a hipercompetitividade e a alta seletividade

invalidam a prática esportiva educacional. Posteriormente, foi decretada a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), que manteve, quase na íntegra, o texto anterior quanto aos conceitos e princípios das manifestações esportivas. Os marcos legais acarretaram a obrigatoriedade dos governos federal, estaduais e municipais a incluírem o esporte nas suas pautas, orçamentos, programas e projetos.

Na esfera federal, o esporte era planejado e administrado dentro do Ministério da Educação desde 1937. O esporte conseguiu pasta própria somente em 1995, quando foi criado o Ministério Extraordinário do Esporte, mas ainda cabia à Secretaria de Desportos, vinculada ao MEC, seu apoio técnico e administrativo. Em março de 1995, a secretaria foi transformada no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), sendo desvinculado do MEC e subordinado ao novo ministério. Em 31 de dezembro de 1998, pela Medida Provisória nº 1.794-8, o ministério englobou o tema de turismo e passou a ser chamado Ministério do Esporte e Turismo. No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o tema de turismo ganhou pasta própria, e o ministério passou a ser chamado de Ministério do Esporte. Ainda no Ministério do Esporte e Turismo e, agora, no Ministério do Esporte, foram instituídos diretorias e departamentos com responsabilidades sobre o Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte de rendimento.

A constituição do Ministério do Esporte subdividido em três Secretarias distintas e responsáveis pela gestão do esporte Educacional, Esporte de Participação ou Lazer e Esporte de Rendimento, reforçam a compreensão do esporte como prática social historicamente construída e culturalmente desenvolvida. As fronteiras, muitas vezes borradadas, entre as três dimensões do esporte foram resultado das alterações processadas no âmbito esportivo ao longo de sua história, nas mudanças de contextos sociais, políticos e econômicos da sociedade mundial e, especialmente da brasileira, como, também, das transformações das percepções e entendimento internos do esporte e da Educação Física.

2.2.1.1 Esporte de alto rendimento

Barreto (2003) considera o esporte de “alto nível” como uma atividade metódica e regular que associa resultados concretos referentes a gestos mecanizados, uniformes, moldados e com elevado gasto de energia para produzir um determinado tipo de movimento repetidas vezes, de forma plástica para ser veiculado nas mídias, em geral, e com muitas regras, para que se possa obter algum resultado prático.

De acordo com a Lei Pelé, Lei 9615, de 24 de março de 1998, atualmente denominada como Lei Geral sobre o Esporte, o esporte de rendimento “praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais” tem como finalidade “obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações”.

Ao analisar criticamente as definições, percebe-se claramente a dicotomia com relação às finalidades, porque se os objetivos são obter resultados e integrar as pessoas, são contrários um ao outro e também não podemos ser ingênuos e acreditar que jogar, lutar ou competir, por meio de gestos mecanizados, contra ou com outras pessoas proporciona a integração entre elas. A integração ocorre apenas com o diálogo, que possibilita conhecer, entender o outro, compreender e respeitar as diferenças.

Podemos participar de equipes e nunca conhecer nossos colegas, seus problemas, sua personalidade, seus prazeres, necessidades e desejos, quanto mais com os adversários, que nem mesmo conversam, ou, muitas vezes, falam o mesmo idioma. Bracht (1986) já alertava sobre o positivismo que marca o esporte, especialmente, com relação ao desenvolvimento dos aspectos sociais e comportamentais.

Outro aspecto a ser analisado é a falta de delimitação do esporte de rendimento, gerando dúvidas sobre a categorização de diversas práticas esportivas. Por exemplo, os torneios e campeonatos esportivos, como os Jogos Escolares Brasileiros – que são disputados com regras, estruturas, táticas e técnicas das federações esportivas internacionais, nacionais e estaduais, somando a questão da competição exacerbada que envolve esses campeonatos – estão incluídos no esporte de rendimento ou no esporte educacional? Torna-se fundamental, portanto, definir as características e objetivos do esporte de rendimento, bem como sua abrangência, para assim delimitar essa manifestação esportiva.

O Esporte de rendimento é também conhecido como Esporte de desempenho, Esporte *performance*, Esporte de competição, Esporte de alto nível, Esporte espetáculo ou Esporte institucionalizado pela exacerbada supervalorização do resultado da competição. Logo, a busca da vitória é o foco maior dos seus praticantes, bem como a conquista de títulos e recordes. Dessa forma, a necessidade de melhor desempenho é constante, resultando em treinamentos com alto grau de exigência e complexidade, que obrigam a dedicação, quase que exclusiva, dos atletas, pela quantidade de horas e exaustão provocada pelos intensos treinamentos.

Ao serem realizadas sob regras institucionalizadas e regulamentadas internacionalmente, as competições do esporte de alto rendimento – estruturado e

hierarquizado em confederações e federações – que exigem dos praticantes habilidades e competências não compatíveis à maioria da população e buscam alto desempenho para a conquista das vitórias, resultam na elitização da prática: somente poucos têm condições de praticar esse esporte com as regulamentações e exigências de desempenho. Portanto, extremamente excludente, o esporte de rendimento não se vincula aos preceitos de democratização esportiva.

As altas *performances* dos atletas transformaram as competições esportivas em grandes espetáculos, primeiramente pela beleza e plasticidade dos movimentos corporais e, posteriormente, pela emoção das disputas com tamanho empenho dos atletas em busca da vitória e superação, constituindo-se no espetáculo esportivo praticado pelos talentos esportivos em grandes “palcos”, sendo organizado em parceria com os meios de comunicação, divulgados em todo o mundo e vistos por bilhões de espectadores.

O interesse despertado pelo espetáculo esportivo nas pessoas levou-o a tornar-se um objeto de consumo para o entretenimento, gerando lucro a muitos dos envolvidos e exigindo a profissionalização para melhorar o desempenho, o espetáculo e, consequentemente, a lucratividade, com as projeções na mídia e a premiação financeira.

A profissionalização do esporte possibilitou o desenvolvimento de várias vertentes de formação de recursos humanos especializados no trabalho com o esporte, tais como: medicina, psicologia, fisioterapia, nutrição, direito, turismo, educação física, administração e *marketing*.

Guttmann (1992) apresenta algumas características do esporte, que são pertinentes ao esporte de alto rendimento, mas não podem ser aceitas como única forma de expressão do esporte, pois desconsideraria as outras manifestações:

- a) Secularização – o esporte não tem vinculação com a religiosidade, como na antiguidade, não existe a ligação entre o real e o transcendental no esporte atual;
- b) Igualdade de oportunidade de participação – em razão das regras formalizadas e minuciosas e dos regulamentos, as competições são realizadas em igualdade de condições pelos atletas e a possibilidade de prática esportiva por todas as pessoas com a superação da segregação (negros, gêneros e classes sociais);
- c) Especialização – divisão de funções nos esportes, especialmente os coletivos e aprendizagem, treinamento e rendimento em funções específicas para melhora do rendimento;
- d) Racionalização – regras e regulamentos mais precisos e com uma relação lógica entre os meios e fins, baseando-se no conhecimento para organizar o treinamento e as

competições, uso da ciência e tecnologia, não vinculando o desempenho à sorte ou a aspectos divinos;

e) Burocratização – o esporte é institucionalizado e organizado em Federações e Confederações para administrar o desenvolvimento, que gera uma sistematização de regras universais, regulamentos de produção de espetáculos e controle de recordes e estratégias de desenvolvimento do esporte;

f) Quantificação – a mensuração da *performance* esportiva é fundamental na relação com as outras características, exemplo é a invenção e aperfeiçoamento dos cronômetros e,

g) Recordes – registros para facilitar a comparação entre os atletas, que colaboram para a venda e valorização do espetáculo e formação de ídolos esportivos.

As características do esporte de alto rendimento para Bracht (1997) são a comparação direta e análise objetiva de *performance*, por meio da valorização do resultado, que aponta para a constante busca de melhora de *performance* competitiva, exigindo dedicação dos praticantes e condições estruturais e materiais de treinamento – o que obriga a profissionalização.

Assim, a partir da análise crítica de Guttmann e Bracht (idem) pode-se afirmar, sinteticamente, que as características do esporte de rendimento são: a) institucionalização (federações e confederações); b) dedicação profissional, treinamento com alto grau de exigência e complexidade, visando à produtividade e perfeição máxima, com a especialização de funções; c) elitização (somente para os muito competentes); d) produto de entretenimento; e) busca exclusiva e constante de vitórias e recordes, com a competição exacerbada, supervalorização do vencedor e desvalorização do perdedor; f) racionalização da técnica, tática e do treinamento; g) comparações objetivas, sistematização (regras e regulamentos) e, h) quantificação extrema e espetacularização.

Nesse sentido, pode-se inferir que os princípios norteadores do esporte de alto-rendimento são: recorde; superação; espetáculo; lucro e profissionalismo. Distantes do que apregoava o Olimpismo, no final do século XIX e início do XX, uma filosofia de vida que combinava e exaltava o esporte, a cultura e a educação que defendia, teoricamente, a formação da consciência pacifista, democrática, humanitária, cultural e ecológica, por meio da prática esportiva, com os seguintes valores: a) excelência – dar o melhor de si, ter objetivos e crescer junto com eles; b) amizade – entender que todos podem ser amigos independente das diferenças; e c) respeito – por si, pelo outros, regras e meio ambiente – *Fair Play*. Entretanto, o Comitê Olímpico Internacional, nesse período, não permitia a participação de mulheres, era

centralizador e formado apenas pela elite e classe dominante da época, composto por barões, duques, príncipes e outros membros da nobreza de países colonizadores.

Apesar disso, os objetivos da educação esportiva olímpica eram criar estilo de vida baseado no esforço, no valor educativo do exemplo e respeito pelos princípios éticos fundamentais da burguesia. Atualmente, constata-se que os objetivos do esporte de alto-rendimento são: conquistar vitórias, títulos e recordes, sobrepujando os adversários e obtendo novos êxitos esportivos regionais, nacionais e internacionais; organizar e realizar espetáculos de entretenimento; acumular lucros com o produto esporte e as mercadorias geradas pelo espetáculo; melhorar as *performances* e os resultados independente da saúde dos praticantes; e revelar e formar novos “esportistas”.

O esporte de alto rendimento explicita-se nas competições de alto nível, como as competições internacionais: Olimpíadas, Copa do Mundo FIFA, Campeonatos Mundiais, Panamericanos e outros e, também, encontra-se nas competições regionais, estaduais, universitárias e escolares, muitas vezes, travestido de esporte educacional.

A competição em si não é boa nem má, assim como o esporte, mas é uma característica inerente e essencial ao fenômeno esportivo: não existindo competição, não existirá esporte. A competição, norteada pela Ética (incluindo o *Fair Play*), transmite valores significativos, porém a competição exacerbada do esporte de alto rendimento – e os seus objetivos de conquista a qualquer preço, recorde, lucro e espetáculo da indústria cultural – o afasta dos princípios éticos e dos valores humanos, com excesso de violência entre atletas, *dopping*, fraudes e subornos. O esporte de alto rendimento caminha a passos largos para tornar-se, exclusivamente, um produto de entretenimento sem valor humano algum, além dos efêmeros momentos de distração para os espectadores e de fonte de renda para os profissionais envolvidos. Sobre as atuais características, princípios e objetivos do esporte de alto rendimento, Távola (1985, p. 279) afirma:

[...] a determinação da utopia materializante [...] gerou regras, leis não escritas e comportamentos, identificando o realismo não com uma visão ampla do real, mas apenas como as atitudes necessárias ao seu lado eficaz, útil, funcional. A hipertrofia do funcional determinou o recuo de outros conteúdos do real, como o moral, o poético, o de justiça, virtude, beleza, igualdade, sensibilidade, etc. que passaram a ser conotados como fora da realidade quando eram e são partes integrantes dela. Daí a grave crise civilizatória em que estamos, intoxicados de vitorismo e de uma ética inventada para glorificar vitórias a qualquer preço, esquecendo que perder também faz parte da vida. E, muitas vezes, o que parece ser perder pode ser “perdar”.

2.2.1.2 Esporte de participação

O Esporte de participação, conforme a Lei Pelé (9615/98), desenvolve-se

de modo voluntário, compreendendo as modalidades esportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente. [...] Como manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático, e possibilidade de ser vivenciada por todos que o acessam.

A definição da lei apresenta os objetivos de integração, saúde, educação, preservação do meio ambiente.

Para o esporte caracterizar-se como de participação, ele deve apresentar, concomitantemente, todos esses objetivos. Mas, caso tenha um desses objetivos, já é considerado de participação? Se existe o esporte educacional, por que o esporte de participação também contempla a educação? O Esporte Educação também não objetiva a saúde e a preservação do meio ambiente? Esses são temas transversais da educação brasileira, a serem, portanto, desenvolvidos por todas as disciplinas escolares, incluindo-se a Educação Física, responsável pelo Esporte Educação.

Observa-se um esgarçamento do conceito, originando dúvidas e complicações para gestores, legisladores e professores. Qual esporte desenvolver na escola? Considerando que o esporte espontâneo, livre e participativo educa meninos e meninas, então basta lançar a bola para que se organizem livremente e transformem-se em cidadãos? O Esporte Educação não se constitui em manifestação cultural esportiva?

Então o descrito na legislação não determina ou esclarece essa manifestação. Nota-se, mais uma vez, que a definição é abrangente e não delimita seu campo de atuação. Parece que a intenção é permitir uma permeabilidade às definições, para que os diferentes tipos, modalidades e categorias de esportes possam transitar livremente entre as manifestações. Constata-se, então, a necessidade de identificar as características e objetivos do Esporte de Participação e definir seus limites e possibilidades.

Encontram-se expressões, como Esporte Lazer, Esporte Popular, Esporte Ócio e Esporte Comunitário, que significam Esporte de Participação. Essa dimensão vincula-se ao lazer e tempo livre. A participação das pessoas é livre e voluntária, tornando a prática esportiva mais democrática, uma vez que possibilita a participação de todos, gerando saúde, bem-estar social e espírito comunitário. Todavia, o Esporte de Participação não é homogêneo;

encontram-se diversos sentidos para as práticas esportivas de lazer, determinadas pelos seus participantes (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004; STIGGER e SILVA, 2004).

A primeira forma de esporte de participação assemelha-se ao esporte de alto rendimento, pois tem como modelo o esporte midiático e segue as regras e normas institucionalizadas. Normalmente, ocorre em ambientes próprios e formatados para as práticas de alto rendimento, com a estrutura e materiais nos padrões e normas das confederações e federações esportivas, mesmo que os participantes não pertençam a essas instituições. Utiliza materiais similares aos de disputas profissionais e é representado em competições amadoras, com os mesmos moldes do alto rendimento. Acaba por mensurar *performances* atléticas, embora fora de um ambiente profissional, como um campeonato de voleibol entre clubes amadores, com regras padronizadas e, muitas vezes, controladas por órgãos reguladores, visando a determinar vencedores por meio de comparação objetiva de *performances*. As regras fixas e padronizadas valorizam o jogo e não o jogador, pois impõem uma lógica interna que determina as condutas e os atos motrizes (PAES, 2001).

A reprodução das especificações do esporte de rendimento no lazer privilegia os participantes com maior capacidade de jogo e estimula a ocorrência de situações de comparação de desempenhos, segregação e exclusão dos menos habilidosos. Dessa forma, o esporte de participação transmite os mesmos valores do ambiente do esporte de rendimento, como a busca exacerbada da vitória, a excelência esportiva, a produtividade e o recorde, sem, contudo, reproduzir a relação de trabalho e o uso de técnicas científicas para as práticas e sistematização dos treinamentos (MARQUES, ALMEIDA e GUTIERREZ, 2007). Pode-se afirmar que é uma subcategoria que engloba características do esporte de rendimento e do esporte de participação. Os exemplos dessas práticas esportivas são os campeonatos escolares, Ligas Esportivas, jogos de futebol entre clubes sociais, torneios universitários etc.

A segunda forma de esporte de participação não segue as normas, regras, padrões e estruturas físicas e materiais do esporte institucionalizado de alto rendimento. Baseia-se na ressignificação do esporte, com a adaptação de regras, espaços, materiais, gestos, buscando a possibilidade de inclusão e participação de qualquer pessoa que se interesse pela prática esportiva (MARQUES et al., 2006). Os praticantes desse sentido do esporte determinam as regras, normas, espaços e objetivos da prática esportiva, conforme os interesses, necessidades e possibilidades do grupo envolvido, tornando a prática mais motivante, atraente e acessível.

A ressignificação do esporte não quer dizer a proibição da competição, até porque ela é inerente ao esporte e sem competição, não há esporte. Entretanto, a competição no contexto ressignificado é estabelecida em consenso pelos praticantes, com a função de

motivar, como nas ‘peladas ou babas’, futebol entre amigos, ou um jogo de vôlei na praia, com espaço e estrutura improvisada, com regras adaptadas para todos os interessados participarem. Outro exemplo pode ser verificado quando um grupo de amigos se organiza para participar de uma corrida de revezamento em longa distância, estabelecendo os percursos, lanches e organizando todo o *staff* necessário, ou favorecendo a superação do praticante, quando, por exemplo, são propostas corridas de rua em que a disputa do esportista está em superar o seu tempo para a distância e não ganhar dos companheiros de corrida. Geralmente, nessa manifestação esportiva, são facilitados os percursos e simplificadas as regras. Utiliza-se material apropriado aos participantes para favorecer o alcance do resultado esperado e a superação de níveis de desempenho anterior. Dessa maneira, a competição é mais intrínseca que extrínseca.

Assim, o Esporte de Participação caracteriza-se pela espontaneidade, prática esportiva democrática e voluntária, podendo ser institucionalizado ou desinstitucionalizado de acordo com o interesse dos participantes e praticado de forma lúdica em espaços específicos, normalizados ou não – como em parques, praças, ruas, clubes, escolas, associações, praias, condomínios, universidades etc. Os materiais utilizados podem ser os oficiais (esporte de alto rendimento) ou alternativos, possibilitando vivências sociais que valorizam o processo competitivo como fator de integração, convivência e lazer, e não apenas o resultado de vitória.

Entende-se que os princípios fundamentais dessa manifestação esportiva são: prazer, divertimento, adaptabilidade, ludicidade e liberdade de participação. Já os objetivos podem ser muitos e com diversos sentidos, mas pode-se inferir que os principais objetivos sejam gerar saúde, alegria, bem-estar social; favorecer a integração e o espírito comunitário aos seus participantes; e melhorar a autoimagem e autoconceito.

Bracht (2007) engloba o Esporte Educação e o Esporte Participação na denominação de Esporte Lazer. Entretanto, outras concepções de esporte afirmam não ser possível representar as duas manifestações em apenas Esporte Lazer, em razão de compreender que no Esporte Educação existe a intencionalidade de educar, transformar e formar as pessoas, enquanto no Esporte Participação pode ocorrer, e muitas vezes acontece, a educação, mas de forma involuntária, informal, acidental e inconsequente – também se aprendem muitas coisas ruins nas práticas esportivas espontâneas, no Esporte Lazer sem a mediação do educador, não o identificando com a intenção educacional.

É fácil exemplificar diversas possibilidades educativas do Esporte de alto rendimento também, as quais não são objetivadas, mas accidentais, como a ampliação cultural com as viagens a países de outra etnia, religião e cultura, por exemplo. Adorno (1995),

Bourdieu (1983), Elias e Dunning (1985) afirmavam que o esporte é ambíguo, podendo ser educativo ou violento e ser bom ou mau, dependendo da forma e intenção que é apresentado, vivido e conduzido.

Segundo Tubino (2010), as diferenças entre o esporte educacional e esporte de participação encontram-se nos seguintes aspectos: a) objetivos – formação para a cidadania (educação) e lazer (participação); b) praticantes – crianças e adolescentes (educacional) e todas as faixas etárias (participação) e c) nos princípios – lúdico, prazer, diversão e bem-estar do Esporte de Participação – posteriormente, serão abordados os do Esporte Educação.

O que é mais evidente na diferenciação entre as manifestações do esporte é a intencionalidade de educar no sentido da formação do cidadão, que é exclusiva do esporte educacional – apesar de as outras manifestações também ensinarem e educarem crianças e jovens, não há a devida intencionalidade. As crianças não se reúnem para jogar futebol na rua ou no campinho de terra da comunidade, objetivando aprender algo ou serem cidadãos honestos, apenas se reúnem para se divertirem. Também, quando atletas de alto desempenho disputam um campeonato, não estão preocupados em aprender algo ou serem exemplos de cidadãos, e sim de conquistar a vitória, muitas vezes, sem se importarem com os valores da ética e da honestidade.

2.2.1.3 Esporte educacional

O Esporte educacional, responsabilidade pública assegurada pelo Estado, dentro ou fora da escola, tem como finalidade democratizar e gerar cultura esportiva, desenvolvendo todos os indivíduos em relações sociais recíprocas e com a natureza, estimulando a formação corporal e potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária. O esporte educacional, conforme a lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé) é aquele praticado “[...] nos sistemas de ensino e em outras formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer”.

O conceito de esporte educacional, na legislação brasileira, é muito vago e superficial, pois relata que se deve evitar a seletividade e a hipercompetitividade. A palavra evitar, porém, é bastante relativa, especialmente, para alcançar a educação integral e

cidadania. Dessa forma, é necessário caracterizá-lo e conceituá-lo de forma mais precisa e qualificada.

Entende-se que a orientação educativa do esporte obriga-se a assegurar a inclusão de todos e todas e a participações autênticas, oferecendo aos educandos oportunidades de decisão na organização e realização das atividades, que respeitem o nível de desenvolvimento motor, cognitivo, emocional, psicológico e social dos educandos, favorecendo a autocrítica, a autoavaliação e, consequentemente, a autoestima e, ainda, possa contribuir nos processos de emancipação dos esportistas, sendo entendido como experiência para o exercício pleno da cidadania.

Desse modo, a orientação educativa do esporte terá que se vincular, obrigatoriamente, a três áreas de atuação pedagógica: a de integração social, a de desenvolvimento psicomotor e a das atividades físicas educativas. Na área de integração social, deverá assegurar uma participação autêntica, oferecendo aos educandos oportunidades de decisões na própria organização das atividades, com o diálogo entre professor e educandos que possibilitem a integração, respeito à diversidade e convivência.

Na área de desenvolvimento psicomotor, o ideal é oferecer oportunidade de participação que respeite o nível de habilidade motora, com estímulos e práticas adequadas e diferenciadas aos educandos, respeitando as diferenças dos indivíduos, favorecendo a autocrítica, a autoavaliação e, consequentemente, a autoestima.

Nas atividades físicas educativas, a prática esportiva deve favorecer a formação da personalidade, a construção da moral e os processos de emancipação, com práticas pedagógicas democráticas, inclusivas, com diferentes desafios e conhecimentos das várias esferas do esporte de forma crítica, sendo entendida como um caminho para o exercício pleno da cidadania.

Segundo Barbieri, Oliveira e Moraes (1996) e Korsakas e Rose Junior (2002), para o esporte constituir-se em ação educacional, é necessário alicerçar-se nos princípios apontados pela legislação brasileira: totalidade, emancipação, coeducação, regionalismo, cooperação e participação.

O esporte praticado sob o princípio da totalidade deve resgatar a unidade humana, entendendo o ser humano com suas emoções, pensamentos e ações como elementos indissociáveis dessa mesma unidade, favorecendo o desenvolvimento do processo de autoconhecimento, autoestima e auto-superação, respeitando as individualidades e a diversidade. Assim, o processo de ensino e aprendizagem baseia-se na auto-referência, estabelecendo metas individuais coerentes com o nível de desenvolvimento das crianças,

oferecendo desafios que possibilitem a auto-superação e a autoavaliação, como estratégias para a elevação da autoestima e do autoconceito. Ao reconhecer seus potenciais e dificuldades pessoais, o aluno é estimulado a observar e respeitar as dificuldades dos outros e compreender a diversidade entre os colegas.

A percepção da diversidade propicia o reconhecimento da heterogeneidade entre as pessoas, fundamentando a coeducação como processo de aprendizagem que vislumbre novos contatos com o diferente – por exemplo, meninos e meninas, brancos, negros e indígenas, habilidosos, não habilidosos e hiper-habilidosos, evangélicos e católicos, pessoas com ou sem limitações e/ou deficiências.

O compromisso é com a inclusão e participação de todos e todas na aprendizagem do esporte, independentemente das diferenças e do nível de desenvolvimento das crianças e adolescentes que compõem a turma, propiciando que aqueles que jogam bem ajudem os colegas com dificuldades e que esses, ao receberem suporte dos professores e colegas, sintam-se integrantes do grupo e motivados a aprenderem mais (ROSSETTO JÚNIOR et al, 2006).

Essa interação dos diferentes para a superação dos desafios durante o processo de ensino e aprendizagem favorece a cooperação entre os educandos e entre os professores e educandos. Segundo Korsakas e Rose Junior (2002, p.91),

[...] em uma equipe que pratica futebol, por exemplo, o educador tem algumas opções de como propor uma atividade para treinar jogadas de ataque para superar um sistema defensivo. Se o próprio sistema é colocado como uma situação-problema para que as crianças criem movimentação de ataque, o educador assume um papel de mediar nessa relação, orientando-as na busca das possíveis soluções em um processo de solução conjunta.

A resolução coletiva dos problemas elaborados e apresentados no processo de aprendizagem estimula a participação de todos como protagonistas desse processo e não apenas como reprodutores da ação do professor. Para que os alunos se envolvam mais, compreendam e se comprometam com os desafios e participem ativamente da construção das situações de aprendizagem, é necessário que o grupo de alunos e professores procurem criar os desafios e situações problema nas aulas, ao alterar, adaptar, reduzir ou aumentar a complexidade dos jogos esportivos, assim, interferindo nas regras, espaço, tempo, material e movimentos (ROSSETTO JÚNIOR et al, 2006).

A cogestão, corresponsabilidade e interação gerada pela formulação e resolução coletiva de situações-problema favorecem o reconhecimento e comprometimento como ator-construtor da sua aprendizagem, formação e, principalmente, da realidade de vida,

conscientizando-se de que esta realidade é passível de alteração a partir de ações fundamentadas na emancipação de seus atores sociais.

A emancipação é favorecida quando o educador estimula os educandos a explorarem todos os cantos e frestas da experiência consciente, ao testar os limites exteriores e a verificar as fronteiras do próprio eu. Assim, de acordo com Rossetto Júnior et al. (2006), entende-se que o esporte educacional consiste em ensinar para além das habilidades motoras, técnicas e táticas, incluindo valores e conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais pertinentes ao esporte, que favoreçam exercitar a cidadania, de maneira crítica e reflexiva.

Para alcançar tal objetivo, torna-se fundamental organizar o processo de ensino e aprendizagem, distanciando-se da pedagogia diretiva e caminhando em direção às práticas pedagógicas mais abertas, que contemplam a concepção de aprendizagem construtivista, estimulando a participação ativa na construção coletiva (coeducação e cooperação) da aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento total da criança (integral) e, principalmente, da sua autonomia.

Dessa forma, se o educador tem como intenção que seu grupo de educandos desenvolva a habilidade de correr, deve propor desafios e situações-problema para que os alunos experimentem o correr em diversas formas, explorando todas as suas possibilidades de solucionar as questões envolvidas. Por exemplo, propor que criem e explorem os diferentes jogos de pegador, em vez de dispor as crianças em longas filas solicitando que reproduzam modelos de correr pré-estabelecidos e estereotipados fornecidos de pronto pelo professor. Assim, os meninos e meninas precisam pensar e refletir coletivamente, analisar, decidir, tomar decisões, trabalhar com o outro diferente dele em crenças, experiências, valores e habilidades, compreender as dificuldades dele e dos demais, ou seja, vivenciar e desenvolver diversas habilidades e competências necessárias – na verdade, imprescindíveis – para o convívio social e cidadão.

Para obter maior motivação na participação dos alunos no esporte, deve-se considerar que todas as crianças e adolescentes trazem consigo conhecimentos prévios e experiências vividas em sua família, escola e comunidade. A criança deve ser compreendida, portanto, como ser social e cultural, que influencia e é influenciado pelo meio em que vive. Logo, para tornar os conteúdos e a aprendizagem significativos, é essencial reconhecer, validar e estimular o respeito às raízes e às heranças culturais da região (regionalismo), onde o novo não pode estar desconectado do já conhecido, reconstruindo e atualizando os conhecimentos já internalizados. A cultura local é a base para a crítica do global, e o global o parâmetro para a ampliação do local. Segundo Korsakas e Rose Junior (2002, p.91), “o

regional e o global interagem nesse ponto, sob o princípio do regionalismo, como uma maneira não só de resgatar as heranças culturais, mas de valorizá-las como parte da vida de cada um e de todos nós”.

A partir da vivência dos jogos da cultura das crianças, os alunos são convidados a refletir sobre essas práticas de jogos e esportes, contextualizando-as e tematizando-as em relação aos aspectos sociais, históricos, culturais, econômicos, políticos, físicos, motores, fisiológicos e outros, que preponderam no esporte, transformando-os e reconstruindo-os para serem estudados e aprendidos de forma significativa às crianças na busca da emancipação. Sintetizando, o maior desafio está em fazer com que todos tenham acesso ao esporte, e ao praticá-lo, aprendam-no bem para que possam desfrutar e usufruir de todos os benefícios que o esporte proporciona, especialmente em seus aspectos pedagógicos que contribuem para a formação cidadã.

Considerando a realidade brasileira em que a maioria das crianças e adolescentes não pratica esporte e avaliando os princípios do esporte educacional preconizados acima, o Instituto Esporte e Educação (IEE) – apoiado em sua experiência de mais de uma década no desenvolvimento de ações de esporte para crianças e adolescentes em comunidades socialmente vulneráveis e de realização de programas de formação de professores e gestão do esporte – comprehende que todo esse contexto deve ser analisado e interpretado a fim de poder ocorrer a educação por meio da prática esportiva. Assim, jogando com a teoria e a prática e adaptando-o à realidade premente, entende-se que, para estimular a prática do Esporte Educacional no Brasil, é fundamental respeitar cinco princípios básicos – descritos, a seguir – que dialogam de forma mais adequada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e com as propostas e programas vigentes da educação nacional, facilitando a compreensão por parte dos professores, educadores e de quaisquer pessoas que pretendam utilizar o esporte como fator de desenvolvimento humano.

a) Inclusão

Consiste em criar condições e oportunidades para a participação de todas as crianças e jovens no processo de ensino e aprendizado do esporte, desenvolvendo habilidades e competências que possibilitem compreender, transformar, reconstruir, criticar e usufruir as diferentes práticas esportivas.

Incluir significa, dentre tantos outros sinônimos, compreender. É preciso, então, compreender que, nas aulas de esporte educacional, todas as crianças e jovens devem ter garantido o seu direito à prática esportiva, independentemente de suas experiências anteriores

na modalidade, de suas habilidades, capacidades ou limitações; todos devem ter oportunidades de participar ativamente de qualquer atividade proposta. Só podemos considerar que a prática esportiva se configura como fator de desenvolvimento humano se forem criadas condições para que todas e todos os alunos e alunas vivenciem e obtenham sucesso nas aulas. Quando se realizam ajustes metodológicos e adaptações nas práticas esportivas que potencializam a participação de todos, pode-se dizer que os alunos, mesmo os que têm mais dificuldades ou limitações aparentes, foram compreendidos, portanto, incluídos;

b) Construção coletiva

Caracteriza-se pelo ensino dialógico e participação ativa de todos os envolvidos na estruturação do processo de ensino e aprendizagem do esporte. Sendo assim, é imprescindível que alunos, professores e comunidade sejam corresponsáveis e cogestores do planejamento, execução, avaliação e continuidade das atividades das aulas e dos programas e projetos.

Construção coletiva é a experimentação da atividade democrática, ou seja, é o espaço das aulas de esporte educacional, onde e quando crianças e jovens são convidados a tomar decisões em conjunto, considerando seus interesses, suas necessidades e assumindo responsabilidades pelos combinados que realizam. Quando o professor cria condições para que todos os alunos participem ativamente das aulas, sendo indiferentes as suas habilidades/limitações, ou quaisquer outros aspectos referentes à diversidade humana, abre-se um espaço de interações em que, certamente, emergirão conflitos de diferentes ordens, como técnicas, táticas, sociais, culturais, morais, entre outras. O professor tem a possibilidade de convidar os alunos ao exercício da democracia, suscitando o pensamento crítico e coletivo, para resolução desses diferentes conflitos que brotam nas práticas pedagógicas esportivas dialógicas e, com certeza, também na vida cotidiana, propiciando a vivência da cidadania;

c) Diversidade

Consiste em perceber, reconhecer e valorizar as diferenças entre as pessoas no que se refere à raça, à etnia, à religião, ao gênero, ao biotipo, aos níveis de habilidades e ao desenvolvimento, à condição social, à orientação sexual, entre outros. Deve-se entender a diversidade como oportunidade de aprender com as diferenças, favorecendo o aprendizado da convivência com o distinto, desconhecido e a aprendizagem compartilhada, com a variabilidade de objetivos, gestos, pessoas, regras e materiais.

Respeito e valorização da diversidade é o princípio que orienta o olhar do professor à infinidade de possibilidades educativas presentes nas atividades humanas coletivas. Obviamente, todos os alunos são diferentes. São crianças e jovens que percorreram diferentes caminhos em suas vidas até se encontrarem na prática esportiva. Respeitar e valorizar essas diferenças significa compreender que todas as crianças e jovens são dotadas de competências distintas, mas que se complementam e se tornam indispensáveis nas atividades coletivas para o sucesso e superação do grupo. O professor tem maior chance de incluir a todos se compreender e valorizar o potencial educativo das diferenças, que motiva a transcendência das crianças, com a elevação do seu desenvolvimento pela vivência e aprendizagem coletiva;

d) Educação integral

Trata-se da compreensão do esporte como possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano holisticamente, com estímulos ao cognitivo, psicomotor e socioafetivo dos praticantes de esporte. As ações pedagógicas devem abordar os conteúdos esportivos nas dimensões conceitual, atitudinal e procedural, estimulando as crianças e os adolescentes a aprender a ser, conviver, saber e fazer no e a partir do esporte.

Dessa forma, é fundamental romper com o ensino e avaliação apenas do aspecto motor e físico ou corporal, das técnicas e táticas esportivas, devendo ser estimulados todos os aspectos do comportamento humano; não ensinar apenas o fazer esporte, mas sim propiciar saber criticamente sobre esporte, conviver com o diferente e a adversidade do grupo e disputas, refletir em ser ético no esporte e na vida. Educação integral é educar o ser humano na sua totalidade e complexidade. Assim, a educação deve englobar todos os aspectos do comportamento humano, ou seja, cognitivo, social, afetivo, emocional, motor, físico, moral, estético, etc; e, por fim,

e) Autonomia

Esse princípio é o entendimento e transformação do esporte e das outras manifestações da cultura corporal como meio para uma educação emancipatória, que se baseia no conhecimento, no esclarecimento e na autorreflexão crítica, para superar o modelo de esporte, atualmente difundido e valorizado, em que prevalece a exclusão, violência, sexism, elitismo, recorde, *performance*, lucro, influência e imposição de modelos e valores da mídia. Portanto, a autonomia constitui-se na capacidade dos atores esportivos, professores, crianças e

adolescentes, conscientemente e criticamente, analisar, avaliar, decidir, promover, opinar e organizar a sua participação e de outros nas diversas práticas esportivas.

Autonomia é a capacidade de tomar decisões e responsabilizar-se, sempre considerando o melhor para o coletivo. A autonomia é a valorização do processo de ensino e aprendizagem de conteúdos esportivos que levem as crianças e jovens a desenvolverem competências e habilidades para a prática esportiva, analisando e contextualizando a imposição externa, seja midiática, política, cultural ou social. Entretanto, sabe-se que não se consegue afastar-se totalmente dessas influências, mas a reflexão e crítica no entendimento do esporte leva a conscientização sobre as potencialidades e mazelas do esporte.

Portanto, é necessário construir conhecimentos coletivamente que vão muito além (ou transcendem) do aprendizado das técnicas e táticas para tornar-se atleta ou praticante de esporte, ou seja, aprender para não depender de outras pessoas ou estímulos externos para a prática esportiva.

Os alunos aprendem, assim, a construir regras, torneios, exercícios, materiais, estratégias de jogos, preparar-se fisicamente e manter a saúde, valores morais e éticos do esporte, a jogar com (e não contra) os outros, conhecer seus direitos à prática esportiva, entre outros. Ensinar o esporte estabelecendo relações de cidadania e respeito com as escolhas e atividades, favorece aos educandos uma prática que estimule a conscientização e apropriação dos espaços públicos e preservação do meio ambiente.

Para a consecução de um método de ensino de esporte educacional que respeite os princípios acima e sistematize ações educativas pelo esporte educacional, é necessário alinhar os objetivos do esporte educacional com os seis princípios. Dessa maneira, considera-se que são objetivos do esporte educacional:

a) Ensinar esporte como direito de todos

É necessário garantir o direito de todo e qualquer cidadão à prática esportiva e à educação de qualidade. Todos têm direito de praticar atividades esportivas no espaço escolar ou fora dele e, pela importância que a educação física tem na formação do ser humano, não se pode furtar esse direito das crianças e adolescentes. O direito de aprender sobre a cultura corporal e, especialmente, do esporte é de todos os cidadãos brasileiros, assim como reconhecer o direito de garantir espaços e equipamentos de práticas esportivas, na comunidade; e conhecer os meios e instrumentos de reivindicação a fim de exigir seus direitos junto aos responsáveis. É dever do cidadão, contudo, preservar, cuidar e melhorar as condições dos espaços públicos para a prática esportiva.

b) Ensinar bem esporte a todos

Ensinar todos e todas, sem distinção de gênero, raça, credo, habilidades, biotipo. Deve-se favorecer, portanto, o ensino das habilidades para que se desenvolvam de maneira prazerosa e divertida, sem vistas ao alto rendimento, respeitando as individualidades dos praticantes e formas de expressão e de se-movimentar. Ensinar bem está relacionado à evolução individual e coletiva, sempre respeitando as possibilidades de aprendizagem e níveis de desenvolvimento, mas sempre estimulando o avanço das competências para fazer esporte com alegria e qualidade. As crianças e adolescentes, ao participarem ativamente do processo de ensino e aprendizagem do esporte educacional, devem jogar ou praticar bem os esportes vivenciados.

c) Ensinar esporte para a cidadania

O objetivo primeiro de ensinar esporte educacional é formar cidadãos. Os processos de ensino e aprendizagem devem possibilitar aos educandos compreender as suas práticas, discutir, planejar, refletir, lidar com as emoções, conscientizar-se, problematizar, conflitar e valorizar conceitos, atitudes e procedimentos para além do emprego no esporte, transferindo esses saberes para o convívio coletivo e vida cidadã.

A educação para a cidadania, por meio da prática esportiva, compreende reconhecimento do esporte como direito universal e irrestrito do cidadão brasileiro. É um elemento de promoção de saúde individual e coletiva, melhoria da qualidade de vida, integração comunitária e vida social democrática. É também partícipe dos processos de diminuição da insegurança pela ocupação ativa dos espaços e equipamentos públicos, escolares ou não, e, principalmente, é um promotor do envolvimento da infância e da juventude em atividades formadoras e educacionais. Dessa forma, o Esporte Educacional é um dos meios de formação para a Cidadania.

O direito de aprender sobre a cultura corporal e, especialmente, do esporte é de todos os cidadãos brasileiros. Apropriar-se, ressignificar e usufruir dessa cultura reconstruindo-a para si e para os outros configura o exercício ativo da educação para a cidadania esportiva.

2.3. Esporte pós-moderno

O esporte, em que pesa sua relativa autonomia, passou – e passa – por transformações contínuas ao longo do desenvolvimento de sua história, conforme as alterações no meio social, político e econômico, que contribuíram para fomentar e estruturar o fenômeno esporte que se constata na sociedade. Considerando o desenrolar dos séculos XIX e XX e as mudanças de paradigmas, princípios, objetivos e práticas do esporte, é possível afirmar que o esporte do final do século XX se distancia em muitos aspectos do esporte moderno, originado no século XVIII, junto às classes dominantes inglesas, que se ampliou e consolidou durante os séculos XIX e XX.

A partir do entendimento de que algumas das características do esporte são concebidas pelos aspectos que estruturaram a sociedade moderna ou a sociedade industrial e, mais recentemente, pelo seu caráter de mercadoria, é necessário observar como as mudanças hodiernas, acarretadas com o desenvolvimento da denominada sociedade pós-industrial, pós-fordista, pós-moderna, pós-tudo, se manifestam no esporte.

A pós-modernidade é a condição sociocultural e estética do capitalismo pós-industrial; expressa uma cultura de globalização, na qual a informação e o conhecimento se tornam a principal força de produção. A pós-modernidade ou a modernidade reflexiva – ou modernidade líquida – caracteriza-se como a expressão crítica do esgotamento do modelo de pensamento baseado na racionalidade ocidental e na razão iluminista. A pós-modernidade não representa ruptura total da modernidade: indica as alterações constantes e contínuas no sentido de condições que reconstruem o quadro social, cultural e geográfico do mundo e causa novos paradigmas (BAUMAN, 1998; GIDDENS, 2002; HALL, 2003; SENNET, 2004).

Os autores citados se utilizam de conceitos distintos para expressar o período aqui chamado de pós-moderno. Bauman (1998) ao denominar modernidade líquida, entende que não se superou a modernidade, apenas apresenta outras formas, que são fluidas e não rígidas. Giddens (1991) denomina de modernidade radicalizada ou alta modernidade, em razão de acreditar que não ocorre um novo sistema social. Nesse mesmo sentido, Hall (2003) define como modernidade tardia. Já Sennet (2004) utiliza-se do termo pós-modernidade. Dessa forma, neste trabalho, considera-se pós-moderno o período que representa os aspectos relatados pelos autores.

Para Lyotard (2013, p.3), o período pós-moderno se inicia quando, “[...] o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as

culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 1950, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução”.

A pós-modernidade é a época em que a ordem depende do desmantelamento da ordem tradicional, pré-concebida e herdada; um questionamento ou rompimento com as ideias clássicas de razão e identidade e com as verdades absolutas (BAUMAN, 1998). Diferentemente da época moderna, que se caracteriza pela crença na racionalidade, na ciência, no progresso, nas ideologias, na rigidez das tradições das instituições e na homogeneidade que aplaina as diferenças em favor de universais absolutos, o que a pós-modernidade demonstra é a perda das crenças ideológicas e da esperança de compreender definitivamente, por meio da ciência e de uma teoria ideal, a realidade social, cultural, econômica, educacional etc.

A pós-modernidade é a ruptura dos grandes modelos epistemológicos, com suas pretensões de verdade e universalidade; o fim das certezas absolutas. Nela, as alterações são constantes, dinâmicas, rápidas, tudo é instável, das relações interpessoais, passando pelo trabalho e conceitos, chegando às identidades (BAUMAN, 1998; GIDDENS, 2002; HALL, 1998; SENNET, 2004).

A modernidade “sólida” era verdadeiramente a era dos princípios duradouros e concernia, sobretudo, aos princípios duráveis que eram conduzidos e vigiados com grande atenção (BAUMAN, 2009). Atualmente, na pós-modernidade, não existem formas definidas e definitivas, o único princípio é o da mudança, da alteridade constante.

As características da vida na modernidade líquida, segundo Bauman (2007), são: novidades, inovação, desordem, liberdade, individualismo, responsabilidade própria, precariedade como valor, instabilidade como imperativo, hibridismo como riqueza, aquiescência à desorientação, imunidade à vertigem, adaptação ao estado de tontura, tolerância com a falta de itinerário e direção e com a duração indefinida da viagem.

A fluidez, instabilidade, alterações constantes e fim das ideologias – características do período pós-moderno – ajudam a compreender as mudanças no esporte nas décadas finais do século XX. O fim das ideologias político-econômicas levou não só ao fim da Guerra Fria e à mudança de paradigmas e investimentos no esporte, como também a não rigidez e desapego a princípios e valores institucionais que favoreceram a ruptura com os princípios do olimpismo e seus valores de amadorismo, educação e saúde.

A falta de direção devido à perda de confiança nas instituições esportivas, levou-as a mudarem suas perspectivas e a passarem a ser regidas pelos conceitos do lucro e da produção de mercadorias de alto valor comercial, determinadas pelo *marketing*, acarretando a desorientação quanto aos conceitos das manifestações esportivas, que geram confusões,

fusões e hibridismo orientados pelos atores esportivos com maior poder no Campo esportivo. As inovações constantes surgiram pela iniciativa dos detentores de poder e impuseram hábitos e alteraram culturas, com intuito de democratização e massificação do esporte, mas com foco na comercialização da mercadoria esporte.

A desordem do Campo esportivo, como ocorreu na ciência, política e economia, multiplica e acalora as disputas dentro do Campo, e os atores e instituições com maior poder tendem a impor seus interesses e desejos (BOURDIEU, 1983). São esses alguns dos fatores que explicam a supervvalorização do esporte de alto rendimento, tornando seus princípios hegemônicos na prática esportiva e a consequente espetacularização do esporte para a potencialização de seus lucros para os detentores do poder.

Uma característica muito importante da pós-modernidade, que ajuda a esclarecer as transformações do esporte na pós-modernidade, são as mudanças institucionais que, ao contrário de seguirem como uma determinada direção – tendência da modernidade –, tomaram caminhos diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes, conflitantes (SENNET, 2004). Na modernidade, o foco era a delimitação dos percursos de modo transparente e linear que permanecesse para sempre idêntico; na pós-modernidade, porém, não existe possibilidade única, sentido pré-estabelecido, o que importa é mover-se, não ficar parado e, logo, tornar-se descartável. Segundo Bauman (1998, p.114), “o nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos solicitam”. Essa mobilidade constante gera uma tendência para um contrato temporário em todas as áreas da sociedade (SENNET, 2004).

Ao pensar o esporte como instituição, as entidades esportivas, como a FIFA e COI, ou as federações e clubes esportivos nacionais, entram em crise com a contextualização e reflexos sobre seus objetivos e princípios divergentes dos valores predominantes na sociedade pós-tudo e passam a se orientar para diferentes direções: traçam objetivos e ações na ordem das diferentes manifestações do esporte, constroem diferentes identidades da instituição e alteram constantemente seus focos. Inseridas, porém, na sociedade globalizada e descobrindo o potencial comercial do esporte, as alterações propostas, quase sempre são balizadas pelo capital e lucro, acarretando na espetacularização do esporte.

Uma crise de paradigmas pode ser definida, portanto, como uma mudança conceitual, consequência de uma insatisfação com os modelos anteriormente predominantes de explcação do mundo. Sinaliza uma ruptura de equilíbrio em um determinado contexto, incorporando aspectos positivos e negativos que se entrechocam nos movimentos sócio-históricos (NOVAIS, 2015, p.5).

A vida pós-moderna é de indeterminação e maleabilidade do mundo. Poucas coisas no mundo podem ser consideradas sólidas e dignas de confiança – talvez nenhuma. Portanto, para as instituições e sujeitos pós-modernos, é fundamental a adequação constante e veloz (BAUMAN, 1998 e 2007).

O mundo pós-moderno é em velocidade: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido, mas também são maiores a amplitude e a profundidade com que impacta as práticas sociais e modos de comportamento existentes (GIDDENS, 2002, p.22). O *slogan* pós-moderno “não há longo prazo”, destrói a confiança, a lealdade e o compromisso recíproco, com pessoas, instituições e grupos, uma vez que os sentimentos de pertencimento dependem da associação de longo prazo e compromisso com o coletivo.

O esporte moderno, inicialmente, pautava-se no amadorismo, no lazer e na educação; posteriormente, fortalece-se e ganha importância e dimensão internacional com as disputas políticas. O esporte pós-moderno emerge como resultado de grande e várias transformações e rápidas mudanças nas diversas esferas da sociedade, como as relativas à comercialização da cultura e lazer no período pós-Guerra Fria, com a diminuição do *Welfare State*, desenvolvimento tecnológico, surgimento da indústria esportiva, que desenvolve a estrutura para surgimento da versão pós-moderna do esporte, ou das versões de esporte que ainda observamos na atualidade.

As novas características do esporte pós-moderno são a heterogeneidade de práticas e manifestações, espetacularização e comercialização exacerbada da mercadoria esporte e seus subprodutos (símbolos e objetos). O consumo do espetáculo esportivo ou de seus produtos constitui-se nos pontos principais de relação dos sujeitos com o esporte (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008).

Este alinhamento do esporte aos entraves econômicos seguiu a ótica das políticas neoliberais consolidadas na década de 80. Os Estados nacionais passaram a ter menos influência política e as corporações transnacionais mais influência econômica. A desestatização do esporte e a inclusão do mesmo no mercado mundial caracterizaram as mudanças impostas pela globalização (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004, p.118).

Entretanto, pode-se dizer que o esporte foi universalizado antes do processo de globalização, apenas não era, ainda, explorado como mercadoria.

Observa-se que ocorre sobreposição entre a modernidade e pós-modernidade, com atitudes, comunicação e atuação, de acordo com antigas fórmulas e instituições e, ainda, conservam uma série de tradições e concepções construídas na modernidade, mesmo dentro

do período e contexto pós-moderno, com todas as suas características. Também, constata-se distanciamento e repulsa das antigas fórmulas e tradições, mas sem abandonar totalmente parte da sua existência, identidade e seu compromisso. A modernidade, com seus princípios e ideologias, não deixou de existir e nem se iniciou integralmente uma nova época (GIDDENS, BECK e LASH, 1995).

No esporte, constata-se facilmente a superposição dos dois períodos: ao mesmo tempo que os esportes se modificam e se renovam constante e rapidamente para se profissionalizar e tornar o espetáculo ainda mais atrativo, de fácil comercialização e ainda mais lucrativo, percebe-se alguns rituais e valores sendo conservados, como por exemplo, a relação com o patriotismo nas disputas internacionais, a concepção e defesa do esporte como fator educacional por alguns intelectuais, professores e esportistas, às vezes, transparecendo até ser o esporte paradoxal. Esses aspectos reafirmam a condição polissêmica, polimorfa e complexa do esporte.

Estar no período pós-moderno, portanto, não significa abdicar totalmente dos princípios da modernidade, mas sim coexistir constantemente com paradigmas modernos e pós-modernos, que divergem entre si, confrontam-se, algumas vezes se combinam e procuram posicionar-se e se sobrepor ao outro, implicando inter-relações do contexto e do Campo esportivo.

No último quarto do século XX, ocorreram grandes discussões e alterações nas concepções e na prática esportiva. Consequentemente, conforme a teoria de Campo de Bourdieu (1983; 1990), os outros grupos e atores do esporte com ideais diferentes ou contrárias da mercadorização e espetacularização do esporte reagem e realizam manifestos e constroem cartas para demonstrar as características, circunstâncias, abrangência e importância do esporte para a sociedade nesse momento de transformações, modificando conceito e demonstrando seu valor para toda a sociedade, como exposto no item anterior sobre o Manifesto do Esporte e da Carta da Educação Física e Esporte – exemplo de que a pós-modernidade não suplanta a modernidade por completo.

Todavia, após as discussões e tentativa de reconfiguração do esporte, o esporte de alto rendimento saiu fortalecido e passou a ser enfatizado, priorizado e organizado, em alguns países, na perspectiva do mercado globalizado e do mundo do trabalho, da economia, do rendimento industrial e do recorde, sobrepondo-se ao *Fair Play*, à ética e à moral, rendendo-se aos princípios da produção midiática e da globalização. Esse momento pode ser compreendido como o prelúdio do período pós-moderno do esporte, com a espetacularização

do esporte que, agora, além de mercantilizado, será explorado como espetáculo pela indústria globalizada do entretenimento – a indústria cultural.

Alguns Estados e investidores privados iniciaram a transformação do esporte moderno em um mundo de mercado e consumo – aproveitando-se do interesse pelo espetáculo esportivo das competições internacionais e da capacidade de diálogo do esporte com inúmeras culturas – por ser um fenômeno universal ou pelo seu poder de uniformizar a cultura de diferentes países, em razão da sua imagem sempre ser positiva e unificadora dos povos, que motiva a prática e o fomento. O esporte pós-moderno assume a sua característica principal na atualidade, ou seja, a de produto e criador de outras mercadorias associadas (MARQUES, 2007).

O potencial mercadológico do esporte, especificamente, o espetáculo esportivo é descoberto, desenvolvido e explorado à exaustão, em razão da comoção e emoção causada pelas disputas internacionais que acarretaram o aumento da divulgação e influência cultural das grandes competições esportivas, principalmente dos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA, que passaram a atrair um enorme público mundial e a representar um valioso mercado em potencial, especialmente, a partir das transmissões ao vivo pela televisão.

As alterações mais significativas do esporte moderno iniciaram-se após o fim da Guerra Fria e, especialmente, com a queda do muro de Berlim (1989), período em que os investimentos no esporte mudaram de sentido, sobretudo no esporte de alto rendimento. O uso ideário-político já não era tão necessário e somado ao fortalecimento da globalização, o esporte que já vinha sendo comercializado há algum tempo, rumou definitivamente no sentido da disputa mercadológica entre marcas e fornecedores, que financiam e financiam o espetáculo e direcionaram ao mercado consumidor.

Essas transformações do esporte já podem ser notadas a partir do final da década de 1960, em razão do desenvolvimento das tecnologias que possibilitaram as transmissões ao vivo e “diminuição das distâncias”, com o avanço dos transportes, favorecendo não só a globalização comercial e cultural, como também as disputas internacionais, que acarretaram a supervalorização dos megaeventos esportivos internacionais, transformados, gradativamente, em mercadorias, como a Copa do Mundo FIFA e Olimpíadas.

Bourdieu (1987) também menciona as transmissões televisivas do esporte como uma das causas das transformações do esporte em mercadoria explorada pela mídia e indústria. Para ele, o aumento das transmissões televisivas dos eventos esportivos ao vivo, que potencializam a emoção gerada pelo esporte e aprisiona o espectador, acarretou mudanças – alterações, como a profissionalização e a espetacularização e exploração ao máximo dos

produtos gerados pelo esporte, bem como na “planetarização do espetáculo olímpico” (BOURDIEU, 1987, p. 126) – e reforçou algumas características do esporte moderno e, também, a atuação dos Estados. A consolidação do esporte pós-moderno acontece com a busca do rendimento máximo e da vitória a qualquer custo, não obstante as alterações quanto às ações dos Estados para as disputas internacionais em busca das vitórias.

No futebol, observa-se um momento crucial de mudança de paradigmas em relação ao esporte, que foi a eleição de João Havelange para a presidência da FIFA em 1974. Havelange fez uma campanha eleitoral milionária, de aproximadamente 3 milhões de dólares, financiado principalmente por Horst Dassler¹⁷, investidos na aproximação com a África e Ásia e com a promessa de aumentar o número de países na Copa do Mundo. O brasileiro João Havelange “representante do Terceiro Mundo” conseguiu que 37 países africanos participassem da eleição na Alemanha, custeando as despesas e, ainda, com verba de representação para seus delegados. Assim, com os votos dos países africanos, asiáticos e sul-americanos se elegeu (YALLOP, 1998).

Nas décadas anteriores, as finanças da FIFA eram movimentadas pelas bilheterias dos jogos, taxa de vendas de jogadores e pequenos negócios comerciais. O novo presidente da FIFA, com a fala “Vim vender um produto chamado Futebol”, mudou a estrutura da entidade esportiva e do Futebol no mundo, desde seus princípios, passando pela gestão administrativa, até a forma de disputar as partidas. Havelange maximizou as atividades comerciais da FIFA, associou-se às multinacionais Coca-Cola e Adidas, vendeu os direitos de transmissão dos torneios internacionais de futebol para a empresa de *marketing* esportivo ISL¹⁸ e, assim, em seus 24 anos de mandato frente à FIFA, cumpriu o prometido na campanha: promoveu o futebol na África e Ásia, ampliando o número de representantes desses continentes na Copa do Mundo FIFA – passou de 16 países que disputavam a Copa FIFA, em 1974, para 32, em 1998 – e criando os campeonatos mundiais das categorias de base¹⁹ (FARIAS, 2014).

¹⁷ Dassler (Presidente da marca de material esportivo Adidas), inicialmente, apoiou Stanley Rous e Havelange simultaneamente, mas, ao perceber que Havelange estava mais próximo da vitória na eleição, passou a apoiá-lo ostensivamente, distribuindo maços de dinheiro para os que ainda estavam indecisos. A intenção de Dassler era que astros e federações assinassem contratos para uso do material da Adidas. Para isso, deixava os dirigentes esportivos em situação de dívida pessoal com ele (JENNINGS, 2011).

¹⁸ Horst Dassler se juntou a Patrick Nally e juntos fundaram a International Sport and Leisure (ISL) para venderem direitos de *marketing* a empresas transnacionais comprados das federações esportivas. Conseguiram convencer a Coca-Cola a investir na ampliação do futebol na África e Ásia, com cursos, centros de treinamentos e novas competições, em troca da estamparia de sua logomarca na Copa do Mundo FIFA. Depois da Coca-Cola, todas as megaempresas queriam usar o emblema da FIFA e as palavras Copa do Mundo (JENNINGS, 2014).

¹⁹ A primeira Copa do Mundo Sub-20 foi realizada na Tunísia em 1977. Hoje existe Copa do Mundo de Sub-15.

Dassler apoiava as campanhas dos candidatos favoritos. Quando venciam as eleições das principais Federações Esportivas, tinham de retribuir. Assim, ajudou na eleição dos presidentes da Federação Internacional de Atletismo e do Comitê Olímpico Internacional, ambas em 1980, que elegeram Primo Nebiolo e Juan Antônio Samaranch, respectivamente. Os novos presidentes para retribuir o “apoio na eleição” vendiam os direitos de transmissão e cotas de patrocínio dos eventos esportivos organizados pelas suas instituições para a ISL, que os revendia às Televisões do mundo inteiro e comercializava as cotas de patrocínio com as empresas multinacionais interessadas em associar a sua marca ao esporte e suas virtudes: saúde, educação, ética que, constantemente, são vinculadas ao esporte pelo senso comum. Dassler chegou a comprar dos russos comunistas e vender aos capitalistas os direitos de comercialização da Olimpíada de Moscou 1980 (JENNINGS, 2011).

Os dirigentes esportivos passaram a conseguir dinheiro para organizar seus eventos esportivos e, logo, a organizar mais e mais eventos, já que se tornaram lucrativos e não mais dispendiosos como antes. Os novos dirigentes foram exaltados pela mídia como líderes e sábios que desenvolveram o esporte com a conquista de investimentos.

Para despertar ainda mais o interesse e divulgação das mídias, os novos dirigentes esportivos, especialmente Primo Nebiolo (Presidente da Federação Internacional de Atletismo), passaram a manipular e fraudar resultados e fazer vistas grossas ao *dopping* de atletas, visando à quebra de recordes nas competições internacionais e consequente divulgação de suas mercadorias na imprensa de todo o mundo (JENNINGS, 2011).

O processo de espetacularização e mercantilização do esporte transformou as federações internacionais e o Comitê Olímpico Internacional em grandes corporações financeiras transnacionais, que teceram uma rede de filiais por todo o mundo através dos Comitês Olímpicos nacionais e das confederações nacionais. Estas corporações esportivas mantêm relacionamentos comerciais com grandes empresas patrocinadoras, tais como a Coca Cola, a Nike e a Adidas (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004, p.118).

O esporte se transformou, a espetacularização do esporte se consubstanciou, tornando os princípios do lucro e do negócio à frente de qualquer outro. O esporte espetáculo, divulgado constantemente pela mídia, conforma e molda o entendimento do senso comum sobre esporte cuja representação social passa a ser o espetáculo vinculado em sua casa pela mídia. O esporte de alto rendimento, agora espetacularizado, é modelo e exemplo a ser seguido pelas outras manifestações esportivas (educação e lazer).

O esporte espetáculo apresenta três características elementares (PRONI, 1998, p. 85): a) competições esportivas organizadas por ligas ou federações com atletas altamente

capacitados e submetidos a treinamentos especializados e intensivos; b) competições esportivas coorganizadas com os meios de comunicação de massa e comercializadas para o consumo no tempo de lazer do espectador; e, c) a motivação para a introdução de relações mercantis no campo esportivo, em razão da (semi) profissionalização do atletas, ou pela comercialização dos eventos esportivos como entretenimento de massa.

O esporte pós-moderno caracteriza-se, segundo Guttman (1992), pela: a) racionalização – regras e regulamentos mais precisos e com uma relação lógica entre os meios e fins, baseando-se no conhecimento para organizar o treinamento e as competições, uso da ciência e tecnologia, não vinculando o desempenho a sorte ou a aspectos divinos. O aperfeiçoamento dos atletas favorece o melhor rendimento e a quebra de recordes, proporcionando maior espetáculo e valorizando a mercadoria esporte; b) burocratização – o esporte é institucionalizado e organizado em Federações e Confederações para administrar o desenvolvimento, que gera uma sistematização de regras universais, regulamentos de produção de espetáculos e controle de recordes e estratégias de desenvolvimento do esporte. A burocratização gera uma reserva de mercado para as instituições esportivas que administram os direitos dos megaeventos esportivos; c) quantificação – a mensuração da *performance* esportiva é fundamental na relação com as outras características, exemplo é a invenção e aperfeiçoamento dos cronômetros e registros dos resultados, das estatísticas que ajudam a vender e valorizar os eventos esportivos; e, d) recordes – registros para facilitar a comparação entre os atletas, que colaboram para a venda e valorização do espetáculo pela mídia e formação de ídolos esportivos, que ajudam na comercialização de produtos atrelados ou não ao esporte.

As características do esporte levantadas por Guttman estão relacionadas aos aspectos examinados por Max Weber, ao estudar a modernidade com sua racionalidade científica e tecnológica, que leva à especialização profissional.

Este processo de racionalização no campo da ciência e da organização econômica determina indubitavelmente uma parte essencial dos ideais da vida moderna na sociedade burguesa. O trabalho a serviço de uma organização racional [...] tem-se apresentado, sem dúvida, sempre, aos representantes do espírito do capitalismo, como uma das mais importantes finalidades da vida profissional [...] características irrecusáveis e fundamentais da vida moderna [...] dominam todas as atividades e comportamentos humanos, com atenção voltada para o sucesso e êxito econômico [...] o individualismo e o racionalismo, baseados na especialização, no cálculo rigoroso e na previsão (WEBER, 2001, p.32).

Brohm (1978) também relata a semelhança da racionalidade dos mercados capitalistas e das normas que regulamentam o esporte e de como os princípios da sociedade capitalista influenciam a estrutura do esporte. São exemplos: a) a especialização esportiva é um produto da divisão do trabalho para obter maior rendimento; b) a busca do rendimento máximo se aproxima do recorde, que é o aumento constante da capacidade produtiva; c) o esporte é uma corrida contra o tempo, a aceleração do tempo capitalista; d) o espetáculo esportivo é uma mercadoria; e e) os atletas perdem sua subjetividade ao pertencerem à equipe que busca a produção de resultados e capitais.

Nesse processo, verifica-se a alteração das funções das estruturas intrincadas nas pugnas e debates do Campo esportivo. As estruturas que, inicialmente, eram estruturadas passaram, em razão dos interesses e arranjos (*habitus*) de alguns atores sociais, a interferir nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais como estruturantes na forma de pensar, organizar, realizar e, especialmente, consumir o esporte (MARCHI JUNIOR, 2006). As Federações e Confederações esportivas, antes estruturadas pelo Estado, política ou economia, passaram a ser estruturantes dessas esferas.

As modificações e resistências, as disputas internas do Campo esporte, derivaram das adaptações do esporte moderno aos novos desenhos políticos, sociais e econômicos, acarretando um fenômeno social diferente. Assim, emerge o esporte pós-moderno, sucessor do esporte moderno quanto à sua identidade como campo social (Campo esportivo), “porém, autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus símbolos, signos e objetivos” (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008).

[...] a metamorfose dos Jogos Olímpicos parece se completar: o esporte espetáculo da era da globalização não tem muito que ver com o esporte de elite dos tempos de Coubertin. A sociedade de consumo propiciou a base para que o espetáculo esportivo se convertesse em veículo de propaganda de produtos destinados a mercados de massa (PRONI, 1998, p. 131).

As instituições esportivas, ao identificarem o enorme valor do esporte para a mídia e indústria vincularem produtos durante as transmissões pela TV, atrelado à emoção do torcedor e aos sentimentos pelo país ou clube, que favorecem, e muito, a comercialização, passaram a negociar valores cada vez maiores sobre os direitos de transmissão televisiva dos campeonatos internacionais, dos Jogos Olímpicos e até dos campeonatos nacionais – cifras que hoje chegam a bilhões de dólares. A mídia, constatando o interesse das empresas em comprar espaços nas transmissões para divulgar suas mercadorias, passaram a transmitir os

eventos esportivos ao vivo para milhões de espectadores (consumidores) em todo o mundo e, consequentemente, o consumo e o lucro passaram a ser a referência.

A conquista da prática e do consumo do esporte passou a ser interpretada como uma vertente da cultura de massas, a cultura esportiva de massas. Não tardivamente, efetivou-se, nesse percurso, uma indústria cultural. A paixão esportiva, que lotava ginásios, foi sendo direcionada para um consumismo, na expectativa de aproximar o espectador-amador e o atleta profissional. A mídia estruturou-se e foi organizada com a tarefa de proporcionar aos participantes e consumidores possibilidades de entendimento e de relativa *performance* no campo esportivo (MARCHI JUNIOR, 2006, p.175).

A melhor forma de vender ou mercantilizar um produto é expô-lo, de forma espetacular, ou seja, a espetacularização do esporte consiste em ações direcionadas ao potencial público consumidor, e não aos possíveis praticantes. Assim, foram elaborados esquemas de profissionalização dos atletas, técnicos, dirigentes etc.; traçadas estratégias de *marketing*, alteração de regras e regulamentos e movimentos mercadológicos em parceria com a mídia para a massificação do esporte como produto para os consumidores.

A mídia levou ao conhecimento dos leitores e espectadores as imagens dos jogadores que rapidamente foram levados ao patamar de ídolos. Suas potencialidades publicitárias foram percebidas e intensamente exploradas pelas agências especializadas. Dessa forma, os profissionais das quadras tiveram suas imagens comercializadas, sempre associadas as vitoriosas *performances*. Como modelos de saúde, passaram a anunciar diversos produtos, visando atingir consumidores, muitas vezes, alheios aos acontecimentos esportivos, mas passíveis de serem atraídos pela exaltação das suas qualidades mercadológicas (PINHEIRO, 1997, p.538, *apud* MARCHI JUNIOR, 2006, p. 174).

O esporte é incluído, definitivamente, no sistema econômico mundial na década de 1980, passando a compor as estruturas neoliberais da economia de mercado, transformando-se em uma grande instituição financeira que representa os interesses das corporações transnacionais, as quais ditam as regras no mercado mundial (BRACHT, 1997).

Os Jogos Olímpicos de Los Angeles 1984 são um marco da consolidação do Esporte na economia mundial. Pela primeira vez na história, o COI negocieiou o megaevento esportivo com a iniciativa privada em troca de patrocínios de empresas transnacionais, como Visa, Xerox, Gilette, Coca-Cola e outras. O enorme potencial de audiência do esporte fez com que surgissem muitos patrocinadores, e a espetacularização e comercialização do Esporte pós-moderno propiciaram bons lucros aos organizadores dos Jogos Olímpicos. A partir da Olímpiada de Los Angeles, todos os megaeventos esportivos foram realizados em parceria com empresas globais. As instituições esportivas, as confederações, federações, as ligas e os

clubes, desde então, compreenderam o esporte e como produto de consumo e negociaram com as empresas e a mídia para comercializá-lo (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004).

O *marketing* transformou o esporte – o futebol em específico que recebeu projeto publicitário mais agressivo, com o incremento e a utilização mais continuada do *merchandising*, veiculando, nos diversos suportes que sustentam o futebol desde o material esportivo dos profissionais, até aos alunos das “escolinhas” de futebol, também nas propagandas estáticas, associando as imagens das empresas aos clubes de futebol. Segundo o vice-presidente da *Sponsorship Research International*, Darren Marshal, “o retorno de uma marca ou produto envolvido em patrocínio de eventos esportivos é quatro vezes maior do que o de uma boa campanha publicitária” (*apud* MELO NETO, 1995, p.27).

O uso e sucesso do esporte como ferramenta de *marketing* ocorre em razão de

O esporte encerra em si próprio um conceito e uma imagem de sucesso, emoção, vida, prazer, vitória e entretenimento [...] A emoção do espetáculo esportivo é transferida, inconscientemente, para a mente do espectador e do torcedor. E o que fica é a associação da marca e do produto com os ingredientes emocionais do esporte (MELO NETO, 1995, p.29).

O objetivo maior do processo de espetacularização do esporte pós-moderno foi a rentabilidade e a profissionalização, com ações voltadas para o público consumidor. Já os procedimentos e objetivos para a popularização da prática são diferentes, devem acontecer no sentido da democratização da prática (MARCHI JUNIOR, 2006).

O volume de capital envolvido nas transações de patrocínio de eventos, de equipes e de venda de direitos de transmissão, gera interesses que ultrapassam as necessidades da prática esportiva. São interesses voltados ao mercado alvo, horários de transmissão, locais sede dos eventos, oportunidades comerciais. Estes interesses econômicos provenientes das relações entre as instituições esportivas, empresas patrocinadoras e corporações de mídia acabam por influenciar diretamente a realização esportiva, proporcionando mudanças nas regras dos jogos, horários de partidas desfavoráveis à prática esportiva, mas ideais para a audiência televisiva, valorização excessiva do espetáculo e do show em detrimento das características da modalidade esportiva (SIGOLI e ROSE JUNIOR, 2004, p.118).

No processo de espetacularização e ampliação da mercantilização do esporte que o tornou voltado ao consumidor, foram modificados hábitos esportivos das pessoas e criados novos mercados, com a privatização de espaços e equipamentos de lazer (PRONI, 1998). Nesse mesmo sentido, Tubino (1992) ressalta a substituição do movimento associacionista, com a criação coletiva de ambientes esportivos, como as associações e clubes esportivos que

foram importante referência ética e moral do esporte moderno, pela comercialização das práticas esportivas, com a oferta e compra de equipamentos, locais, oportunidades e condições para a atividade esportiva.

O esporte pós-moderno caracteriza-se como heterogêneo e unido ao mercado. Suas manifestações são diversas: lazer, educação, saúde, diversão e entretenimento, apesar de ser sempre associado ao capital e voltado para o consumo e, ainda, sofrer influência do modelo hegemônico do esporte de alto rendimento que é difundido pela mídia e que se destaca ao anunciar, propagar e desenvolver conceitos, comportamentos, valores e signos e produtos do esporte (MARQUES, 2007).

O *marketing* e a comercialização do esporte pós-moderno acontecem em diversos sentidos, por exemplo, com o comércio da prática de lazer, de artigos esportivos, atividades para saúde, direitos de transmissão ou do esporte espetáculo – este último exerce mais influência, porque dissemina pela mídia o consumo do esporte como mercadoria. Atualmente, até o corpo dos atletas é o padrão de beleza exaltado pela mídia e consumido pelas pessoas, busca inconsciente com suplementos, anabolizantes, dieta e outros que ao contrário de acarretar benefícios mais prejudicam a saúde

A mídia e o *marketing* esportivo fazem com que se consumam artigos esportivos, como roupas, materiais esportivos e equipamentos, mas também signos, valores e comportamentos inseridos no esporte espetáculo. Dessa maneira, a divulgação e massificação do esporte é determinante para a ampliação dos mercados esportivos (PRONI, 1998). Assim, levanta-se a dúvida sobre as ações do Estado e instituições para disseminação e aumento da prática esportiva. As ações são planejadas e desenvolvidas com intuito de democratizar o acesso e a prática esportiva para educação e saúde das pessoas ou para ampliar o mercado consumidor da mercadoria esporte e dos produtos e subprodutos vinculados?

O esporte-espetáculo não se limita somente às competições de alto rendimento, profissionalizadas; também exerce influência em manifestações esportivas amadoras, por meio do consumo de espaços, materiais e práticas tidas como produtos indispensáveis. Além disso, tem-se consciência da importância que as notícias e acontecimentos esportivos têm no dia-a-dia de inúmeros indivíduos ou no consumo cotidiano de bens e serviços que se promovem por meio do esporte, que tornou possível comprar sensações não vivenciadas no cotidiano, principalmente em meios urbanos, apresentando a característica “elisiana” de catarse junto a esse fenômeno (MARQUES, 2007).

As manifestações esportivas da pós-modernidade são estruturadas nos princípios que regem a concepção de mercados de bens, serviços e entretenimento (MARCHI JUNIOR,

2006). Dessa forma, constatam-se ações mercadológicas diferenciadas para os variados personagens ligados ao Campo esportivo:

- Atleta-astro: o esportista profissional que, além de atuar como atleta também tem sua imagem vinculada a outras formas de ganho de capital e, por que não, outras carreiras como modelo fotográfico e diplomacia internacional;
- Atleta-produto: o esportista profissional que é negociado entre clubes ou organizações financeiras como uma peça que gera lucros;
- Esportista-consumidor: o sujeito que paga tanto para ter acesso à prática esportiva quanto para acompanhar exibições profissionais e produtos vinculados ao esporte-espetáculo;
- Esportista-praticante: o amador que pratica esporte efetivamente como forma de atividade física sistematizada, sem compromisso formal e econômico de alta *performance*;
- Esportista-sedentário: o sujeito que se sente atraído pelo esporte, o consome de inúmeras formas, vive seus momentos de lazer em função de manifestações esportivas e de seus produtos, mas não pratica nenhuma modalidade esportiva (MARQUES, 2007, p. 90).

Nota-se, nas ações e perspectiva mercadológicas do esporte pós-moderno, que, para ser apreciador e vivenciá-lo, não é mais preciso praticá-lo, basta consumir o produto esporte e os subprodutos atrelados, ou vivenciar ações miméticas, como apostas, jogos eletrônicos, ou tornar-se um espectador/torcedor ao assinar um pacote de eventos exclusivos pela televisão a cabo. Assistir constantemente ao esporte espetáculo pode levar à formação de hábitos esportivos “passivos”.

O esporte pós-moderno é um produto comercializado mundialmente em grande escala, coisificado, especialmente por tornar-se produto midiático. Também, tem-se interesse no esporte como cultura globalizada, com a criação de ídolos mundiais, e estratégias de *marketing*, que favorecem e fomentam a produção e comercialização dos materiais esportivos consumidos em larga escala – a chamada indústria esportiva, que movimenta bilhões de dólares ao ano.

O esporte como produto aproxima-se do conceito de Uniforme, formulado por Jullien (2009) para compreender a proximidade e o possível diálogo entre as culturas. O Uniforme relaciona-se com a produção, deriva de uma mercadoria e é produzido em cadeia com objetivo de padronizar a cultura mundial e, assim, favorecer o consumo em escala global, como se encontra o esporte na mídia atualmente – produto homogeneizados da cultura corporal a ser consumido e fomentador da comercialização de mais produtos, materiais esportivos, isotônicos, suplementos alimentares, bolas e outros.

O Uniforme tem como oposto o diferente. Jullien (2009) ressalta que o Uniforme, por suas regularidades, ameniza, adormece, até perder a consciência, debela a resistência, é produzido pelo *habitus*, conceito estruturado por Bourdieu (1983), que destaca a intervenção do social nos esquemas de percepção, pensamento e ação dos indivíduos para produzirem a estrutura social, legitimando e reproduzindo, pois é sua frequência que o autoriza. Enquanto a diferença cria a tensão, resalta, faz trabalhar, o Uniforme homogeneíza. A diferença possibilita alcançar a realidade e constituir sua essência. O desigual cria condição para o autodesenvolvimento, o Uniforme assemelha e perpetua.

A partir das discussões de Jullien (2009) sobre o Uniforme homogeneizar e debelar a resistência e que o diferente cria tensão e condição para o desenvolvimento, levanta-se uma pergunta: seria em razão de o uniforme padronizar e homogeneizar comportamentos e culturas para favorecer a globalização e ampliação do comércio, que o esporte ou seus princípios e objetivos são inseridos nas escolas, nas diferentes culturas do mundo, na tentativa de uniformizar a cultura corporal e, assim, favorecer a comercialização das mercadorias do esporte? Não existe a possibilidade para solver essa complexa questão no espaço desta tese, em razão do foco da pesquisa. Entretanto, a reprodução, imposição e ampliação das práticas esportivas nas aulas de educação física escolar, no processo de formação das crianças e adolescentes, sem a devida contextualização e reflexão, preocupam e precisam ser avaliadas detalhada e profundamente.

Segundo Bracht (2006), além de o esporte ser um conteúdo das aulas de educação física pelo mundo, as outras manifestações da cultura corporal também sofrem um processo de esportivização das suas práticas, como a dança, ginástica e lutas, que são cooptadas às práticas esportivas estandardizadas, incorporando os valores do esporte moderno e suas características de hipercompetitividade. Para Ouriques (2014b) e Proni (2014), as perspectivas do espetáculo do alto rendimento transformam-no em mercadoria para obter lucro. Exemplo claro desse processo de transformação da cultura corporal em esporte globalizado, mercadoria e espetáculo é a prática da Capoeira, que, de manifestação da cultura corporal brasileira, transforma-se, gradativamente, em esporte universal, com a realização de competições locais até internacionais, com normas e estrutura estabelecidas e padronizadas por entidade de abrangência global, que uniformiza as regras e práticas e promove a venda da mercadoria capoeira e dos produtos atrelados em todo o mundo globalizado.

Todavia, também se verifica, no esporte pós-moderno, além das atividades e processos voltados para o mercado, ações e propostas sem vínculo econômico, com foco realmente no lazer, educação ou prazer, embora inter-relacionadas. O nexo ocorre em razão

de as ações não mercadológicas serem fator de desenvolvimento da primeira, em razão da divulgação e favorecimento da incorporação do *habitus* esportivo (PRONI, 1998).

Assim, constata-se duas tendências de expansão do esporte pós-moderno: a massificação e a democratização do esporte. A massificação do esporte tem origem nos jogos e no lazer populares, que é transformado pela supressão dos caracteres diferenciados de classe, poder ou competências e, posteriormente, torna-se mercadoria, que retorna ao povo como espetáculo ou produto para consumo. A massificação é dirigida ao aumento de espectadores e consumidores em um mercado de bens, serviços e entretenimento (MARCHI JUNIOR, 2006). A democratização, por sua vez, busca oportunizar a prática esportiva para o maior número de pessoas, organizando políticas públicas, fomento e realizando projetos ou programas estatais e privados.

Dessa forma, instala-se, no esporte pós-moderno, uma contradição: por um lado, os órgãos oficiais, organizações do terceiro setor e até algumas instituições privadas produzem políticas, projetos e ações para a democratização do esporte; por outro, o setor privado, com apoio dos meios de comunicação, realiza inúmeras ações nas esferas econômicas, educacionais, mercadológicas e de lazer para oportunizar a vivência esportiva e, consequente, criação de hábitos e necessidades vinculadas ao esporte e, posteriormente, comercializar seus produtos e encarecer a prática e os produtos esportivos (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, o esporte pós-moderno é paradoxal, quando, ao mesmo tempo, procura democratizar o esporte, oportunizando práticas esportivas heterogêneas, nas diversas dimensões, manifestações e modalidades esportivas, para que alargue as possibilidades e amplie o número de esportistas – entretanto, busca massificar o esporte como prática e entretenimento, para expandir a comercialização de produtos.

A dualidade do esporte pós-moderno produz novos paradigmas, muitos dos quais se distanciam e desconstroem certos elementos definidores da modernidade. Assim, é possível inferir que vivemos o “terremoto” da condição pós-moderna, momento de transição entre a modernidade e o próximo período, causando descontinuidades, impactos e turbulências, ocasião esta que não elegemos, mas que, obrigatoriamente, participamos e que nos leva a várias reflexões sobre o esporte, as quais geram dúvidas sobre as reais intenções, objetivos e possibilidades desse fato social no século XXI.

2.4. Esporte hipermoderno

Na década de 1970, a noção de pós-modernidade aparecia para qualificar o novo estado sociocultural e econômico da sociedade, que tinha o mérito de salientar as mudanças de funcionamento das sociedades mais avançadas, com a expansão do consumo, enfraquecimento das normatizações, fracassos das ideologias, individualização, pluralização das sociedades, o momento indicava um tempo dominado pelo efêmero e precário, marcado pelo aqui e agora (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004).

Para os autores, a pós-modernidade sugeria o novo, uma bifurcação. Hoje, porém, essas características já não representam a sociedade, pois se acreditava que o passado da modernidade estava morto. Percebe-se, então, que os tempos voltam à rigidez da modernidade, apesar de se observarem as reduções das pressões e imposições sociais. “No momento em que triunfam a tecnologia genética, a globalização liberal e os direitos humanos, o rótulo de pós-moderno já ganhou rugas, tendo esgotado sua capacidade de exprimir o mundo que se anuncia” (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p. 52).

A pós-modernidade foi apenas um estágio de transição de curta duração. A partir das ideias dos autores, questiona-se: será que se pode acreditar que o esporte pós-moderno também é transitório e alterações estão ocorrendo ou acontecerão e emergirá um esporte com características diferentes da pós-modernidade?

O esporte não é fixo, imutável e atemporal, também não está presente em todas as sociedades; ao mesmo tempo, não se trata de um fenômeno social espontâneo e natural. O esporte moderno e pós-moderno são articulados com a sociedade e se conformaram pelas alterações históricas e contextuais durante o seu desenvolvimento, mesmo que apresente especificidade histórica e certa autonomia. Para Elias e Dunning (1985), o esporte não pode ser entendido independente da sociedade, porém não é mero reflexo da sociedade e, por isso, não é determinado. A partir do desdobramento das “cadeias de interdependência”, as práticas corporais que denominamos esporte não são efeito ou subprodutos diretos de rede sociais mais abrangentes. Existe uma sub-rede dialética mais profunda e complexa formada por pessoas com relativa autonomia que reagem e fazem diferente do proposto pela sociedade mais ampla (MURAD, 2012). Afirmações definitivas e absolutas sobre o esporte não ajudam a entendê-lo. Sendo assim, acreditar que o esporte hoje é, definitivamente, ruim e prejudicial às pessoas e sociedade é tão equivocado quanto compreendê-lo como sempre positivo, promotor da saúde e educação de forma ideal e inequívoca (MELANI, 2010).

Atualmente, ou seja, no século XXI, vivemos na época do hipercapitalismo, hiperclasses, hiperpotências, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado – tudo na sociedade é elevada à potência, tudo é hiper. Passamos da era do “pós” para o “hiper”. Nessa nova sociedade, trata-se de “modernizar a modernidade, racionalizar a racionalização, ou seja, na realidade destruir os arcaísmos e as rotinas burocráticas”, mas sem destruir o passado e sim integrá-lo (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p. 56).

A hipermoderna não acredita mais no futuro excelente – crença da modernidade –, não tem esperanças grandiosas, porém, também, desencantou-se com vida hedonista e centrada apenas no presente da pós-modernidade, em razão das inseguranças do momento atual, como o desemprego, sustentabilidade do planeta e sobrevivência futura, passando a preocupar-se e a exigir proteção, segurança e defesa das conquistas sociais. Dessa forma, apostou-se na hipermudança, sem visão utópica, ordenada pela necessidade de sobrevivência e organizada pela eficiência técnica e velocidade.

A vida, no momento atual, deixa de ser tão frívola, descartável e baseada na cultura hedonista e no presente perpétuo e passa a ser mais apreensiva, inquieta. Não obstante a escuridão de representações do futuro e da névoa na crença do progresso continuado, acredita-se em um futuro a porvir, indeterminado e problemático, futuro esse a construir sem garantias e percursos fechados, sem leis pré-estabelecidas, somente potencializando a ciência e a técnica e não a ideologia. “A tomada das existências pela insegurança suplanta a despreocupação pós-moderna” (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p. 65).

O esporte também estaria revendo seus princípios de lucro e acúmulo de capital da sua fase pós-moderna? O esporte estaria refletindo sobre seu futuro; para não ser apenas considerado uma mercadoria de consumo e, talvez, ser descartado por já não apresentar significado para as pessoas? O esporte atual busca integrar os princípios e valores do passado? O esporte, nesse momento, tenta se hipermodernizar?

Atualmente, no Campo esportivo, observam-se alterações dos valores morais, especialmente, com a preocupação com o corpo utilizado no esporte como parte constitutiva da formação e educação integral, também pode-se verificar que o esporte no momento atual pode representar tanto a mercadoria globalizada, como resistência e formador da identidade local. As relações econômicas, políticas e ideológicas condicionam e influenciam, mas não determinam – Marx e Engels (1991) criticavam duramente o determinismo.

Observam-se, recentemente, no Campo do esporte e da educação física, discussões sobre as dimensões sociais do esporte, suas potencialidades e limites. Constata-se, mesmo que ainda muito restrita a alguns locais e professores, mudanças no paradigma

pedagógico do esporte. As propostas de pedagogia do esporte do século XX focavam apenas a detecção e formação de talentos esportivos, com objetivo de representar suas instituições e a pátria. Nos dias atuais, encontram-se inúmeras propostas pedagógicas que, embasadas teoricamente e com proposições práticas, refutam a especialização esportiva como único objetivo da *performance* esportiva. Na verdade, já na última década do século XX, debatiam-se novas pedagogias para o esporte, buscavam-se métodos e atividades que propiciassem a prática esportiva como promoção do bem-estar, educação, saúde, no intuito de formar um praticante de esporte, por meio de vivências prazerosas, para desfrutar dessa manifestação da cultura corporal como lazer e bem-estar físico, mental e social.

É possível perceber que pensadores do esporte se preocupam, nos tempos atuais, em buscar alternativas para que a prática, principalmente na escola e a de lazer, sejam positivas em relação a valores transmitidos e formas de atividade física presentes no estilo de vida dos indivíduos de nossa sociedade (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008, p.7).

A hipermodernidade, do século XXI, sem negar o passado, busca se reconciliar com os princípios básicos da modernidade – democracia, direitos humanos e mercado – no sentido de reintegração e reformulação nas lógicas modernas, na busca de um futuro de desenvolvimento sustentável, preocupado com as normas e realidades do presente – emprego, rentabilidade econômica, bem-estar –, mesmo com o imperativo da brevidade da economia, consumo e da mídia. Exemplo, do foco no futuro, mesmo que incerto e precário, é a preocupação – quase obsessão – com a saúde, observada pelo aumento do número de pessoas que praticam exercícios físicos e esportes, alimentam-se de maneira saudável, realizam exames clínicos rotineiramente, passam por avaliações médicas preventivas, ou seja, adotam estilos de vida visando ao futuro, podendo se afirmar que é uma busca da juventude eterna.

Constata-se, na atualidade, a preocupação com a criação de políticas públicas para a democratização do esporte e garantia do direito de sua prática. Discute-se e se propõe a prática esportiva com a finalidade de educação cidadã, que valoriza os princípios de igualdade de oportunidades com a inclusão; da racionalização crítica dos processos pedagógico das manifestações esportivas; da científicidade nos processos de ensino, com a melhora da saúde e desenvolvimento dos praticantes. Assim, observa-se que o esporte também tenta se reconciliar com os princípios básicos da modernidade.

Na hipermodernidade, também se tem o reviver do passado, diferente do presentismo hedonista da pós-modernidade. Entretanto, a valorização do passado é acompanhada de saturação e alargamento da memória e do patrimônio histórico, com o

aumento de museus, festividades, comemorações de datas históricas e reedições de músicas, livros, *suvernires* e outros. O processo de conservação e valorização do patrimônio histórico transforma-se em mercadorias, ao ser renovado, reciclado, bem ao gosto dos tempos atuais de globalização e fins comerciais, sendo explorado pelo mercado. A antiguidade e a nostalgia são ferramentas mercadológicas, a valorização do passado, pelas lembranças e vivências de tempos ulteriores excepcionais, é um fenômeno hipermoderno, elemento do avanço do capitalismo cultural e da mercantilização da cultura. (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004). As camisas retro das equipes de futebol, os DVDs das conquistas gloriosas, os museus temáticos de esporte, a utilização de antigos ídolos em propagandas de produtos, são exemplos da valorização do passado, mas como meio de desenvolvimento do mercado cultural.

Não obstante, os autores ressalvam que o dinheiro e a eficiência não são os princípios e fins últimos de tudo na hipermodernidade. Nas próprias palavras dos autores.

Nem todos os valores, nem todas as referências de sentido, foram pelos ares: a hipermodernidade não é “sempre mais desempenho instrumental e, portanto, sempre menos valores que tenham força de obrigação”; ela é, isto sim, uma espiral técnico-mercantil que se liga ao reforço hunanista do tronco comum dos valores humanistas democráticos” (LIPOVETSKY e CHARLES, 2004, p.99-100).

O futebol espetacularizado atualmente pode representar o processo de globalização, com o futebol empresa-transnacional, *marketing*, patrocinadores, profissionalismo, transmissões midiáticas, comercialização de jogador em todo o mundo, ou seja, um produto global. Entretanto, também pode ser vivido como lúdico, pedagógico, festivo, comunitário, espontâneo, em eventos da comunidade local que preservam o estilo e as raízes culturais da forma de jogar e de compreender o esporte. Exemplo é o Clube Atlético Juventus, clube social e de futebol localizado no bairro da Mooca (SP), que tem torcida fanática e que odeia o futebol moderno e espetacularizado – são torcedores fiéis que mantêm as tradições de entusiasmados torcedores no acanhado e charmoso estádio Conde Rodolfo Crespi (Rua Javari), que comporta, no máximo, 4 mil pessoas, mas sempre lotado com uma média de 3 mil fanáticos “juventinos”.

Independentemente da situação que o Juventus se encontra no cenário esportivo, seja em qual divisão do futebol e classificação na tabela, continua influenciando o cotidiano do bairro e dos moradores da Mooca – “mantêm paixão tão viva que difere de qualquer outro time da cidade de São Paulo, criando laços afetivos e agregando valores cívicos, sociais e morais, muito além do futebol” (LIMA *et al.* 2016, p.1).

No esporte, ocorrem, ao mesmo tempo, “relações e interferências políticas, relações de resistências, de denúncia e até de mudança da realidade” (MURAD, 2012, p.80). Como afirmou Hobsbawm (*apud* MURAD, 2012), o futebol representa uma dicotomia em relação à globalização.

Nota-se que, ao mesmo tempo que o produto, subprodutos e o consumo do esporte se ampliam, também se verificam muitos intelectuais, educadores e instituições públicas e da organização civil preocupados em investir na difusão de valores humanos intrínsecos ao esporte, procurando analisar os aspectos positivos e negativos do esporte e desenvolver a compreensão crítica quanto à espetacularização e comercialização da prática esportiva nas perspectivas do lazer e educação. As expectativas das pedagogias de esporte com caráter educacional buscam formar cidadão críticos e autônomos para conhecer, usufruir, ressignificar, construir e utilizar o fenômeno esporte de forma positiva para sua vida (MARQUES, 2007).

Atualmente, constata-se um cenário complexo do esporte, o seu desenvolvimento o tornou hiper, com larga abrangência e múltiplos e importantes impactos sociais, um fenômeno social total. Logo, verifica-se o esporte como espetáculo, mercadoria e meio ou estratégia de *marketing* e comercialização de produtos, inclusive de produto não relacionados a ele e, concomitantemente, estudos, projetos, programas, propostas e movimentos para o emprego do esporte como fator de melhoria e desenvolvimento social, propiciando educação e saúde de crianças, adolescentes, adultos e pessoas de meia e terceira idade, ou seja, esporte inclusivo e formativo para todos.

Nota-se, no esporte contemporâneo, além da valorização do alto rendimento, profissional e gerador de recursos econômicos, a presença de outros dois ambientes de práticas, que podem estar susceptíveis ou não a valores do esporte oficial, mas que permeiam as relações entre os sujeitos de diferentes origens e o fenômeno esportivo: o esporte de lazer (não-profissional) e o esporte escolar (pautado num projeto pedagógico e vinculado à educação básica) (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008, p.7).

Dessa forma, pode-se acreditar que o Campo esportivo, atualmente, é constituído pela diversidade de manifestações esportivas. É possível até inferir que a parcela de atores do esporte vinculada à educação, no interior desse Campo, preocupa-se com os valores transmitidos, almeja a autonomia da prática e a criticidade frente a espetacularização e consumismo atrelado ao esporte.

Na contemporaneidade, o acesso ao esporte vem sendo democratizado, de maneira distinta ao esporte moderno e pós-moderno, com ações do poder público, organizações sociais

e entidades esportivas que reconhecem, no esporte, um fator fundamental de desenvolvimento humano e que, portanto, deve ser universalizado para a garantia de direitos, educação e saúde.

Assim, o esporte contemporâneo ou hipermoderno, caso possa se denominar assim, caracteriza-se como um fenômeno social distinto do esporte moderno e pós-moderno, em razão do contexto social, cultural e histórico atual, que gerou a conscientização, articulação e planejamento de ações para contemplar as diversas manifestações de práticas esportivas da atualidade e os diferentes significados do esporte para os indivíduos. O esporte no século XXI, como já relatado anteriormente, é complexo, polimorfo e polissêmico.

Capítulo III

Campo esportivo e espetacularização do esporte

Na tentativa de compreensão do nexo do fenômeno esporte moderno a partir da teoria de Bourdieu, constatam-se três premissas centrais do autor, articuladas a sua produção que, nesta reflexão, serão abordadas e mencionadas em relação com o esporte: a explicitação do conhecimento praxiológico, a noção de *habitus* e o conceito de Campo.

Assim, levantam-se os seguintes questionamentos: há verdadeiramente um Campo e *habitus* esportivo? Considerando a existência do Campo e *habitus* esportivos, como é a relação entre essas duas categorias de Bourdieu no interior do esporte moderno e pós-moderno?

3.1 Surgimento do *habitus* e a formação do Campo esportivo

Inicialmente, é fundamental esclarecer que a teoria de Bourdieu foi elaborada com a intenção de identificar os mecanismos sociais que ocasionam “leis de reprodução social”. O autor ressalva que a função primeira do sociólogo é revelar o que conceituou de “fundamentos de dominação oculta”. Bourdieu (1983) foca nas leis da reprodução que se efetivam nas relações sociais, estudando a constituição dessas leis, os mecanismos que determinam as formas de reprodução, buscando torná-las claras e de fácil compreensão e assimilação pelas pessoas.

A sociologia difere das outras ciências pelo menos num ponto: exige-se que ela seja acessível, o que não se exige à física ou mesmo à semiologia ou à filosofia. Deplorar a obscuridade talvez seja também uma forma de testemunhar que se gostaria de compreender, ou ter certeza de compreender, coisas que se percebe que merecem ser compreendidas. Em todo caso, não há, sem dúvida alguma, um domínio onde o “poder dos *experts*” e o monopólio da competência seja mais perigoso e mais intolerável. E a sociologia não valeria nem uma hora de esforço se fosse um saber de especialistas reservado a especialistas (BOURDIEU, 1983, p.7).

A reprodução social, segundo Bourdieu (1983), obriga a refletir sobre as relações entre poder material e simbólico, uma vez que internalizamos as estruturas da ordem social, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção, de apreciação e de ação. Para Bourdieu (idem), a reprodução social não ocorre somente pela posse do capital econômico, mas também

pelo poder do capital cultural – principal estratégia de reprodução nas sociedades mais desenvolvidas. O capital cultural traveste-se de inato, negando o difícil processo de aquisição, e serve para legitimar regalias herdadas e naturalizar o que é social. Os modos de reprodução podem ser entendidos como “aquilo que permite a uma ordem social reproduzir-se no reconhecimento e desconhecimento da arbitrariedade que a institui” (PINTO, 2000, p. 169).

Pode-se inferir, em princípio, que o esporte é um capital cultural das classes dominantes, empregado para a reprodução social, desenvolvido em diversos espaços (escolas, clubes, praças etc.) e dimensões (educação, lazer, competição e outros), no sentido de inculcar e moldar a sociedade, especialmente a classe trabalhadora, nos padrões, nas normas e nos valores hegemônicos das classes dominantes dos países do primeiro mundo – voltados inicialmente, para a conformação do trabalhador para o aumento da produção e ampliação do Capital e, posteriormente, para o consumo.

Bourdieu (1990) coloca que, se tivesse que rotular a teoria de suas ideias, as denominaria de “construtivismo estruturalista” ou de “estruturalismo construtivista”. No mundo social, o autor identifica estruturas objetivas autônomas que têm a capacidade de orientar e coagir as representações e as práticas dos agentes sociais, como as estruturas sociais a que Bourdieu chama de Campo e grupos sociais. No entendimento do construtivismo, por sua vez, o autor destaca a intervenção do social nos esquemas de percepção, pensamento e ação dos indivíduos para produzirem a estrutura social, a legitimarem, a reproduzirem e a transformarem, que são os elementos constitutivos do *habitus*.

Bourdieu construiu seu modelo de análise das relações sociais, ultrapassando a incompatibilidade entre as perspectivas objetivas e subjetivas. Emerge das suas reflexões a articulação dialética do objetivismo e subjetivismo, ou estrutura social e ator, que denotou o conhecimento praxiológico: o conhecimento não se organiza nem em torno do indivíduo e nem tampouco da estrutura social, mas na reciprocidade do sistema de percepção/representação e ação, definido pelo sociólogo como *habitus*.

O conhecimento praxiológico visa estabelecer uma relação dialética entre duas esferas (objetivismo e subjetivismo): coloca a questão da construção das estruturas objetivas no sentido de que, se suas categorias, no presente, são dadas, elas são frutos de uma construção e permanente atualização, mesmo que, como Bourdieu acredita, no sentido da reprodução. Ao abstrair as estruturas das ações dos agentes sociais, desconsidera a interveniência das estruturas sobre as ações dos agentes. O Conhecimento Praxiológico promove um “duplo movimento de translação teórica”, invertendo as problemáticas e superando seus limites (MARCHI JUNIOR, 2002).

O processo dialético entre objetividade e subjetividade, no qual o Conhecimento Praxiológico opera, diz respeito à interiorização da exterioridade – estruturas estruturadas externas ao agente formam a sua subjetividade; ou seja, aquilo que é objetivo penetrando na subjetividade, nas ações individuais do sujeito de maneira implícita e condicionante– e, reciprocamente, de exteriorização da interioridade –as experiências e ações dos agentes vão confeccionando as estruturas estruturantes.

A partir do entendimento do Conhecimento Praxiológico exposto por Bourdieu (1990) é que se pode compreender por que o esporte não é apresentado, nas obras deste autor, claramente com caráter de atividade ou instituição dominada ou de dominação. O esporte surge nos textos desse autor pelo fato da teoria de Campo permitir pensar o esporte como uma área relativamente dotada de regras e atores sociais com interesses de disputar poder, mas não o esporte como uma estrutura estruturante ou estruturada.

O esporte moderno difere de outras instituições, como a escola, universidade, igreja e outras, que objetiva e subjetivamente são determinantes no estabelecimento das relações entre dominados e dominantes (BERTHELOT, 1996). Não obstante, Pierre Bourdieu (1983; 1988) apresenta elementos para compreender o esporte moderno como âmbito específico da vida social. Os conceitos ou categorias mais adequadas para esse entendimento são Campo e *habitus*.

As práticas sociais geram algumas transformações, por meio de novas atividades que surgem com o declínio das anteriores. Entretanto, as alterações no espaço das práticas esportivas não, necessariamente, transformam o espaço social homólogo ao que é reproduzido. Dessa forma, Bourdieu (1987) não entende o esporte como uma estrutura estruturante capaz de reproduzir os valores e atitudes da burguesia inglesa nos jovens e no proletariado, como acreditavam os governantes ingleses e, posteriormente, os do mundo todo. A reflexão do sociólogo sobre as atividades esportivas tende a oscilar entre a forma para os dominantes e a função para os dominados, e não para o papel do esporte na interdependência ou influência de um segmento social em outro (RODRIGUES, 2005).

As práticas esportivas têm funções, formas e valores distintos para os indivíduos, conforme os grupos e estratos sociais a qual pertence – a cultura, a classe social, o *status* social são aspectos que empreendem significados para as representações dos sujeitos sobre o esporte. Os gostos, as preferências, interesses culturais, comportamentos e as noções de corpo são relacionadas à posição social e a determinados grupos e estratos sociais. Para alguns estratos sociais, é diversão; para outros, é educação e, para poucos, é profissão.

Para Bourdieu (1988), a dimensão cultural é importante na produção e manutenção de estrutura social dividida em classes superiores e inferiores. A cultura funciona no sentido de preservar e reproduzir uma ordem social existente por meio da conservação e manutenção das posições e divisões no espaço social e, mais particularmente, abrigar posições dominantes.

Assim, da mesma maneira que se observa distinção do capital cultural, também existem diferenças nas práticas esportivas entre as classes sociais. Conforme Bourdieu (1990), geralmente, as classes sociais mais elevadas optam por esportes individuais, como golfe, iatismo e tênis, esportes que não exigem muito sacrifício corporal e que o sujeito individualmente é destacado. As classes populares preferem os esportes coletivos que exigem mais esforço físico, como o futebol, *rugby*, basquete e outros. As diferenças de práticas esportivas das classes sociais devem-se não só às percepções e aos entendimentos dos agentes praticantes, mas também da oferta e acessos que os indivíduos têm as diferentes modalidades e formas de esporte.

A correspondência, que é uma verdadeira homologia, é estabelecida entre o espaço das práticas esportivas, ou, mais precisamente, o espaço das modalidades diferentes finamente analisadas da prática de jogos esportivos diferentes, e o espaço de posições sociais. Está na relação entre estes dois espaços que as propriedades pertinentes de cada prática esportiva estão definidas. [...] Práticas esportivas podem ser descritas como resultado da relação entre uma oferta e uma demanda, ou, mais precisamente, entre o espaço dos produtos oferecidos em um determinado momento e espaço de disposições (associado com a posição ocupada no espaço social) e que se expressa provavelmente em outros consumos em conexão com outra demanda espacial (BOURDIEU, 1988, p.154-5).

Bourdieu (1987; 1990) discute o esporte e o corpo no processo de socialização do sujeito, preocupado em entender como as estruturas sociais, dentro de determinadas condições sociais e históricas específicas, moldam o corpo do indivíduo, inscrevendo valores, significados e regras de conduta. O esporte ocupa um importante lugar na sociedade moderna, seja na estruturação dos espaços e posições, seja na construção dos corpos. Nesse sentido, o fenômeno esportivo também é um vetor que nos permite perceber e analisar a formação do *habitus*, tanto como o Campo esportivo.

Primeiramente, faz-se necessário diferenciar hábito de *habitus*. Enquanto o hábito é tido como um sentido repetitivo, mecânico, automático e meramente reprodutivo, o *habitus* constitui-se a partir das disposições socialmente adquiridas pelo sujeito, pela aprendizagem implícita ou explícita, inscritas na subjetividade e encarnadas no corpo de forma durável e

com o contorno de disposições permanentes. O *habitus* está ligado à história individual, considerando que a noção pressupõe uma propriedade, um capital adquirido, que pode ser renovado, alterado ou reformulado com a vida social, conforme outras forças externas passam a atuar e corroer o próprio *habitus*.

Para Bourdieu (1983), o *habitus* incorpora um enorme potencial gerador, funciona como um sistema de esquemas geradores, é produzido pela história de vida no meio social e, relativamente, apresenta dimensões do sistema de esquemas geradores de práticas e de percepção, representação e apreciação dessas práticas, que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores, sem terem sido expressamente concebidos para esse fim.

Habitus é a noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade, para, assim, captar a “interiorização da exterioridade” e a “exterioridade da interioridade”. Consequentemente, define a percepção da situação que o determina e, ao mesmo tempo, a situação é, sob certos aspectos, a condição que viabiliza a efetivação do *habitus*, mediante sua capacidade assimiladora e mediadora. O conceito pode então ser entendido como uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como uma estrutura estruturante”.

Segundo Rodriguez (2003), *habitus* designa as capacidades inventivas dos agentes sociais, as disposições carregadas e incorporadas aos seus corpos, nas suas trajetórias de vida social, sendo também as estruturas estruturantes. É a capacidade do sujeito de atuar na estrutura social, como autor e não apenas reproduutor das estruturas (BOURDIEU, 1983).

Habitus apresenta-se como social e individual, mas sustenta e reporta a um sistema de classificação. São competências práticas adquiridas na e para a ação. Não são aptidões naturais, mas sim “sociais”, que é variável no tempo, lugar e, sobretudo, pela distribuição do poder. No sentido que classificações são evidenciadas pelas posições sociais e que a estrutura objetiva de distribuição dos bens materiais e simbólicos na sociedade ocorre fundada em parâmetros de desigualdade, toda classificação, esquema gerador ou atribuição social tende a reproduzir relações tatuadas por um processo de desequilíbrio e dominação social. Isso explica a coerência que existe nos hábitos de consumo, alimentação, lazer, cultura, escolhas matrimoniais, práticas esportivas, entre muitos outros, no interior e entre os indivíduos de uma mesma classe ou estrato social que fundamenta os estilos de vida.

O *habitus* pode variar de acordo com o *status* e posição social, o que possibilita compreender as diferenças de preferências esportivas entre as classes populares e as dominantes. Para alguns, a prática esportiva tem função de lazer e saúde; para outros, de melhora da estética e beleza; para uma minoria, é profissão (atletas profissionais).

A formação de atleta ou de praticante de esporte constrói o *habitus*. A formação do esportista (atleta ou praticante) consiste na incorporação de estruturas, desenvolvimento de capacidades físicas e habilidades técnicas, aprendizagem e internalização de estratégias e esquemas de jogos, adoção de comportamentos e atitudes e modelos de agir, ou seja, o processo de aprendizagem do esportista é um *habitus*. Portanto, trata-se do capital cultural e social com o qual se posiciona, toma decisões, realiza considerações, disputa partidas e confronta os adversários, classifica atitudes e opiniões e constrói a realidade.

Os esportistas carregam, em suas trajetórias de vida, as práticas esportivas, sejam elas de clubes, escolas, parques, ruas, igrejas ou profissionais – consciente ou inconscientemente reproduzem o estilo de esporte vivido, sejam nas brincadeiras ou nos jogos de futebol na rua ou parques, ou diferentemente no futebol vivenciado nas aulas de Educação Física da escola e/ou nos treinamentos excessivos e desgastantes dos clubes esportivos. O interessante é que um mesmo esporte pode ser vivenciado por um indivíduo em várias dimensões e possibilidades de práticas, possibilitando a incorporação de diferentes valores, comportamentos e símbolos do esporte, que demonstra que o *habitus* é social e subjetivo.

Atualmente, é importante considerar a mídia na construção do *habitus* esportivo, pois a divulgação e produção do espetáculo esportivo por ela feito é, em grande número e constante, o telespetáculo esportivo que interfere no *habitus*. As falas dos jornalistas, as entrevistas dos atletas e técnicos, as reportagens sensacionalistas, os valores repercutidos são determinantes no *habitus* esportivo.

O esporte é um produto cultural que tem regras e práticas universais, porém as características técnicas dos jogadores, as táticas e estratégias são distintas nas diferentes culturas em que são praticados. Por exemplo, o futebol alemão tem muitas características diferentes de práticas em relação ao brasileiro: o futebol alemão é mais coletivo e tático, com os jogadores com habilidades técnicas mais desenvolvidas para o jogo coletivo, como os passes e lançamentos, com tática bem estruturada e planejada; o futebol brasileiro é mais individualizado, imperando o drible como habilidade e atuando no improviso do jogador.

Assim, as formas de jogo são incorporadas nos treinos, nos jogos (treinos), nas brincadeiras, nas palestras, nos diálogos, ao assistir às partidas na mídia, ouvir os comentários dos jornalistas, na preparação física e técnica, que são exteriorizados nos jogos, quando caracterizam a cultura de jogar daquele grupo social, constituindo o *habitus*.

O esporte da segunda metade do século XIX tinha *habitus* distintos do esporte do século XX, e agora no XXI, existem diferentes *habitus*. O esporte moderno que nasce nas escolas inglesas no século XIX, como fator de educação, lazer e saúde, com valores e

princípios do cavalheirismo inglês e da burguesia, vai, aos poucos, se transformando em trabalho e perdendo esses valores. Constituem-se, então, outros princípios, como nacionalismo, sobrepujança e vitória, lucro e outros, que prevaleceram no século XX e início do XXI, no que se denomina esporte contemporâneo ou esporte da pós-modernidade. Não obstante, começa, atualmente, a se constatar o surgimento de diferentes valores e comportamentos no esporte.

Os esportistas (agentes) são capazes de criar, inventar e modificar o *habitus* de acordo com o contexto e grupo social. Segundo Rodrigues (2003), conforme a conjuntura social ocorre, há uma alteração do *habitus*. Pode-se explicitar a esfera da conjuntura social quando se observa um atleta profissional de futebol brincar de futebol com os filhos ou amigos, alterando a maneira de jogar, modificando comportamentos e ações e, também, quando um atleta modifica a sua forma e estilo de jogar porque é transferido para clube de outro país, região ou torcida, que tem outro *habitus* e que o jogador, gradativamente, tem de incorporar para pertencer àquele grupo social. Assim, os atletas e praticantes de esporte, ao mesmo tempo, reproduzem as estruturas inscritas na sua trajetória e são agentes e produtores da estrutura social (valores, comportamentos e esquema/estilo de jogo) que determina o *habitus* esportivo daquele grupo social (BOURDIEU, 1990).

A existência do *habitus* é, ao mesmo tempo, condição de existência de um determinado Campo e produto de seu funcionamento dentro do espaço e estrutura social específica. As categorias de *habitus* e Campo foram construídos a partir do Conhecimento Praxiológico, processo dialético entre objetividade e subjetividade, que opera com a mediação da interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade.

A gênese do conceito de Campo pode ser pensada como resultado da necessidade de situar os agentes portadores de um *habitus*, dentro do espaço social no qual esse mesmo *habitus* foi engendrado. Um Campo traz, em si mesmo, as condições de sua própria reprodução. Bourdieu (1983, p. 89) apresenta Campo como “espaço estruturado de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentes das características dos ocupantes (em parte determinadas por ela)”. Um Campo é, portanto, concebido como espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, disputas por fins específicos, mas que não dispõem dos mesmos recursos e competências. São espaços sociais caracterizados por assimetrias e diferenças relativamente estáveis em termos de acesso e recursos para vários tipos de oportunidades e chances de vida.

No esporte, os agentes sociais têm como interesse comum o desenvolvimento do esporte em geral, porém com objetivos e capacidades diferentes, como as habilidades e capacidades motoras e, também, acesso e recursos distintos, conforme a classe e estrato social a qual pertence – fatores de diferença de oportunidades de práticas esportivas relativamente estáveis, pois quantas crianças das classes populares têm oportunidade de aprender a nadar, jogar tênis, entre outras práticas?

Atualmente, o Campo esportivo é constituído de atores com interesses distintos com relação ao esporte. Uns buscam a diversão, outros a saúde e alguns o lucro e o trabalho profissional entre tantos possíveis interesses que o esporte desperta nos indivíduos.

O Campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesse específicos que caracterizam a área em questão (ORTIZ, 1994, p.19). O Campo particulariza-se, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum social* que determina a posição que um agente específico ocupa em seu meio (idem, p.21).

O Campo representa um espaço simbólico no qual a luta dos agentes determina, valida e legitima representações. É o poder simbólico. Nele se estabelece uma classificação dos signos, do que pertence, ou não, a um código de valores. No esporte moderno, desde seu início, ocorre a luta entre os agentes para a classificação de signos e dos valores do esporte, que são explicitados com as disputas entre as escolas inglesas pela validação das regras “oficiais” das modalidades esportivas, nas discussões das classes populares e dominantes em relação à profissionalização, ou não, do esporte, as divergências dentro do Comitê Olímpico Internacional sobre a inclusão das mulheres nas olimpíadas e, posteriormente, a inclusão, ou não, de atletas profissionais nas Olímpiadas.

Bracht (2007), ao relatar os diversos aspectos sociológicos do esporte, dialogando com Bourdieu, Marx, Brohm e os frankfurtianos, entende que os principais conflitos e debates no Campo do esporte, no século XX ocorreram, especialmente, sobre a sua utilização: a) adaptação ao trabalho; b) atenuante das tensões sociais (agressividade e frustrações); c) repressão sexual; d) postulado de igualdade social (ideológico); e) desinteresse político e f) alienação.

Atualmente, no esporte pós-moderno, as disputas ocorrem pelo controle e fomento das práticas esportivas (público ou privadas), pela priorização de patrocínios, por maiores verbas de direito de imagem, no debate da regulamentação dos esportes, pelos marcos legais e pelos direitos da profissão de atleta, pela comercialização e globalização dos produtos da

indústria esportiva²⁰ e sobre os deveres do Estado perante os direitos dos cidadãos à prática esportiva.

Dentro de cada Campo, há formas de disputa, lutas e competições. Em cada uma delas, há especificidade das relações entre o novo – que tenta garantir o direito de participação – e o dominante – que defende o monopólio, objetivando excluir a concorrência. Pode-se observar, no esporte, atualmente, a disputa entre o esporte educacional e o esporte de alto rendimento pelos patrocínios, por políticas públicas de fomento e desenvolvimento de cada uma das manifestações.

A estrutura do Campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o Campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do Campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Falar em capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo Campo, portanto dentro dos limites desse Campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições) (BOURDIEU, 1983, p.90).

Um Campo é identificado na constituição e na definição dos seus objetos de disputa e de interesses específicos. Para garantir o funcionamento de um Campo, é necessário que existam, além dos objetos de interesse e de disputa, pessoas dotadas de *habitus* que identifiquem e legitimem as leis imanentes deste jogo de relações (MARCHI JUNIOR, 2002).

A teoria dos Campos de Bourdieu auxilia na investigação do esporte moderno. O esporte pode ser entendido como um Campo específico da vida moderna, por tratar-se de um espaço de diferenciação social, relativamente autônomo diante da política, economia e religião, com regras e normas de funcionamento próprias, tendo atores sociais estratégicos preocupados e interessados em definir as regras e valores dominantes e influenciar nas definições e divisões sociais.

Hoje a FIFA e o COI têm mais países filiados que a ONU. Esse filiados têm religiões, sistema econômico e políticos os mais distintos e têm em comum o esporte, que é praticado em diferentes dimensões e manifestações em seus territórios. As instituições esportivas não consideram aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos e outros na relação com os países. Assim, muitas vezes, são negligentes ou mal-intencionados ao

²⁰ Indústria do esporte é o mercado no qual os produtos oferecidos aos compradores relacionam-se ao esporte, recreação ou lazer e podem incluir atividades, bens, serviços, pessoas, lugares ou ideias (PITTS e STOTLAR, 2002, p.5).

estabelecer parcerias com países que apresentam problemas sociais e políticos gravíssimos, como racismo, ditadura, corrupção, autoritarismo e outros. Recentemente, o vice-presidente da FIFA, Jérôme Valcke, afirmou a dificuldade em realizar a Copa do Mundo FIFA em país democrático (Brasil), devido à dificuldade de conciliação de interesses de Federação, Estados, Municípios, cidadãos e os poderes executivo, legislativo e judiciário, entendendo ser mais fácil e rápido a organização do megaevento em países de regime autoritário.

Na história do esporte, existem disputas e uma constituição de um Campo diferenciado de outros espaços sociais.

Acho que deveríamos nos perguntar primeiro sobre as condições históricas e sociais deste fenômeno social que aceitamos muito facilmente como algo óbvio, o "esporte moderno". Isto é sobre as condições sociais que tornaram possível a constituição do sistema de instituições e de agentes direta ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os agrupamentos "esportivos", públicos ou privados, que têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem estas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do esporte (professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo). Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vivem diretamente ou indiretamente do esporte (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do esporte - o que sem dúvida não facilita a colocação do problema)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados às posições que ocupam? (BOURDIEU, 1983, p. 136-7).

Os diversos questionamentos de Bourdieu (idem) possibilitam, efetivamente, afirmar a existência de um Campo esportivo, uma vez que se constata um espaço social com um sistema de instituições, órgãos e agentes vinculados e em lutas no e pelo esporte, o qual funciona como Campo. Portanto, existem disputas por poderes simbólicos e materiais no Campo esportivo há muito tempo, desde o início do esporte moderno, até os dias atuais.

No Campo esportivo, ocorrem lutas de diferentes modalidades. Algumas lutas giram em torno da definição e do uso legítimo do corpo, lutas estas que podem ser traduzidas nas disputas entre esporte amador *versus* esporte profissional; esporte coletivo *versus* esporte individual; esporte de elite *versus* esporte de massa. O advento do esporte profissional implicou mudanças na forma e no significado social dos esportes (RODRIGUES, 2003, p.63).

Por exemplo, durante as duas primeiras décadas do século XX, ocorreram disputas no futebol brasileiro. A elite aristocrática e burguesa defendia o regime amador da prática do futebol, por entender o esporte como forma de lazer e educação da juventude e, assim, de distinção social. O Futebol amador era desvinculado de interesses econômicos e materiais, era apenas um passatempo. Contrários nesta luta, encontravam-se as classes operárias, reivindicando o regime profissional de prática do futebol, buscando o futebol como trabalho e profissão, que possibilitaria a eles a prática esportiva em igualdade de condições com os dominantes. O fato marca o debate da sociologia do esporte entre esporte de alto rendimento e esporte de lazer, ao mesmo tempo em que essas disputas possibilitaram o surgimento do esporte profissional no Brasil (1933). Esses elementos constituem a autonomização do Campo futebolístico brasileiro.

A partir da noção de Campo de Bourdieu (idem), o futebol brasileiro pode ser entendido com um subcampo do Campo esportivo, especialmente com a autonomização do futebol, consolidada com a profissionalização, quando os jogadores se transformam em trabalhadores de uma esfera relativamente independente da economia e da política. Nota-se que existem, até os dias de hoje, atores no Campo esportivo (subcampo futebol) com interesses em impor suas percepções e valores de classificação, como as instituições reguladoras (Ministério dos Esportes, Confederação Brasileira de Futebol, Federações Estaduais), os Clubes esportivos, empresários, atletas profissionais, praticantes do esporte, sindicato dos atletas profissionais, órgãos públicos e gestores públicos, Redes de Televisão, entre outros, que se encontram em constantes disputas pelo poder.

Nos dias atuais, pode-se citar a disputa entre as manifestações do esporte de alto rendimento e o esporte educacional, que lutam por leis e políticas públicas que os privilegiem. Os grupos diferem quanto à destinação de recursos públicos ou das empresas privadas e discutem por espaços na mídia e nas agendas governamentais. Também se constatam as discussões do Campo acadêmico em defesa de uma ou outra manifestação esportiva.

Ainda ocorrem disputas entre os profissionais que atuam no Campo esportivo. Os formados em Educação Física que tentam, por meio do Conselho Nacional de Educação Física, regulamentar e controlar a prática da profissão, com a formulação de leis e decretos e, assim, proibir que técnicos (não formados em Educação Física) atuem no esporte como treinadores, auxiliares ou dirigentes.

Também, observam-se lutas de diferentes atores sociais ao expressarem suas concepções conforme seus interesses específicos e posições sociais (*status*) ocupado no Campo esportivo. O professor de Educação Física de uma escola pública vai defender posição

diferente do dirigente esportivo de uma equipe de futebol profissional ou das instituições esportivas (FIFA ou COI), porque os valores e interesses (*habitus*) com o esporte são muito distintos – enquanto o primeiro busca a educação, o segundo busca o lucro e acúmulo de capital.

Todas as pessoas envolvidas num Campo têm em comum certo número de interesses fundamentais, decorrendo uma cumplicidade subjacente aos antagonismos existentes no interior deste Campo. Nessa perspectiva, os pressupostos constitutivos dos Campos são aceitos (conscientemente, ou não), dado o fato de o agente social estar inserido ou inserindo-se no jogo. Os participantes das disputas garantem a reprodução do jogo e contribuem para a produção de valor no que está sendo disputado. Considera-se, no estudo dessa propriedade, a existência da relação entre *habitus* e Campo, que é orientada objetivamente com relação aos fins.

Dentro dessa relação de forças, os agentes que detêm mais poder e/ou força (capital econômico e/ou cultural), tendem a usar estratégias para manter e perpetuar a ordem estabelecida, frequentemente, com intransigência com relação às mudanças e novidades no Campo. Os agentes que possuem menos capital (social, cultural e econômico), inversamente, tendem a estratégias de subversão e rompimento com o modelo; entretanto, dentro de certos limites, uma vez que a transposição desses limites pode determinar a exclusão do Campo dos agentes com menor capital.

Dessa forma, as alterações propostas e impostas por esses agentes são de mudanças parciais, ou seja, são revoluções que não colocam em questão os fundamentos do objeto de disputas (jogo), o Campo. Bourdieu (1983, p. 91) considera que

[...] um dos fatores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo.

Todos os agentes engajados num determinado Campo possuem determinados interesses específicos comuns, em razão de seus *habitus* – entre eles, o principal é a existência do próprio Campo. A luta entre esses antagonistas pressupõe um acordo sobre o que merece ser disputado, e produz a crença no valor dessa disputa.

No Campo esportivo, o que é comum a todos os agentes é o interesse pelo esporte, seja como prática, espectador ou profissão. Porém, cada um gosta de um aspecto específico:

alguns pela emoção e vibração propiciada pelo esporte, outros pelo prazer da prática esportiva, alguns pelo potencial educacional, talvez pessoas que se divertem com as práticas esportivas, ou mesmo em assistir às disputas, determinados grupos apreciam o esporte pela rentabilidade e lucro propiciado. Assim, esses “antagonistas” podem lutar por seus interesses e preferências, entretanto têm clareza de que o esporte sempre será beneficiado seja qual for a modalidade ou manifestação. A luta maior de todos é pela existência e continuidade do esporte, até porque o seu desenvolvimento, em qualquer forma ou função, também é benéfico, uma vez que existe uma interdependência entre os grupos e agentes sociais no Campo esportivo.

Também se deve considerar como relevante a conservação do que produz o Campo. Geralmente, a conservação acontece com o surgimento de um corpo de agentes “conservadores” do passado e do presente, que se prestam aos detentores de capital semelhante aos seus, para conservar se conservando (o capital). Bourdieu (1988) considera tal atitude ou estratégia de preservação do passado ou do presente como um dos indícios mais claros de constituição de um Campo.

Observa-se, com certa frequência, no esporte, a preservação de certos rituais esportivos, cujo argumento é a manutenção de procedimentos que valorizam a história do esporte, mas que, na verdade, são formas de conservar atitudes, valores e padrões, que demonstram e perpetuam o poder dos dominantes. Por exemplo, os desfiles de delegações, juramento de atletas, hasteamento de pavilhões, exibição e admiração de símbolos, na verdade, denotam a estrita relação entre o esporte, neste caso o evento esportivo, e as paradas militares – estes últimos sempre foram os maiores precursores das práticas esportivas e, portanto, um dos grupos sociais mais atuantes dentro do Campo esporte, que, como os outros atores, querem manter suas leis, valores e formas de esporte.

Também, notam-se professores que defendem e realizam práticas de ensino de esporte tradicional, mesmo que comprovadamente criticadas e reconhecidas como ultrapassadas e não proveitosa em razão de não atingirem os objetivos propostos atualmente à educação e Educação Física. Consciente ou inconscientemente, esses professores lutam para conservar uma determinada prática de esporte, com a qual têm ligações afetivas, emocionais ou, às vezes, financeiras. Assim, lutam contra pedagogias inovadoras do esporte em nome da tradição e da manutenção do “espírito esportivo” que, na verdade, é a luta, inconsciente, para legitimar os seus valores – a exterioridade da interioridade.

As estratégias desenvolvidas e empregadas pelos “conservadores”, mesmo que objetivamente orientadas com relação a fins específicos, os objetivos não são subjetivamente

almejados, não buscam a maximização de capital, poder e lucro ou resultado específico. Elas ocorrem como relação inconsciente entre um *habitus* e um Campo. O professor que reproduz um modelo de ensino esportivo e um dirigente esportivo que tem procedimentos repetitivos na gestão, não o fazem somente com foco traçado subjetivamente por eles, mas sim por ser uma tradição, algo que aprenderam, incorporaram ao longo de sua vida (*habitus*) no Campo esportivo.

É possível admitir que os limites dos usos sociais de um determinado esporte, mesmo respeitando suas propriedades intrínsecas, podem ser extrapolados na sua objetividade inicial. “Uma prática esportiva que, em sua definição técnica, ‘intrínseca’, sempre apresenta uma grande elasticidade, logo, oferece uma grande disponibilidade para usos totalmente diferentes, até opostos, também pode mudar de sentido” (BOURDIEU, 1990, p.215).

As lutas, no Campo esportivo, demonstram a grande elasticidade do esporte. Por exemplo, uma modalidade esportiva pode ser vivenciada na escola com caráter e objetivo educacional e, no final de semana, ser utilizada pela mesma escola para fazer *marketing* da escola junto aos pais dos alunos ou para lazer da comunidade do entorno. O futebol pode ser jogado na praia de forma descontraída e divertida, pode ser disputada uma partida de futebol em uma aula de Educação Física em que as ações dos agentes são focadas na educação dos meninos e meninas e, também, é possível uma “batalha” entre seleções de dois países em uma Copa do Mundo FIFA.

Segundo Bourdieu (1990), o esporte pode ter duas leituras: a sincrônica, na qual a modalidade esportiva está ligada diretamente às disposições evidenciadas nos agentes de uma determinada posição social – iatismo, automobilismo, golfe; e a, diacrônica, pela qual o esporte oferecido pode ser apropriado por agentes de disposições variadas, ou seja, os programas esportivos têm a possibilidade de atender os mais diferentes grupos sociais, assim como uma determinada disposição pode apropriar-se de qualquer prática, a exemplo do futebol mencionado acima, ou do atletismo, vôlei, basquete e outros, desde que oferecido e possibilitado o acesso ao esporte. Mais uma vez, estabelece-se a relação do esporte com o Conhecimento Praxiológico, *habitus* e Campo.

Conforme a assertiva de Bourdieu (1988, p.154), “o trabalho do sociólogo consiste em identificar as propriedades socialmente pertinentes que criam uma afinidade entre determinado esporte e os interesses, os gostos e as preferências de uma categoria social definida”. Ao realizar o exercício de analisar a história do esporte, utilizando como base as categorias de *habitus* e Campo, tem-se consciência de que as interpretações e considerações formuladas são provisórias, não devem ser conclusivas – o Campo e *habitus* alteram-se

segundo o contexto social, que é dinâmico. Também, pode-se utilizar do conceito da Sociologia Figuracional de Elias (1994) para explicitar o dinamismo dos grupos sociais e sociedade em geral, com a analogia que o autor realiza entre os grupos sociais e a partida de futebol.

Expressões como “processo social ou desenvolvimento social” são simplesmente símbolos conceptuais que refletem o modo singular de existência deste contínuo entrelaçar de planos e de acções de seres humanos em grupo. Esses conceitos são designados para ajudar na exploração do único tipo de estrutura que resulta desta interligação de acções individuais e de experiências, da interdependência funcional de actores individuais nos seus vários agrupamentos.

[...] A observação das condutas num jogo de futebol pode ser um contributo valioso como introdução para se compreender tais termos enquanto interligações de planos de acções. Cada equipa pode ter planeado a sua estratégia de acordo com o conhecimento que possui de si própria e das competências técnicas e pontos fracos dos seus opositores. Todavia, no decurso do jogo, produzem-se, com frequência, configurações que não foram intencionais ou previstas por cada um dos lados. De facto, o modelo dinâmico formado pelos jogadores e bola num jogo de futebol pode servir como explicação gráfica não só do conceito de “configuração social”, mas também, do conceito de “processo social”. O processo do jogo é exatamente esse: uma configuração dinâmica de seres humanos, cujas acções e experiências se interligam continuamente, representando um processo social em miniatura. Um dos aspectos mais esclarecedores do modelo profundamente dinâmico de um jogo de futebol é o fato de este ser constituído pelos jogadores de ambos os lados, em movimento (ELIAS e DUNNING, 1985, p.86-7).

Observa-se que as categorias de Bourdieu podem analisar as práticas e modalidades esportivas como Campos especiais e relativamente autônomos dos Campos econômico, político, religioso e social. Entretanto, Bourdieu sugere que existem relações entre os Campos, podendo haver homologia entre as posições ocupadas por determinados atores sociais em ambos os espaços. Efetivamente, existe um Campo esportivo, ou seja, existe um sistema, de instituições e agentes vinculados ao esporte, que funciona como um Campo. Os ditames teóricos do autor, considerando a efetiva existência do Campo esportivo, proporcionam inúmeras possibilidades de análises de temas na sociologia do esporte para a compreensão do Campo. Uma dessas possibilidades está articulada à autonomia histórica que o Campo esporte apresenta.

A longa trajetória desde a invenção do esporte moderno, nas escolas inglesas, até as organizações esportivas midiáticas atuais, foi acompanhada de modificações da função atribuída à prática esportiva e de transformações da forma do esporte que fossem adequadas

aos interesses, exigências e expectativas dos praticantes de esporte, atletas e dos consumidores dos espetáculos esportivos.

Na perspectiva do estilo de vida, ou por que não dizer do *habitus*, cabe discutir as variações dos significados, representações e as funções que grupos sociais diferentes exercem no esporte. As práticas diferentes e modalidades distintas, em cada estrato social, ocorrem porque possuem variações de percepção, compreensão, apreciação e valor do esporte, conforme o grupo social ao qual o agente pertence. A prática de diferentes esportes e distintas concepções do próprio corpo, de acordo com o grupo social, mesmo no interior de uma classe social, também resulta do estilo de vida ou do *habitus* no sentido de busca por atividades constitutivas do grupo social em relação a outros.

Assim, para fechar a reflexão, é necessário apontar que a teoria da prática de Bourdieu supera o objetivismo, subjetivismo, fenomenologia, empiria e praxiologia, quando afirma serem as práticas dos agentes sociais baseadas em aspectos exteriores e interiores. A relação dialética entre o clássico conflito entre subjetividade/objetividade realiza-se pela mediação de condições estruturantes e estruturadas, as quais os conceitos de *habitus* e Campo são capazes de sintetizar. Exemplificando no esporte: em disputas de uma equipe esportiva que é extremamente violenta, desonesta e agressiva aos seus adversários nas competições, são as ações práticas dos agentes sociais que estão baseadas nos estímulos recebidos nos locais e clubes de formação de base, das informações da mídia e das pessoas que participaram desse processo – como professores, técnicos, gestores e outros (aspectos externos) – e, também, baseia-se nos seus valores e fatores emocionais, como a paz, honestidade, agressividade e outros (aspectos internos).

Assim, as disposições dos agentes sociais (esportistas) são resultantes dos aspectos objetivos (externos) e subjetivos (internos) que, dialeticamente, se relacionam, interpenetram e se misturam e se alteram, ao mesmo tempo em que modificam a outra, para determinar as práticas sociais do agente social (esportista). Esse processo dialético é possível de compreensão a partir da mediação entre a interiorização da exterioridade, com a aprendizagem e interiorização da violência motivada pelo Clube, treinadores, mídia, etc., – estruturas estruturadas, aspectos externos ao agente que formam a sua subjetividade – e a exteriorização da interioridade, com as ações dos agentes movidos pela violência, pulsão de morte do agente e seus valores (internalizados), com a agressão aos adversários – os agentes, ao formarem seus aspectos internos, moldam as estruturas estruturantes a partir desses. A mediação entre as estruturas estruturantes e estruturadas sintetizam a trajetória de vida (*habitus*) dentro do esporte (Campo). Dessa forma, pode-se inferir que a agressão de um atleta

a outro, retrata o legado da sua história de vida, explicado pelo Campo e *habitus* esportivo vivido durante sua trajetória dentro do esporte.

3.2. Esporte mercadoria e espetáculo

Não se pode compreender e discutir o esporte apenas como fator positivo e propiciador de desenvolvimento, saúde, educação, ética, responsabilidade e outros, porque, como já mencionado em momentos anteriores, o esporte é polissêmico e polimorfo.

Adorno (1995), Bourdieu (1983), Elias e Dunning (1985) alertam para a ambiguidade do esporte, como um importante fator de socialização, em razão da internalização e reforço de valores e educação de atitudes e comportamentos, também em favorecer e estimular a amizade, respeito, paz, criticidade e alteração de normas, atitudes e, ao mesmo tempo, opostamente, estimular valores retrógrados e conservadores – machismos, preconceitos, violências, intolerâncias, etc.–, ou, também, associar-se ao propósito de adaptação social, com a manutenção da ideologia²¹ hegemônica, da estrutura e das desigualdades sociais vigentes, ao estimular a violência, agressividade e competição exacerbada. Para Adorno (1995), o esporte constitui-se em ação educativa ou barbárie, depende dos objetivos e de como é conduzido.

O esporte é, além de um conjunto de regras, movimentos, técnicas e táticas, uma maneira de controlar o social. A prática e vivência esportiva levam a aprendizagem de regras, normas, valores, objetividade, racionalidade e também da hierarquia e da administração do tempo e espaço. Os valores esportivos – seleção, rendimento e recorde – são os mesmos da sociedade industrial capitalista (BROHM, 1978).

A indústria esportiva transformou as práticas da cultura corporal em busca incessante de resultados e recordes por meio do sacrifício humano. Competir e vencer tornaram-se o motor da indústria transnacional de espetáculos esportivos. Os jogos e disputas corporais deixaram de ser práticas populares comunitárias e passaram a ser competições entre países, Estados, cidades e clubes com caráter de mercadoria do espetáculo de entretenimento a serem consumidas, juntamente a seus ingredientes ideológicos (CAPELA, 2006).

²¹ Ideologia para Marx e Engels (1991), na obra *A ideologia alemã*, de 1845: Todos os homens, no processo de suas vidas, assimilam determinadas formas de representação da realidade, determinados modos de encarar o mundo, maneiras de pensar e agir e, com base nisso, elaboram suas escalas de valores [...]. O conjunto dessas formas de representação da realidade e dessas normas incorporadas ao comportamento prático dos indivíduos é o que chamamos de ideologia.

As ideologias da sociedade capitalista, presentes no esporte podem ser compreendidas a partir das assertivas de Marx e Engels (1991), que apresentam o nexo entre os aspectos concretos e materiais da vida cotidiana e os valores da sociedade.

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. [...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1991, p. 36-7).

A consciência, portanto, é, desde o início, um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de qualquer coisa, mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente (MARX e ENGELS, 1991, p. 43).

A adaptação do homem à indústria e à sociedade capitalista é favorecida duplamente com a prática esportiva, porque ocorrem na esfera corporal (fisiológica), com a melhora das aptidões físicas e da saúde, que melhoraram o desempenho e produtividade no trabalho, com a maior produção e a superação dos recordes e, também, no aspecto psíquico com a internalização de valores e atitudes focadas na determinação, rendimento máximo, disciplina, superação e outros fatores, que favorecem o modo de produção capitalista, com o envolvimento efetivo, emocional e afetivo do trabalhador na cooperação para a produção.

O esporte encerra em si mesmo o risco do desenvolvimento de uma ordem social, na qual ninguém se reconhece, porém todos se encontram submissos, letargiados, subordinados ou sujeitados aos valores dominantes, ou seja, a reprodução da força de trabalho e do modo de produção capitalista, quando nos preparamos para trabalhar e render mais (KÜHLSEN e GIMÉNEZ, 2014). A relação entre os valores da sociedade capitalista e do esporte, também pode ser inferida a partir da afirmação de Marx e Engels (1991, p. 72): “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

O esporte reproduz a estrutura política, ideológica e cultural do capitalismo. O esporte nasce com a sociedade industrial e é inseparável de sua estrutura e funcionamento – daí todas as similitudes em relação ao sistema capitalista.

No final do século XIX, diante das decorrências da II Revolução Industrial, nasciam as bases de um mundo marcado por um forte avanço tecnológico, que viu nas práticas esportivas um espaço privilegiado para a disciplinarização de corpos e mentes. O ritmo incessante das máquinas precisava de corpos sincronizados a elas, assim como eram bem-vindos os homens dispostos a competição (NEGREIRO, 2010, p.22).

Durante a era moderna, após as revoluções industriais terem firmado o sistema capitalista e o estabelecido o processo civilizatório, o esporte passou a ser fator importante para a economia, política e indústria (produtos e cultural), e dificilmente se dissociará na sociedade de consumo capitalista (MELANI, 2010).

Com a nova configuração sociopolítica da era moderna e capitalista, com o crescimento das cidades, aglomeração dos trabalhadores e surgimento das metrópoles, segundo Elias e Dunning (1985), tornou-se necessário o processo civilizador, que se constituiu, em termos práticos, no controle e diminuição da violência interna cotidiana, na busca do debate e do refinamento das atitudes. Assim, surge o esporte moderno, como forma de refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais, em substituição aos jogos populares, existentes antes dos Estados modernos, que eram extremamente violentos, grosseiros e menos civilizados.

O sistema esportivo vai se institucionalizando no decorrer de seu desenvolvimento no século XX, com a ideia da competição, cujo objetivo maior é vencer a qualquer custo, sobrepujar o adversário, na busca incessante de mais rendimento, conquistar recorde (de produção), escravizar os corpos ao rendimento absurdo e ao sucesso de qualquer forma – princípios e valores do capitalismo e inerentes ao esporte. Ao mesmo tempo, o esporte funciona como válvula de escape do *stress* e tensões impostas pelo modo de produção do sistema capitalista; torna-se meio de sublimação da agressividade, descarga de energia das revoltas com as insatisfações cotidianas e forma de diversão e distração da população explorada pelo Capital (BROHM, 1978; DUNNING, 1994; ELIAS e DUNNING, 1985).

O esporte pós-moderno, divulgado e reconhecido pela maioria da sociedade, nos megaeventos esportivos, transformado em mercadoria para a sublimação, prazer e diversão, é o paradigma da eficiência do capitalismo e da expansão da indústria do esporte. Assim, avança a esportivização da sociedade, porque favorece a eficiência e eficácia no trabalho, com a busca do rendimento máximo e exploração do trabalhador e difunde o culto ao entretenimento e descarga das pulsões do indivíduo com a expansão dos espetáculos

esportivos da Indústria Cultural²² e aumento da comercialização do produto esporte, que são de propriedade da FIFA, COI e outras instituições esportivas internacionais. Conforme Galeano (1995, p.18), “*El juego se há convertido em espectáculo, com pocos protagonistas y muchos espectadores, fútbol para mirar, y el espectáculo se há convertido em uno de los negocios más lucrativos del mundo, que no se organiza para jugar sino para impedir que se juegue*”.

As transformações estruturais – do final do século XX e início do século XXI -, caracterizadas por um novo *boom* expansionista e a mundialização de novos padrões tecnológicos e culturais de mercado trouxeram consigo o que estamos denominando de uma nova onda de espetacularização da indústria cultural do consumo, ou seja, consumir produtos materiais e culturais em grande escala. Entre esses produtos, o futebol adquiriu uma especial caracterização (RIBEIRO, 2007, p.49).

No final do século passado e início do atual, as políticas governamentais de promoção do esporte desenvolveram-se em um contexto de propagação da ideologia neoliberal e da globalização. Os Estados fazem uso do esporte para diferentes fins não esportivos, como desenvolvimento econômico, político, entre outros. Especificamente, o futebol profissional se desenvolve associado a dois processos estruturais: “a globalização econômica e a liberalização da concorrência, processos que alteram as relações sociais, políticas e culturais” (PRONI e ZAIA, 2007, p.19).

Em um mundo comandado pelo Capital – cujo foco é a produção da mercadoria para o lucro e acúmulo de capital –, tudo acaba transformado em mercadoria. Assim, como o futebol não teria o mesmo fim? Até a alegria do torcedor é transformada em mercadoria, da mesma forma como o gozo, o humor, o tempo livre, o prazer e outros (OURIQUES, 2014a).

Para Mezzadri (2007), o espetáculo esportivo, especialmente o futebol, é um produto comercializado na sociedade atual, como qualquer outra mercadoria produzida pelo Capital. A espetacularização do futebol é cada vez mais nítida, especialmente, ao observar

²² O termo **Indústria Cultural** (em alemão *Kulturindustrie*) foi criado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros da Escola de Frankfurt, a fim de designar a situação da arte na sociedade capitalista industrial. Eles empregaram o termo pela primeira vez no ensaio *Dialética do Esclarecimento*, publicada somente em 1947. Para os dois pensadores, a autonomia e poder crítico das obras artísticas derivariam de sua oposição à sociedade. No entanto, o valor contestatório dessas obras poderia não mais ser possível, já que provou ser facilmente assimilável pelo mundo comercial. Adorno e Horkheimer afirmavam que a máquina capitalista de reprodução e distribuição da cultura estaria apagando aos poucos tanto a arte erudita quanto a arte popular. Isso estaria acontecendo porque o valor crítico dessas duas formas artísticas era neutralizado por não permitir a participação intelectual dos seus espectadores. A arte seria tratada simplesmente como objeto de mercadoria, estando sujeita às leis de oferta e procura do mercado. Ela encorajaria uma visão passiva e acrítica do mundo ao dar ao público apenas o que ele quer, desencorajando o esforço pessoal pela posse de uma nova experiência estética. As pessoas procurariam apenas o conhecido, o já experimentado.

que os canais de televisão destinam horas da programação para os eventos esportivos, além dos canais especializados em esporte, que transmitem 24 horas por dia programas relacionados ao esporte.

A transformação do esporte em mercadoria pode ser compreendida pelo modo de produção capitalista que, de acordo com Marx (1985), é o de produção de mercadoria, centrado na exploração da força produtiva do trabalhador, com o objetivo da conquista de *mais-valia* (lucro). Existe, então, a possibilidade de transformação do esporte (produto da ação do homem) em mercadoria para a geração de *mais-valia* pelos capitalistas que administraram as entidades esportivas, especialmente, a partir da década 1970.

O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, fio, botas, etc. [...] O valor de uso não é, de modo algum, a coisa que se ama por si mesma. [...] Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (MARX, 1985, p.155).

Para Marx (1985), os produtos do Capital são mercadorias devido à duplidade de função: ao mesmo tempo são objetos de uso (ferro, trigo, malha, etc.) e possuem valor de troca. O valor da mercadoria é a “sua representação como valor de troca”, porque é o produto como propriedade do Capital que se transforma em mercadoria, cuja forma mais comum do valor das mercadorias é o dinheiro (MARX, 1985, p.62). O esporte é usado como diversão, passatempo, educação e saúde (valor de uso), mas também tem valor de troca, quando transformado em produto da indústria cultural, tornando-se em mercadoria do entretenimento, com a venda dos direitos de imagens, ingressos para as partidas, camisas das equipes, pacotes de viagens e outros produtos relacionados ao esporte que são amplamente comercializados. Também é importante enfatizar que o “segredo do sucesso financeiro de algumas ligas pode ser atribuído, em grande parte, à transformação dos principais campeonatos europeus em produtos de alto valor para a indústria do entretenimento de massas” (PRONI e ZAIA, 2007, p.21).

Segundo Marx (1985), o modo de produção capitalista objetiva a acumulação e o lucro, e a forma como os obtém é, prioritariamente, por meio da *mais-valia*, seja ela absoluta ou relativa. A *mais-valia* absoluta resulta da exploração da força de trabalho caracterizada pela produção excedente, por parte do proletário, durante sua jornada de trabalho para além do pagamento equivalente ao seu salário. O trabalhador labuta além dos limites do necessário

para a obtenção de recursos para si mesmo, em outras palavras, parte da jornada de trabalho excedente, o mais-trabalho, é “extorquido do trabalhador e transformado em lucro para o capitalista” (MARX, 1985, p. 176). Poderia esse conceito ser relacionado e exemplificado com os inúmeros campeonatos e excessos de partidas disputadas com a exploração dos trabalhadores do esporte, as rendas e direitos de imagem das disputas acarretam em acúmulo de recursos financeiro que superam, muito, as despesas com a jornada de trabalho dos profissionais do esporte.

Ocorre a *mais-valia* relativa quando há redução do tempo de trabalho para produção da mercadoria e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho. “O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho. [...] A mais-valia relativa, ao contrário, está na razão direta da força produtiva do trabalho. Sobe com força produtiva em aumento e cai com força produtiva em queda” (MARX, 1985, p. 253). No esporte, a *mais-valia* relativa é constatada com a espetacularização – ao transformar os atletas em astros, com salários astronômicos, aumentando o valor da força produtiva e, ao mesmo tempo, ampliando os lucros e acúmulo de capital –, com a comercialização dos eventos esportivos, na venda dos ingressos Vips, pacotes de viagem, acessos especiais e outros repletos de fetiche da mercadoria, que geram maior valor de troca.

[...] o futebol tem sido transformado num produto muito valorizado, especialmente pelo seu potencial de *marketing*. E essa alta valorização tem consequências sobre a situação financeira e estatutária das equipes e sobre a condição trabalhista dos atletas. Nesses casos, não se pode negar que o futebol-empresa tenha se tornado o paradigma dominante de organização e comercialização do futebol profissional (PRONI e ZAIA, 2007, p.26).

A dominância dos conglomerados transnacionais de empresas e meios de comunicação, em termos de patrocínio e comercialização de megaeventos esportivos, também cria condições para que os atletas se tornem estrelas, celebridades e marcas. Aliança de negócios-esporte-mídia transformou o esporte profissional com a ideia de pacotes, por meio do modelo tripartido dos direitos de patrocínio, direitos exclusivos de transmissão e *merchandising*, que patrocinam os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo FIFA (HORNE e MANZENREITER, 2006).

O desenvolvimento de estratégias de *marketing* esportivo pelos clubes e entidades esportivas aliadas à supere exposição das marcas na televisão, consubstanciou a união perfeita para criar novas ferramentas de propaganda por meio do esporte. A mídia faz uso do esporte

espetáculo para vincular propaganda pela enorme audiência conseguida, em virtude de o espetáculo esportivo gerar lazer, emoção, excitação, aliviar o *stress* e o tédio. Também em razão dos clubes e ídolos esportivos serem adorados incondicionalmente e continuamente pelos seus fãs, as empresas se dispõem a pagar caro para associar suas marcas aos sentimentos dos torcedores (PRONI e ZAIA, 2007).

O futebol não era apenas um negócio [...]. Hoje o futebol é só negócio. O Clube tem patrocínio, o jogador tem patrocínio, a chuteira tem patrocínio, a bola tem patrocínio, a transmissão tem patrocínio, a CBF tem patrocínio. Mas os estádios estão vazios e os torcedores veem bestificados os seus clubes transformarem-se em entrepostos comerciais (REBELO, 2000, apud TAFFAREL e SANTOS JUNIOR, 2007, p.77).

O esporte reproduz integralmente todo o aparato característico da estrutura cultural, política e ideológica do capitalismo. O esporte é, ele mesmo, o reflexo inegável do próprio espírito do capitalismo (OURIQUES, 2014a). A afirmação é corroborada por Capela e Tavares (2014, p.10), que demonstram algumas formas de como o esporte replica o modo de produção do sistema capitalista:

[...] em nome da espetacularização extrema de suas vidas, são submetidos a situações extremadas de insalubridade humana ao experimentarem-se em comparações máximas obrigatórias de *performances* superlativas em relação a outros seres humanos [...] o que denominamos de dimensões inumanas das práticas esportivas corporais.

As *performances* esportivas espetacularizadas [...] só são obtidas por meio de sofisticada tecnologia esportiva antivida. Nessa lógica de promover os esportes, a dor vivida pelos atletas é mascarada [...].

Os atletas são produtos à venda, máquinas de rendimento feitas para produzir os lucros elevadíssimos e mensagens ideológicas de seus patrocinadores ligados à indústria cultural do lazer esportivo e aos órgãos dos sistemas esportivos mundiais tais como o COI, FIFA, Federações e Confederações, empresários etc.

Nesse grande e poderoso mercado de poder e do Capital, os atletas, com a intenção de também conseguirem vender a sua mercadoria, ou seja, seu corpo, e conquistarem mais capital, ao tentar transferências internacionais e assinar milionários contratos – mas ao mesmo tempo draconianos, principalmente, com os Clubes Europeus –, colocam seu corpo em sacrifício físico e aderem à linguagem do silêncio ou a dos patrocinadores e empregadores, para que nada atrapalhe os negócios da FIFA e de seus exploradores. Assim, conforme Ouriques (2014a), foi criado o ídolo serviçal. O jogador de futebol tornou-se o operário da bola, que vende sua força de trabalho e é explorado pelo capitalista, seja ele o clube, a FIFA, COI ou a empresa patrocinadora.

A esse respeito, Lenskyj (2000, p. 195) sugeriu que o COI se tornou mais uma “Corporação transnacional que explora o trabalho dos ‘jovens atletas’ e as aspirações de seu próprio crescimento e lucro”. A FIFA faz o mesmo quando comercializa a Copa do Mundo FIFA sub 15.

A exploração da força de trabalho pelo Capital foi analisada por Marx (1985, p. 264): a força “produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições”. A força produtiva social do trabalho emana naturalmente com o capital, não pertencendo mais ao trabalhador. Mesmo que alguns poucos atletas sejam bem remunerados e ídolos de seus clubes e países e não sintam e sofram tanto com a exploração ou são recompensados pelos malefícios, lesões e sacrifícios, a grande maioria é explorada e descartada rapidamente pelo mercado da bola quando não desempenham mais o esperado, ou quando surge alguém para substituir com menor custo. Uma vez mais, o foco é na geração de *mais-valia*, lucro, realização do espetáculo esportivo, que será comercializado, com o menor custo de produção e maior valor de troca (venda). Portanto, pode-se dizer que o atleta se torna uma peça nessa máquina que fabrica espetáculos esportivos para a indústria cultural.

Com algumas reservas, pode-se comparar o atleta profissional contemporâneo ao trabalhador fabril. A este, impõe-se uma série de ações e de comportamentos, visando a obtenção da maior produtividade possível, o que significa maior ritmo de produção e de fabricação de mercadorias. O trabalhador diretamente vinculado ao processo de produção executa movimentos que se ajustam ao ritmo das máquinas planejado pela direção da fábrica. O trabalhador não tem autonomia. Ele não comanda a máquina, mas seus movimentos são comandados por ela. Ele não planeja a execução de seu trabalho para chegar a determinado fim. Ele obedece a um plano estabelecido por outros. Nessa medida, o ser humano tem a função aproximada de uma peça de máquina, de uma engrenagem, de uma coisa. Pode-se dizer que ele foi coisificado (MELANI, 2010, p.16-7).

3.3 A expansão do mercado e da indústria do esporte futebol

O esporte, como uma mercadoria qualquer, necessita ser produzido e comercializado e, ademais, cumpre essencial função na Indústria Cultural. O proprietário do produto esporte-futebol, a FIFA, lança mercadorias e organiza processos para gerar lucro e ampliar a acumulação de capital. Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, é um exemplo de mercadoria da Indústria Cultural esportiva e, ao mesmo tempo, promotora da comercialização de inúmeras outras mercadorias, alavancando a venda de

materiais esportivos, de *souvenires* da Copa (produtos licenciados da FIFA), até imóveis, produtos bancários e semelhantes. De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 foi extremamente lucrativa para a FIFA, em razão de a entidade faturar US\$ 5 bilhões (R\$ 15 bilhões) com o torneio.

A transformação da Copa do Mundo FIFA como mercadoria e forma de expansão e acumulação de capital aconteceu a partir de 1974, com a eleição de João Havelange para a presidência da FIFA (mandato de 1974-1998) e seus acordos com as multinacionais, com abrangência de comércio em todo o mundo (Coca-Cola e Adidas), que mudaria a história das Copas do Mundo de futebol. A necessidade de obter recursos para cumprir as promessas de campanha, como a ampliação de seleções nas Copas FIFA e a popularização e desenvolvimento do futebol nos continentes Africano e Asiático, favoreceu uma estreita relação com a Adidas e a criação da ISL para cuidar do *marketing* e negócios da FIFA. Também houve a aproximação e diálogo com os governos e líderes políticos de dezenas de países da África, Ásia e América do Sul, que elegeram Havelange como presidente.

A FIFA transformou-se rapidamente em uma grande empresa dedicada à comercialização planetária, consequentemente, ligada à necessidade de ampliação de mercado. O novo estilo de gestão da FIFA estava em harmonia com o processo incipiente de globalização econômica. O futebol transformou-se, gradualmente, em um grande negócio planetário, com o estímulo a prática do esporte, com formação de jogadores e técnicos nos países da África e Ásia, que potencializou o mercado consumidor direto das mercadorias da indústria esportiva e a formação de mais e mais telespectadores para a indústria cultural e seus valores capitalistas.

Em nome dos negócios, Havelange provocou alterações na Copa do Mundo FIFA, com a inserção de mais seleções dos continentes que o elegeram, elevando, em 1982, de 16 para 24 seleções participantes e, posteriormente, já em 1998, para 32 países que disputaram a fase final da Copa FIFA. Assim, negociava com as televisões os direitos de transmissão do espetáculo para todo o mundo. Conforme Ouriques (2014a), essa foi a era na qual a mercadoria virou espetáculo e ganhou outra forma. Não importava mais a qualidade dos jogos e o respeito ao corpo físico dos jogadores – exploravam-se os atletas, com jogos sequenciais e horários impróprios para a prática esportiva.

Os megaeventos esportivos transformaram-se em “superprodução midiática”, distinguindo-se de outros eventos esportivos do passado. O espetáculo esportivo oferecido por essa superprodução exige uma organização sem improvisos, minimizando imprevistos, uma

vez que deve maximizar o lucro dos organizadores e das empresas de televisão, do mesmo modo que propiciam um retorno garantido aos patrocinadores (PRONI, 2014).

O lucro e a acumulação de capital das empresas de televisão esconde-se atrás das superproduções esportivas que cativam, prendem e aprisionam os telespectadores, com as imagens fantásticas e narrações efusivas, que emocionam e apaixonam o espectador, ao mesmo tempo em que facilitam a venda dos produtos de seus patrocinadores em todas as regiões do mundo, gerando capital astronômico às redes de TV que comercializam os segundos de propaganda nos eventos esportivos por milhares de dólares, devido à abrangência mundial e audiência de bilhões de pessoas, como nunca vista antes. Dessa forma, a própria transmissão e a imagem são uma mercadoria que, com a transmissão para bilhões de telespectadores, gera mais e *mais-valia* (lucro)!

Para Lopes (2014), a relação entre capital e esporte acontece, especialmente, em razão de sermos mais que espectadores, ao assistirmos ao espetáculo esportivo: a emoção e comoção, muitas vezes, tomam conta do indivíduo, o gol da seleção é um gol dos torcedores e não apenas do jogador, o esporte representa as ideologias do espectador. Quando torcemos em um espetáculo esportivo, seja pela TV ou presencialmente, estamos completamente abertos, vulneráveis pela emoção que desloca e nubla o racional e crítico – é assim que o Capital deseja que estejamos. O autor lembra da assertiva de Gramsci (apud LOPES, 2014, p.26): “Como ter uma revolução quando o inimigo tem um posto avançado em sua mente? ” O esporte possibilita as empresas e meio de comunicação globais esse posto avançado no interior dos espectadores esportivos.

Para a FIFA, os altos custos da superprodução do megaevento não importam, ainda mais que esses custos são, em grande maioria (quase a totalidade), financiados pelo governo brasileiro e uma pequena parcela pela iniciativa privada, não exigindo da FIFA grandes investimentos na sua produção. Conforme relata Marx (1985), para o capitalista, o valor absoluto de produção da mercadoria é indiferente, pois “como a produção de *mais-valia* é o objetivo determinante da produção capitalista, não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto (parte do produto em que se representa a *mais-valia*) que mede o grau da riqueza” (MARX, 1985, p.185). O que interessa, na verdade, é a *mais-valia* da mercadoria, que é realizável na venda.

A Copa FIFA é uma mercadoria ou produto em que sua produção apresenta custo mínimo, ou não tem custo para quem lucra com ele, ou seja, pode-se dizer que temos a ampliação da *mais-valia* ao extremo. A FIFA fechou seu faturamento do quadriênio 2007-2010 com US\$ 4,2 bilhões e anunciou um lucro recorde de US\$338 milhões no período 2011-

2014, com faturamento de US\$ 5,7 bilhões – cifras dignas de potência financeira multinacional, mesmo distribuindo generosamente o dinheiro arrecadado para as federações e confederações aliadas para seus dirigentes perpetuarem-se no poder da entidade maior do futebol (OLIVEIRA, 2014).

A Copa do Mundo FIFA tornou-se local e momento de negócios e movimentações financeiras; aliam-se produtos e marcas aos atletas e ao megaevento, comercializa-se a cidade, e os interesses são dos detentores do Capital, ou seja, as instituições esportivas e os empresários. “A organização atual do mercado está relacionada ao futebol espetáculo como bem simbólico de valor midiático e econômico sob a ética capitalista, na qual torcedor é consumidor e os jogos e competições transformaram-se em espaço publicitário” (SOARES, et al. 2007, p.77).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista sempre segue em expansão, mas não de forma linear e progressiva, pois está em meio a crises e sobressaltos. Segundo Marx (1985), o capital é orientado para a extração e movido pela acumulação máxima do excedente (trabalho e capital) para a sua reprodução expandida. Atualmente, com estrutura e abrangência universal e recheado de contradições internas, o capitalismo necessita expandir-se no espaço e no tempo, adotando características próprias em cada Estado-nação para progredir na acumulação de capital. Para Marx (1985), caso bloqueie a expansão e a reprodução do sistema capitalista, todo o aparelho entraria em crise estrutural e com consequências calamitosas.

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexão em todos os lugares. A burguesia por meio de sua exploração do mercado mundial deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países (MARX, 1985, p. 134).

O esporte de modo geral, e, especificamente, o futebol, tem sido uma mercadoria que, ao mesmo tempo, estabelece e amplia as relações mercantis dos seus proprietários (FIFA e outros) e dos países industrializados e desenvolvidos onde surgiram as práticas esportivas mais difundidas na atualidade, especialmente os países europeus e os Estados Unidos da América. Nos anos 1980, com o crescimento do esporte na mídia mundial, iniciou-se um aburguesamento e espetacularização do futebol, adotando-se medidas como a melhora dos estádios, controle da disciplina dos jogadores, profissionalização dos atletas, técnicos e gestores, erradicação da violência entre torcidas. O foco era atrair torcedores e espectadores

das classes sociais mais altas e internacionalizar os jogos, ampliando a rentabilidade e o mercado e agregando valor a marca (clubes e FIFA) (RIBEIRO, 2007).

A marca é uma ferramenta do capitalismo – cuja sobrevivência depende de crescimento a qualquer custo. Então, tocar o futebol mundial é hoje uma operação destinada a servir corporações. Os esportes – e em especial o futebol, o mais popular de todos – tornaram-se uma arma essencial na criação de novos mercados globais. O conceito de esportes “universais”, altamente competitivos, nutrido nas nações capitalistas avançadas (Inglaterra e EUA). Foi implantado para transcender barreiras culturais e regulatórias ao redor do mundo. O Capital encontrou no esporte uma forma de se legitimar e de se camuflar (LOPES, 2014, p.56).

O esporte, especialmente o futebol, também, possui relevância na construção da identidade nacional de vários países, especialmente a brasileira. Importante lembrar que a grande maioria dos esportes praticados no Brasil, como o futebol, *rugby*, tênis, iatismo, basquete, etc. são produtos de um transplante ou globalização cultural. O historiador Eric Hobsbawm enfatiza que o futebol simboliza os antagonismos do processo de globalização:

O futebol hoje sintetiza muito bem a dialética entre identidade nacional, globalização e xenofobia [...]. Os clubes viraram entidades transnacionais, empreendimentos globais. Mas, paradoxalmente, o que faz do futebol popular continua sendo, antes de tudo, a fidelidade local de um grupo de torcedores para com uma equipe. E, ainda, o que faz dos campeonatos mundiais algo interessante é o fato de que podemos ver países em competição. Por isso, acho que o futebol carrega o conflito essencial da globalização (HOBSBAWN, apud *FOLHA DE SÃO PAULO*, 2007).

O futebol ainda é considerado como símbolo de autenticidade e diferença entre os Estados-Nações, contribuindo para a identidade nacional, coesão social e sentimento de pertencimento, que acaba por preservar o local da homogeneização cultural da globalização. Entretanto, a expansão da indústria e do comércio dos países desenvolvidos da Europa fez com que países periféricos, como o Brasil, acabassem recebendo as mais variadas mercadorias e, com elas, práticas culturais, valores e normas que moldaram uma forma de ver e viver no mundo capitalista. Juntamente com as mercadorias produzidas, os países industriais capitalistas exportaram tecnologia, profissionais especializados, *expertises* e conhecimentos que invadiram todas as nações do mundo – a exemplo das Companhias de Ferrovias Inglesas que se instalaram em diversos países, com suas tecnologias e funcionários, ou seja, indivíduos que traziam consigo a sua cultura, constituindo-se, em muitos casos, na prática esportiva e de lazer, algo que aos poucos era incorporado à cultura local, que mais adiante seria definido equivocadamente como “cultura nacional”.

O esporte que as sociedades contemporâneas conhecem, reverenciam e praticam é o mesmo que se consolidou entre meados do século XIX e início do século XX e que traduz o significado de uma sociedade (inglesa/capitalista) que enaltece os desafios, as conquistas, as vitórias e o esforço individual como forma de ascensão social (GOELLNER, 2004, p. 3).

A expressão “cultura universal”, na maioria das vezes, pretende consolidar o eurocentrismo e o predomínio da cultura europeia. Assume-se a inexistência da cultura nacional dos países periféricos, como o Brasil, e as vantagens da globalização que, na verdade, favorece a ampliação do mercado e a comercialização de seus produtos.

A globalização do futebol atinge países sem expressão no cenário esportivo internacional, como a Índia inexpressiva no cenário do futebol, que nunca participou de uma Copa do Mundo FIFA e ocupa somente o 117º lugar no *ranking* da FIFA, porém o canal de televisão local faturou mais de 13 milhões de dólares em propagandas vinculadas às transmissões da Copa do Mundo FIFA-Japão Coréia 2002 (SOARES *et al.* 2007).

Um dos pilares da globalização é a constituição de uma cultura internacional-popular que corrobora o processo de desterritorialização. O futebol é a cultura mais mundializada, pode-se dizer uma cultura uniforme, conforme conceito de Jullien (2009), que favorece a padronização dos hábitos e a consequente comercialização. Na aldeia global, “além das mercadorias convencionais, sob forma antigas e atuais, empacotam-se e vendem-se as informações [...]. As informações, os entretenimentos e as ideias são produzidas, comercializadas e consumidas como mercadorias” (IANNI, 1997, p.16). A globalização acaba por acarretar o “imperialismo cultural”: em razão da mundialização da cultura (esporte), consolida-se um conjunto de bens, valores e expressões simbólicas que firma a hegemonia cultural dos países dominantes sobre os periféricos (MARCHI JUNIOR e AFONSO, 2007).

O processo não é novo e atende ao nome de colonialismo ou neocolonialismo, que leva os países periféricos à condição de dependentes. Também, pode-se denominar de “globalitarismo”, neologismo cunhado por Milton Santos, que significa a globalização autoritária do capitalismo, ou seja, o *ethos* global se impõe autoritariamente e subordina o *ethos* local (MURAD, 2012). A repetição ou a mera continuidade da imposição cultural, social e econômica dos países desenvolvidos pode ser explicada a partir das colocações de Marx e Engels (1991), que afirmam que a compreensão da realidade, os comportamentos e atitudes predominantes na sociedade, como seus valores, cultura e normas, somente podem ser captadas pelo estudo dos homens históricos e reais, porque esse

[...] não percebe que o mundo sensível que o envolve não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sempre igual a si mesma, mas sim produto da indústria e estado da sociedade, isto é, na verdade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais se alçando aos ombros da precedente, desenvolvendo sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas (MARX e ENGELS, 1991, p. 67).

O esporte, ao longo do tempo, principalmente depois que lançou seus tentáculos em todos os espaços do globo, tornando-se cultura corporal hegemônica, conquistando os indivíduos de várias nacionalidades, etnias, gêneros e classes sociais – que passaram a praticá-lo e amá-lo –, conseguiu também o desprezo de alguns intelectuais que o consideraram “ópio do povo”, como Brohm (1978). O esporte é análogo à religião na concepção de Marx. A maior parte dos intelectuais que critica o esporte comprehende que a idolatria aos superastros do esporte, a superstição, o chauvinismo da vitória, o consumo esportivo, os telespectadores ingênuos e omissos, são subprodutos ou valores esportivos que se consubstanciam como mecanismo de controle social.

O cidadão brasileiro, ao assistir a uma partida de futebol na televisão, consome diversos produtos e práticas sociais associadas ao esporte, algo que seria impossível sem a televisão. O esporte e os megaeventos esportivos, em particular os transmitidos regularmente pelas televisões, são fundamentais para ocupar o tempo livre, que, nas sociedades orientadas pela lei do consumo e valor, é transformado na mercadoria do entretenimento, da diversão. O esporte, no tempo livre, oferecido e comercializado pela Indústria Cultural, neste caso a televisão, torna-se ferramenta ideológica pelas mercadorias virtuais produzidas, especialmente, por justificar o sistema capitalista como único possível (OURIQUES, 2014a).

Para um grande grupo de intelectuais de esquerda, o esporte, em especial o futebol, castra a inteligência do povo e retira, de maneira freudiana, a sua energia revolucionária. Os investimentos em esporte são entendidos, muitas vezes, como política do pão e circo. Os amantes do esporte passam a ser mal vistos, reconhecidos como alienados e inimigos das classes desfavorecidas – os esportistas, frequentemente, são considerados como consciências ingênuas, obra do imperialismo e da burguesia internacional –, porém não se pode afirmar ingenuamente que o esporte ou o futebol são o ópio do povo. Não obstante, geralmente, são críticas pertinentes e reais, como se observa nas falas vazias, superficiais, contraditórias e equivocadas de muitos atletas, esportistas e dirigentes esportivos.

No atual momento histórico do esporte, a realização dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, cumpre a função política e econômica de gerar e

ampliar espaços geográficos, países e regiões onde o esporte, especialmente o futebol e todas as mercadorias ligadas direta e indiretamente a ele, possa ser divulgado e comercializado, favorecendo formas de reprodução do capital no espaço e tempo.

Segundo Marchi Junior e Afonso (2007), a regra para o aumento da receita é ampliar o mercado e atrair mais público, o que inclui a conquista de novas fronteiras, com a internacionalização das equipes, buscando amistosos internacionais, transmissões para o mundo todo, atraindo fãs globais – é cada vez mais comum observar crianças com camisas de equipes, como Barcelona, Milan, Bayer, Real Madrid e outros. “A globalização alterou o sentido de pertencimento. Um espetáculo esportivo globalizado, por exemplo, se torna muito mais importante que os acontecimentos locais” (MARCHI JUNIOR e AFONSO, 2007, p.149).

Para Capela (2006), os megaeventos esportivos são cada vez mais organizados, comercializados no hemisfério Sul do globo, prioritariamente como agenda de desenvolvimento sustentável e equitativo, mesmo quando realizados em economia política de desigualdade e subdesenvolvimento, como a do Brasil e África do Sul. Para o autor, o processo de sediar os megaeventos esportivos possibilita que os interesses políticos e econômicos das poderosas instituições transnacionais, com suas sedes no Norte, expandam seus mercados, enquanto demonstram-se preocupadas com o desenvolvimento das regiões “periféricas” do mundo; no entanto, reproduzem a desigualdade global e ampliam a concentração de capital.

A alegria proporcionada pelo futebol, especialmente com as vitórias ou com as festas da Copa do Mundo FIFA, propicia a venda de inúmeros produtos, desde adesivos comemorativos, cerveja, camisas, pacotes turísticos, brindes, alimentos etc. Segundo o estudo *Soccer Economics* (2006), realizado pelo banco holandês ABN-AMRO BANK, estimou-se em 0,7% a taxa suplementar de crescimento no país que ganhasse o Mundial daquele ano, em função do maior consumo de bebidas, comidas, material esportivo e *souveniers*, mas, sobretudo, devido ao aumento da autoestima nacional, que leva a população a investir e consumir mais. O esporte, como qualquer outra indústria, interage com vários setores produtivos do mundo capitalista, que se utilizam do esporte como catalisador de seus acúmulos de capital e lucro a fim de consolidar seu processo de produção e reprodução capitalista.

Para Marx (1985, p. 263), “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho

pelo capitalista". Lucro é o único objetivo de qualquer negócio. O futebol, no caso a Copa do Mundo FIFA, tornou-se uma mercadoria da indústria do esporte que gera lucros astronômicos.

A lógica capitalista e empresarial na gestão do esporte, especificamente da FIFA, articulou parcerias e associou-se às várias esferas da indústria e do mercado esportivo. A partir de 1974, a Copa do Mundo FIFA tinha que ser rentável e acumular capital. Para isso, a FIFA reuniu o *marketing* empresarial, a gestão e contabilidade comercial, a mídia e os patrocinadores em torno do megaevento esportivo – que mais atrai e comove a população mundial –, nos processos de transformação da Copa do Mundo FIFA em mercadoria e ampliação dos lucros.

Foram necessários enormes investimentos financeiros, recursos humanos e físicos das cidades que o recebem, conquistados com a omissão e abuso dos recursos do Estado, aproveitando-se da corrupção e ingenuidade dos governantes, que passam a ser os responsáveis por realizar o megaevento esportivo repleto de exigências e padrões, motivado pela ilusão das promessas de legados sociais, estruturais e econômicos. Entretanto, são legados diminuídos ou apagados com a disponibilização dos lucros à FIFA e as empresas patrocinadoras. Por exemplo, a FIFA e suas subsidiárias não recolheram, de acordo com o Tribunal de Contas da União (apud *JORNAL DO BRASIL*, 2015), o total de R\$1,1 bilhões com as renúncias na arrecadação de impostos concedida pelo governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil, no período de 2010 a 2014, apenas em impostos federais, ou seja, menor custo de produção da mercadoria, consequentemente, maior lucro.

O governo brasileiro, para favorecer as exigências e rentabilidade da FIFA e seus parceiros comerciais e, consequentemente, conquistar o direito de sediar a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, utilizou-se da lógica do Estado de Exceção²³, que acarretou visão míope do megaevento, sem discussão e controle da sociedade e contextualização histórica, política e econômica, e realizado parcial e gradativamente, para não revelar suas intensas ambiguidades (MAIOR, 2014). Configura-se, então, um governo paralelo, à margem da constituição e legislação, que se realiza em nome da eficiência na organização dos megaeventos que não garantem legados e tão pouco comprovam resultados para o Estado e cidades que os sediam.

²³ O conceito de Estado de Exceção refere-se à utilização de dispositivos legais como meio para exercer o poder de forma ilimitada, negando a própria legalidade e o direito dos cidadãos. Estado de sítio, guerras e emergências são momentos que o antecedem, contradicoriatamente, perenizados por construções legais. A dialética entre Estado de exceção e Estado de direito destrói a política, que se subordina à economia (MARICATO, 2014, p.22).

A Lei Geral da Copa (LGC) n.12.663/2012, foi assumidamente, fruto de um ajuste firmado entre o governo brasileiro e a FIFA, uma entidade privada, visando atender os denominados padrões FIFA de organização de eventos. Esse acordo, com propósitos econômicos e políticos, mascarados de “felicidade do povo”, implicou a suspensão da vigência de várias normas constitucionais (MAIOR, 2014, p.35).

A título de exemplo do desrespeito à Constituição Nacional foram relevados os direitos fundamentais dos trabalhadores – com a permissão ao trabalho voluntário (artigo 29 da Lei Geral da Copa), não recolhimento de impostos, criação de órgão especiais de justiça, desregulamentação da soberania nacional – e violados o estatuto do torcedor e o Código de Defesa do Consumidor, entre outros (VAINER, 2014). O compromisso do Estado brasileiro foi unicamente de possibilitar a FIFA obter o maior lucro de sua história.

Os megaeventos esportivos a cada edição têm aumento de público nos estádios e de telespectadores e, consequentemente, intenso crescimento dos resultados econômicos. Os Jogos Olímpicos 2012 mobilizaram, aproximadamente, 2,5 bilhões de espectadores na festa de abertura e encerramento do megaevento, e a última Copa do Mundo FIFA, 4,2 bilhões de espectadores/consumidores na final do torneio. Em outras palavras, os megaeventos são extremamente lucrativos para as instituições organizadoras, mídia e empresas parceiras, pois na sua organização está implícita a obtenção de lucro e acúmulo de capital. Por exemplo, a Copa do Mundo FIFA 2002-Japão/Coreia divulgou mais de 41.000 horas de programação de futebol em 213 países e produziu público acumulado, estimado em 28,8 bilhões de espectadores (HORNE e MANZENREITER, 2006).

O Estado, em busca de prestígio político e ideológico, garante a infraestrutura necessária aos megaeventos esportivos, facilitando ainda mais a geração de lucro (CAPELA, 2006), ou seja, o esporte, no contexto atual do capitalismo, é um ótimo negócio e uma excepcional mercadoria comercializada, pois o mercado e o público consumidor continuam em expansão e, ainda, podem ser criados e vinculados novos produtos aos megaeventos esportivos. “Os megaeventos esportivos representam o clímax do esporte e, ao mesmo tempo, o seu produto final” (OURIQUES, 2014a, p. 33).

Para Lassance (2014), o lucro dos megaeventos redonda em ganhos fabulosos para as instituições organizadoras. A Copa do Mundo FIFA é uma máquina de dinheiro, com a venda dos ingressos, direitos televisivos, de publicidade e imagem. O negócio para a FIFA é lucrativo, com zero por cento de riscos. Pode-se, assim, inferir que, depois de o esporte ser transformado em mercadoria, ainda se construiu o fetichismo do esporte, que estimula ainda

mais o consumo da mercadoria esporte. Marx esclarece o processo de fetichização de uma mercadoria:

[...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadoria, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1985, p. 71).

Os capitalistas proprietários dos megaeventos esportivos atribuíram e atrelaram aos diferentes produtos do esporte, especialmente, aos megaeventos, ao longo de seu desenvolvimento como mercadoria, aspectos afetivos, emocionais, valorativos, como patriotismo, nacionalismo, honra, desafio, conquista, poder e emoção, entre outros, que geraram o fetichismo no esporte, como pouco se encontra em outras mercadorias da indústria capitalista.

Nota-se o fenômeno, ao verificar a criação de uma áurea sobre as disputas esportivas, que são comercializadas como eventos imperdíveis, importantíssimos, de enorme significado para o espectador. Dessa forma, são comercializados com altos preços dos ingressos da Copa do Mundo FIFA, levando a investimentos físicos e econômicos das pessoas para consumirem o produto megaevento, no intuito de simplesmente demonstrar às pessoas próximas que usufruiu da efêmera mercadoria esporte.

A fetichização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 iniciou-se por meio da vinculação do evento ao nacionalismo e patriotismo, observando falas das autoridades, como “todo brasileiro tem que prestigiar nossa seleção” (Presidente Dilma Rousseff – expressão oral). Outra forma, era o ineditismo lembrando que a última Copa no país havia passado 64 anos e que não teríamos outra oportunidade, como se não ocorressem mais partidas de futebol no país posteriormente ao megaevento. Uma partida da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 era envolvida em enredo fantasioso e mítico. Para os espectadores, mais importante que o espetáculo esportivo era apenas mostrar aos amigos e parentes que tinham conseguido o quase impossível ingresso. Bastava uma *selfie* no interior do estádio durante a Copa para sentirem-se orgulhosos, realizados e valorizados por alguns próximos. Fácil constatar esses fatos com as falas empolgadas dos poucos que conseguiram ingressos e que comentavam como uma

vitória. Assistir a uma partida da Copa parecia ser uma necessidade primária – algumas pessoas viajaram para as sedes para acompanhar os jogos – muitas delas nem acompanhavam o futebol, mas precisavam “compartilhar esse momento de realização”.

Também, nota-se a fetichização do megaevento esportivo nos esforços e sacrifícios empreendidos antes, durante e posteriormente à Copa do Mundo FIFA de toda a nação, motivados pelo alardeado pseudo-orgulho da população na realização do megaevento esportivo – sacrifícios que continuaremos a fazer para diminuir o déficit orçamentário do país.

Para Debord (1997), o espetáculo dos megaeventos esportivos é o período que a mercadoria ocupa a vida social, devido à transformação dos espectadores em consumidores de ilusão, isto é, a mercadoria é uma ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens”, que cria a ilusão, o fetiche da mercadoria esporte.

A televisão, em busca do sensacional, “convida a dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático” (BOURDIEU, 1987, p.25). Dessa forma, ela realiza edição nas disputas esportivas, determinando como assistir, olhar e compreender o esporte, ao mesmo tempo que transforma a disputa esportiva em mercadoria de venda. O telespectador recebe passivo as informações, as imagens selecionadas, os comentários e as falas do narrador que estabelecem o sentido do espetáculo esportivo. Cabe a ele, portanto, discutir o comentário, a imagem do lance selecionado ou a propaganda vinculada que são pautadas pela mídia.

Conforme Marx, no processo de *mais-valia* e fetichização da mercadoria, as coisas são animizadas e personificadas, o produto se coisifica, um mundo de fetiches. Mas, o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital (MARX, 1985).

Outro aspecto da dramatização, que também é favorecido pela mídia, é a promoção da coesão nacional. Nos dias dos jogos da “seleção brasileira”, as pessoas se vestem de verde e amarelo, os símbolos da pátria são expostos pelo povo que, em festa, balança as bandeiras e camisas brasileiras, vivendo a pseudo-união nacional: “[...] essa experiência de união e de totalização do país em algo concreto é uma poderosa dramatização que o futebol permite realizar e que por certo transcende os seus usos e abusos pelos governantes[...].” (DA MATTA, 1982, p.34).

O alcance da mídia esportiva é muito forte e abrangente, difunde ideias, propõe concepções, vende mercadorias, e ainda, gera hábitos e modelos de comportamento que influenciam a sociedade – são inspiradores modelos de comportamento como torcedor e como praticante do esporte (MELANI, 2010). A relação entre esporte e mídia é tão intrínseca que,

segundo Santos Junior (2010), o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Arthur Nuzman, afirma sempre que os esportes que não se adequarem à televisão desaparecerão, e a televisão que não buscar a transmissão de eventos esportivos não alcançará sucesso de público e financeiro.

Outro aspecto da mercadorização do espetáculo dos megaeventos esportivos é a decisão de a sede dos megaeventos esportivos relacionar-se a duas estratégias básicas das entidades maiores do esporte (FIFA e COI): uma é a falsa ideia de desenvolvimento esportivo, com o objetivo de formar novos esportistas e qualificar a prática esportiva nesses países, que na verdade é apenas a busca da massificação do esporte; a outra, é a abertura de novos mercados para as empresas associadas a essas entidades, principalmente as fabricantes de material esportivo.

Os países emergentes do mundo capitalista – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – são as sedes dos últimos e próximos megaeventos esportivos. Segundo Matheson e Baade (2014), trata-se de argumento da FIFA apresentar como legado da Copa FIFA realçar o enorme potencial para catalisar ou induzir o desenvolvimento econômico e social de países em desenvolvimento. Entretanto, a definição desses países como sede do megaevento ocorre pelas possibilidades de expansão de mercado, porque esses países, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI apud OURIQUES, 2014b), alcançaram, em 2012, o montante de 27% do valor global do Produto Interno Bruto (PIB) e, ainda, não se constituem nos maiores mercados consumidores da mercadoria esporte e também de outros produtos vinculados a ele, o que possibilita a expansão do mercado consumidor e, consequentemente do acúmulo de capital pela entidade e seus parceiros.

O caráter itinerante dos megaeventos esportivos é difundido como uma forma de levar o esporte a todos os cantos do mundo, com seu discurso de saúde, paz, relacionamento social e político entre as nações e valorização do país sede, demonstrado pela FIFA e COI como ofício e necessidade de contemplar todo o planeta com os benefícios da disseminação dos princípios e valores do esporte – ou pode-se chamar de massificação ou democratização esportiva. Entretanto, na verdade, a FIFA e o COI transformaram os megaeventos esportivos em uma estratégia econômica de ampliação de mercado e lucros da indústria do esporte global e, ainda, vinculada às práticas políticas de interesse do Estado nação ao qual se associou.

Segundo Proni (2014, p.93), “o megaevento geralmente exige um elevado gasto público, o qual precisa ser legitimado pela percepção de que deixará uma herança importante em termos econômicos, sociais, culturais e mesmo ambiental”, especialmente, quando realizados em países em desenvolvimento, que apresentam muitas demandas sociais a serem

consideradas. Apesar da fala do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (Ricardo Teixeira), que garantiu que seria a Copa da iniciativa privada, a realidade é outra bem diferente, com elevado gasto público e sem heranças que possibilitem minimizar os problemas e anseios da população quanto à educação, saúde e segurança, que eram o clamor da sociedade nas jornadas de junho de 2013. Por exemplo, somente 25% das obras de mobilidade urbana foram terminadas e muitas já foram abandonadas (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016).

O Tribunal de Contas da União (TCU) demonstra que 98,5% dos gastos com a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 serão cobertos com dinheiro público, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), da Infraero e da Caixa Econômica Federal, além dos incentivos fiscais concedidos à FIFA que não pagou nenhum imposto ao Brasil sobre a comercialização de seus produtos (JORNAL DO BRASIL, 2014). Os governos Federal, Estadual e Municipal procuraram aproveitar a expectativa criada de que haveria um impacto muito positivo para a sociedade em geral e, assim, cunhar um ambiente de grande otimismo, colhendo dividendos políticos, especialmente, com as eleições que se avizinhavam no final de 2014.

A Copa do Mundo FIFA coloca obrigações ao Estado Nacional. A emoção causada na massa e o grande apelo popular favorecem a mobilização e articulação das forças desse Estado. Nunca se observou tanta agilidade, presteza e unidade dos poderes executivo, legislativo e judiciário para a realização das obras e aprovação de leis, devido, principalmente, à legitimação da população para aceleração da aprovação de leis, emendas, orçamentos, obras, financiamentos e outros, mesmo que sejam rasgadas as leis nacionais, estaduais e municipais. Nunca se observou o trabalho conjunto nos três níveis federativos, com articulação entre os políticos e gestores, superando aspectos partidários e outros – todos estavam empenhados em sediar o megaevento.

Essas obrigações exigidas pelas entidades esportivas, “teoricamente”, contemplam expectativas de desenvolvimento social e econômico de muitas regiões e cidades com problemas urbanos e sociais e, também, consideram as expectativas de negócios dos capitalistas locais e globais para geração de lucros imediatos e futuros. A FIFA garantiu todos os seus privilégios comerciais na exclusividade de divulgação de suas marcas, distribuição, publicidade, propaganda de produtos e serviços, bem como as isenções fiscais. A “Lei da Copa” rasgou a legislação nacional e concedeu megaprivilégiros à FIFA.

Na Lei Geral da Copa, a garantia número quatro, de título "Isenção Fiscal Geral", o governo federal concede os seguintes benefícios à FIFA:

Nenhum imposto, taxas ou outras contribuições serão impostas à Fifa, aos subsidiários da Fifa, às delegações da Fifa, às equipes, aos oficiais de jogos, às confederações da Fifa, às associações de membros, às associações de membros participativos, à emissora anfitriã e aos membros não-residentes, à equipe e aos funcionários de todas estas partes. Eles deverão ser tratados como pessoas/entidades isentos de impostos.

A isenção incluiu também a venda de ingressos e os direitos mundiais de transmissão de TV – posteriormente, também se incluiu, no pacote de isenção, os materiais para a construção dos estádios²⁴ – e foi ampliada para impostos e taxas estaduais e municipais. No ano de 2015, a União e os Estados apresentaram as suas contas no negativo – provavelmente, se esses impostos fossem pagos, o prejuízo seria menor, ou não existiria.

O país-sede, conscientemente, torna-se, dessa maneira, refém da FIFA. É ameaçado com a retirada do megaevento das cidades-sede que não cumprirem com o catálogo de encargos e os prazos exigidos, sem considerar a imposição das devidas cobranças jurídicas dos contratos firmados.

Os eventos esportivos começaram como necessidade, viraram tradição e hoje são uma grande estratégia política e econômica dos donos da indústria do esporte, especialmente do futebol. A FIFA concentra seu poder de intervenção na superestrutura, criando leis e alterando o direito jurídico, consequentemente reorganizando a infraestrutura, ou seja, modificando as relações de produção e interferindo nas forças produtivas do país. Como sempre, os objetivos do capital são lucro exorbitante, expansão do mercado e acúmulo de capital, ou seja, a lógica do Capital relatada por Karl Marx. Somam-se a todos esses fatores elencados, o receio de passar vergonha pelo crivo dos países desenvolvidos e das entidades internacionais e esportivas, de modo que Nelson Rodrigues afirmava sofrer o brasileiro de complexo de cachorro vira-lata. O complexo de inferioridade assumido por milhões de brasileiros, razão pela qual, o povo e, principalmente, os governantes, estão dispostos a superar a condição de colonizados com a realização de um megaevento que é produzido por poucos países. A fala da Presidente Dilma Rousseff era a de realizar a Copa das Copas, demonstrando a necessidade de autoafirmação e de condição de o país estar entre os mais desenvolvidos do mundo, o que, de fato, estamos longe de pertencer.

²⁴ A Medida Provisória 497/2010, que resultou na Lei 12.350, sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 2010, cria o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa) que serão utilizados nas partidas oficiais da Copa, localizados em cidades-sede ou entorno e já contemplados com a mesma desoneração pelos municípios.

Tal fato pode ser constatado nas afirmações dos gestores públicos – Presidente, Ministros, Governadores e outros –, sobre o desenvolvimento e transformações estruturais, com a realização impecável do megaevento esportivo internacional, para demonstrar ao mundo suas competências. Esses são alguns dos fatores que empurram e justificam o governo a realizar todas as obrigações das entidades esportivas, como também, se pode observar na fala do ex-presidente da república, Luiz Inácio (Lula) da Silva, logo que o Brasil “conquistou” o direito de sediar as Olimpíadas: “Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos a cidadania internacional” (SILVA, apud *FOLHA DE SÃO PAULO*, 2009).

Entretanto, próximo à Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, com os atrasos das obras e protestos nas ruas, a síndrome de vira-lata foi aos extremos, reunindo jornalistas, dirigentes, governantes e população em geral, acreditando e divulgando a “ideia de que, no Brasil, nada funciona, nada presta, nada vale a pena. O país não é sério” (LASSANCE, 2014, p.80). A principal preocupação dos organizadores não era mais com a seleção brasileira vencer a Copa, mas, sim, se o país sobreviveria e se passaria vergonha diante do mundo.

Na verdade, a humilhação internacional a qual o Brasil não quer se submeter é a de que o mundo saiba como o capitalismo se desenvolve por aqui, ainda marcado pelos resquícios culturais de quase quatrocentos anos de escravidão, sem ter sequer os limites concretos da eficácia dos direitos humanos e sociais, promovendo, de fato, uma das sociedades mais injustas da Terra (MAIOR, 2014, p.39).

Marx (1985) entendia que nenhum sistema socioeconômico funciona sem um regulador. Para ele, na sociedade capitalista, é a lei do valor que regula, porém não como equilíbrio, mas como desequilíbrio sempre renovado para gerar mais acúmulo de capital. Marx defendia o Estado como regulador, porém o que se constata é que o Estado brasileiro se rendeu ao fetiche esportivo pela ingenuidade e interesses políticos de seus governantes e pelos valores capitalistas de interesses das empresas e dos corruptos de plantão – especialmente as construtoras, as mais beneficiadas com as obras e especulação imobiliária promovidas pelos megaeventos esportivos –, somados ao desconhecimento da imprensa brasileira que, no início, apoiou a realização da Copa do Mundo e alardeava os supostos legados benéficos que o megaevento acarretaria para o país, sem análises mais reflexivas e aprofundadas sobre as possíveis heranças negativas. Sobre as obras para poderem receber os megaeventos esportivos, Oliveira (2014) relata que,

facilitada pelo discurso de um suposto legado, a estratégia adotada é a transferência de responsabilidade financeira para as cidades e países-sede, através de rigoroso controle político e jurídico sobre esses territórios. É

exatamente nesse ponto que a produção do espetáculo esportivo e a da cidade neoliberal convergem. Na busca de agentes capazes de bancar as condições materiais de realização do megaevento, as instituições promotoras encontram máquinas burocráticas sedentas para realizar tal proeza em troca de exposição midiática e legitimação para projeto nababescos e de dificuldade de aprovação em circunstâncias normais (OLIVEIRA, 2014, p.30).

Para Rolnik (2014), nos megaeventos esportivos internacionais, não são vendidos apenas os produtos associados aos jogos, também é comercializada a própria cidade-sede, exposta na vitrine global, com renovação da infraestrutura urbana e expansão e especulação imobiliárias. Nesse sentido, em muitas cidades, os megaeventos podem ser um “atalho” para conseguir um reconhecimento global por meio da exposição de mídia, o que pode ser fundamental para se tornarem um destino turístico internacional, caso o evento seja um sucesso, conquistando o *status* de cidade global (SASSEN, 1998).

A partir do Jogos Olímpicos de Barcelona 1992, os megaeventos passaram a se constituir em oportunidade de planejamento urbano estratégico para atrair investimentos para a cidade – o chamado legado urbano.

Do mesmo modo que a associação das marcas com o esporte no mundo empresarial envolve operações simbólicas e ideológicas, a ideia de legado justifica a frente de expansão imobiliária. Mais que isso, é ela que permite o estabelecimento de exceções em relação às regras e às legalidades existentes. E, portanto, a exceção em nome do legado que vai justificar todas as desconstituições de direitos promovidas: as expulsões e despejos forçados para ceder espaço ao desenvolvimento da infraestrutura e da renovação urbana, [...] (ROLNIK, 2014, p.67-68).

Mascarenhas e Borges (2008) demonstram como os megaeventos esportivos se enquadram no empreendedorismo de gestão urbana que aparta, ainda mais, o morador da periferia das grandes cidades, com o exemplo do Panamericano-Rio 2007.

[...] ao articular em torno de si um conjunto de interesses privados com amplo apoio do poder público, conformando um projeto de intervenção urbanística que, muito mais que se preocupar com a viabilidade do evento, voltou-se para a realização de grandes negócios, mormente desrespeitando a legislação ambiental e urbana. Outro aspecto do Pan-2007 foi a natureza autoritária de sua concepção, planejamento e execução, não abrindo canais de debate democrático sobre seus objetivos e impactos. Por fim, o Pan-2007 ratificou um modelo de desenvolvimento urbano segregacionista ao concentrar suas intervenções no entorno da Barra da Tijuca (MASCARENHAS e BORGES, 2008, p.21-2).

As cidades são fundamentais no processo de acumulação de capital, na globalização neoliberal, e os megaeventos são potencializadores do lucro, em razão da arquitetura e urbanismo exigido pelo espetáculo e do suposto legado positivo de infraestrutura, comunicação e mobilidade urbana, que autoriza e legitima os projetos de obras, muitas vezes, em desacordo com a lei (MARICATO, 2014).

Nas cidades-sede de megaeventos esportivos, ocorre a valorização acelerada do solo, aumento da especulação imobiliária e gentrificação²⁵, resultantes de investimentos públicos em infraestrutura e mobilidade em áreas antes relegadas. Têm-se, como exemplo, as parcerias público-privadas do Parque Olímpico do Rio de Janeiro e a área da Olimpíada de Londres 2012. Na Copa do Mundo FIFA, no Brasil, não foi diferente, pois aumentou ainda mais os muros sociais das cidades brasileiras. Mais uma vez, no Brasil, os moradores da periferia das cidades foram os perdedores, com o aumento dos aluguéis e da compra de imóveis, com a especulação imobiliária. Consequentemente, os vencedores foram as grandes empreiteiras, que levaram somas vultuosas do dinheiro público para a obras do megaevento, com as regras de exceção e, algumas vezes, sem licitação. Ainda lucrariam futuramente com a construção de empreendimentos imobiliários, viários ou comerciais nos locais desenvolvidos com o dinheiro público para receber a Copa do Mundo FIFA.

Instâncias do governo, no intuito de sediar a Copa FIFA, ao realizarem os reordenamentos jurídicos e investimentos necessários para as implantações, obras, leis e outros exigidos pela FIFA, refletem a opção por desenvolvimento econômico que favorece os grupos empresariais e relega a inclusão social e desenvolvimento social (MASCARENHAS, 2012).

Conforme Vainer (2014), para a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) organizaram e realizaram ações conjuntamente e de forma solidária: a União repassou verbas por meio de BNDES aos municípios, os Estados realizaram obras e investiram na segurança. Todas as ações e empreendimentos contaram sempre com a presença de algumas grandes corporações, que expressam a constituição de cartéis em torno da FIFA.

²⁵ Entende-se por gentrificação o processo de transformação ou substituição das paisagens urbanas em que uma localidade geralmente popular, dotada de uma paisagem típica de setores periféricos da cidade, é rápida ou gradativamente substituída por uma expressão geográfica referente ao espaço nobre. A expressão “gentrificação” é fruto de um neologismo proveniente da língua inglesa. O termo *gentry*, em tradução literal, pode ser entendido como “de origem nobre” ou “bem nascido”, fazendo uma alusão a uma espécie de “aburguesamento” do espaço geográfico. Atribui-se a criação do termo à socióloga germano-britânica Ruth Glass na década de 1960. Um dos principais fatores associados ao processo de gentrificação das cidades é a especulação imobiliária, bem como as desigualdades de renda existentes no contexto da sociedade.

Os megaeventos esportivos, além de serem grande oportunidade para encontros, projeções e valorização da mercadoria esporte e realização de grandes negócios hoje, amanhã e em longo prazo, são formas de acumulação e valorização do capital, estratégia de expansão das fronteiras e dos negócios no espaço e tempo e também uma maneira de dominação política e criação e recriação da dependência histórica, razão primeira do nosso subdesenvolvimento.

A Copa do Mundo FIFA, com a oportunidade criada pelo Estado e as empresas parceiras, permite ao político da periferia capitalista realizar o pequeno sonho burguês de promover um megaevento esportivo internacional, entendendo que, dessa forma, o país demonstra seu desenvolvimento e grandeza e, ao mesmo tempo, responde ao mundo contra a visão eurocêntrica e racista que se observa nos países latino-americanos (OURIQUES, 2014b, p.203). Entretanto, a resposta de “orgulho nacional” é moderada, permitida somente ao atendimento das exigências da FIFA e COI e aos interesses das multinacionais parceiras, em grande maioria europeias, que expandem ainda mais seus lucros e capital e continuam a explorar os sempre subdesenvolvidos e colonizados.

A realização dos megaeventos também tem conotação política eleitoreira. Na possível vitória esportiva, sobretudo tratando-se de uma vitória nacional, ainda mais em nosso território, enche o espírito do povo de sentido patriótico, enquadrando-se produtivamente nas necessárias ficções do político que busca manter-se no poder (KÜHLSEN e GIMÉNEZ, 2014). Constata-se, no discurso do ex-presidente Lula, que sonhava com os dois megaeventos esportivos internacionais no país, para projetar sua fama de estadista emergente, diferenciado, afirmado realizar “a melhor edição esportiva já realizada na face da terra”, ou que “o Brasil conquistaria a sua cidadania internacional” (SILVA, apud *FOLHA DE SÃO PAULO*, 2009). Esse discurso também foi observado nas falas da Presidente Dilma Rousseff, ao dizer que a Copa do Mundo FIFA no Brasil foi a Copa das Copas e que o brasileiro deve-se sentir orgulhoso de tal façanha (expressão oral).

Entende-se que existe uma dicotomia entre os interesses e pronunciamentos dos governantes e dos parceiros empresários, com as reais necessidades e desejos da população brasileira, que almeja moradia, transporte, educação, saúde e educação dignas, como bradavam os manifestantes nos períodos próximos e, ainda, durante a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014. Essa ilusão de orgulho nacional leva à dependência e a mais subdesenvolvimento, ao buscar o atestado internacional do famoso “padrão FIFA”, que negam as referências nacionais e indicam como critério válido para as produções, ações e modelos dos países centrais. “O colonialismo se reproduz por meio do megaevento esportivo,

mas aparece precisamente como seu oposto, como se fosse a capacidade de realização do ser nacional” (OURIQUES, 2014b, p.206). A frustrada realização do megaevento esportivo tem a função de manter as coisas como estão, confirma para o povo colonizado que somos como os dominantes afirmam: incapazes, indolentes, irresponsáveis, preguiçosos e nossa miséria é resultado da própria natureza do latino-americano.

A FIFA e COI ditam regras e prazos para as construções dos estádios, estipulam padrões dos países dominantes, que jamais os países periféricos e subdesenvolvidos poderão apresentar, como se constata com a maioria das obras inacabadas e que, provavelmente, jamais se concluirão. O Brasil tentou fazer a Copa do Mundo FIFA da Alemanha no Brasil, com o absurdo de recursos investidos em moderníssimos estádios e dificultando, ou até impedindo, qualquer legado social às cidades-sede – mais uma vez, demonstra o nosso complexo de inferioridade, de cachorro vira-lata! –, ou seja, querer ser igual ao outro, no caso um país europeu que é o modelo a ser seguido.

Algumas pesquisas têm pontuado o fiasco dos megaeventos esportivos: não são rentáveis economicamente para o país e cidades-sede e também não servem como políticas de democratização do esporte (TAVARES, 2011). O espetáculo é privado. O público é privado. Consequentemente, o lucro é privado! A lógica é que poucos lucram, apenas os proprietários do capital acumulam mais: a FIFA ou COI, suas subsidiárias, as empresas parceiras, os corruptos de plantão e os dirigentes esportivos, com a grande produção e realização do imaginário, da criação e comercialização do fetichismo do megaevento esportivo.

A Copa do Mundo FIFA é um megaevento esportivo sustentado e produzido por subsídios e recursos públicos, mas os fins e lucros são das instituições privadas, às custas da sociedade, dos trabalhadores e do meio ambiente. Os megalucros são das instituições privadas, da FIFA e seus parceiros. “Os lucros exorbitantes dos megaeventos, associados à venda dos produtos esportivos, mobilizam verdadeiras fortunas que não chegam às mãos dos projetos sociais e, tampouco, modificam as políticas esportivas do Brasil, [...]” (SANTOS JUNIOR, 2010, p.39).

A FIFA e seus parceiros comerciais enfatizam a ideologia que promove a responsabilidade do país-sede, desregulamentação, privatização e uma ética de mercado livre que prejudica os poucos esforços governamentais para eliminar as desigualdades sociais, capacitar populações e garantir minimamente a segurança, paz e justiça social para as populações locais (HORNE e MANZENREITER, 2006).

A superação de nossos complexos, síndromes ou problemas de país “em desenvolvimento” somente ocorrerão quando a sociedade se conscientizar. Porém, estamos

longe de tal conquista, ao observar a empolgação da grande massa com a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 e Olímpiadas Rio 2016, e confrontar com a assertiva de Marx (1985):

a figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (MARX, 1985, p. 76).

A reflexão sobre as considerações de Marx revela que o Brasil, primeiramente, precisa resolver as demandas básicas de educação, saúde, moradia e alimentação, para que a população tenha consciência do que significa planejar, organizar, realizar e custear uma grande festa internacional e, assim, protestar e impedir que o país ou a cidade se candidate à sede de megaeventos esportivos, como alguns cidadãos conscientes de cidades europeias se negaram a receber os eventos por meio de diversos protestos organizados.

Mesmo que tardivamente, já com a estrutura básica para receber os jogos da Copa e os gastos públicos empreendidos, alguns, poucos ainda, se conscientizaram e demonstraram nas ruas seus desejos e necessidades – quem sabe as manifestações contrárias à Copa do Mundo FIFA 2014 foram o estopim para o início da conscientização das necessárias mudanças e investimentos para o desenvolvimento social do país.

Capítulo IV

Legado de megaeventos esportivos

:

Sempre que o poder público, em parceria com as instituições esportivas, mídia e empresas da construção civil, planeja e realiza um megaevento, tenta justificar as exorbitantes somas de recursos públicos investidos para atender às exigências das instituições esportivas (FIFA ou COI) com a fala de possíveis legados sociais, educacionais, mobilidade urbana, segurança, estruturais e esportivos, a serem conquistados pela sede dos megaeventos esportivos. Dessa forma, é necessário esmiuçar e compreender os conceitos de megaeventos e legado e, posteriormente, analisar as possibilidades de legado dos megaeventos esportivos.

4.1. Megaevento

Inicialmente, é fundamental tentar definir o que são megaeventos, sejam eles esportivos ou não. São acontecimentos de curto prazo com grandes impactos localizados, concentração elevada de capital e demonstram o real sentido à noção de redução de tempo e espaço do desenvolvimento, com altos investimentos de recursos na aceleração de obras de infraestrutura e ações para sediar o evento. O governo, em parceria com o setor privado, consegue produzir a infraestrutura e os serviços necessários para sediar o evento, com um aumento concomitante na mobilização de uma força de trabalho flexível e altamente explorável (COTTLE, 2014).

Para Dacosta e Miragaya (2008), a participação na escala de milhões, a sazonalidade, a curta duração e a longa preparação fazem um evento tornar-se um megaevento. No mesmo sentido, Marcelino (2013) aponta como características do megaevento a grandiosidade de público e acrescenta os efeitos políticos, a relação com a mídia e os impactos econômicos e sociais nas cidades-sede. O sentido de “mega” pode ser demonstrado pelo gigantesco público em audiência ao espetáculo esportivo – a Copa do Mundo FIFA é transmitida para 220 países, com fornecimento de mais de 40 mil horas de transmissão de imagens, para uma audiência que monta mais de 40 bilhões de espectadores.

Nos jogos olímpicos, a presença de jornalistas supera o número de atletas – nas Olimpíadas do Rio 2016, participaram 10.903 atletas, com a cobertura de 300 emissoras de

televisão, com 25.100 jornalistas transmitindo 5.600 horas ao vivo. Os números grandiosos da mídia revelam a dimensão da cobertura e a quantidade de espectadores em todo o mundo. Os dados somente reafirmam a ideia de esporte globalizado.

Para Almeida, Mezzardi e Marchi Junior (2009), megaeventos, sejam eles culturais, comerciais ou esportivos, são eventos com característica dramática, enorme apelo popular e valor internacional, mobilizando e reunindo empresas, instituições, governos e pessoas de vários países do mundo. Além disso, são organizados por combinações variáveis de governos nacionais, estaduais e municipais e em parcerias com instituições internacionais não governamentais, como o COI e a FIFA, as empresas coligadas e a mídia internacional.

Santim (2009) afirma que os megaeventos esportivos são os maiores produtos para geração, ampliação e acúmulo de capital, criados e gerados pelo avanço científico e tecnológico, pela ambição econômica, busca e perpetuação de poder, durante o século XX. Logo, pode-se inferir, da assertiva do autor, que houve a aglutinação dos parceiros, mídia, FIFA, empresas e governo brasileiro, no intuito de alcançar seus respectivos objetivos de acúmulo de capital.

Nesse sentido, a Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 possui mercado e mídia globais, apresenta grande impacto econômico e social nas cidades-sede (positivos e negativos), mobiliza e emociona bilhões de pessoas pelo mundo todo, concentra elevada monta de recursos dos diferentes níveis governamentais brasileiros, que são empregados junto às empresas locais para a realização da infraestrutura necessária para abrigar o evento esportivo, exigidos pela FIFA e cobrados pela mídia internacional como fundamentais para receber o evento. Todo esse contexto leva a uma questão fundamental sobre os megaeventos: o que faz o megaevento esportivo tão atrativo, despertando tanto interesse em todos os setores da economia e sociedade? Horne e Manzereiter (2006) respondem que, sem dúvida, a maior atração são os possíveis e alardeados legados nos âmbitos social, cultural, ambiental, político, econômico e esportivo.

O planejamento, candidatura e realização de um megaevento esportivo exigem um investimento bilionário de verbas públicas do país anfitrião. Dessa forma, os possíveis impactos não podem estar restritos ao curto período de um mês da realização, por exemplo, da Copa do Mundo FIFA. Assim, para conquistar o apoio de governantes e da população em geral, é fundamental demonstrar, enfatizar e potencializar as possíveis consequências positivas dos megaeventos.

Dessa forma, os megaeventos esportivos apresentam supostos benefícios a todos os setores e contam com o consenso de todas as esferas da sociedade. Os legados são expostos

e trabalhados para a mobilização da opinião pública em favor de sua realização. Nessa perspectiva, são apressados, abreviados e antecipados os projetos e obras de infraestrutura, segurança, comunicação, mobilidade e outros, muitas vezes, em caráter de urgência, flexibilizando os trâmites legais de prazos e licitações, com a criação do Regime Diferenciado de Contratação.

Entretanto, Flyvbjerg *et al.* (2003) afirmam a não existência de estudos aprofundados sobre os empreendimentos, investimentos e consequências dos megaprojetos dos megaeventos. Certamente ocorre o mesmo com relação aos megaeventos esportivos, a exemplo dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo FIFA.

Portanto, como esses megaeventos esportivos exigem altíssimo investimento de recursos humanos, financeiros e físicos dos países-sede, devem ser realizadas avaliações mais precisas e detalhadas sobre o impacto social antes de candidatar-se a realizar os megaeventos. Assim, estudos que revelam os efetivos impactos e legados desses megaeventos esportivos são fundamentais, possibilitando manter o apoio da opinião pública, para, então, tornarem-se realizações mais democráticas e responsáveis (FLYVBJERG *et al.*, 2003).

As reflexões sobre os megaeventos esportivos podem fornecer *insights* e subsídios sobre três principais dinâmicas da sociedade contemporânea – globalização, mercantilização crescente e ampliação da desigualdade social (HORNE e MANZENREITER, 2006).

Costa (2002), também avançando para além do alcance mundial e a quantidade de espectadores, aponta para análise sociológica dos megaeventos esportivos, em razão de sua constituição como campo fértil de investigação de relações sociais complexas e paradoxais da sociedade moderna.

Andranovich, Burbank e Heying (2001) indicam, como aspectos sociais a serem observados nos estudos dos megaeventos esportivos, os fatores de exposição da cidade em contexto mundial. Para os autores, as cidades, também, se motivam a candidatarem-se a sediar os megaeventos como estratégias que oportunizam: (1) exposição midiática regional, nacional e internacional a baixos custos; (2) desenvolvimento de projetos em prazos definidos, em razão de os megaeventos esportivos apresentarem apelo popular e prestígio suficiente para forçar decisões rápidas; (3) e um aumento no turismo, atraindo outros eventos, negócios, ou mesmo novos residentes.

Segundo Maricato (2014, p.22), “as cidades são objeto fundamental do processo de acumulação de capital na globalização neoliberal, e os megaeventos constituem momentos especiais, potencializados, desse processo”. A autora entende que o consenso popular conquistado pelo poder público e pelas empresas em torno do apoio para a preparação do país

e das cidades em sediar os megaeventos esportivos inclui deixar as divergências e conflitos para outros planos.

As exigências, porém, impostas pelas instituições internacionais, a fim de satisfazer seus parceiros, segundo Oliveira (2014, p.31), “se adéquam à legitimação de medidas que viabilizam interesses locais e, desse modo, mantêm a disputa das cidades em movimento”.

De acordo com Villano e Terra (2008), usualmente também é assumido que os megaeventos trazem consequências futuras em termos de turismo, realocação de plantas industriais e investimentos externos. Nesse sentido, em muitas cidades, os megaeventos podem ser um “atalho” para conseguir um reconhecimento global por meio da exposição da mídia, o que pode ser bom para um destino turístico, caso o evento seja um sucesso, tornando-se uma cidade global (SASSEN, 1998), ou destrutivo, caso o evento possua falhas perceptíveis para todos os participantes: atletas, familiares, imprensa e torcedores. No entanto, Preuss (2008) sugere que também esses impactos são de difícil mensuração. O que se presencia, por vezes, é um acúmulo de inferências e projeções que não são, devida e necessariamente, acompanhadas por longo período após a realização do evento.

Estimativas ampliadas e exageradamente otimistas de geração de emprego e renda são comuns em megaeventos esportivos, porque os governos precisam justificar seus gastos com estádios e instalações esportivas e com a própria realização de megaeventos nas cidades.

Bourdieu (1983) comprehende o esporte como um meio potencial para as conquistas política e simbólica. A maximização de sua influência com a realização de megaeventos esportivos, devido ao desenvolvimento e alcance dos meios de comunicação, revela as principais razões em se tornar cidade-sede: criação e desenvolvimento de imagem global e exposição midiática regional, nacional e internacional. Evidencia-se, dessa forma, a força da relação esporte, espetáculo, mídia e política, na qual a televisão possui um papel central.

Assim, os megaeventos esportivos são excelente meio de as cidades criarem ou desenvolverem uma imagem de cidade global. O objetivo de alcançar o *status* de “cidade do mundo” é, geralmente, atingido com a associação ao megaevento esportivo, categoria que se incorpora futuramente, intencionalmente ou não, às características da cidade (ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2009). Isso demonstra, por exemplo, a concorrência de São Paulo por funções e espetáculos globais para estar entre as cidades que querem ser globais. “[...] Não são apenas uma oportunidade de ser a sede de um espetáculo global e, consequentemente, de reconhecimento internacional; eles também [megaeventos]

proporcionam uma oportunidade para negócios, transações imobiliárias” (SHORT, 1999, p.45, *apud* ANDREUCCI, 2015).

São Paulo, a maior cidade do país, com mais de 11,8 milhões de habitantes e responsável por 11,5% do Produto Interno Bruto do Brasil, não poderia, portanto, deixar de se candidatar para cidade-sede da Copa do Mundo FIFA e, consequentemente, para cidade-global (IBGE, 2015).

4.2 O megaevento Copa do mundo FIFA - Brasil 2014 e seus legados

A Federação Internacional de Futebol (FIFA) apresenta o megaevento esportivo – Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 – para o governo brasileiro planejá-lo, organizá-lo, produzi-lo e realizá-lo, agregado de possíveis valores e possibilidade de desenvolvimento econômico, social e cultural do país, com possibilidade da provisão de infraestrutura, melhoria do transporte, segurança e telecomunicações, resultados, impactos e legados consequentes da sua mercadoria (Copa do Mundo FIFA), que valorizam o megaevento como fator de desenvolvimento para o país; logo, justificam todos os esforços e investimentos do Estado na produção do megaevento esportivo.

Os resultados e as consequências dos megaeventos, geralmente, são, segundo Estender, Volpi e Fittipaldi (2011), a provisão de infraestrutura, os impactos econômicos e sociais, desenvolvimento cultural, a renovação ou criação da imagem da cidade por meio da mídia, particularmente da TV, dentre outros.

Os impactos dos megaeventos esportivos, entretanto, para Preuss (2008), vão muito além dos aspectos econômicos, estruturais e de comunicação: os megaeventos esportivos interferem, também, na cultura esportiva e no âmbito social do país-sede.

Todas essas possibilidades, aspectos, transformações e resultados que os megaeventos podem proporcionar as cidades-sede são denominados de legados²⁶, atualmente termo de senso comum. O sentido da palavra legado, na perspectiva do senso comum é entendido como algo que se recebe ou que se deixa para a posteridade, como sinônimo de herança. Preuss (2008) diferenciou impacto de legado: enquanto o primeiro ocorre apenas durante o período do megaevento esportivo, o segundo pode vir a surgir a partir do impacto

²⁶ Legado etiologicamente deriva do latim *legatus*, pode ser empregado em diversas situações, porque seu significado transita da nomenclatura dada a um representante do Papa, até o uso na área jurídica para determinar o patrimônio deixado em testamento, a herança (CARVALHO, 2013).

anterior. O impacto contínuo e de longo prazo que um megaevento esportivo proporciona para uma cidade, país ou cidadãos é entendido como legado.

Para Horne e Manzereiter (2006), existe consenso acadêmico geral sobre possíveis impactos dos megaeventos esportivos sobre os aspectos socioeconômicos, sociocultural, físico, político e outros. Entretanto, Preuss (2008, p.86) aborda a existência de vencedores e perdedores com a execução de megaeventos esportivos e adverte que “um ponto crucial para entender legado é entender que legado positivo para as classes mais pobres pode ser um legado negativo para as camadas mais ricas da sociedade”. Pode-se inferir dessa afirmação que o inverso seja verdadeiro, ou seja, um legado positivo para as camadas mais ricas pode ser um legado negativo para as camadas mais pobres.

Teoricamente, o legado implica várias dimensões, caracterizando-o como multidimensional. A partir da realização do evento, a cidade ou país tem um impacto e passa a contar com estrutura em seis áreas específicas – infraestrutura, conhecimento, imagem, emoções, redes e cultura – que propiciam mudanças de circunstâncias locais, que irá gerar novas possibilidades e novas demandas para o local, induzindo mais empregos, mais produção, mais impostos e viabilizando um benefício econômico de longo prazo, que consistirá no legado do megaevento (PREUSS, 2008).

Esse é o primeiro ponto que é de difícil compreensão para os não economistas analisarem e constatarem legados dos megaeventos esportivos, mas é importante para toda a população, pois são os inúmeros impactos indiretos que influenciam diretamente a vida dessas pessoas, principalmente no que diz respeito aos empregos. A aceleração da economia gera inúmeras oportunidades que, muitas vezes, parecem não ter nenhuma ligação com o megaevento em si, mas não aconteceriam sem ele (PREUSS, 2008).

Os legados podem marcar a história da cidade e de seus moradores, muito além da infraestrutura física, mobilidade e comunicação. As cidades dos megaeventos recebem vários legados que não podem ser observados concretamente e mensurados em números – são legados não materiais, como por exemplo, a cultura e a *expertise* em gestão. Desse modo, pode-se dizer que existem legados de dois tipos: os tangíveis que são toda a infraestrutura resultante do megaevento, suscetíveis a análises econômicas e de custo-benefício, ou seja, apresenta valor econômico para a cidade, com caráter concreto; e os intangíveis, referentes às conquistas nos aspectos culturais e sociais, cujos efeitos repercutem de modos diversos: às vezes, para legitimar mudanças, outras vezes, para lançar uma larga sombra sobre a cidade ou área associada a um projeto falho; portanto, não podem ser quantificáveis ou avaliados concretamente (POYNTER, 2007; RODRIGUES e BUENO, 2015).

Os efeitos de ambos os legados repercutem de modos diversos, com impactos positivos e negativos com a realização de megaeventos (PREUSS, 2008). Os positivos, por exemplo, são a modernização de aeroportos, estádios, meios de transporte e comunicação, entre outros; os aspectos negativos oriundos dos megaeventos esportivos podem ser, por exemplo, aumento dos impostos, obras inacabadas, gentrificação, déficit orçamentários e transtornos sociais envolvendo a sua realização. Assim, questiona-se quais os legados positivos e negativos da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014: quem são os vencedores e perdedores com a realização desse megaevento?

Os megaeventos não podem ser vistos como panaceia, entendidos como a solução para os problemas sociais e econômicos, mesmo sendo significantes na modernidade. Os megaeventos esportivos podem ser instrumentos de desenvolvimento. Entretanto, pela perspectiva espetacularizada, elitista e comercial, a realização do megaevento em si e o alcance de seus objetivos de lucro e acúmulo de Capital são a prioridade, e o desenvolvimento da cidade, a consequência, muitas vezes accidental (ALMEIDA, MEZZARDI e MARCHI JUNIOR, 2009).

Sediar a Copa do Mundo FIFA, o segundo maior evento esportivo mundial, é um investimento potencialmente caro e nem sempre (na grande maioria das vezes) com o legado projetado. Roche (1994) relata que os estudos, avaliações e planejamentos, realizados geralmente antes dos eventos, por empresas de consultoria tendem a focar e superestimar os benefícios econômicos e sociais que o megaevento em questão pode gerar. Por exemplo, na Copa do Mundo FIFA – África do Sul 2010, acreditava-se que os investimentos no megaevento gerariam rendas imediatas de US\$ 930 milhões de dólares (R\$ 1,69 bilhões de reais), derivadas do afluxo de 450 mil turistas. Entretanto, os valores foram superestimados: o país só arrecadou US\$ 527 milhões de dólares (R\$ 961 milhões de reais) dos 309 mil turistas que de fato lá entraram. Por outro lado, as rendas com a venda de direitos de transmissão dos jogos e *marketing* da FIFA ultrapassaram os US\$ 4 bilhões de dólares (R\$ 7,2 bilhões de reais) com a realização da Copa da África do Sul, rendimento esse de direito dos proprietários do evento, ou seja, da FIFA (PAULA e BARTELT, 2014).

Para analisar o superestimado retorno econômico com as projeções da Copa FIFA no Brasil, pode-se avaliar alguns números de Copas do Mundo FIFA anteriores, que demonstram a realidade do retorno financeiro imediato à realização do megaevento de futebol. Segundo estudo da Ernst & Young, consultoria que subsidiou a candidatura do Brasil à sede da Copa do Mundo FIFA, a riqueza gerada pela Copa equivaleria a 2,9% do PIB (Produto Interno Bruto) que, em 2013, segundo o Ministério da Fazenda do país, atingiu

R\$4,84 trilhões. Entretanto, dados internacionais demostram que o impacto do megaevento Copa do Mundo FIFA na economia costuma ser menor: o PIB dos EUA aumentou 1,4%, em 1994, o da França cresceu 1,3%, em 1998; o da Coreia, 3,1%; e o do Japão, 0,3%, em 2002. A Alemanha teve acréscimo de 1,7%, em 2006 (PAULA e BARTEL, 2014).

Segundo dados do IBGE (2015), o PIB do último trimestre de 2014 recuou -0,6% em comparação com o trimestre anterior e -0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, a Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 não chegou nem próximo do estimado – na verdade, a economia regrediu no país. O então ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a culpar a Copa do Mundo pelo baixo desempenho da economia, em razão da redução de dias úteis por causa do torneio (BBC BRASIL, 2014).

Os gastos de estrangeiros no Brasil, conforme o Banco Central do Brasil (2014), somaram US\$ 797 milhões de dólares no mês de junho de 2014, mês em que se iniciou a Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014. Esse valor com turismo, durante a Copa, ficou bem acima da média dos meses de junho de 2009 a 2013, quando os gastos dos turistas foram de US\$437 milhões. O mês de junho de 2014 foi o de maior arrecadação para o país com estrangeiros desde que começou a ser avaliado em 1947. Assim, fica explícito que ocorreu um aumento de US\$360 milhões em turismo no Brasil com o advento da Copa do Mundo FIFA.

Entretanto, não se pode afirmar que isso seja um sucesso de retorno financeiro para o país-sede, pois deve-se considerar que esse valor foi investido na construção de somente um dos estádios da Copa FIFA e o total na construção dos estádios superou a R\$ 8 bilhões. Segundo Maricato (2014, p.23), “o suposto legado que ficará no país como herança positiva tem mostrado muitos aspectos negativos nas experiências anteriores: obras monumentais sem utilidade, serviços que fogem à prioridade social, dívidas enormes”.

Os custos com a construção de estádios para sediar a Copa do Mundo FIFA vêm aumentando progressivamente. Conforme Paula e Bartelt (2014), a Copa da Alemanha 2006 teve custo de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões; na África do Sul, em 2010, R\$ 4 bilhões; e, no Brasil 2014, R\$ 8,5 bilhões de reais – mesmo assim, alguns países se candidataram a receber esse megaevento.

Para Pillay e Bass (2008, *apud* ALMEIDA, MEZZARDI e MARCHI JÚNIOR, 2009), os megaeventos têm sido promovidos com inúmeras promessas de desenvolvimento e diminuição da pobreza, que não são cumpridas. É necessário considerar que as análises iniciais de impacto econômico nem sempre fornecem dados suficientes para serem incontestáveis e confirmarem que o evento terá impacto positivo no país-sede. Dentre os motivos para que isso aconteça, pode-se citar a propagação de erros ao hiperestimar os lucros

e não dimensionar os custos de infraestrutura e operacionalização do megaevento e o equívoco no cálculo do efeito de substituição do turismo em detrimento de outras áreas do país, entre outros desacertos (PREUSS, 2008).

Exemplo de equívoco no planejamento financeiro pode ser explicitado pelo valor inicial previsto para a reforma ou construção dos 12 estádios utilizados na Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014, de R\$ 5,3 bilhões, que subiu 66%, desde janeiro de 2010. As mudanças de estádios, alterações das obras para atender as exigências da FIFA e os atrasos que acarretam em aumento dos preços finais contratados, elevaram o valor para R\$8,5 bilhões, dos quais R\$ 5,6 bilhões foram de responsabilidade do BNDES e dos governos estaduais – dois desses estádios, o de Brasília e de São Paulo, estão entre os dez mais caros do mundo. O preço médio das arenas brasileiras é de R\$ 665 milhões. Na Copa do Mundo FIFA -Alemanha 2006, cada obra custou, em média, R\$ 327 milhões (PORTAL2014, 2015).

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em cinco meses, entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012, o custo do conjunto de obras para a Copa – não só de arenas esportivas – subiu de R\$ 23,3 bilhões para R\$ 25 bilhões. O TCU consolidou as análises sobre as obras para receber a Copa do Mundo FIFA: no final, o montante de custos chegou a R\$ 33 bilhões, sendo os gastos públicos de R\$ 25,5 bilhões (JORNAL DO BRASIL, 2014).

Outros exemplos das incoerências dos estudos de viabilidade e lucratividade são o levantamento encomendado pelo Ministério dos Esportes à consultoria Consórcio Copa 2014 que estimou que os "impactos econômicos potenciais" do torneio chegariam a R\$183,2 bilhões até 2019 – dos quais R\$ 47,5 bilhões de "efeitos diretos" – como investimentos em infraestrutura e serviços ou gastos de turistas – e R\$ 135,7 bilhões de efeitos indiretos – que incluem, por exemplo, os ganhos dos fornecedores das construtoras responsáveis pelos estádios – e outro estudo, feito pela Ernst & Young, em parceria com a FGV, também em 2010, que estimou um impacto econômico semelhante: R\$ 142 bilhões movimentados até 2014 e a geração de impressionantes 3,6 milhões postos de trabalho. "A Copa vai produzir um efeito cascata surpreendente nos investimentos no País", dizia o estudo. A economia "deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores". Constata-se hoje que esses números e previsões estavam superavaliados e otimistas demais; os resultados demonstrados pela economia brasileira, em 2015, que beiram à recessão e o déficit orçamentário de mais de R\$50 bilhões, são fatos notórios de erros na avaliação dessas agências (PAULA e BARTEL, 2014).

Para Ribeiro (2008), há muitas dificuldades em se avaliar os efeitos econômicos e sociais dos megaeventos esportivos, ou seja, existem obstáculos para analisar os impactos dos legados tangíveis e ainda mais complexos para os intangíveis. Primeiramente, em razão da existência de incontáveis estudos e relatórios produzidos por acadêmicos e pelas instituições e empresas ligadas ao esporte nas últimas décadas. Os relatórios são sujeitos a possíveis exageros, ou mesmo à tendenciosidade quanto aos benefícios e legados desses megaeventos.

Conforme Dagnino (2002), as instituições do setor privado privilegiam a obtenção de acúmulo do capital e, nesse sentido, quando avaliam os legados, tenderão a hipervalorizar a realização do evento, exaltando possíveis lucros com as obras e organização do megaevento esportivo. Muitos desses relatórios são elaborados para clientes que estão se preparando ou apoiando uma candidatura à sede do megaevento esportivo. Mesmo quando estes documentos são produzidos pelo chamado setor, que se diz representativo da sociedade civil, ainda que dela sejam apenas uma parte, há uma possibilidade muito grande de que essas instituições também respondam aos interesses dos seus financiadores e acabem cooptadas pelos primeiros. Por fim, a falta de competência técnica e acesso às informações sigilosas dificultam a sociedade civil de produzir acompanhamentos fiáveis dos legados sociais.

Sobre os estudos de viabilidade, rentabilidade, lucro e legados dos megaeventos esportivos, Horne e Manzereiter (2006) afirmam que existe uma lacuna abissal entre as previsões dos benefícios e impactos positivos desses megaeventos com relação aos reais resultados e legados econômicos, sociais e culturais. Os megaprojetos de bilhões de dólares preveem a construções de aeroportos, pontes, túneis, transportes, estádios e edifícios, entre outros setores de infraestrutura. Por isso, muitas vezes, induzem os governos e cidadãos ao erro de compreender grandes legados e benefícios para o país ou cidade que os sedia. Assim, custos são subestimados, receitas superestimadas, impactos ambientais não são avaliados pormenorizadamente, e o desenvolvimento econômico é supervalorizado. Os jogos de poder, muitas vezes, são o que caracterizam o desenvolvimento de megaprojetos, e não o compromisso ideal com as necessidades e interesses da população.

Outro ponto a ser observado é que há relativamente poucos estudos realizados durante um período de tempo suficiente para se avaliar os efeitos do megaevento esportivo a longo prazo para a produção de legados. Atualmente, há muitas dificuldades em se avaliar os efeitos econômicos e sociais dos megaeventos esportivos e, especificamente, da Copa do Mundo FIFA, em razão da existência de diferentes tipos de estudos e métodos de pesquisas que, muitas vezes, não abordam os objetos de estudo em sua complexidade e/ou restringem o

tempo de análise do impacto do megaevento esportivo, não possibilitando a análise longitudinal (DACOSTA, et al., 2008).

Assim, a avaliação, registro e divulgação dos legados sociais dos megaeventos a longo prazo são uma lacuna a ser pesquisada, pois têm papel fundamental para a construção de cidades que garantem os direitos de todos os seus moradores, ou seja, uma cidade que respeite e cumpra com o direito à moradia, ao saneamento, à infraestrutura, à mobilidade urbana, à saúde e educação de qualidade, à cultura, aos serviços públicos, ao esporte e ao lazer, para todas e todos munícipes.

Além desse aspecto, há de se considerar que as cidades experimentam efeitos positivos e negativos tanto tangíveis quanto intangíveis, sendo praticamente inviável quantificar os intangíveis. Finalmente, quando cidades associam suas candidaturas para sediar a Copa do Mundo FIFA ou Olimpíada como um grande plano de regeneração ou desenvolvimento econômico, como por exemplo, Barcelona 1992, Sidney 2000, Atenas 2004, Pequim 2008 e Londres 2012, é difícil distinguir entre efeitos específicos relacionados à Olimpíada e aqueles que aconteceriam mesmo que o megaevento não ocorresse naquela cidade, mas que o poder público e a iniciativa privada realizassem investimentos para a recuperação e remodelação de determinada área.

Ribeiro (2008), na análise de alguns dos aspectos metodológicos dos estudos sobre legados, relata ser interessante distinguir entre custos financeiros e benefícios derivados da realização do evento – o impacto primário instantâneo relacionado aos Jogos – e os verificados na avaliação de mudanças econômicas e estruturais de longo prazo que derivam do investimento ocorrido na infraestrutura, transporte, telecomunicações, meio ambiente, instalações esportivas e habitação – o impacto secundário. Pode-se considerar que o impacto secundário, assim denominado por Ribeiro (2008), é o que Preuss (2008) conceituou como legado dos megaeventos, que é constatado depois de transcorrido um tempo da realização do evento esportivo.

Dessa forma, com a inexistência de estudos longitudinais e mais confiáveis que demonstrem garantias de legados positivos com a realização dos megaeventos esportivos em diversos países-sede (RIBEIRO, 2008), pode-se questionar se não seria, no mínimo, uma temeridade o Brasil ser anfitrião desses megaeventos esportivos – Panamericano 2007, Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas 2016 –, especialmente, devido às diversas prioridades e demandas da sociedade brasileira, como saneamento, saúde, educação, transporte e outros.

A realização dos megaeventos não seria uma roupagem para tentar demonstrar ou convencer o povo brasileiro de que o país se encontrava em um ciclo de desenvolvimento

socioeconômico, com a ampliação e melhorias de portos, aeroportos, estradas e estádios? Porém, quais os benefícios para a grande maioria da população? Continuaria a privilegiar as classes dominantes e a centralização do capital com os empresários? Ademais, levanta-se a hipótese de uso político com a demonstração do pseudodesenvolvimento socioeconômico.

A utilização do esporte como meio de promoção política dá-se de forma dissimulada (BOURDIEU, 1983). As possibilidades de ações de conversão do megaevento esportivo em capital político não são explícitas pelos governantes. Além de expor e evidenciar os políticos gestores das cidades e estados anfitriões da Copa constantemente na mídia durante o período próximo e de realização da Copa do Mundo FIFA, o megaevento proporciona lucro para as empreiteiras da construção civil, seus maiores aliados e financiadores de campanhas políticas. Almeida, Mezzadri e Marchi Junior (2009) ainda acrescentam que, nos megaeventos esportivos, nos países do hemisfério sul, são envolvidos os governantes (políticos) de altos cargos no desenvolvimento das ações necessárias para sediar os eventos, em razão da enorme preocupação de não falhar na organização e realização desses eventos – a velha e sempre presente síndrome de vira-lata dos países do sul.

Segundo Horne e Manzenreiter (2006), as políticas públicas de esporte, nos últimos 30 anos, foram desenvolvidas na perspectiva ideológica neoliberal e da globalização, que, consequentemente, alteraram a relação entre Estado e esporte. Assim, atualmente, muitos Estados fazem uso do esporte para fins não-esportivos, ou seja, como meio de desenvolvimento econômico e social, coesão nacional, liberalização econômica e política, manutenção do poder, propagação ideológica e outros.

Sobre as grandes e inúmeras obras necessárias para sediar a Copa do Mundo FIFA, Mules (1998) enfatiza os chamados efeitos de transbordamento associados à realização dessas construções exigidas pelas entidades organizadoras de megaeventos esportivos. Tome-se como exemplo os benefícios que podem propiciar a setores econômicos relacionados a sua ocorrência, representados pela elevação do nível de atividade em áreas, como a construção civil, hotelaria, alimentação, transporte, equipamentos e materiais esportivos e não esportivos. Há ainda benefícios que podem ocorrer em longo prazo, como a promoção de uma cidade ou região turísticas, o que fomentará o incremento de gastos turísticos.

Entretanto, na maioria das cidades do Brasil não ocorreram investimentos em hotelaria e em atrações turísticas, além das existentes naturalmente ou já estruturadas. A previsão era que apenas ocorresse uma substituição do tipo de turismo. Foi o que aconteceu, em São Paulo, por exemplo, maior rede hoteleira do Brasil e com ocupação de mais de 70% dos leitos rotineiramente, que simplesmente realizou uma pequena pausa no turismo de

negócios e recebeu os seis jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, não acarretando em incremento financeiro à cidade (SPTURIS, 2016).

Ainda sobre as possíveis formas ou tipos de legados, existem também, conforme Dacosta, Mazo e Rolim (2008), outras quatro grandes dimensões relativas ao impacto não econômico: a psicológica, a cultural, a social e a percepção dos respondentes com relação ao impacto econômico. Primeiramente, adentrando no impacto psicológico, encontra-se que este é composto pela satisfação em sediar um evento esportivo, na criação de um orgulho de pertencimento, no fato de que o esporte pode ser considerado como um denominador comum, na felicidade coletiva, na criação de uma identidade regional ou até mesmo local, e na formação de um orgulho cívico.

As manifestações de junho de 2013, durante a realização da Copa das Confederações da FIFA e, posteriormente, durante a Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014, demonstram que boa parte da população não se encontrava satisfeita com a realização da Copa, especialmente, com os gastos públicos com o megaevento. Além desse suposto orgulho ser efêmero e logo solapado pelos inúmeros problemas sociais que o país apresenta.

O impacto social seria composto pela melhoria da qualidade dos trabalhadores da região, em razão dos treinamentos necessários para a organização do evento esportivo; melhoria na qualidade de vida geral dos habitantes através dos altos investimentos em infraestrutura; a revitalização de bairros menos favorecidos que essa nova infraestrutura propiciará; e no fomento de espírito comunitário pelo fato de muitos moradores trabalharem como voluntários na organização do evento. Esses argumentos apresentados pelos autores, porém, são frágeis e muito contestáveis.

Os investimentos em infraestrutura poderiam e deveriam ser realizados independentemente do megaevento, ainda mais que muitos dos planejados como legados não serão construídos. A revitalização dos bairros causa a remoção de famílias de classes mais baixas para bairros ainda mais distantes, prejudicando a qualidade de vida desses moradores – esse fato corrobora a afirmação de Preuss (2000) de que existem vencedores e perdedores com a realização dos megaeventos.

Quanto ao trabalho voluntário para o desenvolvimento do espírito comunitário, é quase anedótica essa afirmação, pois se poderia organizar ações de voluntariado para limpeza e recuperação do meio ambiente ou assistência às pessoas viciadas em drogas, deficientes e outros, também na organização de atividades de lazer para crianças de classes populares e até mesmo para o atendimento e reforço escolar para melhorar a educação tão precária no país.

Em outras palavras, o trabalho voluntário não deveria ser explorado por uma instituição transnacional bilionária como a FIFA.

Outro impacto não econômico seria o cultural, composto pelo intercâmbio entre as mais diversas culturas decorrentes do alto número de turistas estrangeiros que são esperados na cidade-sede; fortalecimento da cultura local por meio de ações que visam apresentar essa cultura para os viajantes estrangeiros; fortalecimento do nacionalismo por meio da valorização dessa cultura; e reconhecimento por parte dos estrangeiros dos valores locais. A cultura brasileira é extremamente diversificada, rica e regionalizada, e o próprio brasileiro não conhece a diversidade cultural de seu país. Assim, promover o turismo interno já seria uma ótima forma de valorização cultural.

Com relação ao nacionalismo, questiona-se: não seria um fator de promoção do nacionalismo o que já ocorre com a participação da seleção brasileira de futebol nas Copas do Mundo FIFA, independente de localização, quando o país se veste de verde e amarelo e sai às ruas orgulhosamente e acriticamente comemorando os “feitos” do seu país?

O intercâmbio cultural vai ser mínimo, devido à barreira do idioma, já que uma parcela mínima da população brasileira domina outro idioma, e esses mesmos privilegiados (bilíngues) fazem turismo em muitos dos países participantes da Copa, ou seja, benefício para apenas uma classe social, a dominante. Também poder-se-ia pensar em outras formas de intercâmbio cultural com investimentos muito menores do poder público, como festivais culturais que são fomentados pela iniciativa privada, por exemplo, shows e espetáculos, como o Rock’in Rio, que são realizados por empresas de entretenimento e com pouco investimento público.

A última dimensão existente seria a percepção dos possíveis impactos propiciados pela realização do megaevento na cidade. A percepção seria mensurada tanto nos residentes, quanto nos turistas que presenciaram o megaevento *in loco*, e englobaria tanto os impactos econômicos quanto os não econômicos. Entretanto, essa avaliação poderia apenas captar o resultado, ou com muito esforço, o impacto, mas não o legado, pois este último, como assevera Preuss (2008), é resultante do impacto e constatado a médio e longo prazo.

Os legados, sejam tangíveis ou intangíveis, não são algo que deva se alcançar, um resultado acidental; ao contrário, devem ser entendidos em sentido progressivo de realização multiformes. Os legados – nem mesmo resultados positivos – não acontecem automaticamente para as cidade-sede de megaeventos esportivos (COAKLEY e SOUZA, 2013). Os megaeventos são período de mudanças, tempo de transição, ao buscar agregar os ganhos de legado *hard* – infraestrutura, reorganização e novos usos dos espaços urbanos e

novas atividades econômicas – com os ganhos dos legados *softs* – confiança, reputação, *status* e orgulho local –, sendo necessário um bom tempo para confirmar os legados *hard* e *soft* (POYNTER, 2007). “Legados *soft* tornam-se *hard* quando fatores positivos de estruturas de governança e de atitudes tipo: ‘é possível fazer’, evoluem para formar redes sociais favoráveis” (DACOSTA, MAZO e ROLIN, 2008, p.118).

A criação, planejamento e realização de legados específicos, como no caso do esportivo, e os resultados do desenvolvimento, são questões das relações de poder. As vozes particulares e as das instituições de pouco ou nenhum poder político e/ou econômico não são representadas nos processos de criação, organização, planejamento e licitação. Assim, não há possibilidade de definir, ou mesmo priorizar legados e objetivos de desenvolvimento, planejamento e implementação de políticas e programas, sejam sociais ou esportivos, como também estabelecer e atribuir fundos e, muito menos, avaliar o progresso para alcançar legados sustentáveis e desenvolvimento social.

Para Coakley e Souza (2013), os legados esportivos – que devem ser planejados antes mesmo da candidatura da cidade à sede –, geralmente, são a organização e consecução de novos projetos e programas esportivos, reforma e construção de espaços para a prática esportiva, investimentos em infraestrutura e materiais e a formação de capital social esportivo, que desenvolve a cultura desse setor e anima as comunidades.

Conforme Coakley e Souza (2013), caso a candidatura, o planejamento e a implementação não sejam transparentes, democráticos e inclusivos, as vozes da população das cidades-sede serão desconhecidas ou ignoradas. Ainda para Dagnino (2002), soma-se, como um dos principais impedimentos da participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas, o baixo nível de preparo técnico e conhecimento específico e de direitos, que afastam os cidadãos da participação democrática nas políticas de sua cidade.

Paiva e Rossetto Junior (2014) enfatizam a necessidade de participação social no planejamento de possíveis legados, ao afirmarem que, se as cidades-sede de megaeventos planejarem antecipadamente legados sociais e esportivos, terão maior probabilidade de colherem os frutos da intencionalidade. Na ausência, porém, de perspectiva de legado previamente planejado, a possibilidade de que ele ocorra é pífia, ou no máximo, idealística.

Segundo Dacosta (2008) e Filgueira (2008a), legados são produções organizadas, produzidas e deixadas pelas pessoas. O que determinará a amplitude dos benefícios e dos prejuízos, dos ônus e bônus, ganhos e perdas dessas produções será a conduta das pessoas que com eles se comprometam. A partir desse conceito, o planejamento e comprometimento com

a consecução do legado dependem exclusivamente das atividades humanas e não acontecem por acaso, naturalmente.

Preuss (2008) afirma que, para uma maior efetividade dos legados de um megaevento esportivo, é essencial que o planejamento de ações se inicie durante o processo de candidatura, destacando-se também a importância do processo de construção e intervenções, pois são nesses momentos que se definem as medidas obrigatórias (necessárias para que a competição possa ocorrer) e as medidas opcionais que possibilitam legados sociais e que estão atreladas ao projeto do evento, mas que não surgem por causa dele.

Um problema que aparece em várias pesquisas é a falta de planejamento consistente na implementação dos vários projetos e o seu gerenciamento (PREUSS, 2008). Almeida, Mezzadri e Marchi Junior (2009) corroboram as ideias de Preuss (idem) ao afirmarem que a dificuldade no alcance de objetivos está na falta de planejamento antecipado e ausência de discussão com o meio acadêmico sobre o legado efetivo. Os autores ainda enfatizam a necessidade de um planejamento consistente para potencializar os pontos positivos e neutralizar os negativos. Coakley e Souza (2013), por sua vez, são taxativos ao relatarem que legados e desenvolvimento não acontecem por acaso, devido a desejos ou crenças superestimadas do esporte. Para esses autores, os legados são resultados de processos políticos internacionais, nacionais e regionais, que começam já na preparação das candidaturas das cidades e continuam durante e após o megaevento.

Legado não quer dizer somente coisa boa: quer dizer apenas herança de algo realizado. Legados são produções deixadas por pessoas, e a conduta dessas pessoas é que determinará a extensão dos benefícios ou dos prejuízos. Portanto, para ocorrer legados positivos, deve-se planejar, trabalhar e organizar as ações antes até mesmo da candidatura à realização do megaevento esportivo. Assim, levantam-se os seguintes questionamentos: no Brasil, foram planejadas as medidas obrigatórias? Foram planejadas as medidas opcionais, que geram legado social e esportivo às cidades-sede? Foi realizado algum plano de legado para o esporte brasileiro, além da infraestrutura dos estádios para as disputas de alto rendimento?

As falas dos governantes e dos responsáveis pela realização da Copa do Mundo FIFA e da Olimpíadas no Brasil, escutadas nas inúmeras entrevistas e discursos, desde a candidatura das cidades-sede e repetidas cotidianamente até hoje, sobre os possíveis legados, focaram, geralmente, na mobilidade urbana – que mais atendem à especulação imobiliária e aos interesses privados –, nas telecomunicações, que poderiam ser desenvolvidos em parceria público-privado e independente da realização da Copa FIFA e nos estádios/arenas –

verdadeiros *shoppings* de consumo que mais afastam os torcedores do que atraem os consumidores.

Nos momentos de maiores críticas e protestos contra a realização da Copa do Mundo FIFA, em 2013 e 2014, começaram a surgir, por parte dos organizadores, políticos e gestores do megaevento, os frágeis discursos dos legados intangíveis da cultura e do orgulho nacional. Percebe-se claramente que não foram planejadas, antecipadamente, as ações nas cidades-sede para que se produzisse legado positivo para a maioria dos seus municípios, quanto mais para a sociedade brasileira.

As impressões superficiais da análise dos discursos dos gestores públicos e dirigentes esportivos, nas entrevistas midiáticas, foram comprovadas por Paiva e Rossetto Junior (2014) que, em pesquisa realizada nas doze cidades-sede, denunciaram a ausência de planejamentos antecipados de legados socioesportivos nas capitais estaduais investigadas. A participação ativa da população – desde o início da realização do levantamento de informações e possibilidades, e consequente discussão sobre o desejo e condições da população e da cidade em sediar as competições da Copa do Mundo FIFA, até a elaboração de possíveis formas de projetos que tragam legados sociais e esportivos positivos para potencializar as vantagens do megaevento esportivo – é inexistente, na maioria dos casos.

A análise de Paiva e Rossetto Junior (2014) ainda identificou a falta de controle e monitoramento de dados sobre as ações esportivas nas cidades e a necessidade de qualificação dos gestores esportivos, tanto públicos como privados, sobre o gerenciamento esportivo, políticas de esporte e das dimensões do esporte, explicitando, dessa forma, a dificuldade ou incompetência do poder público em planejar, qualificadamente, um legado de megaevento esportivo para o esporte.

Entretanto, quaisquer ações que envolvam o desenvolvimento dos legados tangíveis e intangíveis na realização de megaevento esportivo são elementos indissociáveis da política pública e da função precípua do Estado, qual seja, o de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade, especialmente, pelo vultoso investimento de recursos públicos no seu planejamento e realização. Essa deve ser a referência básica que suporta toda a estratégia de promoção de megaeventos e, por consequência, de seus legados.

A realização de megaeventos esportivos é, ao menos teoricamente, uma janela de oportunidades para alavancar o desenvolvimento do país, mas os políticos e aproveitadores de plantão sinalizam o desperdício dessa oportunidade pela ausência de planejamento dos aspectos obrigatórios e opcionais. Portanto, os megaeventos têm ligação direta com ações dos

agentes e gestores esportivos das instâncias do governo federal, estadual e municipal, ou seja, têm impacto direto nos gestores dentro do campo político – muitas vezes, ou em sua maioria, os resultados estão conectados com a imagem do gestor ou agente.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado, no caso dos megaeventos no Brasil, é que “ter a presença variada do setor público no planejamento de um megaevento não garante uma política mais pública” (BURBANK, ANDRANOVICH e HEYING, 2002, p. 195, *apud* ALMEIDA, MEZZADRI e MARCHI JUNIOR, 2009). Esse fato é evidente nos relatos de Paiva e Rossetto Junior (2014) sobre a não elaboração de planejamentos prévios de legados nas doze cidades-sede e muito menos da participação efetiva dos municíipes nas discussões sobre a recepção da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014.

O envolvimento da sociedade civil é fundamental para investigar e cobrar alternativas que gerem resultados para uma população mais ampla. Segundo Filgueira (2008a), os debates sobre os legados de megaeventos esportivos devem assegurar a garantia dos direitos à prática do esporte pelos cidadãos. No Brasil, de acordo com Filgueira (2008b), a construção de instalações para eventos esportivos de grande porte exige envolvimento, análise e gestão do setor público.

Na Copa do Mundo FIFA 2014, os recursos públicos correspondem a 85% do total investido para receber o megaevento, ampliando a necessidade de entendimento da população em face aos gastos públicos excessivos. Nessas circunstâncias e sob o ponto de vista dos direitos do cidadão, é importante que a população participe em todas as etapas, incluindo a decisão sobre a candidatura. Diferentes setores da sociedade civil precisavam estar representados nos comitês organizadores com direito de decisão, para que suas posições fossem consideradas e valorizadas. Ainda mais, é necessário garantir o direito à informação – que deve ser adequada e veiculada de modo que população possa tomar conhecimento dos acontecimentos desde o planejamento da candidatura até a execução do projeto final.

As questões que emergem são: qual foi a participação da sociedade civil na candidatura e no planejamento dos megaeventos esportivos no Brasil? Foi consultada, informada? Quem participou da elaboração do Plano de Ação dos legados da Copa 2014? Tem que se perguntar até se existem planos de legado. Quais serão as conquistas e perdas dos cidadãos com a realização dos eventos em sua cidade? A quais interesses atendem os megaeventos esportivos realizados no Brasil? Legado para quem?

Coakley e Souza (2013) ajudam a responder algumas dessas questões: os primeiros beneficiários dos supostos legados e desenvolvimento são as instituições cujas vozes foram representadas durante a preparação, programação e implantação de propostas,

planejamento inicial, alocação de recursos e outros. Os vencedores do legado, como determinou Preuss (2008), são os que conseguem influenciar o fluxo de capital associado ao megaevento – para estes, os benefícios são econômicos, políticos, etc. Para a população socialmente excluída e aqueles que não têm poder e acesso a recursos, os resultados e benefícios de um megaevento esportivo são raros – esses são os perdedores. Apesar de toda a população ser destacada na narrativa promocional do evento, esses perdedores apenas foram usados para ganho de apoio popular e suporte público para sediar o evento.

Os megaeventos esportivos são meios de as cidades e nações-sede justificarem e, publicamente, transferirem recursos públicos para o setor privado, especialmente, ao financiarem projetos que beneficiam aqueles que estão bem posicionados para acessar o capital necessário a fim de concluir os projetos e as obras do palco do megaevento próximo a sua realização. No caso da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, com as isenções e flexibilização das leis orçamentárias e de licitação, devido ao caráter de urgência das obras, a maior beneficiada foram as empreiteiras que passaram a cobrar quanto e como entendiam, e os corruptos do governo que receberam suas propinas em troca da contratação das obras com superfaturamento. Indicador do fato é que os maiores investidores na Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014 seriam, incialmente, na ordem, Caixa Econômica Federal (28,43%), a Infraero (22%) e BNDES (20,8%), porém, na prática, os investimentos do BNDES foram bem maiores, com o financiamento das obras para a expansão dos portos, os preparativos dos governos estaduais e municipais, e até com a recente privatização de três aeroportos brasileiros (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016).

Para Paula e Bartelt (2014), os grandes beneficiados com a realização dos megaeventos são as empresas, especialmente as construtoras que lucram com as obras; as patrocinadoras oficiais da Copa FIFA, que alavancam suas vendas atreladas à emoção do espetáculo esportivo; e as Redes de televisão, detentoras dos direitos de transmissão, que arrecadam com as cotas de patrocínio. A Rede Globo de Televisão faturou R\$1,438 bilhão com a comercialização da transmissão da Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014 (PROPMARK, 2014).

O futebol mercadoria e seu evento maior – a Copa – é montado para a realização do lucro das grandes corporações. Esta Copa já aconteceu e a FIFA S/A, a maior das corporações, já abocanhou seus lucros, assim como as empreiteiras, os bancos, as empresas publicitárias, os empresários que escalam jogadores no lugar de técnicos, já contabilizam seus lucros. Se vai ter jogo ou não é um detalhe (IASI, 2014, p. s/n).

A FIFA é a maior vitoriosa, pois é a instituição que mais lucra com o megaevento COPA do Mundo FIFA – responsável por 92% de suas receitas. A projeção inicial em 2012, segundo o Jornal do Brasil (22/03/2014), era arrecadar R\$ 7 bilhões, já em 2013, após a Copa das Confederações, a perspectiva era de R\$ 8,8 bilhões. De acordo com a Revista Placar (2014), o montante arrecadado pela FIFA chegou a R\$ 10 bilhões, ainda, sendo isenta de pagar, aproximadamente, R\$ 1 bilhão em impostos ao Brasil, ou seja, todos esses ganhos de Capital às custas do desenvolvimento social do Brasil.

A Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 produziu um derrame de dinheiro público inédito em nossa história, em benefício da FIFA e suas empresas parceiras, as quais têm controle absoluto sobre os acontecimentos, e cujos objetivos têm prioridade sobre as metas das cidades-sede e da Nação. Por exemplo, com apenas os R\$ 2,5 bilhões do ‘reajuste’ dos preços das obras em estádios – valor que corresponde a 37% de todo o gasto na Copa da Alemanha, em 2006(!) – seria possível: a) garantir 806,5 mil bolsas atleta para esportistas olímpicos ou paralímpicos (R\$ 3.100 por mês); ou b) construir 3.125 quadras poliesportivas cobertas (R\$ 800 mil a unidade); ou c) construir 46,3 mil casas ou apartamentos do programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ (média de R\$ 54 mil a unidade); ou d) construir 2,9 mil creches ou pré-escolas (R\$ 854 mil a unidade); ou e) construir 16,7 mil escolas rurais (R\$ 150 mil a unidade); ou f) 3,6 mil escolas de educação infantil (R\$ 691 mil a unidade); ou ainda, g) 700 escolas de grande porte (R\$ 3,57 milhões a unidade) (KFOURI, 2012).

As últimas concorrências e instância para promover os megaeventos esportivos são impulsionadas pelas aspirações e interesses de instituições e pessoas poderosas, que definem o desenvolvimento e o legado alinhados com perspectivas neoliberais – consequentemente, refletem suas vantagens e benefícios local, nacional e global. Mesmo quando participam pessoas bem-intencionadas, não representam a maioria da população da cidade ou país-sede, nem são susceptíveis a dialogar com as pessoas e nem se posicionarem a favor de quem não tem poder e nem recursos (COAKLEY e SOUZA, 2013).

Pode-se inferir, então, que os grandes vencedores dos legados da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 foram a FIFA e os dirigentes do esporte internacional e nacional e suas empresas parceiras, porque são vozes das tradicionais elites empresariais internacionais, gestores e dirigentes esportivos e empresários, especialmente da construção civil, com a assessoria dos interessados tecnocratas locais, que formulam os projetos para sediar megaeventos esportivos (CAPELA, 2006).

Quando falamos nas elites dirigentes do esporte internacional ou nacional, não estamos falando de dirigentes despreparados ou ingênuos, mas de atores de “políticas privadas e públicas” que há muito tempo são responsáveis pelos destinos do esporte internacional e nacional, os quais recebem críticas por se perpetuarem nos cargos; por estarem envolvidos em inúmeras mazelas difíceis de explicar; pela responsabilização pela inexistência histórica de políticas esportivas sérias que incluam nas suas elaborações e administrações os anseios de atletas e de representantes populares (SIMSON e JENNINGS, 1992, *apud* CAPELA, 2006, p.104).

As elites dirigentes do esporte moderno buscam perpetuar sua posição de liderança no campo esportivo na tentativa descomedida de estabelecer o “monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (BOURDIEU, 1983, p.142). Atualmente, na disputa entre agentes, dirigentes e instituições que têm o poder de classificar práticas esportivas, o COI e a FIFA são entidades detentoras desse monopólio. Com relação aos megaeventos, a percepção desse poder é evidente e clara quando os países, cidades, instituições nacionais e até mesmo a população se submetem a todas as exigências e encargos dessas organizações esportivas.

Com o subsídio teórico de Pierre Bourdieu, constata-se, mais claramente, que o esporte profissional, como dominante no Campo esportivo, busca uma posição de dominância e/ou autonomia também no metacampo do Estado, explicitando as intenções das relações que se estabelecem entre as entidades administradoras do esporte no país, notadamente o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o Governo Federal brasileiro. Uma posição de maior destaque para as ações dessas instituições tem sido dada após a “conquista do direito” a sediar os megaeventos de 2014 e 2016, com a promulgação de leis de incentivo, aporte de recursos, criação de programas de bolsa atleta, estabelecimento de parcerias e outras ações.

No momento da designação do Brasil como país-sede da Copa do Mundo FIFA, em 2007, alguns poucos esclarecidos da intelectualidade e jornalismo brasileiro contestavam a realização dos megaeventos esportivos no Brasil e foram, por causa disso, veementemente criticados. A sociedade, de maneira geral, apoiou e até comemorou a responsabilidade dada a poucos de organizar e custear a festa esportiva para o mundo (rico). Somente em junho de 2013 foram observadas manifestações contra a Copa do Mundo FIFA-2014, reivindicando “Hospitais e Escolas no padrão FIFA” e o *slogan* tardio e inútil de “Não vai ter Copa” – cartazes expostos nas passeatas e divulgados na mídia.

Para Coakley e Souza (2013), os possíveis legados esportivos que beneficiariam a maioria das pessoas da cidade-sede não são prováveis heranças dos megaeventos esportivos, e

os legados de esporte sustentável não são registrados a partir de megaeventos esportivos. O esporte na Austrália, por exemplo, declinou após as Olimpíadas de Sidney – 2000. O mesmo aconteceu após as Olimpíadas Vancouver - 2010, pois não foi constatada grande diferença de número de praticantes atribuível aos Jogos Olímpicos; em Londres 2012, apesar da previsão e meta dos governantes no documento de organização dos Jogos, também não ocorreu aumento significativo da prática de atividade física. Outros exemplos poderiam ser apresentados, todavia esses foram os eventos que traçaram objetivos no sentido de democratizar e ampliar o número de praticantes de esporte e, assim mesmo, não obtiveram êxito.

Os legados para o campo esportivo, referentes à Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, nem foram ventilados ou pensados, quanto mais planejados – basta escutar os discursos, analisar os projetos do poder público, verificar os orçamentos das secretarias de esporte ou educação. Dessa forma, o esporte, que é pígio no Brasil, cotejando-o com todas as potencialidades para o desenvolvimento do país, foi potencializador e dinamizador de várias áreas e setores do país, como a construção civil, telecomunicações, transporte e outras, mas continuará a ser relegado, abandonado, desperdiçado, sobrevivendo de algum resultado conquistado por um heroico atleta que esporadicamente surge. O legado dos megaeventos que sinalizava inúmeras possibilidades de desenvolvimento do esporte definitivamente não aconteceu.

Fomentar a educação esportiva com a construção de estruturas e equipamentos esportivos e implantação de projetos e programas esportivos educacionais que beneficiem a população é dever do Estado – especialmente do Estado que se propõe sediar um megaevento esportivo. Esse dever é fundamental para a garantia de direitos e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com a qualificação da educação e saúde – setores prioritários nas políticas públicas voltadas para a responsabilidade social e tão reivindicadas nas manifestações populares que aconteceram pelo Brasil há tempos.

A partir da análise das ideias dos autores relatados e discutidos anteriormente pode-se concluir que o legado ideal é o que consegue ser positivo em todos os aspectos: esportivo, econômico, social e ambiental. Porém, mesmo com planejamento, ter sucesso em todas as esferas e quesitos, já é algo bastante difícil ou quase impossível; na ausência de planejamento é pratica e literalmente impossível.

No processo de planejamento de megaeventos esportivos, estará sempre presente a negociação entre o tangível e o intangível; os aspectos econômicos e educacionais ou culturais estarão em conflito, ao propor o pós-uso, com a gestão das instalações projetadas e

construídas para megaeventos esportivos, como estádios, centros de treinamento, vias públicas, centro de telecomunicações, segurança e outros.

Fatores como localização, renda média, grau de instrução e ambiente cultural, aliados a uma política de esportes e lazer moderna e consistente, devidamente amparada por adequado suporte de legislação, são alguns dos fatores que influenciam nas opções e decisões técnicas a serem propostas para os projetos e planos de impacto e legado dos megaeventos esportivos.

A participação da sociedade no planejamento, organização e execução de megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA e Olimpíadas, portanto, são essenciais para um legado social e esportivo positivo, o que, infelizmente, não aconteceu no Brasil, apesar da recente criação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), e ainda orienta outras providências. Os objetivos são de aprofundar e aperfeiçoar a participação social como método da gestão pública, garantir instâncias permanentes de diálogo e incentivar a participação da sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas.

As vozes das ruas de junho de 2013, os gritos e protestos durante a Copa do Mundo FIFA em 2014 e as reivindicações das manifestações populares de 2015 devem ser ouvidas, respeitadas e valorizadas por toda a sociedade e, especialmente, pelos gestores públicos na elaboração das políticas públicas. Essas vozes mostraram também que a população não espera megaeventos para precarizar ainda mais a vida de todos. Os manifestantes reivindicam educação, saúde, justiça e moralidade, aspectos impactados quando fomentado e potencializado o esporte – entretanto, este é sempre renegado a segundo ou terceiro plano.

Quando acontece a candidatura de uma cidade para a realização de um megaevento, seja ele em qualquer área ou dimensão – cultural, religiosa, tecnológico, esportivo, entre outras –, parece razoável imaginar que um dos legados previstos seria imediatamente a cidade eleita fomentar, de maneira maciça, a adoção de tal cultura/costume vinculado ao evento.

No caso de um megaevento esportivo, há de se considerar que, a partir da definição da cidade eleita, a população seria, indiscutivelmente, estimulada a praticar mais esportes, adotar um estilo de vida ativo e incorporar as atividades de lazer e esportivas ao cotidiano da metrópole.

Quanto à sustentação econômica para a implantação de política pública de esporte, com a criação de um sistema nacional de esporte, é da esfera política conciliar os tangíveis benefícios econômicos com os intangíveis objetivos sociais da prática esportiva. Assim, demonstra a imprescindível necessidade e obrigatoriedade do poder público, em conjunto com a sociedade civil organizada e setor privado, planejar antecipadamente Planos de Ação de Esporte democráticos e inclusivos, que utilizem a infraestrutura construída para os megaeventos, oportunizando esporte para todos e todas e ampliando o legado esportivo e social ao melhorar a educação, saúde e qualidade de vida dos municípios.

Todavia, os interesses do poder público brasileiro com os megaeventos são diferentes. Segundo Ferreira (2014), a grande importância para o governo brasileiro com a realização da Copa FIFA e as Olimpíadas foi no âmbito político-eleitoral, uma vez que iria ver sua imagem abrillantada ao conseguir sediar os megaeventos esportivos, que aloca a cidade e o país-sede na vitrine do mundo. Em outras palavras, a realização dos megaeventos esportivos no Brasil foi eleitoreira, sendo utilizada para demonstrar o “sucesso” econômico do país a poucos meses da eleição presidencial. Exemplo disso está no fato de a Presidente Dilma Rousseff, respondendo aos protestos das ruas antes do início do megaevento e ao “não vai ter Copa”, iniciar campanha com o “Vai ter Copa e será a Copa das Copas”, claramente buscando alterar o sentimento da população com o megaevento em ano de eleições presidenciais (expressão oral da Presidente em discurso em rede nacional).

Para projetar imagem de país líder na região, com segurança para os negócios e a pretensão de expor-se na figura de estadista do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, na época da definição do Brasil como sede da Copa, em seu discurso na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA, pronunciou:

[...]estamos aqui assumindo uma responsabilidade enquanto nação, enquanto Estado brasileiro para provar ao mundo que nós temos uma economia crescente, estável, que nós somos um dos países que está com sua estabilidade conquistada. Somos um país que tem muitos problemas, sim, mas somos um país com homens determinados a resolver esses problemas (*apud* PAULA e BARTELT, 2014, p.153).

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em discurso, em 2008, de apoio à candidatura do Brasil às Olimpíadas, demonstra a busca de firmar-se como liderança na América Latina, ao pronunciar que a candidatura não era de “um país terceiro-mundista na busca de um espaço junto aos chamados países desenvolvidos”, reiterando que o Brasil “não é um paizinho qualquer”, já que “em qualquer quesito [...] está entre os 10 maiores países do mundo”. Ainda afirmou que os Jogos simbolizam a humanidade, e seu regulamento não

estipula que “são para serem jogados nos países ricos” (LULA DA SILVA, 2008, p.6). Para Lopes (2014, p. 42), a competição esportiva “fornecer o contexto para a exibição de qualidades nacionais que nos campos econômicos e políticos ocupam ainda lugar periférico e subalterno”.

Segundo Almeida e Marchi Junior (2014, p.21), sediar os megaeventos esportivos fez parte da política externa brasileira durante o governo Lula, no intuito de tornar-se uma liderança na América Latina e de ampliar o poder em nível mundial, em razão de ser “objeto de disputa entre países e que, no caso dos países “eleitos”, é um espelho, uma lente ou um simulacro para a exibição internacional”. Para os autores, a candidatura para os Jogos Olímpicos, em diversos momentos, se apresentou a partir de uma intenção ou confirmação de governos nacionais que buscavam demarcar sua presença e seu poder como uma liderança regional – são os casos de Tóquio 1964, Cidade do México 1968, Seul 1988, Sidney 2000 e Atenas 2004.

A assertiva de Almeida e Marchi Junior (2014, p.22) explicita o nexo entre a realização de megaeventos esportivos e a política internacional brasileira:

Sendo assim, as Relações Internacionais e os megaeventos esportivos convergem para uma infinidade de possibilidades na compreensão do interesse de países em sediar tais eventos. Mais do que as alternativas tradicionais de mostrar o poder econômico, o *hard power*, as realizações de tais eventos possibilitam enviar mensagens mais sutis e amigáveis (*soft power*) que tendem a afetar as percepções das pessoas e das empresas, gerando interesse em turismo e investimentos. Tal estratégia se coloca como a opção mais evidente para os países emergentes que buscam se posicionar como potências, considerando a grande desigualdade já demarcada no cenário internacional com a liderança dos Estados Unidos em *hard power*. Não por acaso, percebe-se o interesse de países, como a China, Rússia, Brasil e Índia em sediar os megaeventos esportivos [...]

O caráter internacional dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo FIFA, com os interesses de mídia e das audiências, torna esses eventos valiosas oportunidades para promoção local ou internacional de cidades e países (HORNE e MANZENREITER, 2006).

Os volumes de dinheiro, negócios, poder e política é tão grande em torno da Copa do Mundo FIFA, que os setores público e privado trabalham juntos e se coadunam com a FIFA, em parceria, possibilitando a alteração de leis, flexibilização da legislação, facilitação e prorrogação de prazos e outros, a fim de gerar uma crescente mercantilização do espaço, com acúmulo de capital e poder pelos envolvidos. Também, observa-se não só a cooperação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário do país para corresponder às exigências da FIFA, como também a política partidária ser colocada de lado com a união dos governos federal,

estadual e municipal para o cumprimento de metas e prazos estipulados pela entidade proprietária do futebol mundial.

O governo brasileiro, em todas as esferas de poder, curvou-se às determinações da FIFA e CBF, mas os interesses político e financeiro dos políticos brasileiros respaldavam e forçavam o país sujeitar-se às regras impostas externamente. Os políticos lucraram com a imagem vinculada à realização do grande evento e as obras realizadas, com recursos oficiais e ilegais para campanha oriundos de doações das empreiteiras contratadas para as grandes obras, como divulgados pela Operação Lava Jato da Polícia Federal que descobriu fraudes e corrupção nas obras da Copa do Mundo FIFA, com propinas distribuídas pelas construtoras para políticos, gestores públicos e fomento de caixa dois de campanhas políticas.

A partir de 2013, sobraram críticas e faltaram adeptos para defender a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, asseverados e acalorados pelas manifestações, passeatas e protestos contra a Copa e reivindicando melhorias das condições de vida para os brasileiros. Até mesmo a mídia e a imprensa esportiva, que lucram com o evento, demonstraram sua deceção com o megaevento. A FIFA nunca foi tão criticada, revelada e ameaçada na realização da Copa, que passou a se inserir nos protestos contra a globalização. Os sentimentos dos manifestantes revelam que a FIFA é um símbolo do capitalismo, e a Copa do Mundo, um espetáculo do *show business* da indústria cultural (LASSANCE, 2014).

Inicialmente, somente eram contra os megaeventos esportivos no Brasil os setores de esquerda da intelectualidade acadêmica, mas, com as manifestações contra a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, por milhares de pessoas em diversas cidades do país, os setores empresariais e midiáticos que festejavam os negócios motivados pelos megaeventos, também demonstraram preocupação com a qualidade da educação, da saúde e transportes, repetindo o *slogan* de rápida aceitação: “Imagina na Copa” (FERREIRA, 2014).

Paula e Bartelt (2014) indagam como os países com déficits na garantia de serviços e direitos básicos à população, como saúde, educação, transporte e outros, podem investir enormes quantidades de recursos em um megaevento esportivo sem garantia de legados significativos.

Algumas dessas demandas da sociedade brasileira poderiam ser contempladas no caso de aproveitar os megaeventos e suas grandes obras e investimentos públicos e planejar, estruturar e realizar ações e projetos relacionados aos eventos esportivos, mas com objetivo de originar legado esportivo para todos os cidadãos, que visasse à democratização e à garantia de acesso ao Esporte e ao Lazer. A prática esportiva pode contribuir para a reversão do quadro de injustiça e vulnerabilidade social que caracteriza a sociedade brasileira, uma vez que o

Esporte e o Lazer atuam como instrumentos de educação integral (valores, emocional, físico e mental), promoção da saúde, integração comunitária e o aprimoramento da consciência crítica (FILGUEIRA, 2008a).

Capítulo V

Políticas públicas de esporte

As políticas públicas, ou pode-se dizer, a função que o Estado desempenhava, no século XVIII e primeira metade do XIX, eram focadas na segurança pública e na defesa externa de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia e a maior participação e reivindicações da sociedade, as responsabilidades do Estado se ampliaram.

Desde a segunda metade do século XIX, os governos apresentavam vários meios de intervenção na vida social, mas, na segunda metade do século XX, ocorreram grandes alterações nas políticas públicas, que ampliaram a complexidade de definição, devido ao surgimento de variadas formas de políticas, governos e participação popular.

As mudanças da sociedade ao longo da história, especialmente no século XX, denominado por Hobsbawm (1995) como o século das conquistas dos direitos sociais, passaram a exigir ampliação de programas de garantia. As alterações políticas e econômicas ocorridas com o surgimento de sociedades capitalistas e comunistas, determinaram o número e formas de intervenção governamentais. Também, a diversidade de grupos sociais que surgiram no final do século XX, constituíram novas categorias de sujeitos e se institucionalizaram, com movimentos sociais mais numerosos, como os estudantis, feministas e culturais, que reivindicavam e demandavam ações específicas do poder público. Atualmente, parte-se da hipótese de que, “a política pública, muitas vezes, é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas ou não planejadas, que envolve o Estado, mas não apenas ele” (STAREPRAVO e MARCHI JUNIOR, 2015, p.2).

Sobre o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, “é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para tanto, ele necessita desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente” (SEBRAE/MG, 2008, p.5). As demandas dessas áreas são estabelecidas a partir da organização de parte da sociedade que tem consciência de determinadas esferas e exige suas garantias. Todos esses fatores transformam e diversificam as políticas públicas e, consequentemente, seu conceito (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2013).

5.1 Políticas públicas: conceito

Políticas públicas não apresentam um conceito unânime, em razão da dificuldade de delimitação e entendimento das suas instâncias (públicas, privadas ou governamentais), desde o que são, quem determina sua demanda, bem como os métodos para sua implementação. Políticas públicas são definidas e praticadas historicamente, e as diferentes sociedades têm distintos padrões de políticas, seja em como conceber, realizar, financiar e investir, ou nas necessidades e problemas da população, que acabam por determinar diferentes definições.

Dessa forma, inicialmente, se faz necessário compreender separadamente os termos política e pública. O termo política tem origem no grego *politikos*, uma derivação de *polis*, que faz referência à cidade, ao que é urbano, civil, público, inclusive ao que é social e sociável; relaciona-se com aquilo que diz respeito aos interesses da população e ao espaço público. Segundo Dworkin (2002, p.36, apud NUNES e CUNHA, 2014, p.7), política é

[...] aquele tipo de padrão que estabelece um objetivo a ser alcançado, em geral uma melhoria em algum aspecto econômico, político ou social da comunidade (ainda que certos objetivos sejam negativos pelo fato de estipularem que algum estado atual deve ser protegido contra mudanças adversas).

Política é, portanto, a ciência, a arte, o método e o ato da governança e da negociação para compatibilizar os diversos desejos e demandas em várias esferas da população de um referido Estado.

Compreende-se o termo público quando é cabível à condição de uso universal, ou seja, que possibilita o acesso irrestrito e generalizado da população. No entanto, não basta que sejam criadas condições de acesso. É igualmente importante que haja um processo verdadeiramente democrático, que a administração das propostas e ações permita rotatividade de gestores e membros deliberativos e executivos, comprometidos com os interesses públicos, em detrimento de vantagens ou *benesses* privadas que possibilitem maior representatividade do conjunto de ideias sociais em que a população diretamente relacionada/atendida/beneficiada possa acompanhar, caso queira, os objetivos, resultados, metas, cronogramas e orçamentos. Assim, garante-se a visibilidade e controle social, aumentando sobremaneira a probabilidade de que seja alcançado o equilíbrio entre o que se pretende, o que efetivamente se realiza e os recursos disponíveis para que se mantenha sustentável (WANDERLEY, 2013).

Pode-se até inferir, apressadamente, ao analisar os significados e sentidos de política e público de forma fragmentária, que o uso do termo política pública é um equívoco, pois seria um pleonasmico, uma vez que, a partir do entendimento da definição isolada de política, ela só pode e deveria ser e acontecer quando concretizada de forma pública. Entretanto, as intervenções estatais são complexas, dinâmicas e multifocais; logo, as políticas se constituem em uma forma de exercício do poder mesmo em sociedades democráticas, algumas vezes não se relacionando diretamente com o aspecto público.

Sendo assim, são relatadas as definições, entre os diversos autores, aquelas com maior comprometimento para promoção de políticas públicas mais democráticas. Para Grau (1997, p.21), as políticas públicas estariam relacionadas “às ações com fins públicos de acesso a toda a população”. Howlett e Rameshe (1995, p.4) procuram esclarecer o que seria fins públicos em sua definição: “Políticas públicas é tudo aquilo que o Governo decide ou não fazer para atender necessidades da sociedade”. Para Giovanni e Nogueira (2013, p.26), devido à presença da política pública no cotidiano da sociedade brasileira, formou-se consenso entre a população, políticos, acadêmicos e mídia, que a entendem da seguinte forma: “políticas públicas seriam intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas”. Os conceitos relatados são básicos na medida em que caracterizam, em linhas gerais, o que imaginam de políticas públicas.

Entretanto, com as alterações ocorridas na segunda metade do século XX, nos aspectos chaves da política pública, esses conceitos se mostraram restritos e incompletos. Primeiramente, pelo alargamento da capacidade de planificação e planejamento da administração governamental; posteriormente, pelo avanço na estrutura de poder, com coexistência de poderes e vigências de direitos de cidadania, que modificaram as ações e distribuição de poder do Estado. Finalmente, a ampliação das situações problemáticas, pela disseminação na sociedade de capacidade de problematizar, reivindicar a formulação de agendas públicas para o exercício da cidadania. A partir dessas modificações das lutas por direitos e por distribuição de poder, Giovanni e Nogueira (2013) propuseram um novo entendimento de políticas públicas:

As políticas públicas são um tipo específico de ação política. Em termos ideais, são manifestações avançadas da racionalidade dialógica e democrática que tipifica o mundo moderno, contrastando, nesse particular, com outras formas e estruturas. Podem conviver com essas outras formas e até mesmo combinarem-se com elas, mas são algo particular, dotado de lógica própria (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2013, p.27).

Pode-se inferir que a palavra “política” associada à pública, estabelece um conjunto de ações do poder público, mediante uso de leis, programas, linhas de financiamento e outros, com objetivo de intermediar suas relações com a sociedade. As políticas públicas são “sistematizações de ações do Estado voltadas para a consecução de determinados fins setoriais ou gerais, baseadas na articulação entre a sociedade, o próprio Estado e o mercado” (PIZZOLATTI, 2001, p.172, apud NUNES e CUNHA, 2014, p.7). Assim, pode-se afirmar que política pública consiste em deliberar quem decide o quê, quando, como e para quem e, ainda, refletir as consequências.

Políticas públicas são grupo de decisões em sequência a partir de conjunto de pressupostos políticos, conceituais e administrativos inter-relacionados tomados por segmento político, que objetivam a consolidação de valores para resolução de um problema ou questão de interesse da população de ordem econômica, tecnológica, social, educacional ou ambiental – solução essa estruturada e formulada em diretrizes, programas, planos, ações e atividades. A seleção de objetivos e meios de atingi-los são desenvolvidos pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos e ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania para um seguimento social, cultural, étnico ou econômico. São exemplos de políticas públicas no Brasil, a educação, a saúde e o esporte – direitos universais de todos os brasileiros, assegurados e instituídos pela Constituição Federal de 1988.

Para Pires (2008), a política pública é planejada e desenvolvida a partir de um lugar específico por estruturas legais e institucionais, como síntese das conquistas dos movimentos sociais, caracteriza-se como política de sólida base popular e democrática, garantidor de direitos de cidadania.

Outro ponto para entendimento de política pública é a distinção entre política de Estado e política de Governo. Conforme Höfling (2001), Estado é o conjunto de instituições, como órgãos legislativos, judiciário e executivos, exército, polícia e outras, que possibilitam o funcionamento do Estado por meio de um ordenamento legal. Desse modo, uma política de Estado se baseia no ordenamento legal que pauta a política de longo prazo; é duradoura e é formulada pelo consenso político e pela sociedade civil, ou seja, leis, programas e outras que não podem ser alteradas ou substituídas facilmente, porque não basta a perspectiva ideológica do partido que se encontra no poder ou demandas emergências que surgem etc.

A política de governo, por seu turno, constitui-se em conjunto de programas e projetos elaborados e propostos pelo governo vigente e sociedade, que se configura como

ação política de determinado governo, que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período tempo. Conforme Pires (2008, p.173),

as ações de governo também podem ser pensadas e implementadas a partir de pensamentos idealistas dos burocratas de plantão da máquina pública, sem tomar como referência as demandas originadas dos movimentos sociais [...], sem a perspectiva de democratização de bens e serviços, da diminuição das diferenças sociais, política, econômica e cultural.

Portanto, semelhantes às ações e políticas implantadas para sediar a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014.

As políticas públicas podem ser pensadas e formuladas pelo poder executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, com propostas da sociedade civil, em seus diversos seguimentos. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas é assegurada em leis. A Constituição Federal de 1988 garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal – é o chamado controle social. Essa participação pode ocorrer por meio de diversos canais. Os mais comuns são os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos Estados e Municípios (Conselhos de Assistência Social, de Saúde, de Educação).

A Lei Complementar nº. 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, garante a participação da sociedade, quando determina:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

No sentido de ampliar, aprofundar, aperfeiçoar e legitimar a participação social nas políticas públicas, como método de gestão, o Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014 institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

Também foi construído o Compromisso Nacional pela Participação Social, um acordo entre os governos federal, estadual e municipal que define diretrizes para a promoção da participação social como método de governo, com o objetivo de fortalecer os mecanismos e instâncias de diálogo entre Estado e sociedade civil, visando consolidar a democracia participativa no país.

As iniciativas pretendem garantir instâncias permanentes de diálogo e incentivar a participação da sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas, favorecendo um maior grau de aderência social a essas políticas e contribuindo para o aumento da transparência e da eficácia da administração pública. A sociedade, portanto, pode participar da elaboração de políticas públicas, mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional, assim como por meio de audiências públicas, encontros e conferências setoriais, que são formas de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social.

De acordo com as Leis, todas as esferas do poder público e os diferentes níveis da administração pública são obrigados a assegurar a participação popular. Portanto, é uma obrigação do Estado e um direito de a população participar ativamente das políticas públicas, que demonstram as alterações no campo político e social, adquirindo mais transparência, democracia e engajamento popular.

Para Pires (2008, p.175), as políticas públicas para o esporte devem nascer no interior de movimentos sociais, “privilegiando os sujeitos historicamente constituídos e não somente seus aspectos pertinentes ao poder ou de Estado, no que diz respeito ao esporte enquanto prática social pertinente à política social [...].” Logo, o Estado deve ouvir a sociedade civil organizada, de forma atenta e respeitosa, para planejar as políticas públicas de esporte.

As leis e decretos sobre a participação popular na elaboração de políticas são posteriores à candidatura do Brasil aos megaeventos esportivos, mas, provavelmente, se já existissem antes das candidaturas, não garantiriam a possibilidade de participação efetiva dos cidadãos nas discussões sobre os megaeventos esportivos. O fato é que a população não foi consultada em nenhum momento – desde a pretensão do Estado nacional em sediar a Copa do Mundo FIFA e depois as Olimpíadas, depois das candidaturas das cidades-sede para a Copa do Mundo, quando houve disputas entre as cidades brasileiras –, muito menos nos projetos de planejamento de ações de estrutura e possível legado da Copa do Mundo FIFA e das Olimpíadas.

A discussão sobre megaeventos nunca foi ventilada com as instituições e atores esportivos, como se constata nos temas, objetivos e registros das três Conferências Nacionais de Esporte, que foram, de 2004 a 2010, o maior fórum de debates sobre o esporte no Brasil, com etapas municipais, regionais, estaduais e nacional.

5.2. Políticas públicas de esporte no Brasil

As políticas públicas de esporte devem ser pensadas e instituídas para muito além de intervenções sazonais, pontuais ou ações fragmentadas, com intuito de viabilizar eventos esportivos, fomentar treinamentos especializados, acolher demandas específicas da sociedade ou propagar os benefícios da prática esportiva. Segundo Proni (2014), a política pública de esporte constitui em estruturas administrativas duradouras e abundantes, no sentido de política de Estado, com ordenamento legal, planejamento profissional e estratégico de longo e médio prazo, leis e mecanismos de financiamento, avaliação de programas e projetos e, ainda, com diretrizes e códigos públicos estabelecidos em comum com os atores²⁷ do Campo esportivo (atletas, esportistas, clubes, federações, secretarias estaduais e municipais, associações, ONGs, sindicatos e outros).

Para o autor, as políticas públicas precisam criar, estruturar e gestar, democraticamente, sistemas complexos de esporte que direcionam o funcionamento das entidades esportivas, aproximam e relacionam as manifestações esportivas (educacional, lazer e alto-rendimento) e fomentam a prática esportiva, com a estruturação e manutenção de espaços, aquisição e conservação de equipamentos e elaboração e execução de programas esportivos para todos e todas. Assim, garantir-se-ão os direitos do cidadão e demandas da população brasileira, conforme constata-se na compreensão das leis brasileiras e do conceito de política pública.

Entretanto, Proni (2014) relata que o esporte é secundário na agenda política, apesar de os governantes propagarem em seus discursos e campanhas que as políticas de esporte são fundamentais à população quando tem objetivos na esfera educacional, da saúde e da assistência social. No Brasil é insignificante o orçamento da pasta do esporte, nos âmbitos federal, estadual e municipal, além de serem pastas sempre gestadas pelo partido de menor expressão da coligação e dirigidas por políticos sem grandes poderes perante a política e o governo. Esses aspectos comprovam o parco recurso destinado ao esporte, que fragiliza o poder dos órgãos públicos esportivos na esfera política e, também, demonstram o descaso

²⁷ No processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontramos basicamente dois tipos de atores: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil). Os atores estatais são aqueles que exercem funções públicas no Estado, tendo sido eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (os políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos (que operam a burocracia) (SEBRAE/MG, 2008, p.8).

com a democratização, com a universalização do esporte e a efetiva garantia de direito do cidadão brasileiro.

A Constituição Federal do Brasil (1988), influenciada pelo impacto da adoção e propagação pela UNESCO, da Carta Internacional de Educação Física e Esporte que estipulou o esporte como direito de todos, determina o esporte como direito social do cidadão, especificamente no Artigo 217. Posteriormente, a garantia do direito foi regulamentada por leis de 1996 e subsequentes, como a Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé).

A Constituição Federal não solucionou as questões do Campo esportivo, mas, ao menos, legalizou o esporte nacional, que favoreceu a viabilização de políticas públicas para resolver algumas demandas. A partir da legalidade do direito ao esporte, deslumbrou-se uma nova estrutura esportiva. Entretanto, avanços efetivos para o Campo esportivo e os cidadãos brasileiros ocorreram posteriormente, com o estreitamento da relação entre Estado e sociedade.

A chegada do PT ao Governo Federal, mesmo que limitada pelas alianças ao centro e dele, à direita, acenou para a possibilidade de assunção do postulado contra-hegemônico da indicação de parâmetros para que a democratização do Esporte (e da liberação do lazer de seu jugo) pudesse ocorrer e ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira (CASTELLAN, 2011, p.106).

Na busca da democratização e garantia de direito ao esporte, foi institucionalizado o Ministério do Esporte, pela Medida Provisória n.103, de 1º de janeiro de 2003, pelo governo do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, que assim constituiu órgão federal para administrar exclusivamente o esporte brasileiro. Conferindo ao esporte *status* de ministério exclusivo e permanente, pela primeira vez no país, indicando que o governo dedicava suposta importância a esse campo.

Até então, o esporte pertenceu há outros Ministérios ou Secretarias. Por exemplo, a partir de 1937 pertenceu ao Ministério da Educação e Cultura e na década de 1990 muda para a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Em 1992 passa ao Ministério da Educação e em 1995 ao Ministério de Estado Extraordinário dos Esportes. A partir de 1998 vincula-se ao Ministério da Educação e do Desporto e de 1999 até 2002 ao Ministério do Esporte e Turismo (NUNES e CUNHA, 2014, p.5).

Conforme o texto da lei que cria o Ministério do Esporte, em 2003, constituem as competências do recente Ministério:

- a) política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

- b) intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
- d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte (BRASIL, 2003).

Percebe-se que a instituição do Ministério do Esporte tem como foco principal a democratização e promoção do esporte, não a realização de grandes eventos esportivos ou as disputas internacionais. Apenas pode-se cogitar em sediar megaeventos esportivos se esses eventos forem entendidos como fatores de desenvolvimento e promoção do esporte. Porém, como já relatado neste estudo, os megaeventos esportivos são promotores da comercialização da mercadoria esporte a seus consumidores e acúmulo de capital para as instituições promotoras, e não para o estímulo a formação de novos praticantes e esportistas.

A partir de então, o Ministério do Esporte, entregue à direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na figura do Ministro Agnelo Queiroz, detentor do menor orçamento entre todos os ministérios do governo Lula, passou a ser o responsável por construir e instituir a Política Nacional de Esporte. Assim, precisou articular-se e estabelecer parcerias com outros Ministérios, União, Estados, Municípios e, também, com políticos, sociedade civil organizada e a iniciativa privada, uma vez que a consonância dessas instituições para efetivar e consolidar o processo de forma democrática e contínua a fim de concretizar uma política de Estado para o esporte brasileiro é fundamental. (NUNES e CUNHA, 2014). Conforme a Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005 (BRASIL, 2005), o esporte deve ser entendido como uma “política de Estado com vista ao desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural, da cidadania, da autodeterminação de seu povo e com vista à defesa da soberania do país” (BRASIL, 2005, p.129).

A instituição do Ministério do Esporte, ainda mais em um suposto governo popular do Partido dos Trabalhadores (PT), criou expectativas de mudança no Campo. Os atores esportivos mais progressistas ansiavam por alterações nas políticas de esporte, que não abordassem superficialmente o esporte e lazer como direitos sociais e não mais favorecessem o esporte espetáculo, em razão de seu potencial ideológico, político e econômico (MELO; HUNGARO e ATHAYDE, 2015).

A criação do novo Ministério do Esporte acarretou, inicialmente, alguns avanços quanto à regulamentação e democratização do esporte. A organização e hierarquização do Ministério consistia em: Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Esporte Educacional

(SNEED); Secretaria Nacional de Esporte de Alto-rendimento (SNEAR); Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL); Consultoria Jurídica; Gabinete do Ministro; além de um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Esporte. Essa organização reflete uma estrutura organizacional que demonstra, ao menos, a intenção de fomentar os esportes em todas as dimensões e manifestações.

O novo órgão governamental, com a estrutura de gestão proposta para o esporte nacional, e os discursos dos governantes, primeiramente, evidenciaram a preocupação com a garantia do direito ao esporte como lazer e educação. Uma política nacional de esporte “abrange todos os tipos de esportes, da recreação à competição, e visam beneficiar a todos os brasileiros, em especial, aqueles social e economicamente excluídos” (BRASIL, 2003, p.1), de acordo com os estabelecidos no documento “Uma Política Nacional para o Esporte”. As políticas de esporte, inicialmente, favoreceram o fomento e a ampliação de financiamento aos programas e projetos em esporte educacional, participação e de alto rendimento, com o estabelecimento de leis de incentivo, participação nas loterias e outras formas de fomento (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2014).

A Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2003, p. 37-9) determina oito diretrizes de ações: 1) universalização do acesso e promoção da inclusão social; 2) desenvolvimento humano; 3) ciência e tecnologia do esporte; 4) promoção da saúde; 5) paz e desenvolvimento da nação; 6) desenvolvimento econômico; 7) gestão democrática: participação e controle social e 8) descentralização da política esportiva e de lazer. Essas diretrizes têm caráter democrático, uma vez que entende o esporte como fator de educação, saúde e desenvolvimento e reconhece o direito de todos os cidadãos às práticas esportivas, seu controle e dever do Estado a sua universalização.

O Ministério do Esporte passou a desenvolver uma série de ações e políticas esportivas, organizadas em programas, documentos, eventos e projetos. A Secretaria Nacional de Esporte Educacional preocupava-se com o sistema educacional e a inserção do esporte como meio educacional, ao criar e priorizar o Programa Segundo Tempo (2003), programa estratégico do Governo Federal cujo objetivo era democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

Em 2011, o Programa Segundo Tempo passou a funcionar em parceria com o Ministério da Educação, sendo desenvolvido junto ao Programa Mais Educação – consequentemente com diminuição de verbas destinadas pelo ministério ao programa.

Também foram criados, no Ministério do Esporte, outros programas de caráter socioeducativos, como o Pintando a Cidadania (2003) e Programa Recreio nas Férias (2010), estes com menor abrangência, investimentos e repercussão de resultados.

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – espécie de reduto do PT no Ministério, tendo dois titulares durante os governos Lula da Silva/PT: o professor da UNICAMP, Lino Castellani Filho e, a partir de 2006, a ex-secretária de Esportes de Porto Alegre, Rejane Rodrigues (MELO; HUNGARO E ATHAYDE, 2015) – responsabilizava-se por programas relacionados ao esporte como lazer e também ao financiamento de grupos de pesquisa, eventos científicos, publicações de livros e periódicos. Essa Secretaria instituiu o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) (2003); Jogos dos Povos Indígenas (2003); Rede Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (CEDES) (2005); Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME (2005) e o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2010).

A Política Nacional do Esporte consolidou-se pela implementação, através do Ministério do Esporte, do Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) e o Programa Segundo Tempo (PST), programas reconhecidos pela ONU, acarretando destaque internacional com relação às políticas públicas do país. Enquanto o Programa Segundo Tempo intentava “democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades a serem realizadas no contraturno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania”, o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC) objetivava

[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças e exclusão social a que estão submetidas. Também objetivava “proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvam todas as faixas etárias, incluindo as com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias (BRASIL.ME, 2005, s/p).

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento cuidou das políticas do esporte profissional e, posteriormente, responsabilizou-se pelos grandes eventos esportivos, cabendo à gestão do Programa Bolsa Atleta (2005), Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva) (2005), Olímpiadas Escolares (2005) e do Calendário Esportivo Nacional.

A Secretaria Executiva – a cargo de Orlando Silva Junior que, depois, tornou-se Ministro do Esporte – gerenciava a Conferência Nacional de Esporte (2004), Lei de Incentivo

ao Esporte (2006), Pintando a Liberdade (2003), Praça da Juventude e praças esportivas do Programa de Aceleração do Crescimento (2011).

Por meio da Secretaria Executiva, no início do segundo ano de Governo, o Decreto Presidencial, de 21 de janeiro de 2004, instituiu e convocou a sociedade civil, instituições e atores esportivos para a I Conferência Nacional de esporte, em 2004, cujas discussões promoveram a formulação e deliberação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o país. Posteriormente, em 2006 e 2010, houve mais duas conferências nacionais de esporte. Segundo o decreto, os objetivos da realização das Conferências foram: “[...] democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes” (BRASIL, 2004).

As Conferências Nacionais de esporte foram organizadas e realizadas na mesma lógica das outras temáticas, como saúde, educação, assistência social etc., sob responsabilidade do Governo. Essas conferências foram precedidas por etapas municipais, regionais e estaduais, nas quais discutiram-se temas e aspectos relativos à Conferência Nacional. As etapas Municipal e Regional elegeram delegados e propostas para a etapa Estadual, que selecionava delegados e propostas para a Nacional. Na etapa Nacional, desenvolveram-se os debates a partir das contribuições e texto básico originados das etapas anteriores, consubstanciando em espaço consultivo e deliberativo das políticas públicas.

Os debates, nas diferentes instâncias, contaram com envolvimento de organismos da sociedade civil, clubes, federações, ONGs, sindicatos, associações, Conselho profissional e com representantes do bloco no poder. Os delegados Nacionais, que tinham direito à voz e a voto nas Conferências, apesar da participação de outros convidados e palestrantes, tiveram as despesas de transporte, estada e alimentação custeadas pelo Ministério do Esporte (CASTELAN, 2011).

A I Conferência Nacional de Esporte foi realizada em junho de 2004, em Brasília, com o tema o Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, reunindo delegados representantes do esporte nacional – gestores, acadêmicos, juristas, dirigentes, treinadores, atletas, entre outros – a fim de contemplar todas as dimensões e manifestações esportivas. Assim, essa Conferência representou um marco na democratização da Política Pública de Esporte, especialmente, no sentido de começar a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Os debates que ocorreram na I Conferência Nacional de Esporte foram norteados por quatro princípios, que têm relação com a garantia do “esporte e lazer como direito de cada um e dever do Estado” (BRASIL, 2005):

1. O do projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa população.
2. O do reconhecimento do esporte e lazer como direitos sociais.
3. O da inclusão social, compreendido como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer natureza.
4. O da gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (BRASIL.ME, 2005, p.s/n).

Nota-se, portanto, que os princípios estão em consonância com a Constituição Federal no sentido de garantir a democratização das práticas esportivas e da gestão pública e contemplar a diversidade das manifestações esportivas e a inclusão social e esportiva. Os conceitos de esporte, atividade física, saúde, lazer e política pública, balizadores das discussões, demonstram a aproximação com a área progressista da Educação Física, por meio não só da ampliação da cultura esportiva e superação da monocultura futebolística, democratização e transparências de informações e legislação, como também de mecanismos de participação e controle popular, até na gestão de Confederações, Federações, Clubes e Associações.

Nessa Conferência, levantou-se também, a necessidade e emergência de criação do Sistema Nacional de esporte, que possibilitasse a gestão e fomento de todas as dimensões e manifestações esportivas. Mas, os maiores destaques das discussões e de maior peso político foram a construção da Política Nacional do Esporte e a proposta de criação da Lei de Incentivo ao Esporte, formalizada, posteriormente, pela Lei 11.438/2006 (CASTELAN, 2011).

Além de representar um salto de qualidade com relação aos pressupostos apresentados no documento “Uma Política Nacional de Esporte de 2003” (MELO, HUNGARO E ATHAYDE, 2015), a Conferência gerou um documento atrelando as políticas de esporte e lazer, acatados como direitos sociais, ao compromisso de reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social, alertando, ainda, para o equívoco em compreender o esporte e o lazer como meios de solucionar ou desviar a atenção de problemas sociais e, também, sobre os aspectos positivos e negativos do esporte (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a I Conferência Nacional de Esporte (BRASIL, 2004) ressaltou que “[...] o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão ‘esporte social’, [...] que vem funcionando como uma categoria a mais” (p. 9), indicativo da, inicial e superficial, preocupação do Ministério do Esporte com o que denominou de inclusão social via esporte.

Realizada a I Conferência, o Ministério do Esporte atualizou o documento “Uma Política Nacional para o Esporte, 2005” (BRASIL, 2005) – que ressalta a ação articulada entre Ministério do Esporte e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com vistas a possibilitar “[...] o financiamento de projetos sociais por meio de incentivo fiscal legal” (BRASIL, 2005, p. 15) –, possibilitando aos chamados projetos esportivos sociais receberem recursos por meio do Fundo Nacional para a Criança e Adolescente (FNCA) – a partir da Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Evidencia-se, dessa maneira, um primeiro passo do Governo Lula no processo de democratização e ampliação da prática esportiva, como se pode verificar no documento elaborado em 2005 – mas que ficou no discurso e intenção:

Em um país de tantas desigualdades sociais e com escassos recursos financeiros, é preciso otimizar, capacitar pessoas, introduzir tecnologia e, fundamentalmente, imprimir transparência às ações. [...] A nossa tarefa é grande. Significa passar da informação para a ação. Transformar princípios e diretrizes em ações concretas que garantam a milhões de brasileiros acesso às atividades esportivas. Crianças, jovens, adultos e idosos. Atletas ou não, saudáveis ou doentes, deficientes ou não, de qualquer raça, ricos ou pobres, homens ou mulheres. Enfim, a todos os cidadãos brasileiros (BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. Política Nacional do Esporte, 2005, p.23).

Observa-se que a I Conferência Nacional do Esporte impactou a formulação dos documentos do Ministério do Esporte, como a Política Nacional do Esporte (2005) e a II Conferência Nacional do Esporte e influenciou a elaboração de algumas leis de fomento ao esporte. Porém, ao analisar o balanço financeiro executado, ao longo dos quatro anos do primeiro Governo Lula, pelo Ministério do Esporte, constata-se que as deliberações da I Conferência se restringiram a demarcar alguns documentos, mas sem ações práticas e de democratização do esporte nacional, tanto na gestão e controle, como também na garantia do direito à prática.

Constata-se, na Tabela 1, que os investimentos em esporte de alto rendimento e Pan Rio 2007 (evento de esporte espetáculo) somam, no primeiro mandato de Lula, 43,84% das verbas do Ministério do Esporte, muito próximo do montante dos investimentos em esporte educacional (Projeto Segundo Tempo) e esporte de participação ou lazer (Projeto Esporte e Lazer na Cidade) que, somados nos quatro anos, atingem 53,09% do orçamento do

Ministério do Esporte no período. Essa informação, porém, contraria o artigo 217 da constituição que prioriza os recursos para o esporte educacional, pois o Programa Segundo Tempo recebeu durante os quatro anos apenas 15,58%, abaixo do PELC e do Projeto Rumo ao Pan 2007.

Tabela 1: Distribuição de recursos pelo Ministério do Esporte no período 2004-2007

Programa\anos	2004	2005	2006	2007	Média
Brasil no Esporte de alto rendimento	4,04%	7,86%	3,10%	4,69%	4,68%
Esportes de criação nacional e de identidade cultural	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
Inserção social pela produção de material esportivo	5,08%	3,12%	2,69%	1,48%	2,36%
Rumo ao Pan 2007	17,36%	1,61%	37,29%	54,89%	27,78%
Segundo tempo	19,53%	31,19%	18,36%	8,94%	15,58%
Esporte e lazer na Cidade	53,28%	55,32%	37,52%	29,52%	37,51%

Fonte: Portal da transparência (2014).

Os recursos investidos revelam que os quatro princípios norteadores da Primeira Conferência Nacional, que sinalizavam para a inclusão social, democratização e garantia de direitos ao esporte, não foram observados na estrutura, especialmente, no fomento do esporte nacional, que continuou estruturado na lógica piramidal do esporte de alto rendimento, elitista, excludente, não coadunando com uma sociedade democrática e justa, bem diferente da atual realidade esportiva brasileira. Verifica-se, ainda, que a gestão mistura o dinheiro público com a ação de entidades de direito privado, como as federações, clubes e outras, nada transparentes ou democráticas, que objetivam o desenvolvimento do esporte espetáculo e o consequente benefício próprio com a mercantilização e espetacularização do esporte.

Dado seu forte potencial mercadológico, o esporte é um dos fenômenos sociais mais afetados pelo processo de mercantilização, tornando-se um produto altamente rentável e amplamente explorado pela indústria esportiva e midiática. Contudo, os principais atrativos do esporte aos olhos do grande capital, ou seja, sua rápida e lucrativa comercialização constitui, simultaneamente, o principal obstáculo para sua vinculação aos direitos sociais e uma das principais barreiras a serem transpostas pelas políticas sociais ligadas ao setor (ATHAYDE, 2011, p.199).

A manifestação esportiva de alto rendimento ou espetáculo é a que mais se adequa à lógica mercantil e, portanto, mais apropriada e explorada pelas instituições esportivas e

empresas que detêm o capital cultural, econômico e político do esporte. Modelo de esporte vinculado aos seus maiores e melhores produtos, os grandes e megaeventos esportivos, são amplamente difundidos pela mídia como promotores do esporte. Assim, pode-se afirmar que se trata do modelo hegemônico no âmbito da sociedade atual, constituindo-se, ao longo da história brasileira, o padrão balizador das políticas públicas de esporte, contrários aos pressupostos de inclusão, democracia e combate à desigualdade que norteavam os debates da I Conferência Nacional de Esporte.

Em 2006, o Ministério do Esporte promoveu a II Conferência Nacional de Esporte, cujo tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” teve o intuito de discussão aprofundada e uma reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando debater a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (BRASIL, 2006b). Os documentos anteriormente produzidos pelo Ministério do Esporte, da Conferência anterior e Política Nacional do Esporte, pronunciamentos presidenciais e documento produzido pelo I Fórum do Sistema Nacional do Esporte e Lazer (2005) eram todos concernentes a este objetivo (CASTELAN, 2011).

Neste fórum foram discutidos alguns temas relacionados à estruturação do Sistema Nacional do Esporte – como a “relação entre esporte e lazer, entre esporte e educação e entre público e privado” (BRASIL, 2006c) – cujo objetivo era abranger a totalidade de ações, atores e políticos do Campo esportivo (MELO; HUNGARO e ATHAYDE, 2015). Os documentos deliberavam sobre a necessidade de instâncias de discussão que favorecessem a participação popular, como Conselhos, Conferências, Fóruns e Câmaras Setoriais, entre outros, mantendo viés de corresponsabilidade do cidadão na formulação das políticas públicas de esporte.

A II Conferência Nacional de Esporte estabeleceu quatro eixos estruturantes dos debates: i) estrutura (organização, agentes e competências); ii) recursos humanos e formação; iii) gestão e controle social; e iv) financiamento (PRONI, 2013). Depois de aclamar a necessidade de universalização do acesso ao esporte e lazer no Brasil e de discutir a estrutura que compõe o Sistema Nacional de Esporte e Lazer²⁸, sua organização, agentes e

²⁸ O Sistema Nacional do Esporte – que recomendava a criação de pastas específicas para o esporte e lazer em Estados e Municípios no sentido de fomentar e democratizar a prática esportiva – compreende as manifestações de esporte educacional, participação e alto rendimento, “não excludentes entre si, articulados de forma equânime, em uma estrutura aberta, democrática e descentralizada”, indicando o fim do sistema esportivo piramidal, excludente e que atende unicamente as perspectivas do esporte de alto rendimento. (CASTELAN, 2011). Esse Sistema foi idealizado a partir do regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios, enfatizando a municipalização. O sistema deveria promover a articulação, integração, promoção e estabelecimento de parcerias entre os órgãos estatais e as instituições da sociedade civil (MELO, HUNGARO e ATHAYDE, 2015).

competências, a II Conferência estabeleceu que o Sistema Nacional de esporte deveria ser aberto, plural e descentralizado, capaz de articular instituições, entidades e organizações esportivas – públicas, privadas e do terceiro setor – que oferecessem a prática esportiva em âmbito municipal, estadual e federal, também com representantes dos profissionais da área e usuários (STAREPRAVO; MEZZADRI e MARCHI JUNIOR, 2015).

Um dos pontos principais decididos na II Conferência Nacional de Esporte foi a proposta que subsidiou a lei de incentivos fiscais para os esportes, Lei 11.438/2006, sancionada em 29 de dezembro de 2006, que vigorou até 2015 e foi renovada até 2022 pela Lei 13155/2015 – instituída com o objetivo de estimular a prática esportiva, por meio da dedução fiscal de pessoas físicas e jurídicas, mediante doações e/ou patrocínios para programas esportivos das diversas manifestações, embora os projetos precisem ser aprovados pelo Ministério do Esporte. Conforme o capítulo I, artigo 1º, as deduções de impostos ficam limitadas: I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% do imposto devido (Redação dada pela Lei n. 11.472, de 2007); II - relativamente à pessoa física, a 6% do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual.

A principal proposta do eixo “Financiamento”, segundo Castelan (2011) foi a criação de Emenda Constitucional que garantia a vinculação de receita tributária em 1% das verbas da União e 1,5% das verbas de Estados e Municípios, o que até 2016, ainda não ocorreu. O texto final também expressou a necessidade de redistribuição de recursos provenientes de loterias, para garantir a equidade desses recursos às diversas manifestações esportivas. Isso demonstra o descontentamento dos participantes da Conferência com a distribuição de recursos que privilegiava o esporte de alto rendimento, com maior aporte financeiro para as Confederações e federações esportivas, responsáveis pela gestão dessa manifestação esportiva. Tal procedimento, na verdade, é histórico na política esportiva do país e se perpetua até os dias atuais.

A Tabela 1, reapresentada a seguir para facilitar a visualização dos dados, demonstra a distribuição desequilibrada de verbas pelos programas do Ministério do Esporte, durante o período (2004-2007), ocasião na qual se realizaram as duas primeiras Conferências Nacionais de esporte, que apresentaram princípios e objetivos de inclusão e democratização do esporte, mas que o repasse de recursos aos programas das diferentes manifestações esportivas revela o contrário.

Tabela 1- Distribuição de recursos pelo Ministério do Esporte no período 2004-2007

Programa\anos	2004	2005	2006	2007	Média
Brasil no esporte de alto rendimento	4,04%	7,86%	3,10%	4,69%	4,68%
Esportes de criação nacional e de identidade cultural	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
Inserção social pela produção de material esportivo	5,08%	3,12%	2,69%	1,48%	2,36%
Rumo ao Pan 2007	17,36%	1,61%	37,29%	54,89%	27,78%
Segundo Tempo	19,53%	31,19%	18,36%	8,94%	15,58%
<u>Esporte e Lazer na Cidade</u>	<u>53,28%</u>	<u>55,32%</u>	<u>37,52%</u>	<u>29,52%</u>	<u>37,51%</u>

Fonte: Portal da transparência (2014).

Em 2004 e 2005, existia a prioridade de fomento na democratização do esporte, com maior aporte de recursos nos Programas Segundo Tempo e Programa Esporte e Lazer na Cidade, respectivamente, vinculados às Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) e Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL). A partir de 2006, nota-se uma mudança de investimentos, passando a aumentar os investimentos no Rumo ao Pan. Já em 2007, observa-se clara prioridade para as ações relacionadas ao Pan, em detrimento dos outros programas. “A execução orçamentária sofreu impacto, particularmente em 2007, pois além dos contingenciamentos rotineiros, foi dada **compreensível** prioridade aos Jogos Panamericanos, prejudicando, assim, outros programas” (BRASIL, 2008) (grifo do autor).

As ações para realização do Pan no Rio de Janeiro receberam mais verbas que o esporte educacional (PST) durante os quatro anos. A alteração da prioridade de investimentos foi arquitetada e implementada de cima para baixo, desrespeitando as determinações das duas Conferências e da própria Constituição Federal, pelos setores e gestores do Campo Esportivo, pois os mesmos tinham interesse em política de megaeventos esportivos – ou seja, os vencedores do legado, conforme aponta Preuss (2008). O texto final aprovado na II Conferência Nacional do Esporte, no mesmo sentido da primeira, ratifica o esporte e o lazer como direitos sociais e norteia-se pelos princípios da democratização e inclusão social (CASTELAN, 2011).

Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente

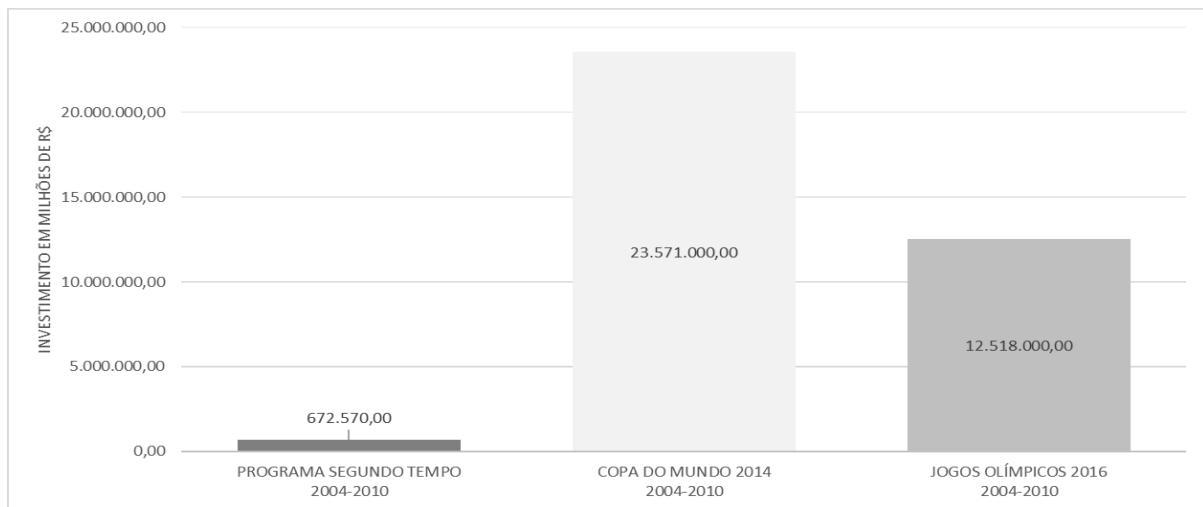
eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas (BRASIL, 2006a).

Através da análise das deliberações das duas primeiras Conferências, percebe-se que foram semelhantes e seguiram uma mesma linha de coerência, que era focada em democratizar as práticas de esporte e de lazer no Brasil (CASTELAN, 2011). Entretanto, pode-se inferir que as propostas não se efetivaram na prática, como se observa na gestão de políticas públicas de esporte, dos anos referentes ao período das duas Conferências, como também nos posteriores em que o foco no esporte de rendimento é ainda mais ampliado e, consequentemente, reflete-se na distribuição de recursos para os diferentes programas, priorizando os megaeventos esportivos e o esporte espetáculo.

O Ministério do Esporte redirecionou as ações próximas ao Pan Rio 2007: a agenda que antes apresentava um discurso da democratização da prática esportiva foi, posteriormente, voltada para os megaeventos esportivos, revelando a virada na postura governamental. Essa política se consolidou, em 2007, com a confirmação do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, e, em 2009, com a confirmação dos Jogos Olímpicos de 2016 (ATHAYDE, 2011).

Os investimentos do Ministério do Esporte entre os anos 2004-2010 demonstram a inconsequência orçamentária do governo e o paradoxo com as diretrizes da política esportiva, definidas nas duas primeiras Conferências e discursos dos governantes: o investimento de recursos do Ministério, no período entre 2004 e 2010, no Programa Segundo Tempo (Esporte Educacional), foi de R\$ 672.570,00, na Copa do Mundo 2014, o montante foi de R\$ 23.571.000,00 e, nas Olimpíadas Rio 2016, a importância de R\$ 12.518.000,00 (ATHAYDE, 2011).

Gráfico 1- Investimentos do Ministério do Esporte de 2004 - 2010



Fonte: Athayde (2011)

Os gastos em esporte, no período de 2004-2010, explicitam a inegável priorização nos Megaeventos esportivos e no esporte espetáculo em detrimento ao esporte educacional e, consequentemente, o descaso aos programas de acesso e democratização do esporte, com caráter e objetivos educacionais e sociais, como o Programa Segundo Tempo.

O “pulo do gato de Lula” no esporte foi ofuscar sob o manto da grandiosidade da conquista dos Megaeventos Esportivos o arrefecimento do conteúdo social do esporte. Para essa conjuntura, Lula, o PT e o Ministério do Esporte - amparados pelas entidades esportivas - souberam maximizar e manobrar o ufanístico orgulho nacional e capital simbólico envolvido na conquista dos grandes eventos esportivos (ATHAYDE, 2011, p.205).

A III Conferência Nacional de Esporte ocorreu em Brasília, de 3 a 6 de junho de 2010, com a participação de representantes de mais de três mil municípios, de todos os estados brasileiros, cuja prioridade foi a formulação do Plano Decenal de Esporte e Lazer, a fim de estabelecer metas e ações para o desenvolvimento esportivo (PRONI, 2013). Na afirmação do Ministro do Esporte, dever-se-ia “estabelecer ações e metas exequíveis que no intervalo de dez anos **deve colocar o país entre as dez maiores potências esportivas do mundo**” (BRASIL. Ministério do Esporte, 2010) (grifo do autor).

As etapas estaduais computaram participação de 220 mil pessoas, sendo realizadas 440 etapas municipais, 350 regionais e 650 etapas livres em sete meses de mobilização nos 26 Estados e no Distrito Federal, resultando na presença de 1,5 mil pessoas na etapa nacional (CASTELAN, 2011). Vale ressaltar que essa Conferência aconteceu apenas

em 2010, desrespeitando uma deliberação instituída no próprio espaço da II Conferência, que havia aprovado uma frequência bienal.

A III Conferência Nacional de Esporte apresentou tema discordante dos temas das conferências anteriores, revelando uma virada de propósito da política esportiva nacional. Na I Conferência, em 2004, o tema foi “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” e a II Conferência, em 2006, definiu-se como tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. A III Conferência apresentou para discussão o "Plano Decenal de Esporte e Lazer" que, subordinado ao slogan "Por um time chamado Brasil", foi construído a partir de metas e ações em torno de "10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais" (BRASIL, 2014).

As Conferências anteriores não debateram e registraram nada sobre os megaeventos esportivos, porém, como num “passe de mágica”, toda a III Conferência foi dedicada ao esporte de alto rendimento e aos megaeventos. Assim, nota-se que os megaeventos esportivos já constituíam as diretrizes norteadoras da política esportiva brasileira antes da realização da III Conferência Nacional de Esporte, ainda mais que as candidaturas à sede da Copa do Mundo FIFA e às Olimpíadas Rio de Janeiro 2016 datam de 2006; desse modo, a Conferência foi dirigida na busca por legitimar as políticas em curso.

Nota-se uma política governamental dicotômica com relação aos documentos oficiais que indicavam a participação e controle popular e o debate democrático nas Conferências Nacionais – espaço e momento de deliberação de políticas públicas. Contrariamente aos princípios de participação democrática, a decisão de sediar os megaeventos foi verticalizada de cima para baixo, decidida entre poucos e antigos interlocutores do Estado brasileiro, que desenvolveu uma postura de subordinação voluntária em relação a essas entidades próximas, ou componentes do governo – empresários, políticos, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Comitê Olímpico Brasileiro (COB), FIFA e COI. O interesse econômico e de poder com a realização desses megaeventos esportivos no Brasil resultou no alinhamento das políticas públicas de esporte com as intenções da fração conservadora do campo esportivo.

A III Conferência alterou o foco das discussões anteriores, que era o desenvolvimento humano e a democratização das práticas de esporte e lazer, para todos os cidadãos, como dever do Estado. Diferentemente, os debates agora centraram no esporte de alto rendimento, no esporte de representação nacional, especificamente na realização de dois megaeventos assumidos pelo governo federal. O debate transcorreu em torno do projeto de o país tornar-se uma potência Olímpica e Paralímpica, reforçando o modelo esportivo de alto

rendimento, destoando das Conferências anteriores. Os dez objetivos para projetar o Brasil entre as dez maiores potências do esporte mundial e que balizaram as discussões da III Conferência foram:

[1] Promover a inclusão social e o desenvolvimento humano por meio de programas socioesportivos; [2] Institucionalizar o esporte educacional; [3] Atingir resultados inéditos nas competições e assim projetar o Brasil no ranking do alto-rendimento; [4] Incrementar nossa infraestrutura esportiva; [5] Modernizar e valorizar o futebol como identidade cultural do Brasil; [6] Ampliar o leque de modalidades para diversificar a prática esportiva no país; [7] Qualificar a gestão do esporte e do lazer; [8] Aproveitar o potencial econômico-social dos grandes eventos, porque contribuem com o desenvolvimento nacional gerando milhões de empregos, aumentando a renda e propiciando o renascimento de áreas urbanas, a melhoria da qualidade de vida, a oferta de perspectivas à juventude e o fortalecimento do respeito do mundo por nossa pátria; [9] Valorizar o trabalhador da área, especialmente o profissional de educação física, garantindo postos de trabalho; [10] Estabelecer a criação de políticas de formação continuada e permanente, de desenvolvimento científico e tecnológico e de acompanhamento e avaliação dos programas, resultando na profissionalização, cada vez maior, da política esportiva no país (BRASIL, 2010, p. 2).

Um dos objetivos de elevação do Brasil à potência olímpica, que se destaca, é a institucionalização do esporte educacional – com a regulamentação e sistematização de regras e práticas – que prevê entregar a organização das competições escolares ao Comitê Olímpico Brasileiro, com o intuito de a instituição qualificar as disputas no sentido de revelar atletas para futuramente integrar as seleções brasileiras das diferentes modalidades. Dessa forma, o esporte educacional é transformado em “maternidade” de atletas, e não processo educacional inclusivo e formador de cidadãos praticantes de acordo com as determinações dos documentos legais.

Todo o desenvolvimento da III Conferência e suas resoluções estiveram voltadas para as transformações, legalizações e realizações necessárias para o Brasil sediar os dois megaeventos e tornar-se potência Olímpica, ou seja, com o claro objetivo de planejar a organização do esporte de alto rendimento no Brasil. Entretanto, contrariamente ao direcionamento dessa Conferência, imposta pelo Ministério do Esporte, havia um movimento de resistência por parte do grupo mais progressista da educação física, especialmente nas etapas municipais e regionais, com propostas aprovadas na direção de ampliar o acesso ao esporte e lazer e necessidade de um investimento em suas diversas manifestações para atender a grupos com diferentes interesses e necessidades, como acontecera nas conferências anteriores (CASTELAN, 2011). Porém, as políticas públicas de esporte se efetivaram no

sentido do esporte espetáculo com a priorização de recursos para os megaeventos e a formação e treinamentos de atletas de alto rendimento.

Os debates e deliberações da III Conferência Nacional de Esporte organizaram-se em 10 linhas estratégicas, que, posteriormente, foram a base para a construção do Plano Decenal do Esporte: a) Sistema Nacional do Esporte e Lazer; b) Formação e valorização profissional; c) Esporte, lazer e educação; d) Esporte, saúde e qualidade de vida; e) Ciência, tecnologia e inovação; f) Esporte de alto rendimento; g) Futebol; h) Financiamento do esporte; i) Infraestrutura esportiva e j) Esporte e economia.

Percebe-se uma mudança de foco total da primeira e segunda Conferência com relação ao Sistema Nacional do Esporte, que passou de pauta única e prioridade de organização para apenas mais uma linha estratégica. Também, é interessante ser trazido à discussão que nenhuma nova deliberação foi aprovada na III Conferência, a última realizada no país, apenas reafirmando as das anteriores, a exemplo da criação e/ou consolidação de órgão gestor próprio do esporte e lazer em Estados e Municípios (deliberação da I e II CNE) e qualificação da participação popular e dos mecanismos e controle social. Ressalta-se, ainda, que não foram realizadas ações no sentido de implementação do órgão, durante os seis anos de intervalo em que aconteceram as Conferências Nacionais de esporte, já que a primeira, em 2004, indicava a necessidade de organização do Sistema Nacional de Esporte, e a segunda, em 2006, teve o Sistema como pauta única.

O Sistema Nacional de Esporte recobrou o caráter de prioridade do Ministério do Esporte apenas em 2015, como o Ministro George Hilton dos Santos Cecílio, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), ao retomar as discussões sobre o Sistema Nacional de Esporte, mas com um grupo reduzido de notoriedades do esporte, como atletas e técnicos famosos, professores de universidades, presidentes das maiores federações esportivas e alguns políticos, perdendo-se o caráter de participação e controle popular e construção democrática.

Não obstante o texto do Plano Decenal de Esporte, elaborado na III Conferência Nacional de Esporte, foram expostos os seguintes princípios:

- Universalização, inclusão social e desenvolvimento humano pelo esporte;
- Democratização da gestão e da participação popular;
- Esporte como desenvolvimento econômico e nacional;
- Elevação do nível cultural esportivo da população.

O que parece serem diretrizes apenas teóricas dos documentos, uma vez que não se concretizaram, acabaram sendo distorcidas pela influência e poder dos grupos e instituições

do esporte de alto rendimento, influenciando quando são planejados os objetivos, traçadas e executadas as estratégias para o desenvolvimento esportivo.

As discussões e propostas concentraram-se na Linha Estratégica do Esporte de Alto rendimento. O Plano Decenal do Esporte claramente focou e investiu no desenvolvimento do esporte de alto rendimento para tornar o Brasil uma potência esportiva. As entidades da sociedade civil que participaram da III Conferência Nacional de Esporte foram fragilizadas nas decisões políticas, sendo limitadas às discussões. Dessa forma, corroboraram com CONFEF (Conselho Nacional de Educação Física), CBF e COB na organização da agenda dos megaeventos esportivos. A inserção dos megaeventos esportivos nos debates da etapa nacional demonstra o distanciamento entre os temas discutidos nas esferas municipais e estaduais, e o proposto pelo governo federal na Conferência final (SILVA; BORGES e AMARAL, 2015).

Evidente que as Conferências não são os únicos espaços legítimos de formulação de políticas públicas, pois existem dispositivos políticos e administrativos que atuam na formulação da política do Campo esportivo. As resoluções das Conferências não poderiam se sobrepor ao Plano Plurianual²⁹ (PPA) em vigor, mesmo que intervissem na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) e desde que não contrapusessem o PPA. Entretanto, as Conferências, em razão de constituírem-se em processo deliberativo, tem como objetivo nortear a Política Nacional do Esporte que, em conjunto com as deliberações das Conferências balizariam o Plano Plurianual seguinte.

Assim, é importante também enfatizar que, nos Planos Plurianuais (PPA), estruturados no período de realização das três Conferências – mesma época em que o Brasil conquistou ou assumiu a responsabilidade de sediar os megaeventos esportivos Copa do Mundo FIFA e Olimpíadas, com vigência dos PPA 2004/2007 e PPA 2008/2011 –, não há menção de objetivo e ou rubricas orçamentárias para receber eventos de tamanha grandiosidade e empenho. Somente no PPA 2012-2015 surge o objetivo, explícito, dos grandes eventos. Durante os anos de 2004 a 2011 os programas contemplados nos PPAs são: “Brasil no Esporte de Alto rendimento”; “Esporte e Lazer da Cidade”; “Inclusão pelo Esporte”; “Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo”.

²⁹ O Plano Plurianual (PPA) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, no artigo 165, parágrafo 1º, e elaborado pela primeira vez, em 1994. Instrumento de planejamento nacional que deve estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública pelo período de quatro anos a contar do segundo ano de governo, estendendo-se até o primeiro ano do governo seguinte.

Entretanto, os valores investidos pelo Governo Federal, seus diversos órgãos e Ministérios, por Gastos Diretos e por Transferência de Recursos não se ajustam às diretrizes e objetivos dos PPAs e das deliberações das três Conferências Nacionais do Esporte (CASTELAN, 2011), conforme verifica-se na Tabela 2 referente ao total de aplicações dos PPAs do governo federal em esporte, durante o período de realização das Conferências.

Tabela 2- Total de investimentos do governo nos programa do Ministério do Esporte

Programa	2005 a 2007	2008 e 2009	Crescimento
Esporte e Lazer da Cidade	35.330.542,32	1.564.972.716,84	1.529.642.174,52
Segundo Tempo	223.581.082,53	3.146.187.550,22	2.922.606.467,69
Alto rendimento	334.577.799,09	8.737.645.334,36	8.403.067.535,27

Fonte: Castelan (2011).

Observa-se, na Tabela 2, que houve um enorme crescimento de recursos investidos no esporte de maneira geral e constata-se que sempre ocorreu a priorização do esporte de alto-rendimento e está preferência de fomento é ampliada, com a decisão de sediar os megaeventos e com a realização do Panamericano Rio 2007 e acréscimo de recursos no montante de R\$ 8.403.067.535,27

Sintetizando, durante o período de 2003 a 2010, realizaram-se três Conferências Nacionais do Esporte: a I CNE (2004), com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, a II CNE (2006), intitulada "Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer", e a III CNE (2010) “Plano Decenal de Esporte e Lazer: 10 pontos em 10 anos para colocar o Brasil entre os 10 mais”.

As Conferências foram uma construção política, em moldes democráticos – o Campo esportivo brasileiro é composto por instituições e sujeitos com princípios e objetivos diferentes que o tornam heterogêneo, muitas vezes até contrários entre si, e dinâmicos, gerando disputas internas que dificultam a articulação e definições de planos e estratégias de ações comuns. Essas distinções e divergências, que alimentam as disputas dentro do Campo Esportivo, acabam explícitas na disputa por recursos e privilégios, como ocorreu durante as Conferências e na formulação das políticas públicas esportivas, impactando, negativamente, no sentido e desenvolvimento do esporte no país.

As discussões articuladas e definições conquistadas pelos setores progressistas da Educação Física e do Esporte durante os debates e deliberações das Conferências Nacionais de Esporte não uniram poder suficiente para se estabelecerem na concretização das políticas públicas. Especialmente, a partir de 2006, notam-se, nos preceitos dos documentos legais,

pronunciamentos dos governantes e da execução orçamentária a influência de antigos e retrógrados interlocutores do Campo esportivo nacional, como as Federações e Confederações esportivas, na determinação da política esportiva brasileira. Não apenas no Campo Esportivo, mas excedendo suas deliberações também nas políticas de Estado, sobretudo na efetivação do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Existe resistência contra a forma como o Estado tem imposto a política de Megaeventos como política de Estado. A resistência dentro do Campo esportivo surge de setores progressistas, que apoiam ou apoiaram o governo Lula, mas mantém uma posição crítica e independente, coerente com suas convicções. As críticas com relação aos Megaeventos vão todas na direção de chamar a atenção para o baixo retorno que o Estado e a maioria da sociedade terão com os investimentos feitos para receber os eventos. O baixo retorno financeiro e de equipamentos esportivos é o mais visível, mas a reafirmação de um modelo esportivo, o fomento a uma prática excluente tendo em vista alcançar bons resultados no curto prazo, e outros tantos problemas poderiam ser citados (CASTELAN, 2011, p.78-79).

Apesar da resistência de setores da educação física, constatam-se, na total desatenção e descaso, por parte do governo, as propostas das Conferências, com a destinação do maior montante de investimento à área de alto rendimento, diminuição do orçamento para o Programa Esporte e Lazer da Cidade e programa Segundo Tempo, principais projetos de democratização e acesso universal ao esporte do país (CASTELAN, 2011).

Dessa forma, observamos, por meio do financiamento público, uma acentuada priorização de alocação de recursos na promoção do esporte de alto rendimento ou espetáculo e na realização dos Megaeventos Esportivos em detrimento de maiores investimentos nos programas e projetos sociais, mitigados os aspectos sociais do esporte, os quais, quando lembrados, são rapidamente subordinados aos interesses hegemônicos (ATHAYDE, 2011, p.207).

As deliberações das conferências expressavam a urgência em não mais acontecerem investimentos estatais em confederações, federações e outras entidades que não fossem democráticas internamente e demonstrassem transparência no uso de recursos públicos e, ainda, contrariamente sinalizavam para a priorização da ampliação do fomento do Estado às manifestações esportivas educacional e de participação, invertendo a lógica histórica brasileira de investimentos na manifestação esportiva de alto rendimento.

A formulação da política de esporte e lazer, entretanto, no período de 2003 a 2010, esteve, principalmente, articulada com os grandes clubes de futebol, Confederações Esportivas, com destaque para a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, também, seus correspondentes internacionais (FIFA e COI),

que passaram a concentrar não apenas recursos financeiros, mas também poder político, fatores determinantes nas decisões em sediar os megaeventos. As Olimpíadas e a Copa do Mundo tornaram-se as principais políticas esportivas de Estado do governo Lula.

Observa-se, então, grande descompasso entre as premissas e ações aprovadas nas Conferências e as implementadas e desenvolvidas pelo Governo Federal. O intuito e a proposta das políticas públicas de esporte estavam focadas nos megaeventos esportivos, que não foram determinados em momento e espaço de participação democrática. As resoluções das Conferências Nacionais de Esporte foram registradas e legalizadas em algumas leis, documentos e, até no texto da Política Nacional do Esporte; entretanto, não foram traduzidas em investimentos governamentais na democratização da prática esportiva e garantia de direitos dos cidadãos brasileiros.

O Brasil, como sede dos maiores megaeventos esportivos do mundo, reforçou a condição do Presidente Lula como grande gestor e líder da América Latina e candidato a mito pela condução do país aos níveis econômicos dos países desenvolvidos. O projeto de sediar os maiores eventos esportivos e colocar o Brasil em destaque foi estruturado a partir da aproximação e subordinação do país às instituições esportivas, como FIFA, COI, CBF e COB, articulando-se ao projeto de governo neodesenvolvimentista e à política externa de reposicionamento do país na geopolítica mundial (STERAPOVE e MARCHI JUNIOR, 2015).

Nos anos que se seguiram à III Conferência, a prevalência de políticas, esforços e investimentos no esporte de alto rendimento tiveram maior intensidade, motivados pela proximidade dos megaeventos esportivos e pela busca por medalhas olímpicas que elevassem o Brasil no cenário esportivo mundial, acarretando novas regulamentações. Prova disso é a Lei nº 12.395/2011 que altera as anteriores (Lei nº. 8.672/1993; Lei nº. 9.615/1998; Lei nº. 11.438/2006), ao determinar e regulamentar mais incentivos para o esporte de alto rendimento para, assim, financiar e, consequentemente, conquistar os sonhados e efêmeros resultados positivos nas Olimpíadas de 2016, com a concentração de recursos destinados a entidades esportivas que gerenciam o esporte de alto-rendimento (Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paralímpico Brasileiro), conforme se observa nos artigos da própria lei:

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput (2,0% - dois por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, 85% (oitenta e cinco por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e 15% (quinze por cento) ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, devendo ser observado, em ambos

os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

§ 2º Dos totais dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e à Confederação Brasileira de Clubes - CBC:

I - 10% (dez por cento) serão destinados ao desporto escolar, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE;

II - 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU (BRASIL.ME, Lei 12.395/2011).

Dessa forma, nota-se que os recursos provenientes das loterias estavam centralizados no Comitê Olímpico brasileiro que repassava para as entidades esportivas. A lei garante apenas 15% do total arrecadado, 2% dos jogos de apostas, para as Confederações de Desporto Escolar e Universitário, que teoricamente organizam e fomentam o esporte educacional. Na verdade, essas Confederações promoveram competições esportivas em que os participantes eram os atletas de alto rendimento, que disputavam competições, durante todo o ano, representando clubes e federações esportivas em campeonatos e torneios de alto rendimento. Logo, percebe-se que alguns, os altamente habilidosos e superdotados fisicamente, eram privilegiados duas vezes pelo Estado brasileiro, enquanto outros não tinham espaço, estrutura, material e, nem mesmo, incentivo em escolas, praças, centros esportivos e outros locais com equipamentos, materiais e professores para estimular a prática esportiva.

Entre outras mudanças e inserções, foi alterado o Bolsa-Atleta (Lei nº 10.891/2004), criando o Programa Atleta Pódio, por meio do qual o atleta recebia até R\$15.000,00 mensais para treinar e competir representando o país internacionalmente. Claramente o programa Atleta Pódio objetiva o fomento de atletas de alto rendimento, como se observa na exigência da lei para ser considerado nessa categoria de atleta.

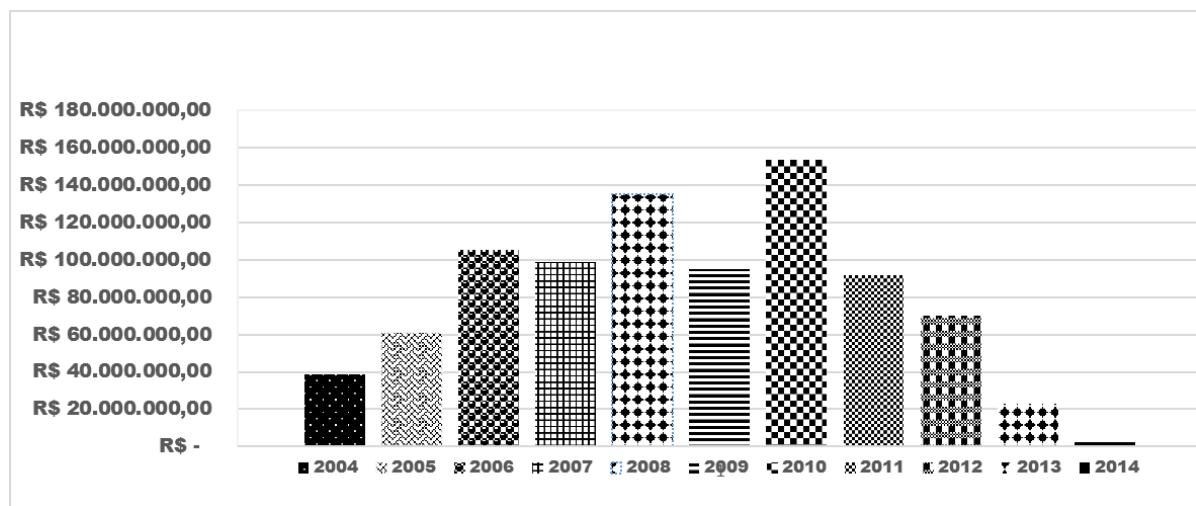
IV - estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica e ser indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e o Ministério do Esporte (BRASIL.ME, Lei 10.891/2004).

Na Lei nº 12.395/2011 também foram criados outros programas e projetos de estímulo e fomento ao esporte de alto rendimento em detrimento do esporte lazer e educacional. Entre eles, o Programa Cidade Esportiva que, conforme o seu Art. 12 deixa claro o foco de investimento: “Fica instituído o Programa Cidade Esportiva, destinado aos

Municípios brasileiros incentivadores do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, na forma do regulamento” (BRASIL, 2011).

Os resultados das alterações nas políticas e nas leis podem ser comprovados nos orçamentos e investimentos. O Gráfico 2, a seguir, demonstra que inicialmente existiu um crescimento de investimentos em esporte educacional e depois o decréscimo de recursos, a partir de 2011, para o programa Segundo Tempo, principal programa de cunho esportivo educacional.

Gráfico 2: Investimentos federais no Programa Segundo Tempo 2004 - 2014



Fonte: Portal da transparência (2016).

As mudanças de foco da política pública de esporte brasileira não pararam, entre as quais a mais significativa, foi aquela efetivada pelo Decreto 7.529 de 21 de junho de 2011, que reestruturou o organograma do Ministério do Esporte.

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer foram extintas e criada a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social que substituiu as duas, passando a gestão fundida de ambas às manifestações esportivas, que antes, ao menos no discurso e legalmente, eram privilegiadas no fomento das políticas públicas.

Mantiveram-se, dentro da estrutura do Ministério do Esporte, as Secretarias Executiva e a Nacional de Esporte de alto rendimento e, ainda, criou-se a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, com relação direta com a Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil, supervalorizando o futebol, especificamente na manifestação de alto rendimento, em detrimento das demais modalidades e manifestações esportivas. A nova estrutura organizacional evidencia de forma clara e objetiva o histórico de distinção e

prerrogativas da manifestação esportiva de alto rendimento nas políticas públicas de esporte brasileiras (STAREPRAVO; MEZZADRI e MARCHI JUNIOR, 2015).

O Decreto 7.529/2011 acarreta a valorização estratégica da Secretaria Executiva, mais próxima das decisões do Ministro, cujo objetivo é supervisionar e coordenar as atividades dos sistemas federais, planejamento, orçamento e inovação institucional. As principais políticas da Secretaria Executiva foram: Conferência Nacional do Esporte – que não se realizou depois da terceira edição, em 2010; Lei de Incentivo ao Esporte; Pintando a Liberdade; Praça da Juventude e Praças esportivas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), posteriormente denominadas de CEU's – Centro de Artes e Esportes Unificados.

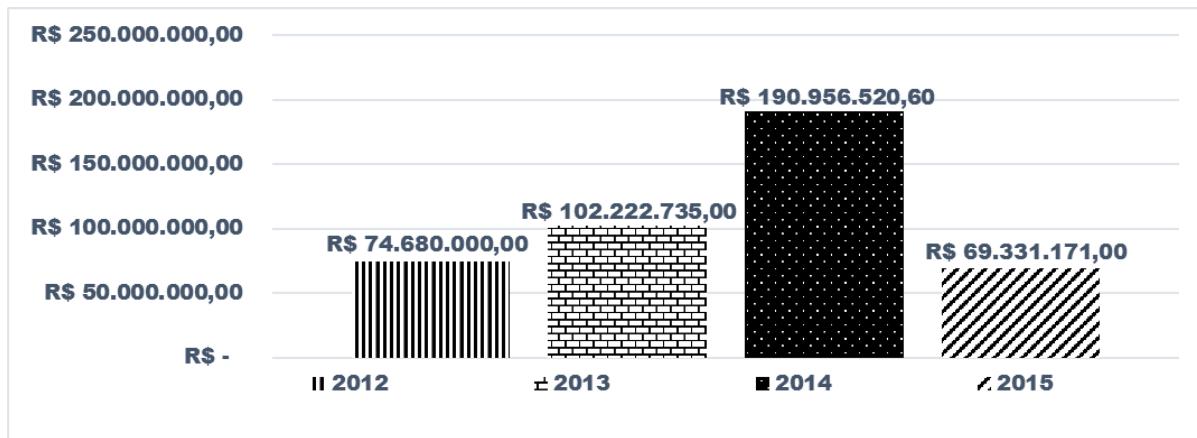
A Secretaria Nacional de Esporte de Alto rendimento, por sua vez, possui a função de coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte de competição e implementação das diretrizes do Plano Nacional do Esporte – que voltou a ser discutida somente em 2015. Assim, atribuem-se à gestão das políticas esportivas de alto rendimento o Programa Bolsa Atleta, Plano Brasil Medalhas, Centro de Iniciação ao Esporte, Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva), Jogos Mundiais Militares 2011, Olimpíadas Rio 2016, Jogos Escolares Brasileiros, Calendário Esportivo Nacional e o Bolsa-Atleta³⁰.

No Gráfico 3, constatam-se os desígnios das alterações na estrutura do Ministério do Esporte e nos documentos elaborados com relação ao rápido crescimento dos investimentos do governo brasileiro no esporte de alto rendimento, especialmente no Bolsa Atleta.

É notória a ampliação de investimentos no Bolsa-atleta – passou de menos de mil atletas contemplados com bolsa, em 2005, para mais de 7 mil beneficiados, com investimento chegando à ordem de R\$ 190.956.520,60, em 2014. A busca pela formação de atletas e de conquistar bons resultados nas competições internacionais e as cobiçadas medalhas são o centro dos investimentos federais em esporte.

³⁰ O Bolsa-atleta, nesse período, apresentava os seguintes níveis de bolsas: a) categoria atleta de base - atletas de quatorze e dezenove anos de idade, com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e eventos previamente indicados pela respectiva entidade nacional de administração do desporto; b) categoria estudantil - atletas de quatorze a vinte anos de idade, que tenham se destacado no eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério do Esporte; c) a categoria nacional - atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional ou que integrem o ranking nacional da modalidade; d) categoria internacional - atletas que tenham integrado a seleção brasileira de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais; e) a categoria Olímpica e Paraolímpica - relativa aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paralímpicos; f) categoria atleta pódio - atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais que estejam entre os vinte melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional (BRASIL, 2011).

Gráfico 3: Investimentos no Bolsa-atleta 2011-2015



Fonte: Portal da Transparência (2016).

A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor objetiva contribuir para o melhoramento do futebol no Brasil e fiscalizar o cumprimento da legislação esportiva e do Estatuto de Defesa do Torcedor. Dessa forma, gerencia as seguintes políticas esportivas: COPA do Mundo FIFA 2014, Timemania, Torcida Legal, Seminário Reforma do Código Brasileiro de Justiça Desportiva, Seminário Nacional Agenda de Meio Ambiente e Sustentabilidade Copa do Mundo 2014 e Guia de Estadios de Futebol. Entende-se, como já mencionado anteriormente, que a instituição de secretaria específica do futebol de alto rendimento marca a intenção do Ministério do Esporte em priorizar essa manifestação esportiva.

Verifica-se, ao analisar o Portal Siga Brasil, do Senado Federal, a priorização dos recursos no esporte de alto rendimento ao se observar crescimento expressivo do orçamento do Ministério do Esporte, sobretudo do ano de 2004 para o de 2011, quando o orçamento total passou de R\$ 358.201.298,00 para R\$ 2.470.406.497,00, chegando, em 2015, a R\$ 3.276.676.591,00. O Brasil nunca investiu tanto em esporte. Entretanto, o continuado aumento do fomento de recursos ao esporte nacional, nos anos subsequentes, caracteriza-se pelo direcionamento ainda maior das verbas para o esporte de alto rendimento, especialmente para o Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, criado em 2012, envolvendo as duas secretarias – Esporte, Educação Lazer e Inclusão Social (EELIS) e Esporte de Alto Rendimento (EAR) e os Grandes Eventos. Assim, incluíram-se, em uma mesma rubrica da Lei Orçamentária Anual (LOA), todas as manifestações esportivas, provavelmente, no intuito de não explicitar as despesas com os megaeventos esportivos.

O Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, criado em 2012, recebeu R\$2.278.383.576, dos R\$2.617.848.045,00 do orçamento previsto para o Ministério do Esporte no ano e R\$ 3.067.576.386,00 dos R\$ 3.382.609.335,00 do orçamento previsto para o ano de 2013. Em 2014, ocorreu uma redução do orçamento para o Ministério do Esporte para R\$2.264.912.655, mas o Programa Esporte e Grandes Eventos abocanhou R\$ 2.069.922.928,00 do total. No ano de 2015, os investimentos no Ministério voltaram a crescer, com recursos na ordem de R\$ 3.276.676.591,00, devido à necessidade de aumento de recurso pela proximidade das Olimpíadas Rio-2016, a qual exigiu investimentos na instalação de grandiosa infraestrutura, tanto que os recursos destinados à rubrica 2035 (Programa Esporte e Grandes Eventos) da LOA para o Ministério montavam em R\$ 3.066.818.693, dos quais foram gastos R\$1.330.442.400,00 só na implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Os recursos destinados ao Ministério do Esporte, em 2016, sofreram cortes drásticos em razão da crise econômica brasileira, passando ao montante de R\$ 1.553.789.621,00. A rubrica 2035 foi renomeada de Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, com R\$ 1.343.499.999,00, sendo previstos gastos de R\$ 841.999.999,00 somente na implantação de infraestrutura, preparação e organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e Gestão do Legado Esportivo (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2016).

Nesse sentido, infere-se que o Governo Federal e, mais precisamente, o Ministério do Esporte priorizou o investimento no esporte de alto rendimento. A ideia da Constituição Federal Brasileira de 1988, de garantir o lazer como direito social e prioridade de promoção do esporte educacional, conforme inciso II, do artigo 217, foi totalmente negligenciada pelos governantes, políticos e dirigentes.

Os obstáculos hipertrofiam-se quando nos deparamos com um cenário no qual o financiamento público prioriza os interesses econômicos e políticos vinculados à prática esportiva de alto rendimento e à realização dos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) (ATHAYDE, 2011, p.184).

A criação da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (2011), com a fusão das Secretarias de esporte lazer e de esporte educacional, teve o objetivo de implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e desenvolver a prática esportiva no sistema de ensino e do esporte de participação (como forma de lazer).

Apesar da perda de poder político e recursos reduzidos a partir de 2011, em razão da ampliação de investimentos em esporte de alto rendimento e junção das duas secretarias de

esporte do Ministério que visavam à democratização da prática esportiva, foram mantidas as políticas de esporte, dentre as quais destacam-se: Programa Esporte e Lazer na Cidade, Programa Segundo Tempo, Programa Segundo Tempo no Mais Educação (Esporte da Escola), Programa Pintando a Liberdade, Programa Pintando a Cidadania, Jogos dos Povos Indígenas, Rede Cedes (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer), CEDIME (Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte), e o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. .

Constata-se, claramente, mudança de paradigmas e ideais do Ministério do Esporte, do período da sua criação em 2003 até os dias atuais. Inicialmente, sua estrutura administrativa contemplava a pluralidade de modelos de esporte, com Secretarias Nacionais que representavam as manifestações esportivas vigentes na legislação. Todavia, em 2011, com as diversas alterações propagadas pelas Leis e decretos mencionados acima, observa-se uma estrutura organizacional e econômica que privilegia o esporte de alto rendimento, os megaeventos esportivos e o futebol em detrimento das demais manifestações.

As políticas esportivas brasileiras, na esfera federal, independente da manifestação esportiva, apresentam caráter funcional, instrumental, mercadológico e, consequentemente, fomentam práticas esportivas com perspectivas seletivas, excludentes e hipercompetitivas, com intuito explícito ou implícito de formação de atletas e conquistas internacionais em competições de altíssimo rendimento. Isso fica declaradamente exposto no documento dissertado pelo Ministério do Esporte:

[...] todo esse trabalho, hoje, faz parte de uma política esportiva com objetivo de tornar o País uma potência olímpica. Os olhos são voltados para 2016, ano em que o Rio de Janeiro será sede da Olimpíada e da Paraolimpíada. Parte desse esforço passa pela união das secretarias de Alto-rendimento, de Esporte e Lazer e de **Esporte Educacional para integrar seus programas e iniciativas com o objetivo de selecionar** – dentro de oficinas e turmas do programa Segundo Tempo ou do PELC – **talentos para serem capacitados em núcleos esportivos** regionais (BRASIL, 2013, p.19) (grifos do autor).

Também pode-se inferir o foco no esporte de alto rendimento na fala proferida pelo então Ministro do Esporte, em 2009, Orlando Silva Júnior:

[...] o Ministério do Esporte quer consolidar o esporte e o lazer como políticas de estado que, além de fomentar a cadeia produtiva do esporte, possibilitarão novas oportunidades de trabalho e renda, e aumentarão a **capacidade administrativa e tecnológica do país para realizar grandes eventos esportivos**.

Esse conjunto de fatores torna a política do esporte estratégica para o desenvolvimento do país que pretende ser a quinta potência econômica em

2016 e, figurar entre as dez maiores potências olímpicas do mundo (BRASIL, 2009, p.7).

Segundo Castellani Filho (2009), o Ministério do Esporte, ao buscar sediar os megaeventos esportivos, desenvolveu uma postura de servidão voluntária às maiores instituições esportivas nacionais, COB e CBF, provocando o direcionamento das políticas públicas esportivas aos interesses da fração conservadora e hegemônica do Campo esportivo, aqueles com mais poder e capital econômico e político. Entretanto, ao mesmo tempo, necessitava da legitimação junto ao Campo esportivo – conforme a concepção de Campo de Bourdieu (1990), existe a disputa de grupos, no interior do Campo, pelo poder, mas sem um grupo que suplante totalmente o outro, pois poderia acarretar o fim do próprio Campo.

Esse parêntese é relevante para advertir que os megaeventos esportivos no Brasil são menos resultado da articulação dos atores do Campo esportivo brasileiro e manifestação de sua força, e mais a reunião de interesses do Governo, das instituições esportivas internacionais e seus representantes nacionais que detêm os megaeventos esportivos e algumas empresas e empresários, especialmente da área da construção civil. O Ministério do Esporte tornou-se servo da FIFA, COI, CBF e COB e também de alguns empresários próximos ao poder público, especialmente as empreiteiras.

No esporte, os parceiros do Estado, bem como a estrutura e ordem definidoras das políticas públicas para o setor, sempre foram orquestrados a partir de sistema verticalizado das entidades de administração (BRACHT, 1997). Assim, o Estado se consubstancia como organizador da hegemonia de determinados extratos de classe no denominado bloco de poder, que se constituem para favorecer os interesses socioeconômicos de uma ou mais frações da classe dominante em detrimento das outras frações (MASCARENHAS, 2012).

O histórico das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil demonstra que é privilegiada a manifestação de esporte de alto rendimento em detrimento das demais manifestações esportivas, em razão de existir o predomínio de determinado grupo do Campo esportivo – cujo interesse está atrelado ao esporte de alto rendimento, por ser ele o mais efetivo no acúmulo de capital econômico e político. Logo, mesmo com o discurso e documentos iniciais do Ministério do Esporte, as políticas públicas de esporte de alto rendimento continuaram a ser o principal foco do Ministério do Esporte. Apesar de o esporte educacional e de participação terem, sempre, recebido alguns estímulos do governo ao longo da história das políticas públicas esportivas, muitas vezes, essas manifestações foram desconsideradas na agenda pública e nos planos de governo, gerando baixos orçamentos e descontinuidade nas ações.

Bueno (2008, p. 260) assevera que o Ministério do Esporte, ao privilegiar o esporte de rendimento, considerou que o “melhor investimento político foi o do maior apoio e fortalecimento do esporte de alto rendimento devido sua inigualável capacidade midiática e de mobilização popular, o que significa popularidade ao governo”. Isso demonstra que os políticos, muitas vezes, agem de maneira particular dentro do espaço público, visando ao acúmulo de capital estatal (econômico e político).

Dessa forma, entende-se o porquê do foco do fomento Estatal no esporte de alto rendimento ao longo da história, já que essa manifestação possibilita maiores lucros a quem a promove, tanto que a indústria e a mídia investem e são parceiras desse esporte, especialmente dos megaeventos, buscando a maximização dos lucros. Essa constatação também é válida para os políticos e dirigentes, que lucram politicamente – mais com o esporte de alto rendimento do que com qualquer outra manifestação –, por meio da constante presença na mídia ao lado de atletas famosos e idolatrados pela pueril população e da suposta valorização do esporte – ingenuamente entendido pelo senso comum como promotor de saúde e educação – que acarreta, muitas vezes, prestígio junto ao eleitorado. Exemplo disso está no fato de os políticos e também ministros Agnelo Piva, Orlando Silva e Aldo Rebelo, antes inexpressíveis e desconhecidos no cenário político brasileiro, após assumirem o Ministério do Esporte e conduzirem as obras e ações para o Brasil sediar os megaeventos esportivos, tornaram-se políticos reconhecidos e poderosos.

A repercussão internacional de sediar os megaeventos esportivos, Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo FIFA, juntamente com a divulgação na mídia e as audiências, tanto internas e externas no país sede, transforma esses megaeventos em grandiosas e valiosas oportunidades para promoção nacional ou internacional dos políticos, cidades e países (HORNE e MANZENREITER, 2006).

Segundo Almeida e Marchi Junior (2014), a conquista na disputa do direito de sediar megaeventos esportivos é uma lente ou simulacro para a exibição e destaque internacional do país, cidades-sede e dos políticos governantes. Para esses autores, a realização da Copa do Mundo FIFA e dos Jogos Olímpicos é estratégia da política externa brasileira, que se apresenta como opção para os países emergentes que buscam se posicionar como potências visando a se projetarem na liderança regional, exemplificando pela fala do presidente “Lula” de que a Copa do Mundo FIFA seria uma oportunidade de o país demonstrar sua capacidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

A utilização do esporte com finalidades políticas, como é o caso dos megaeventos, destina o fomento do esporte brasileiro à pequena parte da sociedade, contrariando a relevante

tarefa do Estado brasileiro de estipular políticas públicas de democratização e desenvolvimento do esporte, nas diferentes esferas e manifestações, para atender às demandas de toda a sociedade.

Não basta investir apenas no esporte de alto rendimento, que é seletivo, excludente e elitista. As esferas governamentais brasileiras, porém, persistem em privilegiar a espetacularização das políticas públicas, ou seja, apoiar os megaeventos esportivos com caráter espetacularizado, imersos na lógica do acúmulo de capital, ampliação de mercado e consolidação de estratégias de negócios, as quais se articulam com a lógica de acúmulo de capital estatal dos políticos, que fazem uso do esporte como negócio e política, não como direito do cidadão brasileiro (CASTELAN, 2011).

O discurso e os documentos iniciais do Ministério do Esporte apontaram para a democratização da prática esportiva, com a realização das Conferências Nacionais, a Política Nacional de Esporte e, especialmente, com o Programa Esporte e Lazer na Cidade, cujo objetivo inicial era: “suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica” e também do Programa Segundo Tempo com caráter educacional e formativo do cidadão praticante de esporte, que foram planejados no Plano Plurianual (2004-2007) do Ministério do Esporte e, atualmente, dispõe de recursos reduzidos e ações mínimas.

Os núcleos do Programa Esporte e Lazer na Cidade diminuem, desde 2008, e a maioria do orçamento do programa é destinado, por meio de emendas parlamentares, à infraestrutura e não ao funcionamento. O Programa Segundo Tempo não teve orçamento previsto a partir do ano de 2013, mesmo sendo indicado como um dos principais programas de esporte. A justificativa é a sua integração com o Programa Mais Educação do Ministério da Educação.

Restringe-se aos poucos investimentos em esporte educacional e de lazer o fomento a alguns programas e projetos esportivos, entendidos como educacional e lazer que são apoiados e financiados pelos governos federal, estadual ou municipal. Entretanto, na grande maioria, são apenas propostas de esporte de alto rendimento travestidos de educacional ou lazer. Duas são as causas de investimentos equivocados na democratização do esporte no país: a primeira, é a falta de compreensão dos dirigentes, governantes e também dos professores de educação física das semelhanças e diferenças das manifestações esportivas, geralmente, generalizando a prática esportiva como formativa e saudável; a segunda razão é o fascínio que o esporte altamente competitivo desperta nas pessoas, somado a sua intensa

exposição e divulgação pela mídia, que acaba tornando-o modelo a ser praticado, criando um imaginário de que as práticas esportivas sempre objetivam a conquista de vitórias, títulos, e portanto, reforça a necessidade do alto rendimento.

Não existem indícios de que o governo brasileiro, especialmente por meio do Ministério do Esporte, venha estruturando políticas públicas de esportes orientadas para a garantia de direitos, em razão da ausência de programas que favoreçam, de forma universal, o acesso e permanência às práticas de esporte educacional e lazer. O interesse e intuito do governo brasileiro está no incentivo ao esporte de alto rendimento e na formação e treinamento de atletas para as competições internacionais, em detrimento do fomento ao esporte educacional e de lazer.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os megaeventos formam a principal política pública do Governo Federal para o Esporte, política esta que transcende o âmbito do Ministério do Esporte, abrangendo outros ministérios, o legislativo, judiciário e até o Itamaraty e aglutinando a opinião pública brasileira, favoravelmente a esse propósito.

Dessa forma, observa-se que a política pública de esporte no Brasil fixa o esporte de alto rendimento profissional numa situação de dominância, ou na mão direita do Estado, enquanto o esporte educacional e o esporte lazer se encontram numa posição dominada, ou na mão esquerda do Estado – compreendido como meio de compensação das distorções do sistema capitalista, responsável por “exercer as funções ditas ‘sociais’, isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado” (BOURDIEU, 1987, p. 218).

A dominância do esporte de alto rendimento no Campo Esportivo brasileiro é histórica. Mesmo o esporte tendo conquistado espaço político, assegurando a criação de Ministério específico, suas ações, legislação e, especialmente, o orçamento público têm mantido o predomínio do esporte de alto rendimento sobre as demais manifestações. A dimensão jurídica (Lei Zico, Lei Pelé, Lei Agnelo-Piva, Estatuto do Torcedor, entre outras), bem como as políticas públicas efetivadas no período – a exemplo dos programas voltados ao esporte olímpico, o bolsa-atleta e a realização de megaeventos esportivos – comprovam a prevalência do esporte de alto rendimento na política pública brasileira.

Dessa forma, as políticas públicas de esporte do Brasil são adversas ao próprio preâmbulo do documento da Política Nacional de Esporte (2005), que enfatizava seu caráter socioeducativo, promotor de bem-estar e emancipatório para a cidadania. Portanto, sua prática é um direito do cidadão, tendo o Ministério do Esporte a função de “formular e implementar

políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL, 2005, p. 6).

Com todas as discussões, estudo e reflexões sobre as potencialidades, limitações e problemas dos megaeventos esportivos, construiu-se a possibilidade de dizer basta às políticas públicas de esporte que privilegiam o esporte espetáculo e, consequentemente, a diminuta parcela da sociedade, e enfrentar a necessidade de estruturação de políticas públicas de esporte que o reconheçam como patrimônio cultural da humanidade e direito de todos a sua prática, para que se enterre ou, ao menos, se afaste da concepção de mercadoria comercializada e espetacularizada, possibilitando o acesso ao esporte a todos os cidadãos.

As políticas públicas podem e devem ter participação dos cidadãos, que precisam reivindicar o direito à prática esportiva e a seus benefícios, ou então, confortar-se com a histórica situação das políticas públicas de esporte no Brasil.

A indiferença opera poderosamente na história [...] O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa agrupar nós que depois só a espada poderá cortar, deixa promulgar as leis que só depois só a revolta fará anular, deixa exercer o poder a homens que depois só um motim poderá derrubar (GRAMISCI, 1976, *apud* TAFFAREL e SANTOS JUNIOR, 2007, p. 94).

A política do “pão e circo” foi aplicada pelo governo federal do PT ao povo desorganizado, despolitizado e decepcionado com a política. A eficácia do programa “Bolsa Família” assegurava o pão. A Copa do Mundo e seu prelúdio, a Copa das Confederações, e depois os Jogos Olímpicos, garantiram o circo necessário para consolidar a passividade política e alegria dos brasileiros.

5.3. Políticas públicas de esporte em São Paulo e a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014

A preocupação com a política de esporte na cidade de São Paulo remonta a 1951, com a criação do Conselho Municipal de Esportes que, em 1966, passou a ser denominado Departamento Municipal de Esporte e, posteriormente, em 1969 ganhou o *status* de Secretaria Municipal de Esportes, pela Lei Municipal nº 7.323. Somente em 1986, com o decreto Municipal nº 10255, em seu inciso II do artigo 2º, na gestão do então Prefeito Jânio Quadros, é que a secretaria passou a ser denominada Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e

Recreação (SEME), cujo objetivo é implantar, desenvolver e monitorar políticas públicas de esporte na cidade de São Paulo.

A SEME foi estruturada inicialmente, conforme depoimento de Plutão, em três departamentos – que não se articulavam e, ou, dialogavam e permaneceram com essa organização e formato até 2008: DEPEL (Departamento de promoção de esporte e lazer), DUED (Departamento de Unidades Educacionais) e DUEAT (Departamento de unidades esportivas autônomas).

A alteração na estrutura de funcionamento e gestão da SEME ocorreu somente em 2008, no final da primeira gestão do Prefeito Kassab, tendo Walter Feldman como Secretário Municipal de Esporte, quando se estabeleceu parceria com a FIA-USP (Fundacao Instituto de administração da USP), organizando curso de formação em MBA de Gestão Pública aos funcionários da SEME, com finalidade de estruturar, organizacionalmente, a Secretaria para atender às demandas da população. Segundo Vênus,

[...] a FIA-USP foi contratada para reformular a administração de toda a SEME em 2008, criar novos processos de trabalho, analisar as ações e reformular o plano de cargos e salários. O objetivo maior era implantar o Modelo de Gestão de Resultados, porém este nunca foi implementado de verdade.

Os 40 funcionários da SEME, participantes da formação em MBA, mediados pelos professores da FIA-USP elaboraram o seguinte prospecto para a Secretaria: a) missão: formular políticas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas, esporte e lazer aos hábitos de vida saudável da população paulistana; b) visão: ser reconhecida como entidade comprometida com a qualidade de vida da população e referência na prática de atividade esportivas, de lazer e recreação.

Traçaram, ainda, diretrizes para as ações da SEME: 1) articulação interna integrada e atuação externa articulada, com o fortalecimento da rede de parcerias; 2) fortalecimento das competências essenciais da Secretaria como núcleo formulador e condutor das políticas públicas de esporte, lazer e recreação na cidade; 3) universalização dos serviços oferecidos; 4) adoção de novos sistemas gerenciais que permitam a formulação de análises estratégicas e o cumprimento efetivo das funções de planejamento, execução e avaliação; e, finalmente, 5) divulgação extensiva de suas ações.

O processo de reflexão e reestruturação da SEME teve a participação ativa de seu corpo funcional, pois a estrutura organizacional foi sendo construída durante a participação no MBA em Gestão Pública da FEAUSP. Os relatos dos empregados da SEME apontam para um

período de grande motivação, trabalho e novas perspectivas das ações da SEME; alguns chegaram a afirmar que nunca haviam passado por tão qualificada formação profissional e, até mesmo, pessoal, o que ajudou a descobrir suas funções e responsabilidades como gestores públicos.

Dessa forma, a SEME foi reestruturada pelo Decreto nº 49.799, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica as coordenadorias relacionadas, a seguir:

- 1) Coordenadoria de Gestão das Políticas e Programas de Esporte e Lazer (CGPE), responsável pela formulação de políticas públicas de esporte, lazer e recreação e pela gestão e execução dos programas (Clube Escola, Jogos da Cidade, Vem Dançar, etc.)
- 2) Coordenadoria de Gestão Estratégica de Equipamentos (CGEE), responde pela gestão dos equipamentos da SEME, Estadios, Centros Esportivos e Balneários e também pelo apoio à gestão das entidades autônomas, os Clubes da Comunidade (CDCs).
- 3) Coordenadoria de Gestão do Esporte de Alto rendimento (CGEA), que faz a gerência do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e gestão da Rede Olímpica, com os novos Centro Olímpicos e os Centros de Iniciação Esportiva.
- 4) Coordenadoria de Gestão de Parcerias e Organizações Sociais (CGPO), responsável por estabelecer parcerias institucionais, por meio de convênios e contratos de gestão.

Além das Coordenadorias, foram criados Núcleos e Divisões para contemplar a esfera administrativa e financeira: o Núcleo de Suporte Interno (NSI), responsável pela tecnologia da informação, suprimentos e serviços gerais, o Núcleo de Orçamento e Finanças (NOF), responsável pelo planejamento orçamentário e o Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) e o Centro de Documentação e Biblioteca. Para assessorar as ações do Gabinete do Secretário, foram estruturados o Escritório de Projetos, Assessoria de Planejamento e Informação (API) e Assessoria Jurídica, vinculados diretamente ao Gabinete. Ademais, também, são formados Comitês para planejamento, orçamento, desenvolvimento, licitações e avaliação, que se reúnem com pouca regularidade.

Essa estrutura organizacional da SEME perdura nos dois mandatos analisados nesta pesquisa – ou seja, de 2009 a 2012 da gestão Kassab e de 2013 a 2016 do governo

Haddad. Entretanto, os relatos dos colaboradores da Secretaria são que, na gestão atual, as coordenadorias não se conversam e realizam ações desarticuladas, diferentemente da gestão anterior. Para Terra, “na gestão Cassab as coordenadorias se articulavam mais, especialmente, pela proximidade dos profissionais de carreira, alguns segmentos nunca se aproximaram como o Centro Olímpico e a Virada Esportiva”. Vênus é ainda mais enfática quanto à diferenciação das ações das coordenadorias e departamentos de uma gestão para a outra, especialmente, ao afirmar que

existem Repúblicas independentes dentro da SEME, com departamentos que não conversam com os outros e se negam a apresentar dados. Atualmente, se realiza gestão de espaço e não gestão de programas e projetos. Tem departamentos que passam o ano organizando um evento, como a Virada Esportiva.

As ponderações dos colaboradores sinalizam para perda de qualidade da gestão atual das políticas de esporte, indicando, como alguns dos fatores, o número elevado de cargos comissionados na SEME, especialmente dos Coordenadores, que não conhecem detalhada e profundamente a estrutura, os programas e a própria cultura da SEME e, também, a gestão do Secretário Celso Jatene que não favoreceu a articulação e o compartilhamento de informações e ações das Coordenadorias e departamentos. Júpiter chega a dizer que fica sabendo de eventos e ações da SEME, como Seminários, Campeonatos, inaugurações e outros, por amigos de fora da SEME, revelando que não existe a mínima comunicação interna.

Assim, a partir do conhecimento da estruturação e organização da SEME ao longo dos anos, somadas à análise do Planejamento Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de São Paulo, focando especificamente a SEME e com a pré-análise das entrevistas dos colaboradores, pode-se, então, determinar as categorias de análise, conforme ficou estabelecido no percurso metodológico da pesquisa: a) Infraestrutura; b) Orçamento; c) Gestão; d) Atendimentos; e) Política e f) Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014.

5.3.1 Infraestrutura

A Categoria Infraestrutura abrangeu todos os equipamentos esportivos e de lazer, administrados pela SEME. No ano de 2016, a SEME tem os seguintes equipamentos para a

prática esportiva e lazer da população: 47 Centros Esportivos, 284 Clubes Desportivos da Comunidade, um Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e um NAR – Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo.

Centros esportivos

Atualmente, a SEME é responsável pela gestão de 47 centros esportivos em toda a cidade de São Paulo. Os Clubes Esportivos Municipais, ou Centros Esportivos, são estruturas públicas, administradas diretamente pela SEME, que oferecem diversas atividades para a saúde, bem-estar, lazer e recreação da população de todas as regiões de São Paulo.

Os Clubes Esportivos (CE), de maneira geral, são estruturados com campos de futebol, ginásios esportivos, quadras poliesportivas abertas, academias, piscinas, quadras de tênis e canchas de bocha para a prática esportiva, além de *playgrounds*, brinquedotecas, salas de ginástica, salão de jogos e salas de lutas e multiuso. Eles estão espalhados pela cidade e distribuídos por zonas de administração, conforme descrito a seguir:

Zona Norte

CE Cabuçu	Mini Balneário Irmãos Paolillo, Rua Gal. Jerônimo Furtado, 751, tel. 2241-0454 – Jaçanã.
CE Casa Verde	Mini Balneário Com. Garcia D'Avila, Rua Armando Coelho e Silva, 775; tel. 2208-2755 - Parque Peruche.
CE Freguesia do Ó	CEE Aurélio de Campos, Rua Jacutiba, 167, tel. 3975-7569 – Freguesia do Ó
CE Jardim São Paulo	CEE Alfredo Ignácio Trindade, Rua Viri, 425, tel. 2973-5390 - Jd. São Paulo.
CE Mandaqui	Mini Balneário Com. Gastão Coutinho, Rua Cel. José da Silva Feijó, 80, tel. 2231-4705; Mandaqui
CE Pirituba	CEE Geraldo José de Almeida, Av. Agenor Couto Magalhães, 32, tel. 3904-1154 – Pirituba
CE Santana	Balneário Geraldo Alonso, Rua Santos Dumont, 1318, tel. 2221-5214 – Santana.
CE Taipas	CEL Brigadeiro Eduardo Gomes. R. João Amado Coutinho, 240, tel. 3972-2247 - Parada de Taipas.
CE Vila Brasilândia	CEE Oswaldo Brandão, Rua Michihisa Murata, 120, tel. 3975-0700, V. Brasilândia
CE Vila Guilherme	Ginásio Esportivo Darcy Reis, Av. Guilherme, 1819, tel. 5574-8847 - V. Guilherme
CE Vila Maria	Pça. Jânio da Silva Quadros, 150, tel. 5574-8760 – V. Maria

Zona Sul

CE Campo Limpo	Mini Balneário Mario Moraes, Rua Cibaúma, 54, tel. 5844-8822 - Campo Limpo
CE Ibirapuera	CEE Mané Garrincha, R. Pedro de Toledo, 1651, tel. 3396-6495 - Vila Clementino
CE Ipiranga	Balneário Carlos Joel Nelli, Praça. Nami Jafet, 45, tel. 2273-1302 – Ipiranga
CE Jardim Sabará	Mini Balneário A. Carlos de Abreu Sodré, Rua Curia, 148, tel. 5611-0915 - Jd. Sabará
CE Santo	CEE Joerg Bruder, Av. Padre José Maria, 555, tel. 5687-6340 - Santo Amaro

Amaro

CE Vila Carioca	Balneário Princesa Isabel, Rua Campante, 100, tel. 2215-5299 - Vila Carioca
CE Vila Guarani	CEE Riyuso Ogawa, Rua Lussanvira, 178, tel. 5012-0150 - V. Guarani.
CE Vila Independência	CEE Flavio Calabresi Conte, Rua das Municipalidades, 10, tel. 2060-0814 - Vila Independência
CE Vila Santa Catarina	Balneário Jalisco, Rua Rodes, 112, tel. 5031-6097 – Vila Santa Catarina.
CE Modelódromo do Ibirapuera	CEL Modelódromo, Rua Curitiba, 290/292, tel. 3051-3345 – Paraíso

Zona Leste

CE Cidade Tiradentes	CEL Juscelino Kubitschek, Rua Inácio Monteiro, 55, tel. 2555-2533-Juscelino Kubitschek
CE Curuçá	CEE José Ermínio de Moraes, Rua Grapira, 537, telefone 2581-2410 - Itaim Paulista.
CE Ermelino Matarazzo	CEL Ermelino Matarazzo, Rua João Euclides Pereira, 308, tel. 2541-4142 - Jardim Matarazzo
CE José Bonifácio	Rua Ana Perena, 110 – COHAB 2, tel. 2521-3513
CE José de Anchieta	CEL José Bonifácio, R. Ana Perena, 110, tel. 2521-3513 – Itaquera
CE Mooca	CEE Salim Farah Maluf, R. Taquari, 635, tel. 2694-7668 – Mooca.
CE Tatuapé	CEE Brigadeiro Eduardo Gomes, Rua Monte Serrat, 230, tel. 2097-7435 – Tatuapé.
CE CERET	Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador, Rua Canuto de Abreu, s/nº, tel. 2671-3832 – Aricanduva.
CE Tiquatira	CEE Luiz Martinez, Av. Governador Carvalho Pinto, 2, tel. 2958-9705 – Tiquatira
CE Tiradentes	CEL André Vital Ribeiro Soares, Av. dos Metalúrgicos, 2255, tel. 2282-0204 - Tiradentes.
CE Teotônio Vilela	CEL Teotônio Vilela, Rua Carlo Clauzetti, 19, tel. 2143-5340 – Sapopemba
CE São Mateus	Mini Balneário José Maria Whitaker. Av. Satélite, 756, tel. 2919-2653 - São Mateus.
CE Vila Alpina	CEE Arthur Friedenreich, Av. Francisco Falconi, 83, tel. 2347-0785- Vila Alpina
CE Vila Manchester	CEE Vicente Ítalo Feola, Pr. Haroldo Daltro s/nº, tel. 2295-2391 - Vila Manchester

Zona Oeste

CE Butantã	CEE Solange Nunes Bibas, Rua Ernani da G. Correa, 367, tel. 3721-5711 – Butantã
CE Jaguaré	Mini Balneário Espírito Santo, Rua Gal. Mac Arthur, 1304, tel. 3714-3196 – Jaguaré
CE Jardim Celeste	Balneário Mário Moraes, R. Edward Carmilo, 840, tel. 3751-4729 - Jd. Celeste
CE Lapa	CEE Edson Arantes do Nascimento, Rua Belmont, 957, telefone 3834-0032 - Alto da Lapa.
CE Perus	CEL Perus, Rua Mogeiro, 1031, tel. 3917-2261 - Vila Perus

Centro

CE Barra Funda	CEE Raul Tabajara, R. Anhanguera, 484, tel. 3392-5592 - Barra Funda
CE Cambuci	CEE Rubens Pecce Lordello, Av. Lins de Vasconcelos, 804, tel. 3209-0995 – Cambuci.
CE Radicais	Centro de Esportes Radicais, Av. Castelo Branco, 5700, tel. 3224-9159 - Bom

CE Tietê

Retiro.
Centro Esportivo Tietê, Avenida Santos Dumont, 843, tel. 95774-5830 – Armênia

Contemplam ainda os equipamentos municipais e os estádios da cidade de São Paulo:

- a) Estádio Municipal da Aclimação, Estádio Jack Marin, fundado em 25 de outubro de 1974, possui atividades diferenciadas, com a primeira escola de futebol municipal da América Latina. – Rua Muniz de Sousa, 1119, Tel./Fax: 3271-0932.
 - b) Estádio Municipal de Beisebol, Estádio Mie Nishi, inaugurado em 21 de junho de 1958 pelo então Prefeito da cidade, Dr. Adhemar de Barros, durante as comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil, contando com as presenças da Família Imperial Japonesa e da equipe de beisebol da Universidade de Waseda, da cidade de Tóquio – Av. Pres. Castelo Branco, 4556, Ponte Pequena, Tel./Fax: 3221-5105.
 - c) Estádio Municipal do Pacaembu, Estádio Paulo Machado de Carvalho, inaugurado às 15h30 do dia 27 de abril de 1940, pelo presidente Getúlio Vargas, acompanhado do interventor Adhemar de Barros e do Prefeito Prestes Maia. Além do estádio, funciona também um complexo esportivo que inclui piscina olímpica aquecida, ginásio poliesportivo, ginásio de tênis de saibro coberto, quadra externa de tênis, quadra poliesportiva externa, 3 pistas de *cooper* com 500, 600 e 860m, 2 salas de ginástica e posto médico – Praça Charles Miller, s/n, Tel./Fax: 3664-4650.

As informações, cedidas nas entrevistas, sobre os equipamentos esportivos são desencontradas: enquanto a maioria dos entrevistados relata a diminuição na quantidade de unidades, outros dois falam em aumento. Assim, optou-se pelos dados comentados por Netuno, que atua na Coordenadoria de Gestão Estratégica de Equipamentos, responsável pela gestão da estrutura e dos equipamentos, uma vez que foi o mais preciso e minucioso na informação. Para Netuno, ocorreu aumento do número de centros esportivos – antes 46 na gestão Kassab e agora no governo Haddad, são 47, número confirmado com os Centros Esportivos em funcionamento informados no *site* da SEME. Não obstante os Centros Esportivos transformados em CEUs – Centro Unificado de Educação – os CE São Miguel, CE Jardim São Vicente, CE Parque do Carmo e CE Guaianazes, alguns Clubes da Comunidade (CDC) foram incorporados à SEME e passaram a Centros Esportivos, com a gestão direta da SEME. Assim, foram incorporados os novos CEs: Perus, Ermelino Matarazzo, Modelódromo e Tietê e, também, foi construído e inaugurado o Centro de Esporte Radicais, no Bom Retiro.

Entretanto, Netuno alertou que existem mais seis Centros Esportivos em processo de passagem para a Secretaria Municipal de Educação, os quais, também, serão transformados em CEUs. A transformação de CEs e CDCs em CEUs ou hospitais é indício de que houve diminuição da abrangência de atuação da SEME, resultado da diminuição de recursos financeiros e humanos, alertados por Terra e Marte, assunto a ser abordado posteriormente.

Ao mesmo tempo que os equipamentos de esporte e lazer da cidade são cedidos para outras Secretarias, o Plano Plurianual das duas gestões apresenta rubricas de custo para a Construção de Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa em cinco regiões da cidade. No último Plano Plurianual, ainda prevê a construção de cinco Centros de Iniciação Esportiva, todos equipamentos voltados para a detecção, formação e treinamento de atletas. Esse fato explicita o direcionamento da política pública de esporte da SEME da cidade de São Paulo.

Os problemas da infraestrutura dos equipamentos também são ressaltados por Júpiter, ao dizer que “as condições dos Centros Esportivos são bem precárias e vêm se deteriorando na gestão atual, com banheiros sem condições de uso, falta de equipamentos de ginástica e materiais para prática esportiva”. Acrescenta, ainda, de forma categórica, que somente o “CE Jardim São Paulo, localizado na Zona Norte, possui sala de ginástica equipada satisfatoriamente”. Urano coaduna com a precariedade dos equipamentos, afirmando que, atualmente, “ocorre diminuição das reformas dos equipamentos esportivos da cidade”. Terra é mais veemente sobre as condições dos equipamentos: “a gestão Haddad é péssima, equipamentos abandonados, deteriorados e sem manutenção”.

As percepções dos funcionários da SEME justificam-se, ao observar e comparar os gastos efetivos com obras nas duas gestões municipais, pois o governo Kassab investiu R\$103 milhões, e a atual gestão Haddad, até o final de 2015, gastou R\$53 milhões. Para equiparar a aplicação em reformas e construções da gestão anterior teria de aplicar R\$50 milhões em 2016, o que deve ser bem difícil, já que a média de custo da rubrica nesta gestão foi de R\$17,8 milhões ano. Dessa forma, a manutenção, reforma e ampliação dos equipamentos devem mesmo estar deixando a desejar.

Clubes da Comunidade

Os 284 Clubes da Comunidade (CDCs) são unidades esportivas em terrenos municipais, porém possuem sistema diferente de gestão dos Centros Esportivos, pois sua gestão acontece por associações compostas por moradores do bairro. A administração é indireta, realizada por entidades da comunidade local, legalmente constituídos em forma de associação comunitária, e/ou, informalmente “eleitos” pela própria população do bairro. A

Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação coordena o processo de eleição das entidades que farão essa gestão, fiscaliza o uso, implementa políticas públicas e insere atividades no calendário desses espaços, além de realizar reformas e intervenções na estrutura física, que são bem menores, em área total, do que as 47 unidades de administração direta.

Os Clubes da Comunidade estão espalhados em todas as 31 subprefeituras da capital paulista: Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel Paulista, Sé, Vila Maria, Vila Guilherme, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

Na gestão anterior, existiam 298 CDCs na cidade de São Paulo; porém, hoje são 284, conforme Netuno, alguns estão sendo descadastrados por falta de documentação e desativados pela SEME. Mercúrio apresenta preocupação com essa realidade, ao dizer que “os CDCs da cidade de SP, que já são poucos, estão diminuindo, sendo cedidos pela SEME para a Saúde e Educação. A atual gestão cedeu três CDCs, que eram espaços da SEME, para a educação e saúde”. As condições da grande maioria dos CDCs não são adequadas, o que se explica na assertiva de Netuno, “na gestão anterior aconteceu um plano de obras e reformas dos CDCs, já nessa gestão a única coisa que foi feita foi a colocação de grama sintética em 40 CDCs em Parceria Público Privada com a AMBEV, sem custos para a SEME”.

É necessário refletir que a atual política da SEME com os CDCs exige que somente a Associação local responsável pelo equipamento – constituída por moradores da região – participe dos chamamentos públicos para efetivação de convênios para o desenvolvimento das práticas esportivas, fortalecendo o apoderamento da comunidade. Entretanto, ao mesmo tempo, não realiza a devida gestão desses locais que, atualmente, apresentam problemas de limpeza, manutenção, segurança, ausência de diversidade de atividades esportivas, precário número de atendidos, entre outros problemas.

Na gestão Kassab, existiam dois modelos de funcionamento dos CDCs: no primeiro, a gestão era da Associação de Moradores, responsável pela manutenção e limpeza e eram conveniadas pela SEME – instituições com competência para desenvolver as práticas esportivas; o segundo modelo funcionou apenas em três CDCs como programa piloto. Nele a Prefeitura contratava uma Organização Social do Esporte (OS) para quem era repassada toda a gestão dos CDCs. A Associação de Moradores e outros compunham o Conselho de Usuários que interviam na gestão. Dessa forma, a OS ficava responsável por todo o

funcionamento do CDCs, com contratação, organização, manutenção, segurança, limpeza, reformas e professores para desenvolver as atividades esportivas. O repasse de verba para a OS era realizado, a partir do alcance dos escopos estabelecidos previamente em contrato, com metas de atendimento, pedagógicas, processo, resultados e até impacto na comunidade do entorno. Na categoria gestão, será analisada essa alteração com mais acuidade.

Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa

O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) funciona na Av. Ibirapuera, 1315 e tem como objetivo promover o desenvolvimento de atletas e equipes competitivas nas categorias de base, com apoio e suporte técnicos efetivos. Criado em 03 de fevereiro de 1976 (decreto nº 12.593), trabalhou, inicialmente, com quatro modalidades: atletismo, basquete, boxe e voleibol, foram atletas do COTP, entre outros: Montanaro, Amauri, Hortência e Ricardo Prado. Atualmente, o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) é referência não só pela formação de atletas de ponta, em suas 10 modalidades – atletismo, basquete, boxe, voleibol, futebol, handebol, ginástica artística, luta olímpica, judô e natação –, mas também pela excelência em medicina esportiva e por receber seleções nacionais e internacionais.

A gestão Kassab inseriu, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, uma rubrica de custo para reforma e manutenção do Centro Olímpico do Ibirapuera e construção de outros quatro Centros Olímpicos na cidade, que formariam a Rede Olímpica. Para isso, foi criada a Coordenadoria de Esporte de Alto rendimento – no momento, ficou restrita à gestão do COTP do Ibirapuera e Núcleo de Alto rendimento (NAR), que funciona em Santo Amaro dentro do CE Santo Amaro-Jorge Bruder.

Na gestão Haddad (2013 a 2016), foram orçados os custos no PPA (2014-2017) e LOA para reforma e construção de mais COTPs. No plano de metas da SEME do período foi apontado o objetivo de ampliar e modernizar o Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa e construir um Centro Olímpico de Iniciação e Formação e cinco Centros de Iniciação Esportiva (CIE).

As duas gestões, portanto, compartilham de perspectivas muito similares, ou seja, grande fomento ao esporte de alto rendimento em detrimento da democratização da prática esportiva para população, pois, das cinco metas, da gestão atual (Haddad), registradas no Plano da Prefeitura de São Paulo, nenhuma se refere à construção e/ou ampliação de Centros Esportivos para a prática de esporte como lazer ou educação, apenas de requalificar 50 CDCs

– que não implica a ampliação de vagas, modalidades esportivas e turmas de práticas esportivas.

NAR – Núcleo de alto rendimento Esportivo de São Paulo

O Núcleo de Alto rendimento foi criado em 2011 e, desde maio de 2014, após a assinatura de um convênio entre o Instituto Península e a Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, passou a ser mantido pelo Instituto Península, cujo foco estava em projetos voltados ao esporte e à educação. Na busca por instalações mais amplas e modernas, em março de 2015, a sede do NAR foi transferida do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (Ibirapuera), para funcionar no Centro Esportivo Joerg Bruder, em Santo Amaro, na zona sul da capital paulista. O Instituto Península arcou com a doação de todo material e serviços para a construção da nova sede e para a reforma da pista de atletismo, do campo interno e do campo sintético do Centro Esportivo; a SEME, com a cessão do espaço.

O Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo é um centro de excelência em estudo, avaliação, prescrição de treinamento esportivo e capacitação de técnicos e preparadores físicos, focado no alto rendimento de atletas e equipes profissionais. O NAR também conta com a estrutura apropriada para desenvolver novas metodologias, assim como a produção científica sobre o tema. Nos cinco anos de existência, o NAR já é um dos maiores centros de treinamento e de pesquisa do mundo, com mais de 40 estudos publicados em revistas e jornais científicos no Brasil e no exterior.

5.3.2. Orçamento

A categoria orçamento é resultado da análise do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária anual. Inicialmente, procurou-se identificar o foco de investimentos, verificando as rubricas e reunindo-as em alguma categoria mais abrangente. Assim, todas as rubricas de reforma e construção foram agrupadas em “Obras”, e todos os custos com gestão de pessoas, como despesas com Recursos Humanos, vale transporte, alimentação, ou seja, despesas ligadas à gestão dos colaboradores da SEME, foram agrupados como “administrativo”. Outra categoria formulada foi a dos “Eventos”, que reuniu os investimentos de todos os eventos realizados pela SEME; também se entendeu à necessidade da categoria “operação de programas” que se refere ao desenvolvimento das

atividades esportivas e de lazer da SEME, como materiais esportivos, equipamentos e pagamentos dos convênios das instituições que desenvolvem os programas e projetos esportivos e de lazer. Também se notou a alocação de recursos para manutenção, adequação e recuperação dos equipamentos esportivos, denominada de “construção e reforma” e rubrica bastante representativa de “informática e comunicação”.

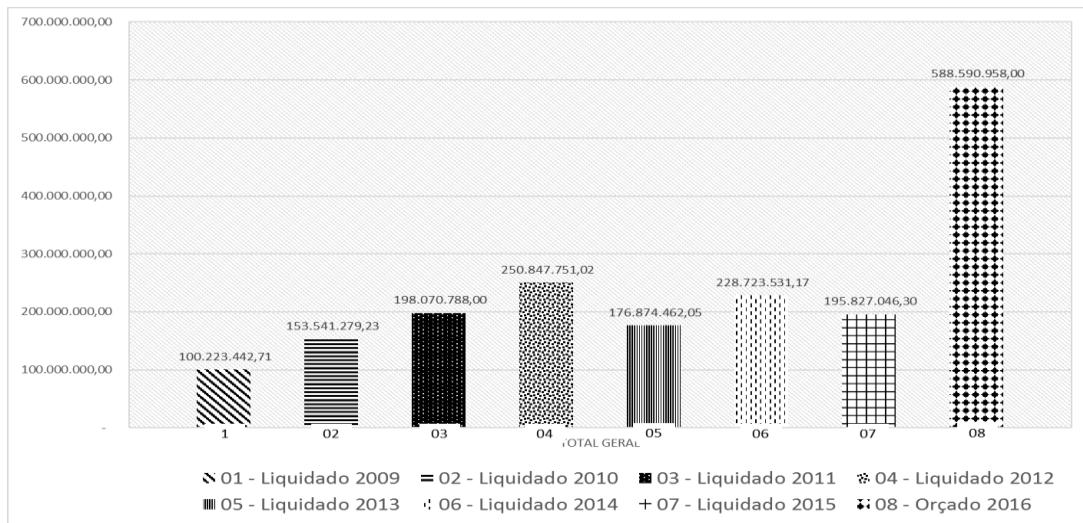
Os investimentos do Evento Virada Esportiva foram avaliados isoladamente, já que seus custos foram registrados e nomeados separadamente dos outros eventos da SEME, que aparecem somente como evento esportivo sem designar para quais eventos se destinam os recursos alocados. Avaliou-se, também, destacadamente os recursos do Programa Clube Escola, que aparecem separadamente dos outros programas na gestão anterior de Gilberto Kassab e, ainda, em razão de ser o programa de esporte educacional da SEME, conforme indicado por todos os entrevistados.

Na sequência, essas rubricas orçamentárias foram cotejadas com as informações relatadas pelos funcionários da SEME para identificar quais as perspectivas de fomento de cada uma das gestões analisadas.

Primeiramente, pensou-se em analisar os custos e investimentos orçados para cada um dos períodos administrativos e a cada ano, por meio da avaliação da Lei Orçamentária anual. Entretanto, ao verificar que a diferença do orçado para o liquidado, isto é, o planejado para o valor efetivamente empreendido era de, aproximadamente, 50%, em todos os anos avaliados, entendeu-se que o mais real seria analisar os valores liquidados. Apenas o ano de 2016 será analisado pelo valor orçado, em razão de ainda não ter os valores liquidados por estar em curso, o que demonstrará a grande diferença entre o planejado e o realizado.

Inicialmente, a análise se debruça sobre o montante geral dos investimentos e custos da SEME, avaliando e comparando os dois períodos de governo avaliados na Tese e, posteriormente, o eixo central da análise será dada pela verificação ano a ano, de cada uma das gestões, visando identificar os focos centrais de custos. Assim, confrontando com os depoimentos coletados durante as entrevistas, será possível captar as perspectivas, objetivos e intenções da SEME. No Gráfico 4, a seguir, constatam-se os valores gerais empreendidos pela SEME de 2009 até 2015 e o orçado para 2016.

Gráfico 4- Demonstrativo de custos anuais da SEME



Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, no Gráfico 4, que a gestão Kassab investiu um montante de R\$702.683.260,96; a gestão Haddad, em três anos de governo (2013-2015), investiu na SEME o total de R\$ 601.425.039,52, portanto, para igualar os gastos com esporte e lazer em São Paulo, a gestão atual precisa investir R\$ 101.258.221,44 no ano de 2016, que é muito provável devido à média de recursos da SEME na gestão atual ser de R\$ 200.475.013,17.

Também pode-se acreditar que os investimentos serão próximos ou superiores à gestão anterior ao verificar o orçado para o ano de 2016, R\$ 588.590.958,00, em razão do explanado anteriormente – os valores liquidados são, em média, 50% do orçado.

Dos valores orçados para o ano de 2016, o montante de R\$ 284.171.504,00 é destinado – a partir de repasse de verba Federal para o município – à Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos, logo, em esporte de alto rendimento. Portanto, é fundamental analisar minuciosamente os investimentos anuais para constatar os focos de custos e, assim, poder refletir sobre o desenvolvimento do esporte no município de São Paulo.

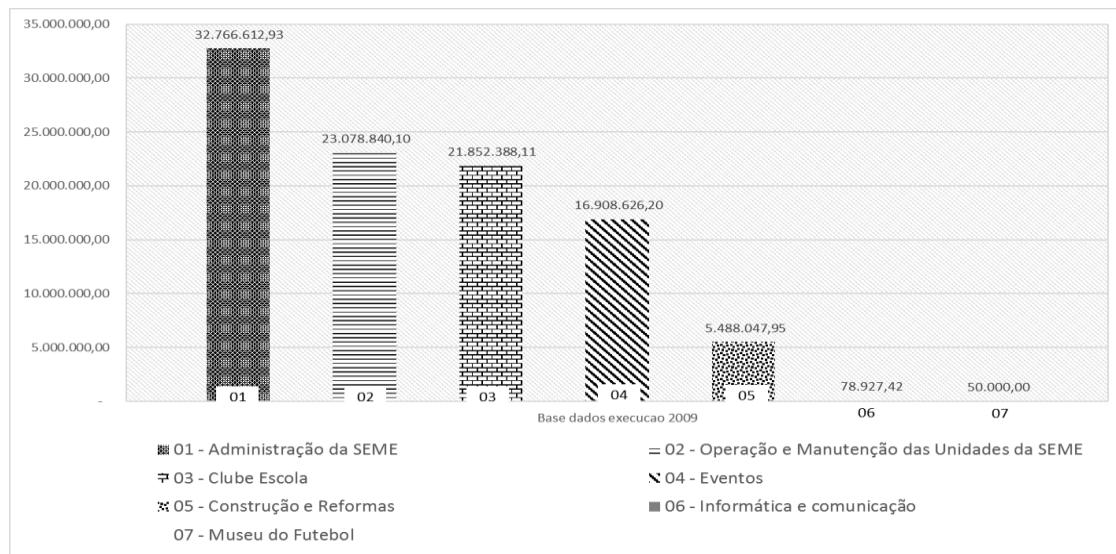
Entretanto, não se tem garantia alguma dos valores que serão destinados ao esporte em São Paulo e para qual rubricas de recursos. Não existem parâmetros; a única norma encontrada é a de que os investimentos em eventos esportivos não podem ultrapassar 15% do orçamento da SEME. Também é necessário ponderar a inflação do período, aumento e pagamento de impostos que implicam a arrecadação e orçamento geral do município. Na percepção dos funcionários entrevistados, entretanto, os recursos foram diminuídos.

Apenas Júpiter afirma que os recursos são os mesmos, porém enfatiza que “o foco de atuação se alterou, passando para ações pontuais, como em diversos eventos. Os recursos diminuíram nos projetos e programas, não tem verbas para capacitar os profissionais, não existem mais cursos, etc”.

Diferentemente, Saturno e Urano relatam que o orçamento da SEME passou de 1% para 0,4% de todo o orçamento da prefeitura de São Paulo; Netuno fala em redução de 50%; Terra afirma que, na gestão anterior, era de 1% e agora é de 0,3%, dados compartilhados por Plutão. Todavia, mais ponderadamente, Vênus coloca que antes chegou a 0,8% e, no governo Haddad, monta 0,4%. Já Marte ajuíza que o orçamento atual é de 0,4% do orçamento geral, mas o relevante é que os recursos são mal aproveitados, com investimentos que não acarretam o desenvolvimento da cultura esportiva dos municíipes e a formação de praticantes de exercícios, a exemplo dos altos investimentos em eventos esportivos e de lazer, assertiva essa muito diferente de Mercúrio, ao afirmar que os “os maiores gastos são em obras”.

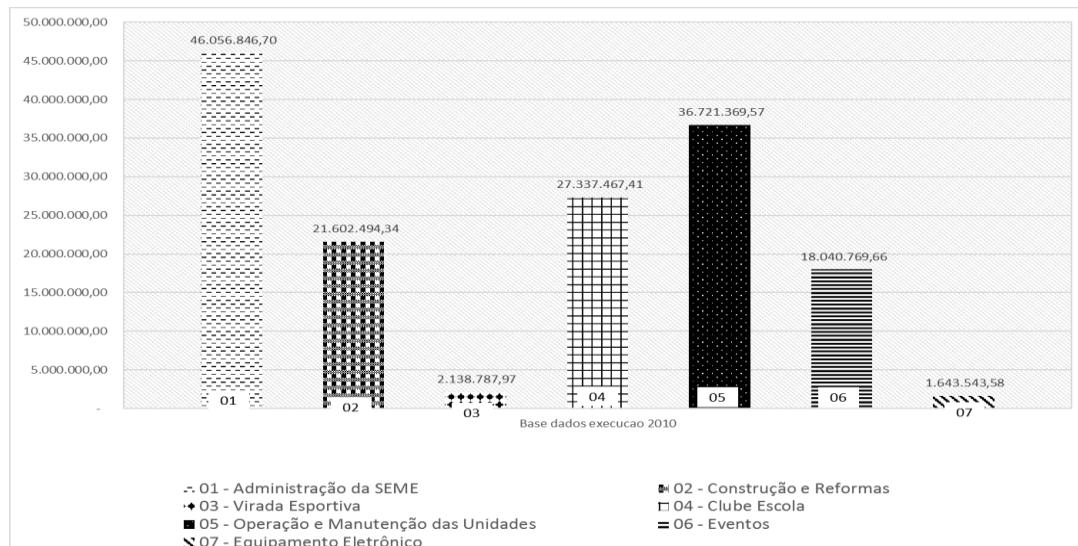
Os funcionários que sinalizam para o alcance de 1% do orçamento – acredita-se – referem-se, especificamente, ao ano de 2012, quando realmente os investimentos na SEME foram os maiores de toda a história. Ao analisar o orçamento e arrecadação geral do Município de São Paulo, consta-se que os investimentos em esporte e lazer chegaram ao máximo a 0,72% na gestão Kassab. Essa percepção dos funcionários é resultante da não observação do orçamento anual e das áreas de custos em que ocorrem os investimentos da SEME. Talvez, os recursos podem diminuir para a execução dos projetos e programas que fazem a gestão, mas aumentam com obras e em gastos administrativos. Dessa forma, é fundamental analisar mais detida e detalhadamente os orçamentos anuais da SEME.

Nos Gráficos 5, 6, 7 e 8, observam-se os investimentos em cada uma das categorias analisadas no período da gestão Kassab, lembrando que, no ano de 2009, o orçamento foi resultante do Plano Plurianual realizado na gestão anterior (Serra e Kassab).

Gráfico 5: Lei Orçamentária anual da SEME 2009

Elaborado pelo autor

Nota-se, no Gráfico 5, o pouco investimento, em 2009, em construções e reformas, passando um pouco dos 5% do montante dos gastos da SEME. A rubrica Museu do Futebol aparece somente no ano de 2009 – depois disso, não é explícita a destinação de verba para o Museu. Também, observa-se o pequeno investimento em informática e comunicação, especialmente se comparar com 2011 quando chega a mais de 4 milhões. Desperta, porém, a atenção o investimento neste ano no programa Clube Escola, que chega a 23% do orçamento, revelando investimento da SEME em esporte educacional.

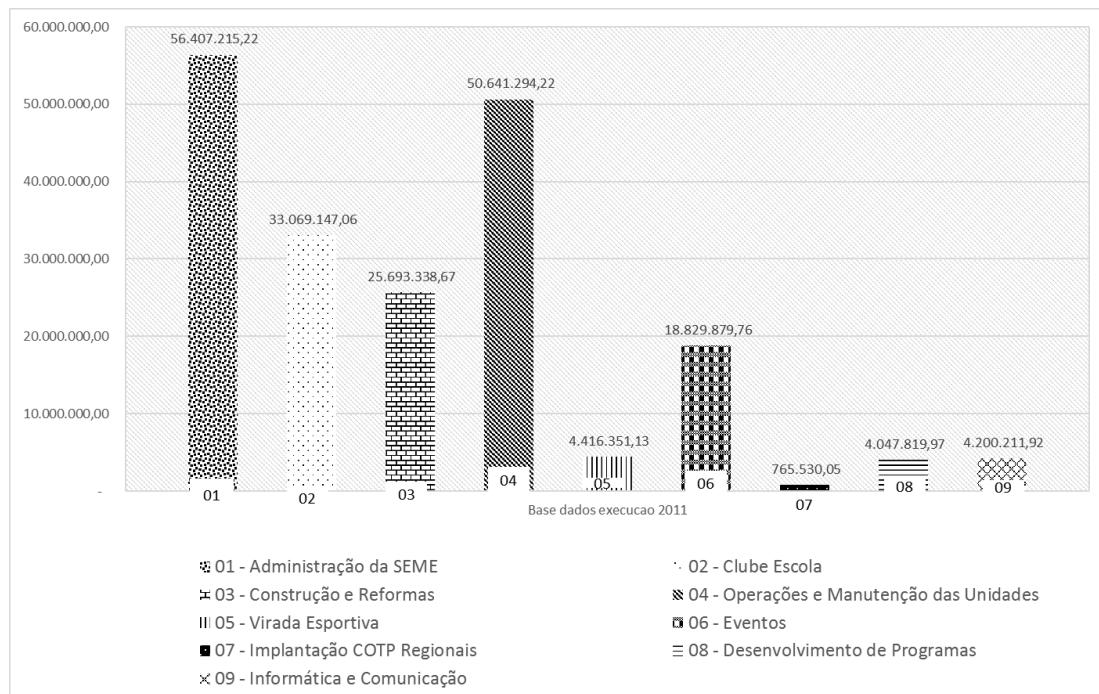
Gráfico 6 - Lei Orçamentária anual da SEME 2010

Elaborado pelo autor

A análise do Gráfico 6 apresenta indícios de que o foco da gestão da SEME, no ano de 2010, foi a reforma, construção e manutenção dos equipamentos esportivos, com acréscimo de, aproximadamente, R\$ 26 milhões de reais em relação ao ano anterior. Os valores do Programa Clube Escola, entretanto, não subiram muito; ampliaram-se os recursos em 4 milhões aproximadamente, mas revela que a intenção da SEME é fomentar o esporte educacional.

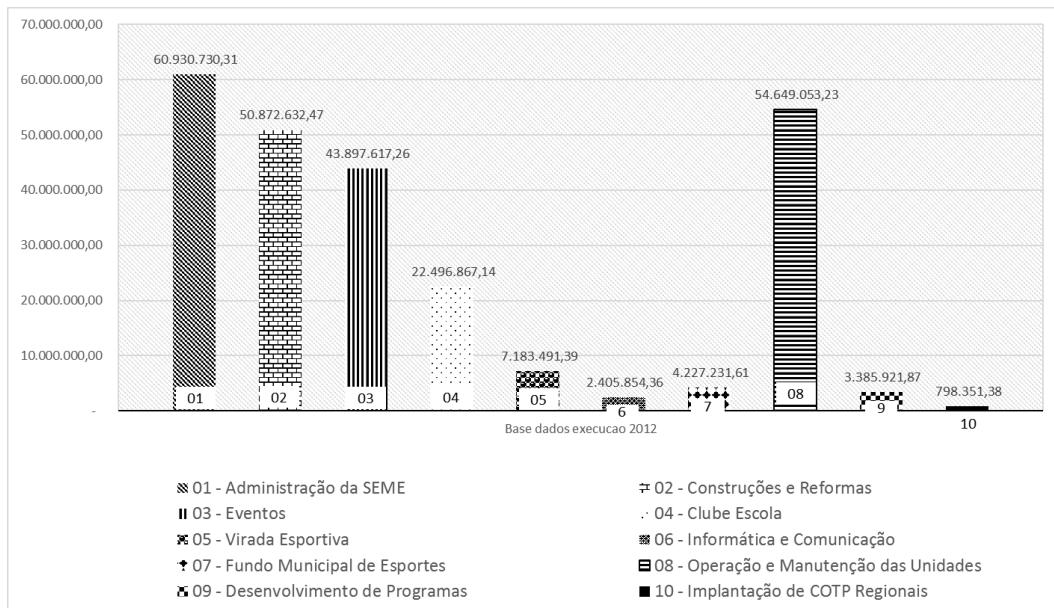
Nota-se que aparece a rubrica de custo Virada Esportiva, apesar de ser realizada a primeira em 2007; seu custo permanece registrado até 2013, na Lei Orçamentária Anual.

Gráfico 7: Lei Orçamentária Anual da SEME 2011



Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se, no Gráfico 7, o empenho de verbas da SEME, em 2011, na Operação e Manutenção das Unidade, com mais de 50 milhões de reais. Os recursos do Clube Escola sobem em relação a 2010 e, ainda, surge a rubrica de recursos Desenvolvimento de Programas, demonstrando que o objetivo da SEME foi a realização de projetos e programas para a ampliação de atendimentos e da prática esportiva – principalmente, ao verificar que os valores de Eventos foram praticamente os mesmos, apesar de a do centro de custos Virada Esportiva quase dobrar seu valor.

Gráfico 8- Lei Orçamentária Anual da SEME 2012

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se, na Lei Orçamentaria (LOA) de 2012, o grande crescimento de recursos para a SEME durante a gestão Kassab e Feldman como Secretário de Esporte, Lazer e Recreação. Porém, pela primeira vez na LOA, surge um custo específico, mesmo que pequeno ainda, para a Implantação de Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Regional, caminhando em sentido oposto aos altos investimentos no Programa Clube Escola realizado na gestão Kassab.

Ao analisar os Gráficos 5, 6, 7 e 8 da gestão Kassab, percebe-se que a maioria dos investimentos foram os seguintes: 14,5% em Construções e Reformas; 14,8% no Clube Escola; 27,6% na Administração da SEME; 13,6% nos Eventos; 20,1% em Operação e Manutenção da Unidades de Esporte e Lazer; 8% no Desenvolvimento de Programas e Projetos e 1,1% em Informática e Comunicação. Admiráveis são os valores da Administração da SEME, que são oriundos de gastos com salário, direitos trabalhistas e outros: são os maiores em todos os anos e chegam a 27,6% no período.

É fundamental registrar a existência de rubrica de custo específica para o Programa Clube Escola, com 14,8% de todo o orçamento, sendo este reconhecido pelos entrevistados como ações de esporte educacional. Vénus frisa que “na gestão anterior o maior montante de investimento era no Clube Escola, apesar de nunca ter atingido a meta de 1 milhão de atendimentos”. Também lembra que o programa Clube Escola chegou a apresentar

resultados de suas ações em congressos e seminários internacionais, sendo “reconhecido como programa de vanguarda no esporte educacional”.

Chamam atenção também os 13,6% investidos em Eventos, ao somar a Virada Cultural e outros Eventos – somente a Virada consome R\$13.738.629,10 em três anos em que tem rubrica específica de custo. Assim, Vênus e Júpiter dizem que a SEME é uma secretaria de eventos e não de programas. Essa percepção deve-se ao fato de os recursos investidos em programas, projetos e obras serem dispersos em diversos e distantes locais da cidade; os Eventos são concentrados e de grande repercussão e proporção, chamando mais a atenção.

Fundamental alertar que, segundo Plutão, o aumento de receitas da SEME, como se observa na evolução dos montantes de 2009 a 2012, se deve, especialmente, à gestão de Walter Feldman como Secretário de Esportes da SEME. Plutão, Terra e Vênus relatam que Feldman assumiu, em 2007, com a SEME sucateada, ainda na primeira gestão do Prefeito Kassab, e a recuperou com elevação do orçamento, recuperação de Centros Esportivos e implantação de programas, especialmente o Clube Escola. Conforme Plutão, Walter Feldman saiu de 92 milhões para quase 300 milhões, chegando a 0,8% do orçamento municipal. Vênus coaduna com a opinião de Plutão e descreve Walter Feldman como “mais político e experiente na gestão e muito mais humano e competente, com visão pública e política”, que favorecia as relações políticas para o aumento de verbas públicas para a SEME. Dessa forma, justificam-se os investimentos da SEME mais que dobrarem na gestão do Prefeito Kassab.

Na verdade, ao comparar o total liquidado pela SEME, constata-se que o ano de 2012 teve o maior orçamento, ultrapassando os 250 milhões e chegou a 0,72% do total arrecadado pela Prefeitura de São Paulo, que totalizou o montante de R\$ 34.819.341.883,00 – o máximo valor da gestão Haddad foi quando investiu 0,6% do orçamento na SEME em 2014, como se constata no Gráfico 10. Os orçamentos da SEME, apesar de diminutos com relação a outras pastas, encontram-se na média dos orçamentos municipais para o esporte, que comprovam o esporte como secundário nas políticas públicas, conforme expõem Damiani e Ribeiro (2008, p. 53):

embora a situação do esporte e lazer nos municípios brasileiros seja heterogênea pelas diferenças demográficas, econômicas etc, salvo exceções de administrações destacadas, observa-se uma regularidade: a maioria das gestões municipais trata o esporte como questão secundária, com órgãos pouco estruturados, orçamentos limitados – a média nacional é de 0,5% – baixo investimento em infraestrutura, equipamentos e pessoal que, além de escassos, são pouco qualificados. As ações, descontínuas e desconectadas, indicam a necessidade de políticas municipais que definam prioridades.

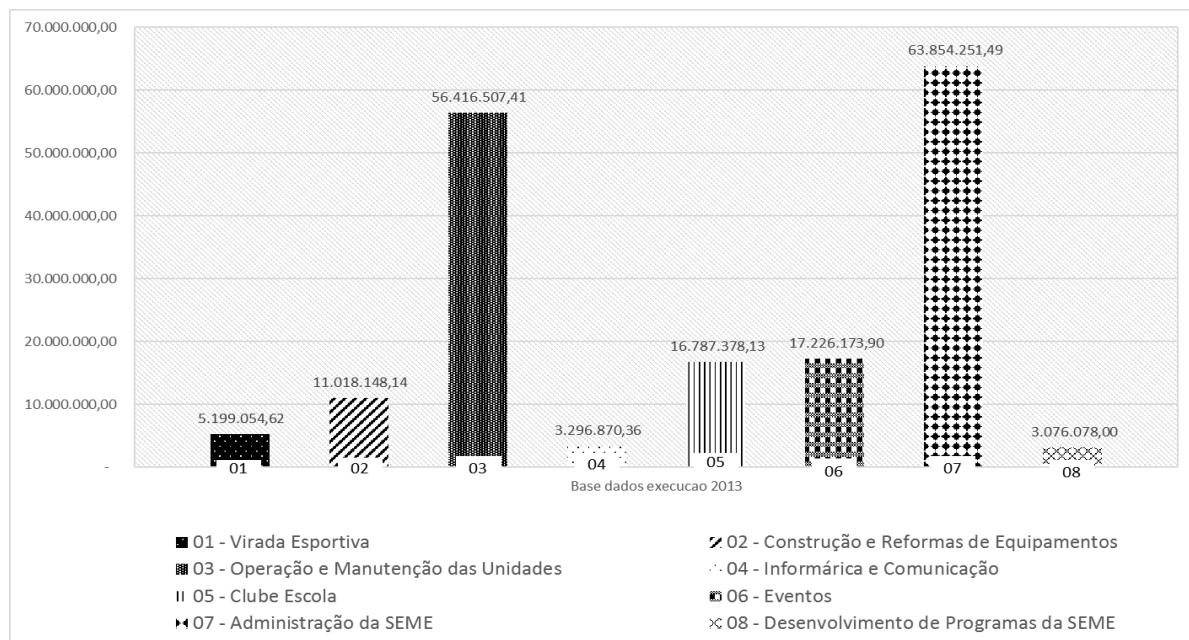
Para os funcionários entrevistados, a melhor captação de recursos da SEME, durante a gestão Kassab, deve-se ao fato de Walter Feldman, então secretário da pasta, pertencer ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), logo, não ser de partido não expressivo da coligação partidária do prefeito e, ainda, ser muito bem relacionado com as outras secretarias e ter muita influência política para captar recursos.

A percepção dos funcionários sobre a obtenção de mais recursos pela SEME³¹, na gestão Kassab, deve-se ao aumento de recursos no período e da rápida queda de investimentos no primeiro ano do governo Haddad, como se observa no Gráfico 9, a seguir. Também pode ser em razão de as rubricas de investimentos serem distintas nas gestões; assim, os funcionários perceberam que os investimentos não eram realizados em programas e projetos que geriam, mas também, não notaram o fomento em outras ações.

Chama muito atenção os valores investidos em eventos no ano de 2012: somados à Virada Esportiva, superaram R\$51 milhões, o que representou 20,36% do orçamento da SEME. Esse alto investimento em eventos, possivelmente, levou os funcionários a dizerem que se trata de uma Secretaria de eventos. Entretanto, é necessário ressaltar que, em ano eleitoral, eventos são uma boa forma de campanha política.

³¹ Sobre o aumento de recursos na SEME, na gestão Kassab, se faz necessário um parêntese para explicar a gestão de Walter Feldman, à frente da SEME. Feldman tornou-se Secretário da SEME, em 08 de janeiro de 2007, durante o primeiro mandato de Kassab, que assumiu a Prefeitura de São Paulo, em 2006, após a candidatura e eleição do ex-prefeito José Serra para Governador do Estado de São Paulo. Feldman foi novamente anunciado Secretário da SEME em janeiro de 2009, continuando sua gestão à frente da SEME, agora no novo mandato de Kassab. Posteriormente, se afasta da SEME para candidatar-se a deputado federal, em 2010, e Kassab nomeia Valter Rocha, que era subsecretário da SEME, como Secretário. Feldman retorna a SEME em 28 de outubro de 2010 e permanece a sua frente até 20/07/2011, quando Kassab, em acordo político com o PMDB, para aprovação de projeto da Câmara Municipal, nomeia o vereador Bebeto Haddad para Secretário de Esporte, Lazer e Recreação de São Paulo. Bebeto sai da SEME, em 2012, para concorrer à eleição de vereador e assume Toni Moreno (ex-presidente do Clube Pinheiros), que permanece até o final da gestão Kassab. Walter Feldman era considerado pela própria imprensa e analistas políticos um supersecretário à frente da SEME.

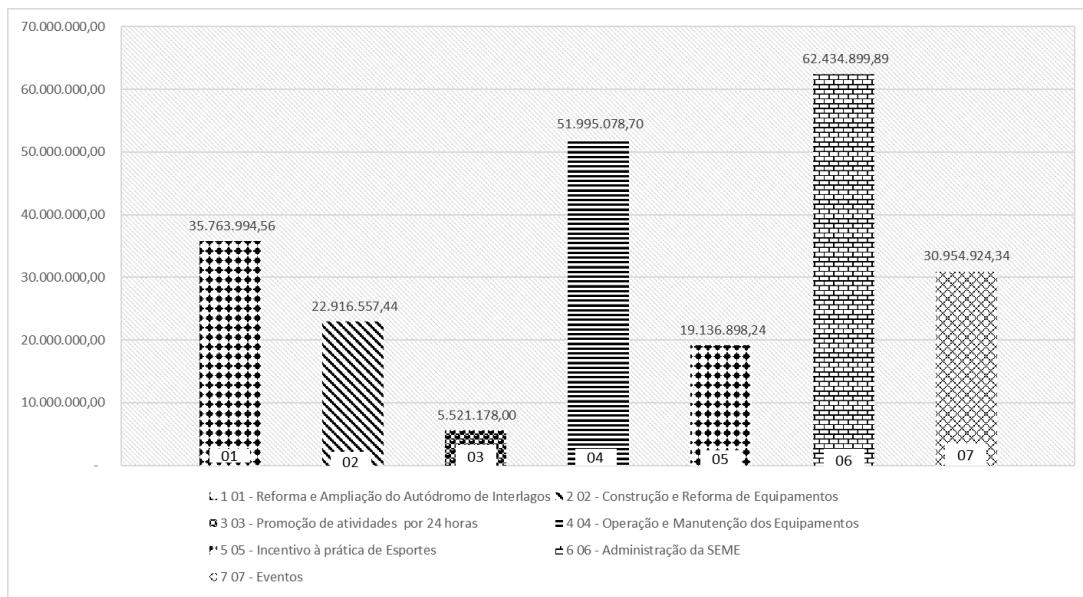
Gráfico 9- Lei Orçamentária Anual da SEME 2013



Fonte: Elaborado pelo autor

Os gastos e investimentos da SEME, em 2013, despencaram, passando de mais de R\$250 milhões em 2012, para R\$176 milhões de reais, em 2013. Praticamente, os custos com o administrativo da SEME consumiram mais de 35% do orçamento anual. Os investimentos no Clube Escola diminuíram de R\$22 milhões (2012) para R\$16,7 milhões (2013) – somente em 2013 é que se observa uma rubrica de custo exclusiva para o programa na gestão Haddad.

Os funcionários da SEME creditam o ocultamento das despesas do Clube Escola nas próximas LOAs como uma forma de encolhimento e exposição do Programa que foi o maior foco de investimentos, repercussão e propaganda da gestão anterior. Portanto, fica claro que as políticas na SEME não são políticas públicas de Estado, mas sim políticas de governo. Terra, Júpiter, Urano e Netuno declararam que o Clube Escola permaneceu na SEME, porque é decreto e não pode acabar, mas ele foi sendo esvaziado ano após anos, especialmente, pela diminuição de seu valor e importância para a SEME e, consequentemente, com a redução de recursos.

Gráfico 10- Lei Orçamentária Anual da SEME de 2014

Fonte: Elaborado pelo autor

O orçamento de 2014, conforme o Gráfico 10, teve uma ótima elevação de recursos, aproximando-se das verbas destinadas à SEME, em 2012. Entretanto, ao examinar mais detalhadamente, verifica-se que o acréscimo se deve, principalmente, a recursos destinados à Reforma do Autódromo de Interlagos, que não pertence aos equipamentos administrados pela SEME, pois, desde abril de 2005, é gerido pela SPTuris, empresa oficial de turismo e eventos da cidade.

Os entrevistados informaram que as verbas conquistadas pelos vereadores, por meio de emendas parlamentares, destinadas ao esporte são repassadas para a SEME e, assim, entraram em seu orçamento pela Lei Orçamentária Anual. As verbas destinadas ao Autódromo de Interlagos foram originadas de emenda de vereadores. A SPTuris não pode receber recursos diretamente da Prefeitura, por ser uma empresa de economia mista que, entre outras ações, administra o Autódromo. Como se trata de um equipamento público, o Autódromo pode receber recursos da Prefeitura, neste caso repassado pelo orçamento da SEME para realização de reformas e manutenção no Autódromo.

Relevante apontar o surgimento de nova rubrica de custo na LOA de 2014: a linha de Incentivo à prática esportiva, que também aparecerá nos anos subsequentes. Ao analisar a LOA, não fica claro e evidente em que, qual ou onde, especificamente, os recursos são investidos. Observam-se despesas com material de consumo, equipamentos e materiais permanentes e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. Entretanto não estão registrados quais materiais e equipamentos e para onde foram destinados, nem quais são os serviços de

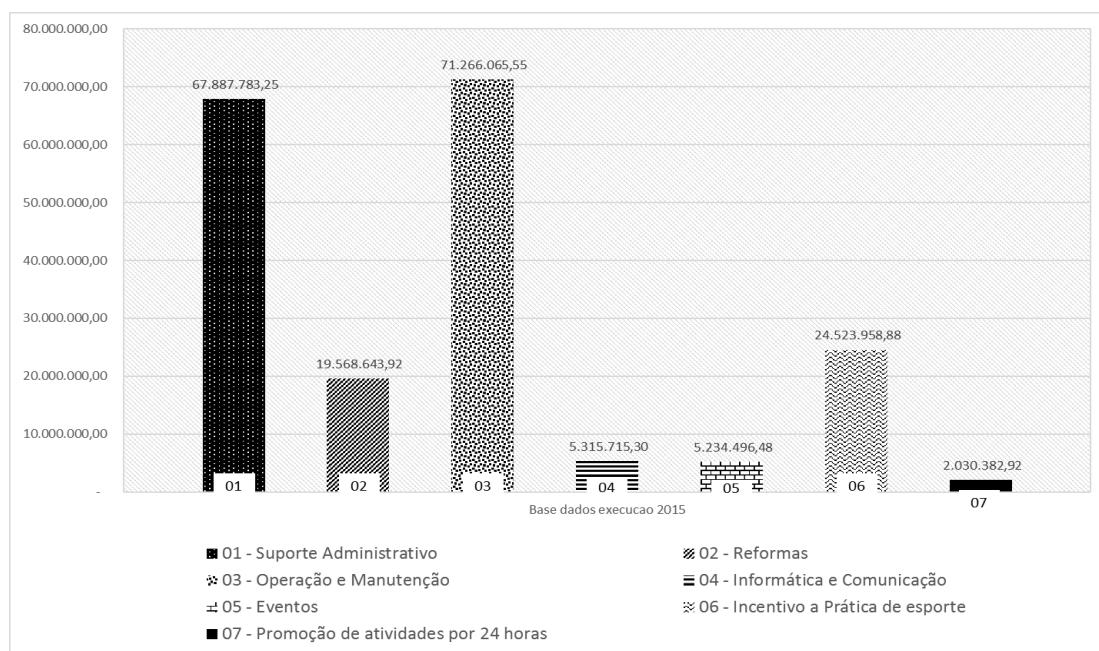
terceiros, que é o maior gasto R\$ 16.793.854,95. Assim, não se pode afirmar se esses recursos foram investidos em eventos, programas, bolsas para atletas, equipes de competição ou outros.

Registra-se o fato de que o não registro de destinação específico na LOA é padrão de todas as gestões. Todas as rubricas de custos são registradas de forma genérica. Ao questionar os funcionários da SEME sobre a destinação de alguns dos recursos da LOA, eles não souberam responder, afirmando que a gestão financeira é realizada no Gabinete da SEME, logo, pelos cargos comissionados. Essa prática evidencia uma política de esporte, da Cidade de São Paulo, formulada, implantada e coordenada pelos políticos, e não pelos técnicos – na categoria gestão se aprofunda nesta análise.

Neste ano também aparece, pela primeira vez, a rubrica de custo Promoção de Atividades por 24 horas, resultante de um dos Projeto da SEME, o Revirando a Virada, que insere atividades nos Centros Esportivos das 18h de sábado até as 8h de domingo. No item Atendimento, aprofundaremos as discussões sobre o Revirando a Virada.

No ano de 2014, o orçamento liquidado da SEME chegou 0,6% do valor total arrecadado pela Prefeitura de São Paulo, que foi de R\$ 38.392.950.126,85 – portanto, acima do que os funcionários da SEME informaram – que fica entre 0,4% e 0,3%, investido em 2013. Porém, grande parte desse valor aplicado, em 2014, foi na reforma do Autódromo, como comentado anteriormente.

Gráfico 11- Lei Orçamentária Anual da SEME de 2015



Fonte: Elaborado pelo autor

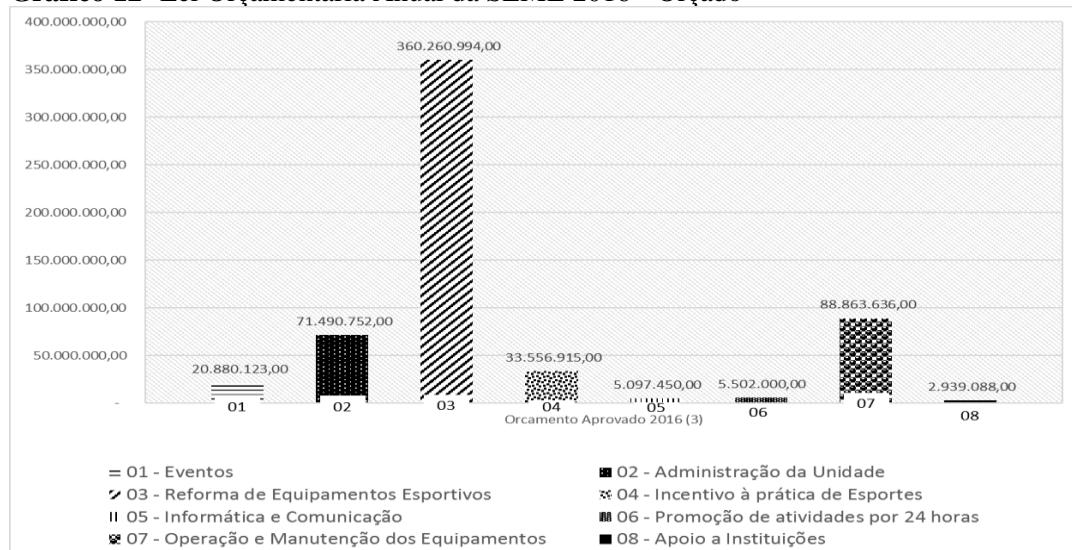
Observa-se, no Gráfico 11, a diminuição de recursos da SEME em 2015, em comparação ao ano anterior, caindo para apenas 0,44% do orçamento da Prefeitura. Isso revela indícios de que a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 não acarretou maiores investimentos no esporte da cidade, já que o orçamento foi reduzido no ano após a sua realização. Entretanto, nota-se a elevação de despesas com o Administrativo, fato interessante já que os entrevistados relatam que o número de funcionários diminuiu ano a ano. A categoria Gestão vai detalhar esse aspecto da SEME.

Verifica-se, também, grande redução das despesas com eventos com relação a todos os anos analisados e a redução de mais da metade dos recursos destinados à Operação de atividades 24 horas, em razão de adequação do Projeto, limitando os Centros Esportivos que ficam abertos e também à redução dos horários de atividades, pois foi constatado que, durante a madrugada, não existia frequência e aconteciam problemas de segurança.

Fundamental assinalar que os recursos destinados à Informática e Comunicação superaram os gastos com eventos, e, entretanto, a fala dos funcionários é de não terem equipamentos e tecnologia disponíveis para qualificar os trabalhos da SEME, como o controle informatizado de usuários, que permitiria o melhor controle e avaliação dos programas e projetos da SEME.

As verbas para reformas são restritas, especialmente se cotejadas com outros anos, e ainda ocorre a destinação de R\$ 523.791,38 para reforma e ampliação do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, local onde se desenvolve o esporte de Alto-rendimento.

Gráfico 12- Lei Orçamentária Anual da SEME 2016 - Orçado



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 12 é referente ao orçado para 2016. Devido à realização da análise ocorrer durante o mesmo ano, as verbas não foram totalmente empreendidas. Dessa forma, as verbas locadas nas linhas de custo são as planejadas, conforme a intenção dos gestores da SEME, e não as efetivamente realizadas no decorrer do ano.

Ao analisar os dados, desperta facilmente a atenção para a elevada destinação de recursos para Construção e Reformas de Equipamentos (R\$ 360.260.994,00), dentre os quais o montante de R\$ 284.171.504,00 destina-se, exclusivamente, à Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos, com repasse de verba federal para a SEME, levando a entender qual é o foco de investimentos em nível Federal e Municipal, ou seja, o esporte de alto rendimento.

Assim, caso se realize uma análise orçamentária e se subtraia o valor da construção e ampliação dos Centros Olímpicos, chega-se ao montante de R\$ 304.419.454,00 orçado para despesas da SEME. Considerando-se que, em média, são efetivamente investidos 50% do orçado, pode-se projetar que será liquidado o montante de R\$ 152.209.727,00, ou seja, reduzindo ainda mais os recursos investidos pela SEME. São perspectivas, mas há possibilidades de acontecer, em razão de não ter garantia do repasse Federal, ainda mais pela grave crise econômica por que passa o país. Entretanto, também podem ocorrer, nesse período, emendas parlamentares que venham a ampliar esse orçamento.

Interessante comentar que os recursos para as despesas administrativas da SEME são os únicos que têm um aumento constante em todos os anos avaliados – todas as outras rubricas de custos têm aumentos e decréscimos. Caberia uma análise mais minuciosa dessa linha, pois não houve aumento de equipamentos, a estrutura continua praticamente a mesma, o número de funcionários se reduz a cada ano, e as despesas administrativas aumentam muito acima de índices da inflação. Em 2009, o valor era R\$ 32.766.612,93 e, aplicado o índice de inflação até dezembro de 2015 (IGP-M 52,15%), chegaria a R\$ 49.854.621,18, e o planejado para 2016 é R\$ 71.490.752,00, sendo que esse centro de custo não é intenção ou projeção de investimento, mas sim o cálculo de custos fixos, despesas reais.

Ao analisar os Gráficos 9, 10 e 11, referentes às despesas da gestão Haddad com a SEME, constata-se que os investimentos foram destinados em 8,9% em Construções e Reformas; 32,2% na Administração da SEME; 8,8% nos Eventos; 29,8% em Operação e Manutenção da Unidades de Esporte, Lazer e 7,2% no Incentivo à prática esportiva, 1,3% no Clube Escola, 2% em Informática e Comunicação e 9,7% em outras despesas que se alteram a cada ano.

As porcentagens de despesas efetivadas (2013-2015) da gestão Haddad, ao serem cotejadas com as da gestão anterior, evidenciam a redução de mais de 50 milhões de investimentos em Obras (construção, reforma e ampliação). Destarte, comprehende-se que a percepção dos entrevistados de que os equipamentos esportivos não estão adequados e necessitando de investimentos é confirmada pela diminuição de aporte nessa rubrica de custo.

Percebe-se que a porcentagem das despesas que mais se elevaram são as com a Administração da SEME e, como anteriormente comentado, caberia análise mais aprofundada, apesar de não interferir no desígnio desta pesquisa.

Cumpre-se aqui o alerta sobre o decréscimo nos investimentos no Clube Escola, que passam de 14,8% do orçamento da gestão anterior para apenas 1,3% na gestão Haddad, mencionado como rubrica de custo apenas no ano de 2013, quando o orçamento foi traçado pelo Plano Plurianual formulado pela gestão anterior. Nesse sentido, explicita a intenção da gestão atual de atrofiar o Programa Clube Escola, designando menos recursos e divulgando cada vez menos suas ações, sem vinculação da marca do programa, com a clara intenção de não continuar a desenvolver programa de sucesso com a população da cidade.

Pode-se inferir, então, que a gestão atual não se preocupa com a continuidade de ações que têm resultados positivos, com a gestão e investimentos em políticas públicas de esporte, que acarretam em benefícios para a população, mas sim em realizar a política de governo para demarcar suas ações perante a população.

O Programa Clube Escola foi indicado pelos entrevistados como programa dedicado ao esporte educacional, todavia observa-se que a gestão atual busca privar a população da prática de esporte educacional e furta a oportunidade de aprenderem e gostarem de esportes; perde-se a oportunidade de formar cidadãos cultos e entusiastas esportivamente e, assim, de construir e ampliar a cultura esportiva da cidade, com munícipes ativos fisicamente, praticantes de exercício físico e, consequentemente, legatários dos benefícios do esporte, como saúde e educação. A colocação de Plutão vai exatamente nesse sentido: “não adianta recuperar um equipamento ou investir em eventos se não tiver um programa para fomentar a prática esportiva”.

Ainda não é possível analisar todos os investimentos em esporte e lazer da atual gestão Haddad, em razão do ano em curso, mas percebe-se, a partir da avaliação dos gráficos de despesas e orçamento, que não aconteceram grandes alterações de investimentos de recursos financeiros, apenas mudanças de foco de ação. Não aconteceu impacto da realização da Copa do Mundo FIFA nos investimentos da SEME e na política de esporte da cidade. Provavelmente, os recursos investidos devem ficar muito próximo em valores absolutos

(quantidade de reais) e abaixo na porcentagem de recursos da SEME em relação ao orçamento geral do Município de São Paulo.

5.3.3 Gestão

A Categoria Gestão foi elaborada tendo como base os comentários dos entrevistados sobre os recursos humanos, as funções e ações dos funcionários e da coordenadoria, as relações interpessoais e de poder no interior da SEME e as diferenças apontadas na administração dos dois governos avaliados.

O organograma da SEME é o mesmo desde 2008, não se modificando nas duas gestões subsequentes, como relatado anteriormente. Sua estrutura constitui-se nas Coordenadorias, Assessorias, Núcleos e equipamentos de atendimento direto à população. Os colaboradores ouvidos, porém, apontam diferença na atuação desses departamentos, assim como apontam outros aspectos de mudança entre as duas gestões analisadas.

A falta de funcionários efetivos para trabalhar na SEME é afirmada por todos os entrevistados. Dizem que o problema já vem da gestão passada e que o último concurso, ocorrido em 2004, efetivou os aprovados até 2007. Após este ano, não houve a efetivação de mais nenhum concursado, o que interfere anualmente nos recursos humanos da Secretaria, uma vez que o número de aposentadorias é crescente e volumoso a cada ano. Mercúrio relatou que “somente em 2015 foram 300 aposentadorias de funcionários. Muitos após aposentarem continuam trabalhando como contratados, chegando a acontecer de alguns Centros Esportivos sem nenhum professor efetivo da SEME”. Para Marte,

[...] falta RH, devido à redução grande do número de funcionários, e a SEME funciona por meio de convênios com instituições que desenvolvem o trabalho, principalmente nas pontas (Centros Esportivos). Existe uma movimentação na SEME para abrir concursos, mas nada até agora.

Saturno chegou a asseverar que são “muitas aposentadorias. Nessa gestão, teve mês que chegou a 100 aposentadorias”.

As informações quanto ao atual número de funcionários efetivos são contraditórias, mas a média que se chega é de 114 funcionários técnicos (professores de educação física), atuando na SEME. Muitos Centros Esportivos não têm nenhum funcionário atuando. Júpiter é categórico quanto às ações da gestão e recursos humanos, ao afirmar que “a SEME deveria melhorar a estrutura dos CDCs e contratar professores para esses locais”.

Um fator diferencial de gestão que apareceu espontaneamente na fala dos colaboradores entrevistados da SEME foi a falta de valorização e diálogo da gestão atual com os funcionários efetivos. Para Júpiter,

[...] a gestão atual trouxe seu grupo e não observou o que já acontecia, não escutou os profissionais que atuavam na SEME, simplesmente alteraram todo o foco de atuação, sem avaliar o que funcionava, assumiram a SEME com ideias pré-concebidas e as implantaram sem menor diálogo com o que já existia. Impactando muito os funcionários da SEME. Não existe consulta aos funcionários.

Mercúrio, por sua vez, acrescenta que “o funcionário público sofre muito com as mudanças de gestão, pois alteram as prioridades e projetos da SEME. Muitas vezes, se começa do zero!”

Nesse sentido, Plutão, Saturno e Netuno registram uma diferença entre as duas gestões quanto ao número elevado de cargos comissionados nas coordenadorias. Anteriormente, funcionários de carreira exerciam a Coordenação das Coordenadorias, especialmente da CGPE, que é a mais técnica – na visão deles, necessita-se de profissionais de educação física na sua gestão. Dessa forma, relegaram aos funcionários de carreira somente a execução, afastando os efetivos das decisões. Netuno, Terra e Plutão chegam a levantar suspeitas sobre a idoneidade dos gestores do atual governo.

Terra assevera que ocorreram mudanças comprometedoras na gestão atual e complementa que “na Gestão Kassab, os funcionários eram valorizados e reconhecidos e agora a SEME está em frangalhos”.

Nesse sentido, a gestão do esporte da SEME é contrária ao estabelecido por Trautwein (2008) para a gestão e fomento do esporte no País, Estado ou Município, ao entender que o Estado possui o quadro próprio de funcionários que não tem a função de atender aos políticos, e sim ao governo legalmente instituído pelos estatutos, regulamentos e leis específicas do Estado. Assim, os órgãos governamentais responsáveis pelo esporte, por meio dos conhecimentos técnicos e científicos dos funcionários da área esportiva, e a legislação específica e complementar devem desenvolver as políticas públicas de esporte.

Dentro das mudanças de processos de gestão, algo que interferiu muito na redução e desenvolvimento da prática esportiva foram os convênios. Na gestão Kassab/Feldman eram contratadas instituições com *expertise* comprovada na prática pedagógica da área esportiva para atuar nos CDCs. No atual governo, o convênio é realizado diretamente com a associação responsável pelo CDC. Essas instituições tiveram de regularizar a documentação para poder participar do chamamento e receber os recursos da SEME e desenvolver as ações esportivas.

Essa estratégia é pertinente para regularização da situação do CDCs, porém muitos não conseguiram regularizar a documentação e ficaram sem as atividades esportivas.

Além disso, ainda houve mudança da contratação na quantidade de atividades e no valor dos convênios. No governo anterior, as instituições conveniadas eram obrigadas a desenvolver diversas modalidade para distintas turmas e faixas etárias. Na gestão Haddad/Celso Jatene, o CDC é contratado para realização de apenas uma modalidade esportiva e sem a obrigação de atender a diferentes faixas etárias e gêneros. Assim, de acordo com Urano, “as modalidades futebol e futsal são as mais desenvolvidas, praticamente hegemônicas, acabando com a diversidade de modalidade, acarretando na diminuição do atendimento em 50 a 60%”.

Netuno confirma a diminuição do número de modalidade e acrescenta que, consequentemente, “foi reduzida a contratação de profissionais, também, em razão da determinação de atendimento máximo de seis turmas em cada CDC”. Logo, os atendimentos despencaram. Netuno comenta que “antes eram apenas 25 CDCs que recebiam programas de atividades esportivas, agora são muito mais, porém com menos turmas e atendimentos”.

Urano alerta que mais importante que a queda no número de atividades e atendimentos, foi a perda de qualidade das práticas pedagógicas. O funcionário indica duas causas para a redução do nível pedagógico:

primeiramente, a redução dos valores dos convênios, que agora cobrem apenas os recursos humanos (professores) e o material é doado pela SEME, sendo escasso e de pouca qualidade. A segunda, é a gestão das Associações de Moradores, que são realizadas por pessoas muito humildes, sem formação de nível superior, realizando gestão muito problemática do CDC, especialmente, com a contratação de professores desqualificados, geralmente provisionados, para o ensino do esporte, quanto mais para o esporte educacional – consequentemente, impactando negativamente nos resultados.

A gestão de convênios, além disso, foi modificada para a contratação das instituições que desenvolvem atividades esportivas nos Centros Esportivos. Atualmente, passaram a realizar convênios com federações e confederações, especialmente as de lutas, que delimitou já no chamamento essas instituições, o que a SEME nunca havia feito. Marte, Saturno e Mercúrio asseguram que é a primeira gestão que faz convênios com federações para desenvolver atividades continuadas nos Centros esportivos e CDCs. Netuno explicita essa situação, descrevendo que,

no chamamento de Lutas, foi delimitado que somente federações e confederações de lutas poderiam participar. Antes era aberto para diferentes

instituições, como clubes, ONGS, Universidades e todas as instituições com finalidade esportiva.

Terra indica que, nessa gestão, “os convênios são complicados, porque eles aceitam apenas as instituições que o gabinete do secretário apoia. Os funcionários são pressionados a contratar por convênio determinadas instituições. Quatro dos entrevistados afirmaram ter sido afastados dos cargos por discordar de projetos e convênios firmados”. Outro exemplo da mudança de gestão de processos na SEME é relatado por Netuno, ao afirmar que,

[...] antes a CGPE formulava todo o processo de editais de chamamento para convênios, agora se responsabiliza apenas pelos aspectos técnicos dos editais das oficinas e repassa para CGPO formular os aspectos legais e orçamentários dos editais. Já nos eventos tudo fica a cargo do CGPO, e as ordens são emitidas para a CGPE apenas cumprir.

Atenta-se para o fato de que atualmente todos que trabalham na CGPO são cargos comissionados. A respeito dos Coordenadores, Terra é crítico e contrário às alterações, declarando que,

um diferencial da Gestão profissional do governo Kassab era que o coordenador da CGPE, responsável pela gestão dos programas, era profissional de educação física e funcionário de carreira da SEME e não um político inserido no cargo e sem competência para a gestão e que administra apenas no sentido político.

Netuno foi afastado da CGPO ao rejeitar um projeto de evento que solicitava a locação de espaço para evento de meio período no valor de R\$ 50.000,00, apesar de a SEME dispor de centenas de espaços ociosos. Ao rejeitar o projeto, foi afastado pelo subsecretário e agora está sem função na CGEE, cuidando de terceirizadas, como segurança, limpeza, entre outros serviços. Netuno fez questão de registrar que,

[...] em 2015, houve uma série de denúncias ao CGPO, de que instituições recém-criadas recebiam milhões em convênios com a SEME. Assim, criaram-se regras emergências, como ter no mínimo 3 anos de experiências, receber no máximo 500 mil, a proibição de ONGs de esporte participarem dos chamamentos e outras.

A assertiva de Terra confirma as falas de Netuno sobre as alterações dos processos de gestão. “Funcionários que não concordavam com as novas formas de convênio foram encostados em departamentos secundários”. Por exemplo, o funcionário Plutão, que assumiu em duas gestões anteriores a função de subsecretário, no momento, foi deslocado para ministrar aulas em um Centro Esportivo, em razão de discordar de inúmeros processos dos

coordenadores, chefe de gabinete, subsecretário e até do secretário Celso Jatene. Esses fatos são indicadores de uma gestão autoritária e, ao menos, nebulosa.

Outros funcionários da SEME ouvidos expuseram suas dúvidas sobre a gestão atual, comentando que foram criados núcleos específicos para a gestão do Bolsa Atleta Municipal e da Lei de Incentivo ao esporte Municipal (promulgada em 2014), cujos gestores são todos cargos comissionados e pessoas de confiança do gabinete da Secretaria. Para Vênus, Terra, Netuno, Urano e Plutão, essa forma de gestão é para facilitar a troca de favores, levantando severas desconfianças sobre a gestão atual. Relevante ressaltar que os entrevistados, espontaneamente, durante as conversas, asseguraram não serem partidários de nenhuma legenda política e que a fala deles era uma visão técnica profissional, tanto que descreveram problemas, falhas e lacunas nas duas gestões.

Outro fator que acarretou o descontentamento dos funcionários com a gestão do Prefeito Haddad e do Secretário de Esportes Celso Jatene foi a falta de investimento na formação dos profissionais, que acontecia nas gestões anteriores, especialmente, quando o Secretário foi o Walter Feldman, pois existia política de formação profissional em serviço na SEME. Walter Feldman, ao retornar à função de Secretário da SEME, em 27 de outubro de 2010, anunciou que uma de suas prioridades eram os próprios funcionários: “É de extrema importância capacitar todo mundo. Para isso, vamos oferecer cursos de gestão. Isso certamente dará eficiência e eficácia ao nosso sistema”. Para Vênus,

a gestão Kassab, especialmente pela administração do Secretário Walter Feldman, tinha uma preocupação com a profissionalização da SEME, como o desenvolvimento de instrumento de monitoramento e avaliação. Na gestão Haddad, aconteceu uma involução da gestão do esporte na cidade.

Segundo Júpiter, Urano, Netuno e Plutão, a gestão anterior proporcionou capacitação dos funcionários em inglês e curso sobre o legado da Copa, pensando no trabalho dos funcionários da SEME na Copa do Mundo FIFA; houve, também, formação em diversas áreas, reuniões entre os gestores e funcionários, troca de experiências, encontros com profissionais internacionais – acreditava-se na necessidade de formar os profissionais e acabou tudo. Júpiter ressalta que, dessa maneira, “os profissionais da SEME eram formados para qualificar a sua prática pedagógica e realizar a gestão profissional”.

Para Netuno, Terra e Saturno, a gestão anterior tinha interesse na profissionalização da gestão esportiva. Prova disso foi o investimento até em pós-graduação em gestão esportiva, com parceria da FEAUSP, que reorganizou toda a estrutura e selecionou os gestores locais. Cabe advertir que essa pós-graduação foi na primeira gestão Kassab e

Feldman, entre 2007 e 2008, mas as falas dos colaboradores é como se fosse uma mesma gestão com a de 2009-2012. Vênus faz uma ressalva sobre essa formação em específico:

A FEAUSP – foi contratada para reformular a administração de toda a SEME, criar novos processos de trabalho, analisar as ações, reformular o plano de cargos e salários. Também, implantar o Modelo de Gestão para resultados. Porém, nunca foi implementado de verdade.

Os relatos da realização de formações e cursos voltados para Copa do Mundo FIFA, na gestão anterior, manifesta a intenção e preocupação ao menos em intervir profissionalmente na realização da Copa do Mundo FIFA. Porém, foi constituída a SECOPA (Secretaria da Copa do Mundo), coordenada pela vice-prefeita Nádia Campeão, ex-secretária de esporte na gestão Marta Suplicy e, conforme a fala dos funcionários, “nada da Copa passou pela SEME”.

Plutão, que foi o único funcionário da SEME a trabalhar na SECOPA, garante: “perdemos a oportunidade da Copa do Mundo. A gestão atual foi totalmente contrária à década do esporte. As condições de esporte e lazer da SEME regrediram”. Para Plutão, a SECOPA foi criada apenas para organizar os treinamentos (equipamentos) e jogos da copa do mundo na cidade. Foi categórico em afirmar que, em nenhum momento, houve a preocupação em planejar algum legado esportivo ou outro dentro da SECOPA.

A responsabilidade foi a gestão dos três campos de treinamento – Pacaembu, Centro de Treinamento do Palmeiras e Centro de Treinamento do Pão de Açúcar/Audax –, organizar a logística das delegações na cidade de São Paulo quanto à segurança (parceria com o policiamento municipal, estadual e federal), hospedagem e transporte para treinamentos e jogos.

A fala dos entrevistados garante que a gestão da SEME ficou totalmente alheia à Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014. Entretanto, os possíveis legados gerados pela Copa do Mundo, esses serão discutidos posteriormente.

A reflexão sobre as alterações da gestão da SEME expostas pelos funcionários possibilita inferir que houve uma mudança de gestão profissional para uma gestão política, com a troca de funcionários técnicos, especializados, concursados, com experiência, que vinham desenvolvendo um trabalho – no entendimento deles, desenvolviam o esporte na cidade – por pessoas de confiança do Secretário Celso Jatene, sem formação na área de esporte, sem conhecimento sobre a SEME e impondo as alterações sem ao menos escutar os funcionários que estavam à frente dos programas e projetos. Plutão chega a exagerar, ao dizer que “regrediu tudo, a gestão voltou 20 anos para trás”, devido a sua mágoa pessoal, já que foi um dos funcionários afastados da gestão da SEME, sendo transferido para o Centro Esportivo.

Nesse sentido, constata-se o que asseveram Martines e Mezzadri (2008), sobre a gestão esportiva no Brasil “[...] o que vemos são programas de Governo, que mudam de roupagem a cada gestão e não oferecem, de fato, uma prática esportiva como um direito social para todos” (p. 225). Os resultados desse processo de gestão atual podem ser mais observados e avaliados quando se realizar a análise da Categoria Atendimento. Pode-se perceber que o descontentamento dos funcionários com a atual gestão é imenso – ainda existe uma admiração e saudade da gestão anterior, de Walter Feldman. Vênus, por exemplo, ressalta que

Walter Feldman era mais político e tinha experiência na gestão e muito mais humano e competente, visão pública e política, olhava para as pessoas e buscava ações que contemplasse como um todo, nesse sentido tentava não fragmentar a SEME, tanto no aspecto organizacional como nas ações dos projetos e programas esportivos.

Sobre as gestões da SEME, Plutão realiza uma analogia e, ao mesmo tempo, uma crítica sagaz que, particularmente, soa muito pertinente, pois leva a refletir sobre o valor e os rumos do esporte na cidade e no país:

A SEME tem 47 anos e passaram uns 40 secretários, ou seja, a média é de pouco mais de um ano. Imagine que cada Secretário de Esporte escreveu uma página do livro da SEME, ou seja, um livro de 40 páginas, posso afirmar que somente 3 páginas merecem ser lidas. As restantes são barganhas políticas. As páginas são a do Caio Pompeu de Toledo, que implantou passeio ciclísticos, corridas de rua, Copa SP de Juniores, tudo na década de 1970; a da Nádia Campeão, que criou programas de ruas de lazer, a partir da formação de gestores locais do espaço, com uma gestão democrática e conjunta com os técnicos da SEME e iniciou os Jogos da Cidade, que é uma das maiores e mais democráticas competições do mundo e, por último, a página do Walter Feldman que revolucionou a SEME, investindo nos funcionários com as formações, captando recursos de diferentes fontes de receita, democratizando o esporte com projetos e programas espalhados por toda a cidade.

5.3.4 Atendimento

Os aspectos que compõem a categoria Atendimento são os programas, projetos e eventos realizados nas duas gestões. A intenção era, inicialmente, realizar uma análise quantitativa e depois proceder com uma análise qualitativa desses números levantados. Todavia, as dificuldades e impossibilidade de levantar os dados foram inúmeras, pois foi perguntado a todos sobre os números da gestão anterior e da atual, mas ninguém soube informar com precisão. Cada um dos entrevistados falava que o próximo poderia fornecer os dados, o que, infelizmente, não aconteceu com nenhum. As respostas recebidas foram “mais

ou menos”, “aproximadamente”, “acho que”, “não tenho certeza”, “essas informações mais precisas você tem que perguntar para [...]”.

As justificativas para não apresentarem dados precisos podem ser descritas pela própria fala dos entrevistados. Segundo Júpiter, “a questão de dados na SEME é a coisa mais problemática. Caso pergunte para um será o número x e para outro y”.

Assim, as informações foram buscadas na Assessoria de Planejamento e Informação (API), responsável por recolher os dados para posterior planejamento de ações e políticas de esporte. Entretanto, a surpresa foi enorme: primeiramente, conversei com Mercúrio, da API, que pronunciou a seguinte frase:

nós trabalhamos com números e indicadores dos programas, mas não tenho como informar, temos alguns dessa gestão. Olha..., vou te falar, eles não deixam os números caírem.... Se procurar em *sites* e outros locais já deve ter percebido que os números nunca caem.

Posteriormente, foi entrevistado Saturno, sobre a mesma pergunta: preciso saber os números de estruturas, projetos, atendimentos para comparar uma gestão a outra, mas até agora ninguém conseguiu me passar... Antes que chegasse ao fim da pergunta, veio a resposta “e nem vai ter”. Então, Saturno solicitou que o gravador fosse desligado e afirmou que “todos os números são inventados”. Nesse momento, se compreendeu a colocação anterior de Vênus ao afirmar que “a avaliação e monitoramento da API é boicotado pelas Coordenadorias e Departamentos. Todos sabiam que os números não eram verdadeiros”.

As informações que são apresentadas na sequência são as relatadas pelos funcionários e são bem diversas com relação aos números de atendimentos. Por exemplo, alguns entrevistados falaram que o atendimento do Programa Clube Escola chegou a 100 mil e outro colaborador informou 30 mil, enquanto outro 25 mil. Não obstante essa disparidade de informações, todos descreveram que os recursos, atendimentos, eventos, projetos, programas e ações foram reduzidos na atual gestão. Algumas vezes, as informações foram dicotômicas, como a relatada por Mercúrio:

Eventos, programas e projetos aumentam a cada gestão, mas não proporcionalmente à população. Existe uma defasagem muito grande de ações e políticas esportivas para os municípios. Aconteciam oficinas no Parque do Ibirapuera, mas não tem mais. A Virada Esportiva diminuiu orçamento e número de atendimentos. Muitos eventos de corrida de rua, realizados diretamente pela SEME e em parceria com instituições não ocorrem mais. Passeios ciclísticos diminuíram muito.

Outras respostas são vagas, como as de Saturno: “não sei responder, não tenho noção! Eu acho que diminuiu”.

Todos os entrevistados, ainda, confirmaram a redução do programa Clube Escola. Para Terra, “houve redução de projetos e programas, convênios não foram renovados, com a priorização de eventos pontuais. O projeto Clube Escola praticamente acabou, diminuição dos convênios, sem renovação e aposentadoria de funcionários”. Júpiter entende que “com a diminuição do Clube Escola houve uma debandada de crianças e adolescentes dos programas da SEME”. E Saturno, por sua vez, assegura que “houve redução do esporte educacional.

Dessa forma, optou-se por descrever separadamente os projetos, programas e eventos que foram implantados na gestão anterior e na atual, e avaliar o que e como continuam no momento – apresentando, também, as ações de esporte que perduram de outras gestões mais antigas.

Eventos

Corridas de rua

São realizadas, durante o ano, dezenas de corridas de rua por toda a cidade. Algumas são organizadas diretamente pela SEME, assumindo todo planejamento, organização e realização das provas, que fazem parte do Circuito Popular de Corrida de Rua, e outras, a SEME é parceira de Instituições organizadoras, como a Corpore, O2 e outras, quando se responsabiliza pelo fechamento das ruas e autorizações.

Virada esportiva

Considerado um dos maiores eventos esportivos do Brasil, realizado desde 2007, a Virada Esportiva é a promoção de 34 horas de prática esportiva em diferentes pontos da Cidade de São Paulo, com mais de 140 modalidades oferecidas ao longo desses anos. As atividades acontecem nos Centros Esportivos, CDCs, SESC, Parques da Cidade, Vale do Anhangabaú, entre outros lugares.

Entre eventos e modalidades tradicionais do esporte, já foram oferecidas práticas como *bungee jump*, tirolesa, *slack line*, brinquedos infláveis, tênis, baile da virada, basquete 3x3, queda livre, trilhas, circuitos de bicicleta, canoagem, *snowboard*, *experience race*, patinação, vela, ginástica artística, corrida 24 horas, balão de ar quente, asa delta (presa por guindaste) e outras aventuras.

Enquanto na gestão Kassab/Feldman chegou a serem investidos mais de 7 milhões em atividades pontuais na Virada Esportiva em 2012, na gestão atual o montante máximo foi de R\$ 5,5 milhões. A gestão atual caracteriza-se pela descentralização das ações, levando atividades para os 48 Centros Esportivos municipais, Clubes da Comunidade (CDCs), Centros Educacionais Unificados (CEUs), parques, clubes sociais e unidades do SESC.

Urano comenta sobre a diminuição de recursos na Virada Esportiva: “a Virada Esportiva diminuiu muito. Os recursos têm diminuído muito, hoje o recurso é 30% da gestão anterior, consequentemente o número de atendimentos na Virada caiu muito”. Todavia, demonstra desconhecimento dos valores investidos no evento, pois continuam sendo bem elevados para apenas um dia de atividades esportivas.

Terra apresenta crítica à gestão Kassab: “muitas atividades da Virada eram apresentadas por instituições com altos valores e, mesmo assim, eram aprovadas para a Virada Esportiva”. Porém, entende que o evento amainou na atual gestão:

A Virada Esportiva perdeu muito em recursos, atividades e locais e também em qualidade, pois, antes, algumas atividades eram vinculadas às ações contínuas da SEME. As instituições parceiras desenvolviam atividades na virada que eram realizadas cotidianamente.

Marte não concorda com a realização da Virada Esportiva desvinculada dos Programas da SEME, especialmente na gestão Feldman:

Na gestão anterior tinha mais visibilidade, agora os recursos diminuíram. As atividades foram deslocadas para as periferias da cidade. Deveria ser um evento para festejar o esporte oferecido na cidade, e não com atividades oferecidas pontualmente. O Evento possui grandes arenas esportivas, com atividades desenvolvidas por meio de convênios, com atividades grandiosas, como tirolesa, parkur, patinação no gelo, bungee jump e vela. Evento solto, sem conexão com a política esportiva da cidade.

Jogos da cidade

Em 2003, foi realizada a primeira edição dos Jogos da Cidade de São Paulo, nas modalidades futebol masculino, basquete, handebol, futsal e voleibol masculino e feminino. Segundo o site da SEME, já na primeira edição, participaram 2154 equipes na etapa regional e 260 equipes na etapa municipal. A competição contabilizou, ao todo, aproximadamente 32 mil atletas e 3242 jogos.

Os Jogos da Cidade é a maior competição esportiva amadora do Brasil e uma das maiores do mundo. O evento tem como objetivo e princípio maior a integração sociocultural e esportiva entre os municípios, representados pelas Subprefeituras da Cidade de São Paulo,

interagindo com o desenvolvimento da Cultura de Paz. Em 2016, os Jogos da Cidade foram realizados em dois formatos: torneios e festivais. Os torneios foram disputados, em 2016, nas seguintes modalidades e gêneros:

- Futebol de Campo: masculino;
- Futsal: masculino e feminino;
- Basquetebol: masculino;
- Handebol: masculino e feminino;
- Voleibol: masculino e feminino;

Os Festivais foram disputados nas seguintes modalidades e gênero:

- Bocha: masculino e feminino;
- Gueitebol: masculino, feminino ou misto;
- Xadrez: masculino e feminino;
- Capoeira: livre;
- Vôlei de Praia: masculino e feminino e
- Tênis de Campo adulto: masculino e feminino.

Saturno foi enfático ao afirmar que “o número de equipes diminui ano a ano nos Jogos da Cidade”. Esse é um indício de que a população tem, cada vez menos, cultura esportiva, provavelmente pela falta de oportunidade de conhecer e praticar esporte. Marte, que atua na organização dos campeonatos da SEME, também relata que “o número de equipes diminuiu muito nos últimos anos” – mais uma vez um indício de que o esporte definha em São Paulo.

Taça Cidade de São Paulo de Futebol

O campeonato tem como meta primordial divulgar e fomentar a prática do futebol entre os jovens e adolescentes, com o princípio básico de dirigir esse esporte a um processo formativo e de inclusão social, criar oportunidades de revelar novos valores, contribuir incisivamente para a aquisição e a manutenção da saúde, bem como promover e dar ênfase às questões socioambientais, buscando os meios para se alcançar, fundamentalmente, as hastes que levam ao respeito e à promoção da natureza. Percebe-se que a SEME entende o esporte como salvador de todos os males, em razão da forma e abrangência como apresenta os objetivos do campeonato, demonstrando que não reconhece os limites e potencialidades da prática esportiva.

O torneio de futebol masculino e feminino, disputado há 28 anos, é o campeonato mais tradicional da cidade. Reúne categorias sub 11, sub 13, sub 15 e sub 17. Em 2016,

participaram 392 equipes de unidades da SEME, clubes, associações, academias e grupos organizados, inclusive de outras cidades de São Paulo.

Copa SP 2014

Competição iniciada em 2014 em comemoração à Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, um dos legados da Copa.

Segundo Marte, no seu primeiro ano, em 2014, foi disputada somente na categoria sub 14 masculino, por 32 equipes vinculadas às subprefeituras da cidade de São Paulo, que representavam cada uma das seleções da Copa do Mundo FIFA e que realizaram parceria com os Consulados dos países que representavam. O torneio foi realizado nos moldes da Copa do Mundo. Em 2015, com a criação das categorias Ouro e Prata, e da categoria feminino sub 17, o torneio revelou seus dois grandes vencedores no masculino e o campeão do feminino.

Atualmente, a competição conta com 28 equipes no masculino e 16 no feminino, fato que revela, mais uma vez, a redução de participantes das ações da SEME.

Taça São Paulo de Futebol Juniors

A Copa São Paulo de Futebol Júnior de 2016 foi a 47ª edição da "copinha" – a maior competição de futebol júnior do Brasil, disputada por clubes juniores de todo o país. Organizada pela Federação Paulista de Futebol (FPF), ocorreu de 2 a 25 de janeiro de 2016, com a participação de 112 equipes, divididos em 28 grupos.

Esse evento não é organizado pela SEME já há alguns anos, mas o foi em seu início. Encontra-se mencionado aqui em razão de ser um evento de alto rendimento que foi comentado por Marte, que trabalhou neste evento, com alto investimento da SEME, com seus poucos recursos.

A SEME tem alto investimento na Taça São Paulo de Futebol Juniors para sediar dois grupos da competição, custeando hospedagem, logística de transporte, treinamento, alimentação das equipes sediadas em São Paulo e, ainda, com o suporte médico durante as partidas. Além de funcionários disponibilizados para acompanhar as equipes.

A Federação Paulista de Futebol é a responsável pela organização da Taça. Porém, a SEME investe seus poucos recursos em competição de alto rendimento e midiática, com gastos públicos em um campeonato que é feito para empresários observarem e negociarem jogadores com altos lucros.

Vem dançar

O evento Vem Dançar consiste em bailes temáticos, que fazem parte do Programa Vem Dançar, lançado em 2007, para os adultos e para a terceira idade de diferentes Centros Esportivos e CDCs da cidade. São disponibilizados ônibus para levar os interessados aos salões sociais dos clubes do município de São Paulo, uma vez ao mês. O objetivo é oferecer atividades de inclusão e sociabilização. Durante os encontros, são distribuídos preservativos com informações sobre a importância de proteção contra as DSTs e, principalmente, contra a AIDS. Os espaços do Sport Clube Corinthians Paulista, Clube Espéria e Clube Atlético Juventus são alguns exemplos de locais que receberam a iniciativa.

Os eventos continuam acontecendo em 2016 e com grande sucesso, recebendo público de quatro mil pessoas nos bailes. Segundo Mercúrio, “atualmente, o maior público das oficinas da SEME é a terceira idade. O Programa Vem Dançar, em 2015 atendeu 15.000 pessoas nos bailes”.

Júpiter relata que, na gestão atual, existe uma preocupação com a terceira idade. “Na gestão anterior o que norteava as ações da SEME era o Programa Clube Escola e hoje são as ações para a Terceira Idade e o temático de lutas. A maioria do atendimento da SEME atualmente é a terceira idade”.

Datas Comemorativas

A gestão Celso Jatene da SEME implantou cinco eventos comemorativos: dia das mulheres, dos pais, das mães, das crianças e Natal. Nesses eventos, são fornecidos ônibus para todos os Centros Esportivos transportarem o público alvo do evento (referente ao dia comemorativo) para o Centro Esportivo Tietê, onde são realizadas atividades esportivas, recreativas e culturais durante todo o dia.

Festivais

A gestão atual também tem investido em eventos de lazer gastronômico em conjunto com a prática esportiva, como o Festival do Churros realizado no CERET, em 02 e 03 de julho de 2016, com venda de mais de 110 mil churros nos dois dias – indicador de presença de público. Também o festival do pastel, realizado no Pacaembu, nos dias 11 e 12 de junho de 2016, com intuito de levar para a população conhecimento sobre as instalações esportivas e passar a utilizar o Centro Esportivo, que contou com 70 mil pessoas ao longo dos dois dias.

Projetos:

Ruas de Brincar

A Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), na gestão Kassab, teve como principal objetivo melhorar e incrementar o Programa Ruas de Lazer, reapropriando o espaço público à comunidade local.

O Projeto Ruas de Brincar iniciou em agosto de 2010 com a intenção de reunir os gestores cadastrados das Ruas de Lazer da cidade e de dar sugestões sobre como melhorá-las, com informações teóricas e práticas. Além disso, o evento desenvolvia atividades físicas, esportivas, recreativas e socioculturais.

Aberto à população em geral, proporcionava aulas de dança de rua e, ainda, orientações sobre a saúde. A criançada encontrava as brincadeiras tradicionais, como corda e peão, e equipamentos infláveis de futebol e basquete para garantir a diversão. O Projeto foi encerrado pela gestão atual.

Polos de Brincar

Os 29 Polos de Brincar tiveram a proposta de levar diversão para moradores de comunidades afastadas da região central. O projeto que iniciou em 4 de março de 2012 e encerrou em 16 de dezembro de 2012 atendeu grande número de crianças da cidade de São Paulo, pois oferecia, para a garotada, videogames, brinquedos infláveis, jogos de tabuleiro e brincadeiras recreativas.

Manhãs Olímpicas no Pacaembu

Projeto iniciado em 04 de março de 2016 com o objetivo de promover modalidades dos Jogos Olímpicos para crianças e adolescentes, de 6 a 12 anos. Aconteceu até o dia 31 de agosto de 2016.

A ideia foi levar em média 500 crianças e adolescentes de escolas públicas municipais ao Complexo Esportivo do Pacaembu a cada sexta-feira e proporcionar a experiência de práticas esportivas olímpicas e paralímpicas presentes nos Jogos Rio 2016, como futebol, *rugby*, ginástica artística, *badminton*, *taekwondo*, judô, tênis, vôlei sentado, atletismo, futebol de 5, handebol, futebol de 7, vôlei, basquete e tênis de mesa.

As atividades esportivas eram desenvolvidas pela OS de esporte Instituto Social Esporte e Educação, que antes realizava a gestão e atendimento em esporte educacional e de lazer em três CDCs da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, cujo contrato foi encerrado na

gestão Haddad/Celso Jatene. Mercúrio assevera que a “OS de esporte era muito positiva, no sentido de ampliar os atendimentos e atividades esportivas para a população, porém foi extinta com a mudança de governo” e Vênus ainda qualifica o trabalho desenvolvido: “a OS era muito inovador e profissional, trabalhava com o modelo de gestão por metas”.

Temático de Artes Marciais

O Projeto Temático de Lutas é a iniciativa de práticas de esporte da gestão Haddad e Celso Jatene para funcionar em substituição ao Programa Clube Escola. O grande objetivo da ação é desenvolver, em 45 Centros Esportivos, nove modalidades de lutas: boxe, capoeira, *karatê*, *judô*, *jiu-jítsu*, *taekwondo*, *tai-chi-chuan*, *kung-fu* e *kickboxing* através de atividades esportivas e recreativas de caráter socioeducativo.

O Edital de Chamamento Público limita a participação de Confederações e Federações Esportivas de lutas de São Paulo, impossibilitando a participação de qualquer outra instituição. A grande dúvida é qual a *expertise* das federações e confederações em desenvolver esporte educacional? Por que essa limitação nas instituições que podem participar do chamamento? Somente as federações e confederações tem competência para desenvolver as lutas?

Atualmente, são ofertadas 10 mil vagas para as oficinas de lutas nos Centros Esportivos de São Paulo, sendo esse projeto o grande investimento da atual gestão, praticamente a modalidade esportiva mais ofertada pela SEME, em alguns Centros Esportivos é exclusiva. Também, são os maiores convênios e ainda acontecem diversos eventos de luta organizados pelas federações e confederações para promoção de faixa e competições.

Temático de Tênis

O Tênis era desenvolvido dentro do Programa Clube Escola até 2013. Após um período sem a prática do esporte, ele retorna em 2015, agora estruturado como Temático de Tênis e desenvolvido em 22 Centros Esportivos de São Paulo, tendo como principal intuito difundir a prática da modalidade para a população.

Conforme Urano, são ofertadas 1.500 vagas no tênis, cujas atividades são desenvolvidas por três instituições conveniadas.

Temático de Dança de Salão

Iniciativa da gestão atual da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), foi criada, em 2015, para disponibilizar os diferentes ritmos da dança de salão. O

programa foi implantado em 37 Centros Esportivos municipais, com o intuito de promover inclusão social, fomentar a prática de atividades físicas, proporcionar a melhoria da qualidade de vida, além de promover a integração entre os participantes e possibilitar a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

Os públicos alvos do projeto são adultos e a terceira idade. O projeto nasceu da experiência exitosa dos Eventos Vem Dançar. Urano afirma existirem mil vagas para a prática de dança em todos os Centros Esportivos.

Revirando a Virada

O diferencial do programa é o horário alternativo. O Revirando a Virada, projeto criado em setembro de 2013, a partir da experiência com o Evento da Virada Esportiva, tem como objetivo possibilitar práticas esportivas e de lazer para a socialização. Iniciou as atividades com programação de atividades 24 horas aos fins de semana, em 22 Centros Esportivos. Em 2015, passou a acontecer em 18 Centros Esportivos das subprefeituras, com início às 18h de sábado até 08h do domingo, sem intervalo, sendo mantido seu funcionamento em 2016. Para Urano, o Projeto Revirando a Virada

[...] é um fracasso. Por diversos aspectos: segurança, falta de estrutura, animação do local, etc. São contratados animadores para motivar a prática de esportes, poucas pessoas participam das atividades propostas, mas utilizam os Centros Esportivos para diferentes práticas esportivas, por exemplo, corrida, caminhada, futsal, etc. O que é legal é o espaço aberto, caso se retire os animadores não mudaria nada. Também, não há necessidade de ficar aberto toda a noite, o pessoal fica até no máximo às 22 horas e os Centros ficam abertos a madrugada toda.

Marte também comenta sobre o projeto, ao ressaltar que “o Projeto Revirando a Virada funciona em 18 Centros Esportivos, que permanecem abertos das 18 horas do sábado até as 8 horas do domingo, com atividades esportivas de lazer, atendendo, mais ou menos, 3 mil pessoas”.

Círculo Clube Escola

Campeonato organizado dentro do Programa Clube Escola, cuja primeira edição aconteceu em 2009, com a participação de Centros Esportivos e CDCs. Na gestão anterior, o campeonato era disputado em nove modalidades coletivas: basquetebol, handebol, futebol, tênis de campo, polo-aquático, *beach soccer*, futsal, *rugby* e voleibol e em oito modalidades individuais: atletismo, xadrez, judô, karatê, boxe, ginástica artística, natação e *skate*, que eram

as modalidades oferecidas no Programa Clube Escola. As disputas aconteciam nas categorias Sub 10; Sub 12; Sub 14 e Sub 16.

Na atual gestão, a competição foi denominada Circuito Esportivo, com a alegação de que participam instituições que não são do Clube Escola. No ano de 2016, o Circuito foi aberto à participação de Centro Esportivo, Centro Educacional Unificados, Clubes da Comunidade e outros. O evento, porém, foi esvaziado – não tem mais transporte para a competição e lanche, sendo disputada em apenas quatro modalidades: futebol, futsal, voleibol e ginástica artística (Festival). Foram mantidas as quatro categorias, apenas alterando a faixa etária Sub 11, Sub 13, Sub 15 e Sub 17.

Para Urano, “os circuitos esportivos e jogos da cidade diminuíram em número de equipes, Centros Esportivos e CDCs envolvidos e população em geral”. Segundo Netuno,

[...] o Circuito Clube Escola que era disputado em todas as modalidades oferecidas, agora não acontece mais. Nessa gestão, foram criados projetos de eventos, como dia das mães, pais, dia da mulher, dia das crianças e Natal. Nesses eventos são oferecidos ônibus para os Centros Esportivos levarem os usuários para o Centro Esportivo Tiete, onde são reunidos para prática de determinada modalidade. Assim, retiram pessoas das diversas zonas da cidade para reunir no centro, o que não faz nenhum sentido.

Golfe para a Vida

Lançado, em 2014, o projeto “Golfe para a Vida”, iniciativa da SEME, se realiza com aulas de golfe em 21 Centros Educacionais Unificados (CEUs) e 20 Centros Esportivos. O programa é fruto do termo de cooperação assinado entre a Secretaria de Esportes e a Confederação Brasileira de Golfe. Os gestores da SEME não souberam informar a quantidade de atendimentos e os resultados.

Virando o Jogo Sampa

O Projeto Virando o Jogo visa à inclusão social, objetiva amenizar a situação de pessoas em zonas de vulnerabilidade e risco social, diminuir a ociosidade no período não escolar, facilitar o acesso às atividades esportivas e de lazer e, principalmente, auxiliar aos que têm poucas possibilidades de frequentar aulas dirigidas ou de usufruir do lazer espontâneo, próximo de sua moradia. Assim, o projeto está voltado para crianças e adolescentes, de 03 a 17 anos de ambos os sexos, que residam ou circulam pelas praças e em situação de vulnerabilidade social e moradores de rua, por meio do esporte, lazer e recreação, com modalidades, como o Basquete, a dança Hip-Hop, o Skate e também oficinas de motricidade.

Em 2011, o projeto foi implantado em três locais na Cidade de São Paulo: o Centro Comunitário Água Espraiada, Praça Francisco Mendes de Sá e a Praça Marechal Deodoro. O projeto final chegou a um total de 20 locais em 2012, com atendimento de 3.500 crianças e adolescentes. Atualmente, o projeto atende em três locais da cidade: Largo Coração de Jesus - Luz; Centro Comunitário Águas Espraiadas - Jardim Aeroporto e Praça Francisco Mendes de Sá - Glicério. Outro indicativo do encolhimento das atividades esportivas da SEME e, consequentemente, do número de beneficiados.

Igualdade Racial no Esporte

A SEME, em parceria com a SEPIR (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), criou, em 2013, o projeto Igualdade Racial no Esporte, no intuito de fomentar o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais, e promover uma cultura de cidadania, tolerância e igualdade racial entre todas as etnias, além de diminuir as manifestações de discriminação de todas as naturezas. Inicialmente, realizado em oito Centros Esportivos Municipais da cidade – Pirituba, Jaguaré, Lapa, Jabaquara, Vila Santa Catarina, José de Anchieta, Taipas e Tatuapé –, ofereceu, gratuitamente, à população aulas de Capoeira, um esporte genuinamente brasileiro e originário da cultura negra.

A SEME buscou implementar um esporte, no caso, a capoeira, considerado patrimônio cultural e imaterial, caracterizado por ser transmitido de geração a geração e que se mantém em constante atualização pelas próprias comunidades que o praticam. A meta da SEME é que, em 2016, todos os Centros Esportivos ofereçam essa modalidade.

Saúde no Esporte

O projeto “Saúde no Esporte” foi uma iniciativa das Secretarias Municipais de Saúde e de Esportes, Lazer e Recreação cujo objetivo era o de aliar cuidados com a saúde às práticas esportivas. Começou em 2008, atuando no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), Quiosque da Saúde no Parque Ibirapuera e Clubes Esportivos Municipais.

Foi estabelecido o Convênio nº 60, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre a pactuação entre a Secretaria Municipal da Saúde e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), com a interveniência da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

O principal objetivo era oferecer avaliação e orientação aos usuários como parte importante na promoção à saúde, a fim de melhorar a atenção à saúde da população de todos

os segmentos sociais nas diversas faixas etárias. Ao todo, eram dez equipes compostas por dez profissionais de cada área da saúde – enfermagem, fisiologia do esporte, fisioterapia, nutrição, psicologia, odontologia, educação física, dentre outros – que percorriam, semanalmente, as unidades, nas diversas regiões da capital.

Ao todo, o Programa Saúde no Esporte realizou 133.358 procedimentos pelos Clubes-Escola, 9.360 pelo Centro Olímpico e 913 através do Quiosque da Saúde. Esse projeto, porém, foi encerrado na atual gestão, em 2015.

ECOLE

O Espaço do Conhecimento de Lazer e Esporte (ECOLE) foi instituído em 24 de março de 2011, pelo Secretário da SEME Walter Feldman, na gestão do Prefeito Kassab. Tinha como objetivos promover a produção, apropriação e disseminação de conhecimentos sobre o Esporte e o Lazer, como ferramentas para aprimorar as políticas públicas desenvolvidas pela SEME e favorecer o diálogo com a sociedade.

As atribuições do ECOLE eram: a) estimular a apropriação de conhecimentos científicos sobre esporte e lazer, pelo corpo técnico da SEME, necessários à formulação e ao aperfeiçoamento das suas políticas públicas; b) integrar a SEME às redes de produção de conhecimentos sobre esporte e lazer, nacionais e internacionais; c) promover a produção e produzir conhecimentos científicos e filosóficos necessários à formulação e aperfeiçoamento das políticas públicas de SEME e d) disseminar e incentivar a disseminação de saberes que promovam o reconhecimento, pela comunidade em geral, do valor do esporte e do lazer para o desenvolvimento de uma vida saudável.

As estratégias para atingir os objetivos do ECOLE foram as seguintes: grupos de estudo, grupos de pesquisa, encontros de reflexão sobre temas específicos, debates, entrevistas, cursos, resenhas, clubes de leitura, palestras, exposições audiovisuais, publicações, seminários, congressos, entre outros

O ECOLE buscava contribuir para a construção e sustentação de políticas públicas que serviriam como referência em âmbito nacional e internacional, levando a SEME à vanguarda em políticas públicas de esporte. O projeto foi esvaziado na gestão atual e finalizado. O único colaborador da SEME que lembrou do projeto foi o que o coordenou durante sua existência.

Programas:

Clube Escola

O Programa Clube Escola, criado pelo Decreto nº 48.392, de 29 de maio de 2007, foi uma proposta intersecretarial a ser desenvolvida conjuntamente pelas Secretarias Municipais de Esporte, Lazer e Recreação (SEME), Secretaria Especial para Participação e Parceria (SEPP), Secretaria de Educação (SME), Secretaria da Saúde (SMS) e Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (SMSP).

O objetivo era não só de oferecer ao munícipe em idade escolar a oportunidade de participar das atividades esportivas, recreativas e de lazer, como também facilitar a inclusão socioeducativa, promover a saúde e a qualidade de vida, contribuir para o desenvolvimento local (IDH), fomentar a prática esportiva, aprimorar a integração entre as diversas faixas etárias, descobrir novos talentos, além de possibilitar a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, com o envolvimento da família nesse processo. Outra vez, nota-se os superpoderes atribuídos, pela SEME, ao esporte, com objetivos diversos e de grande amplitude. Entretanto, o programa é o que se caracteriza como esporte educacional.

Para cumprir os objetivos, o Programa Clube Escola deveria:

I - ampliar as atividades físicas, esportivas, de lazer e de recreação na Cidade de São Paulo, especialmente para os alunos da rede pública e seus familiares;

II - proporcionar o aumento qualificado do acesso dos alunos aos equipamentos sociais existentes na Cidade de São Paulo;

III - contribuir para o enriquecimento sociocultural nas diferentes áreas do conhecimento; e,

IV - utilizar todo o potencial do equipamento esportivo.

O diferencial do Programa são as atividades intersecretariais, que aglutinava ações de educação, saúde e sociais no desenvolvimento do esporte. A ideia de trabalho em conjunto das Secretarias envolvidas era garantida em lei, conforme se constata no § 2º:

Todas as Secretarias envolvidas deverão, no âmbito de suas respectivas competências, cooperar para a implementação, execução e manutenção do Programa Clube Escola, por meio do compartilhamento de bases de informação e do planejamento e implementação de ações conjuntas.

Entretanto, como pondera Vênus, “não existiu articulação entre as secretarias de esporte e educação para poder atingir as metas. Os Secretários conversam e se articulam, mas o segundo escalão não consegue conversar”. Terra corrobora “a falha do Clube Escola foi não

efetivar parceria com Secretaria Municipal de Educação (SME), assim realizando ações em conjunto e ampliando os atendimentos e oportunidades de prática de esporte para todos os municípios de São Paulo”. Júpiter, pondera, mas também aponta a falta de articulação com a SME como problema para o Clube Escola: “no início existia uma parceria com a secretaria de educação que encaminhava as crianças para os centros esportivos no contraturno escolar para praticar esportes, mas no decorrer dos anos isso se perdeu”. Para Mercúrio, a grande mudança de uma gestão para outra

foi no Clube Escola – observa-se a diminuição de atendimentos, recursos e ações. O Clube Escola, que era o principal programa da gestão anterior, foi bastante reduzido e agora trabalha com oficinas semanais, especialmente, de lutas, ministradas por federações contratadas.

Vênus também percebe o impacto da mudança de gestão, mas não exime os funcionários: “o Clube Escola era um projeto socioeducativo. A diminuição do Clube Escola deve-se a mudança de gestão, mas também devido aos gestores da SEME, pois o projeto dava muito trabalho”. Júpiter lamenta o esvaziamento do Programa ao dizer que a prioridade da SEME foi alterada para outras ações:

O temático de lutas não conseguiu manter ou resgatar as crianças e jovens do Clube Escola, que por meio de instituições conveniadas competentes, desenvolvia diferentes modalidades, como tênis, skate, circo e danças. O Clube Escola continua por decreto, mas muito esvaziado, hoje se trabalha mais com atividades pontuais, ou seja, eventos. Eventos como dia das crianças, dia dos pais, dia das mães, dia da mulher, bailes – reúne terceira idade em um Centro esportivo com 3 a 4 mil pessoas, a SEME sede ônibus e lanche para os eventos etc.

Netuno, que era responsável pelo Clube Escola, na gestão anterior, entende que a população perdeu muito:

O Clube Escola era o programa de esporte educacional. Diminuiu o número de modalidades que eram 12, como capoeira, tênis, remo, iatismo, polo aquático, natação e os mais tradicionais, ficando apenas as lutas em 9 modalidades e o tênis que voltou em 2015. Hoje houve uma redução de no mínimo 50% no atendimento.

Urano corrobora as assertivas de Netuno e afirma que as modalidades estão restritas ao futebol e lutas nos CDCs. Urano, que ainda trabalha junto ao Programa, sintetiza as mudanças sofridas.

Mudou muito o Clube Escola, as diretrizes continuam a ser seguidas, porém não há mais recursos, visibilidades, diversidade de modalidades, quantidade de atendimentos, qualidade das atividades desenvolvidas, já que as

instituições que desenvolvem o esporte não têm expertise para trabalharem com o esporte. Na gestão anterior, as conveniadas eram instituições especializadas em esporte e com experiência comprovada e agora é a diretoria do CDC que faz a contratação dos profissionais para desenvolver o esporte, que, na maioria dos CDCs, acarretou a contratação de profissional desqualificado e perda da qualidade das aulas esportivas.

A fala de Marte demonstra claramente a diferença do programa em cada uma das gestões. “Não entendo o Clube Escola como esporte educacional. Na gestão Serra sim, o Clube Escola, em seu início, tinha caráter educacional”. Fica evidente que a SEME, atualmente, não demonstra interesse ou não tem condições de desenvolver o esporte educacional em seus projetos e programas.

Bosque da Fama

O Bosque da Fama é um espaço de integração entre o esporte, a história e a conscientização ecológica. Os grandes feitos dos maiores esportistas do Estado de São Paulo são perpetuados por meio de uma iniciativa que estimula a preservação das espécies nativas da flora brasileira com o plantio de uma árvore que recebe placa com o nome do atleta e resgata a memória do esporte paulista.

O programa foi lançado em 2008 e já conta com nomes como Hortência de Fátima (basquete), Maurren Maggi (atletismo), Janeth dos Santos (basquete), Paula Gonçalves (basquete) e Carlos Domingos (Mosquito) (basquete), Gustavo Borges (natação), Maria Esther Bueno (tênis), Zito, Pepe e Coutinho (futebol), Éder Jofre (pugilismo), Nelson Prudêncio (atletismo), Daniel Dias e Joon Sook Seo (natação paralímpica) e José Roberto Guimarães e Ana Moser (voleibol), entre outros homenageados.

Esse programa não foi questionado na entrevista em razão de não se relacionar com a democratização e desenvolvimento da prática esportiva na cidade. Ademais, não foi lembrado por nenhum dos colaboradores da SEME.

Ruas de Lazer

Ruas de Lazer é um projeto criado no ano de 1996, pela Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação a fim de trazer a prática esportiva para mais perto da população, permitindo aos moradores participarem das mais diversas atividades, entre elas as brincadeiras tradicionais de rua e esportes.

Para o melhor uso das Ruas de Lazer, no dia 12 de novembro de 2014, foi promulgado o decreto nº 55.684 que, entre outras coisas, regulamentou o horário de

funcionamento das 10 às 16 horas aos domingos e feriados. O Decreto também determinou que as Ruas de Lazer deveriam

obrigatoriamente contar com um Conselho da Rua de Lazer, que será responsável pelo gerenciamento da área e por zelar pela preservação da sinalização móvel e dos materiais destinados às atividades que serão desenvolvidas. O Conselho da Rua de Lazer será formado por dez moradores da via e terá um coordenador, escolhido por seus integrantes, o qual será seu representante perante os órgãos da Prefeitura.

O requerimento para implantação da Rua de Lazer foi protocolado na Subprefeitura competente, acompanhado dos seguintes documentos:

I – Croquis indicando a via pública, o trecho pretendido e as ruas adjacentes;

II – Abaixo-assinado contendo nome completo legível, endereço, assinatura e número de documento de identidade de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos moradores do trecho da via pública escolhida, podendo corresponder a cada residência somente uma assinatura.

Esse Programa que completa 20 anos, em 2016, é composto, de acordo com o *site* da Prefeitura, por cerca de mil ruas de lazer na cidade. Entretanto, o programa está abandonado. Atualmente, muitas ruas não são mais fechadas, não é fornecido material para prática de brincadeiras e jogos, e nem mesmo o material de sinalização, como cavaletes, fitas demarcatórias, etc., são fornecidos para o Conselho Gestor da Rua de Lazer.

Na gestão Haddad foi criado o conceito de rua aberta, quando são fechadas grandes avenidas da cidade para a prática de esporte e lazer, como a Av. Paulista, Av. Sumaré e Av. Carlos Caldeira, entre outras. Cabe a prefeitura apenas fechar a avenida para o tráfego de carros, algumas não acontecem mais, devido ao não apoderamento do espaço pela população para o lazer.

Ciclofaixas de Lazer

Iniciativa da Prefeitura de São Paulo/SEME em parceria com o Bradesco lançada em 30/08/2009, as ciclofaixas de lazer funcionam aos domingos e feriados. A iniciativa começou ligando alguns parques da cidade, opção para que as pessoas pudessem aproveitar o dia de descanso junto com a família e os amigos ou simplesmente fazerem um programa saudável, divertido e prazeroso. Hoje as faixas exclusivas para as bicicletas percorrem centenas de quilômetros pela capital paulista.

As Ciclofaixas possuem sinalização própria. As ruas que ocupam são todas pintadas e demarcadas com cones que fazem a separação entre a faixa dos ciclistas e a dos

carros e, nas principais vias, a velocidade máxima da pista é reduzida – tudo para evitar acidentes e fazer com que o ciclista encontre segurança para pedalar. Atualmente, segundo o site da SEME, reúnem cerca de 100 mil pessoas todos os domingos e feriados.

O Programa é um sucesso, com milhares de usuários. Executado em parceria com o Bradesco, os funcionários da SEME não têm conhecimento da gestão do programa. As informações levantadas com os entrevistados são que a parceria é estabelecida pelo Gabinete da SEME e praticamente terceiriza para o Bradesco, que contrata pessoas para trabalharem nas Ciclofaixas.

Círculo Popular de Corridas de Rua

O programa instituído, em 2008, oferece provas de corridas e caminhadas gratuitas em diferentes subprefeituras de São Paulo ao longo do ano, atendendo a corredores de elite e pessoas que buscam recreação, saúde e qualidade de vida. Na cidade, o circuito é o único que oferece provas gratuitas. O objetivo foi democratizar a prática de corrida, levando para as regiões periféricas da cidade e para aqueles que não podem pagar inscrição para participar de corridas de rua. São fornecidos Kits com camiseta, numeração, chip (marca tempo), lanche e hidratação durante o percurso e os que completam a prova recebem medalha comemorativa.

No ano de 2016, o Círculo Popular de Corridas oportunizou 27 provas de corrida e caminhada distribuídas em todos os meses do ano. Mercúrio, Saturno e Júpiter comentaram que as corridas se consolidaram nessa gestão.

Ao verificar as informações sobre os atendimentos e ações nos diferentes eventos, projetos e programas da SEME e debruçar-se para cotejar e refletir sobre as gestões, entende-se que cabe uma consideração parcial para organizar o que foi apurado e inferir algumas decorrências. Assim, comprehende-se que é importante, para facilitar a visualização e entendimento, organizar os diferentes atendimentos e ações da SEME em quatro estágios e classificar os eventos, projetos e programas que se encontram em cada um dos estágios.

Quadro 1- Ações classificadas quanto aos estágios

Estágios	Ações
Iniciado em gestão anterior e finalizado na atual	Ruas de brincar Polos de brincar Virando o jogo Saúde no esporte ECOLE
Implantados na gestão atual – Haddad	Copa SP 14 Manhãs Olímpicas no Pacaembu Datas Comemorativas Revirando a Virada Igualdade Racial no esporte Temáticos de Lutas, Tênis e Dança de Salão Golfe para a vida
Implantados em gestões anteriores e continuam com redução na atual	Virada esportiva Jogos da terceira idade Circuito Clube Escola – Circuito Esportivo Clube Escola Ruas de Lazer
Início em gestões anteriores e que continuam com avanços	Circuito Popular de Corridas de Rua Taça Cidade de São Paulo de Futebol Vem Dançar Bosque da Fama Ciclofaixas

Nota-se que algumas atividades da SEME, sejam elas eventos, projetos ou programas, continuam e são consolidadas pela repercussão e impacto causados à população, outras são arrefecidas por questões orçamentárias ou políticas, ou até ambas. Contudo, também foram criadas e realizadas novas ações pela SEME, que precisam ser avaliadas com mais tempo de execução, pois ainda é cedo para saber sua eficácia no atendimento às demandas da população paulistana. Entretanto, também é necessário levar em conta que, com as novas atividades, não ocorreu aumento de programas, projetos e eventos no período, mas sim o término de alguns e o início de outros.

A opinião geral dos entrevistados é de diminuição no atendimento – para alguns chegando a 50%, nos programas, projetos e eventos, com algumas exceções de acréscimo no Vem Dançar, Corridas de Ruas e Temáticos de Lutas. Todavia, é fundamental advertir que não se pôde refletir sobre números confiáveis, pois as falas dos entrevistados são contraditórias, superficiais e, muitas vezes, podem ser prejudicadas por simpatias, ou não, a determinadas ações.

Sobre a divulgação de ações e resultados, Vênus afirma que, de modo geral, sem isentar nenhuma gestão anterior, “quem está do lado de fora vê uma coisa, quem está dentro é outra. Muito se advoga em termos de transparência pública, mas a coisa é maquiada. Muita pressão para maquiar resultados de metas atingidas”.

Não se pode chegar a números precisos, porém, o que fica claro é que o esporte educacional, desenvolvido especificamente pelo Clube Escola, foi o mais impactado com a mudança de gestão, com todos os entrevistados assegurando que ocorreu diminuição no atendimento, instituições conveniadas e na qualidade das atividades pedagógicas. A parceria estipulada entre a SEME com a UNESCO, em 2011, de colaboração técnica e desenvolvimento do Programa Clube Escola, com levantamento de indicadores de resultados, formação de professores e instituições conveniadas, foi redesenhada, conforme Saturno, para atender ao mapeamento e elaboração do Plano Municipal de Esportes, que se encontra ainda em desenvolvimento em 2016, com um de seus eixos direcionado ao esporte de alto rendimento. Assim, nota-se a tese da reprodução social, de Bourdieu (1990), acontecendo pelo poder do capital cultural. Os responsáveis envolvidos na organização do plano de esporte da cidade que direcionará as políticas públicas de esporte, o fazem a partir de sua cultura, no caso, a cultura esportiva do esporte de alto rendimento, predominante na SEME e na sociedade em geral.

As verdadeiras causas do esvaziamento do Clube Escola podem ser encontradas somente com o Secretário de Esportes e seus assessores diretos, já que as decisões estratégicas, objetivos e outros aspectos são definidos no gabinete e sem a participação dos funcionários efetivos da SEME. As reflexões são realizadas a partir da percepção dos funcionários, de dados soltos aqui e ali, de informações parciais colhidas por eles, da experiência vivida dentro da SEME pelos funcionários, que apontam a questão política como a causa de cortes no Clube Escola – o maior programa que caracterizava a gestão anterior. Todavia, existe a consciência de que a causa real pode ser outra e respondida apenas pelo *staff* mais próximo do Secretário de Esporte, Celso Jatene.

As reduções de atendimento nas diferentes atividades promovidas pela SEME ocorrem pela diminuição de funcionários da SEME com as aposentadorias, redução das instituições conveniadas, arrefecimento dos investimentos da SEME em programas e especialmente pela alteração dos processos de gestão que desqualificam os trabalhos. O entendimento é de que, se a gestão fosse profissional, qualificada e menos política, poderia superar a falta de funcionários efetivos e avançar na democratização e desenvolvimento da cultura esportiva.

5.3.5. Política

Durante as entrevistas, percebeu-se que o tema política era constantemente mencionado por todos os funcionários ouvidos. Assim, para aprofundar esse aspecto, a conversa foi conduzida no sentido de esmiuçar as questões políticas que se relacionam com a SEME. O primeiro aspecto refere-se ao fato de que os Secretários nomeados para a função desconhecem sobre esporte, são geralmente vereadores indicados aleatoriamente pelo partido para assumirem a Secretaria, que aceitam com a possibilidade de projeção e escala política.

A fala de Vênus demonstra claramente essa perspectiva: “uma Secretaria desprestigiada, especialmente pelo entendimento de senso comum que se tem sobre o esporte, que não reconhece o valor do esporte”. Mercúrio concorda: “os Secretários utilizam a SEME para ascensão política”, e, ainda, adiciona: “a política não se preocupa em melhorar a estrutura e gestão de esporte em São Paulo. Acham que todo mundo entende de esporte, mas deveria ser um profissional de carreira”. Saturno não obstante a percepção de uso político da SEME, confirmando que é usada como escada política, elabora algumas ponderações: “não necessariamente alguém da educação física ou do esporte é bom secretário de esportes”. A ressalva de Saturno é corroborada por Plutão, que afirma ter mudado sua concepção sobre a necessidade de um profissional de educação física como Secretário de Esporte, especialmente, após a gestão Walter Feldman, quando concluiu que,

[...] o mais importante é ter um político experiente, articulado e com trâmite em diferentes esferas do poder e que trabalhe juntamente com os funcionários que entendem de esporte e, assim, focasse na busca de recursos em diferentes escalas da política para a realização dos projetos elaborados pela SEME.

Saturno coloca que muitos secretários na SEME não eram políticos, mas não foram bons gestores, desconhecendo a política de esporte, como “pastor, cantor, jornalista esportivo, atleta e outros”. Pode-se inferir que a SEME é entendida como sem importância para a gestão da cidade – o esporte é totalmente relegado a segundo ou terceiro plano na agenda política.

Terra reafirma as assertivas anteriores, colocando mais foco no poder político de quem assume a secretaria de esporte: “a SEME é usada para fazer o que o Prefeito deseja, o

político é de pouca expressividade e, geralmente, não sabe sobre esporte e nem tem força política para arrecadar recursos”.

A falta de poder político do Secretário e até do partido político que assume a SEME mencionado por Terra é, também, bastante comentado pelos outros funcionários. Entendem que a SEME é destinada ao partido menos expressivo da coligação política para a eleição. Segundo Urano, em razão de o próprio orçamento ser um dos menores e de menor repercussão política, assim o Secretário, geralmente também é político de pouca representação pública e poder. A fala de Mercúrio confirma que a SEME é “geralmente delegada para os partidos nanicos da coligação de partidos para a eleição”. Marte vai no mesmo sentido ao dizer que “a SEME é gerenciada por partido náutico da coligação eleita”. Netuno tem a mesma impressão, mas fala especificamente da gestão atual: “a SEME é a última da escolha, quem vem para cá não tem conhecimento e nem quer se abrir para isso. Não é dado espaço para os funcionários trabalharem, os comissionados chegam e determinam as ações e políticas”.

Júpiter, de forma conclusiva, determina que “a SEME teve como secretários importantes politicamente somente a Nádia Campeão, Arnaldo Faria de Sá e Walter Feldman, geralmente é um vereador que precisa ser encaixado em cargo do executivo da coligação”. Opinião apoiada por Plutão que, como relatado anteriormente, entende terem passado pela SEME apenas três secretários relevantes para o desenvolvimento do esporte, apenas divergindo quanto a Arnaldo Faria de Sá – para ele, Caio Pompeu de Toledo teve mais sucesso frente à SEME.

Nas duas gestões analisadas, temos a exceção do Walter Feldman, que era do PSDB, partido forte na coligação e, até por isso, julgam que sua gestão conquistou melhores resultados, e depois Bebeto Haddad (vereador), político de pouca expressão do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que assumiu devido a um acordo político do Prefeito Kassab para passar projeto na câmara. Na gestão atual de Fernando Haddad, foi nomeado Celso Jatene, vereador do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e agora é do PR (Partido da República), ou seja, partidos com pouca expressão da coligação. Jatene se afastou em março de 2016 da SEME para tentar a reeleição como vereador e, em 30 de março de 2016, tomou posse como Secretário da SEME José de Lorenzo Messina, que é filiado ao Partido Popular Socialista, candidatou-se a deputado estadual, em 2010 – mas não se elegeu.

O atual Secretário, na tentativa de reverter o quadro de desmotivação dos funcionários e resgatar a valorização e autoestima dos colaboradores, implantou, em seu primeiro ato, o projeto Semear Conquistas. O projeto iniciou com palestra mediada pela

empresa Great Place To Work (GPTW)³² com o tema “A melhor organização para se trabalhar” – uma visão metodológica e experimental da entidade que classifica as melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Na sequência, foram criados concursos internos de projeto inovador de esporte, inovação de processos, melhor fotografia e outros para serem premiados. Os concursos e cursos ainda estão em andamento quando foram finalizados os registros deste estudo, não podendo avaliar o impacto no quadro funcional da SEME.

Durante as conversas, os entrevistados utilizavam constantemente o termo “a SEME é moeda de troca”. Questionados sobre ao que se referiam quando empregavam essa expressão, as explicações foram no sentido de demonstrar que a indicação do Secretário é somente política e sem parâmetros de conhecimento, competência e envolvimento com a causa do esporte.

Para os funcionários, os prefeitos indicam o secretário de partido nânico da coligação para cumprir os acordos e para conquistar e manter a maioria na Câmara de Vereadores, governando mais facilmente com a aprovação de seus projetos. Mercúrio, Terra e Saturno afirmam que a SEME é moeda de troca em todas as gestões, e Netuno garante: “nós somos moeda de troca, é nítido isso”. Isso demonstra que o esporte realmente não faz parte da preocupação dos gestores públicos da cidade de São Paulo, que ocupam a pasta apenas no sentido de aumentar sua visibilidade política. Bourdieu (1983) já alertava que a utilização do esporte para a promoção política ocorre de maneira dissimulada.

A justificativa para esse entendimento, na visão dos entrevistados, é o alto investimento e realização constante de eventos, especialmente os de alto rendimento que gera considerável mídia para sua projeção no cenário político. Na busca de explicações mais detalhadas, as conversas foram revelando que o uso político da SEME vai além do primeiro escalão, escancarando o termo “moeda de troca”. Segundo Júpiter, “a SEME é extremamente política. Coloca-se alguém como Secretário de Esportes que vai nomeando todo o seu *staff* de ordem política, inclusive os gestores dos Centros Esportivos”.

Os gestores de Centros Esportivos são denominados Coordenadores de Unidades, e a legislação não exige que sejam de cargos de carreira efetiva, nem que tenham qualquer formação universitária, diferentemente de outras Secretarias Municipais, como na Educação, pois os Diretores de Escolas são formados em Pedagogia e, obrigatoriamente, funcionários efetivos do Município.

³² Empresa de consultoria, capacitação e treinamento profissional, a partir de pesquisa de clima organizacional, práticas culturais e *benchmark*.

Segundo Plutão, já foi elaborado um projeto que exigia que os Coordenadores dos Centros Esportivos fossem formados em Gestão Pública ou Educação Física e enviado para a Câmara de Vereadores de São Paulo, mas não foi aprovado. A assertiva de Plutão comprova que,

[...] o cargo político dos gestores de equipamento aparece no esporte, cultura e verde, não importa a competência e qualificação, mas sim o trabalho para campanha eleitoral. A gestão anterior apresentou projeto de lei que exigia nível universitário para a ocupação de cargo de coordenação dos equipamentos esportivos, mas não passou.

Assim, a gestão dos Centros Esportivos é distribuída aos vereadores para garantir a maioria na Câmara, e esses indicam para Coordenadores das Unidades de Esporte pessoas de vínculo partidário e aliados para fazer política na região do Centro Esportivo. As considerações de Netuno confirmam o uso político:

a política é muito forte, especialmente nas unidades. O nível de formação dos coordenadores das unidades é muito baixo, sua função é apenas política na região. Os vereadores, que indicam os coordenadores para realizarem políticas na região dos Centros esportivos.

Urano cita que esses Coordenadores são um fator de dificuldade no desenvolvimento do esporte, pois “os Coordenadores dos Centros Esportivos são cargos de ‘confiança’ e a grande parte desses gestores não são minimamente preparados para a função”. Dessa forma, consegue-se compreender o termo “moeda de troca”, empregado pelos funcionários da SEME, ou seja, a SEME e os Centros Esportivos são instrumentos de barganha política para a conquista de votos, tanto na Câmara de Vereadores de São Paulo, como nas eleições para Vereador e até para Conselho Tutelar. Vênus é contundente ao explanar que, “a SEME é um cabidão de cargos para os que apoiam o governo ou partido”.

Portanto, os gestores que estão à frente das decisões e implantação de políticas públicas de esporte orientam seus atos para a manutenção do poder, reeleição, ascensão política e partidária, não com a democratização do esporte, desenvolvimento da cultura esportiva e aumento do lazer ativo da população, ou seja, a política pública de esporte em São Paulo caminha no sentido, apresentado por Horne e Manzenreiter (2006), de uso do esporte para fins não esportivos e sim, como política para manutenção do poder.

A maioria dos funcionários apontam a realização da política esportiva da cidade de São Paulo como desqualificada e improdutiva para a ampliação e qualificação da prática esportiva. Para Vênus, “a política é muito mal desenvolvida, ainda acreditam que fazer política de esporte é distribuir camiseta e fazer campeonato”.

A política de esporte precisa evoluir muito, começando pela gestão. Os funcionários efetivos também têm responsabilidade para a evolução do esporte, das políticas de esporte e da própria SEME, iniciando pelo controle e avaliação dos dados, processos e resultados das diferentes ações. Sem informações precisas, é impossível realizar uma gestão competente e chegar a resultados positivos. A estrutura organizacional da SEME foi montada, em 2008, entendendo a relevância do controle das informações, tanto que foi instituída a Assessoria de Planejamento e Informação (API) que centralizaria os dados para o planejamento e política. Entretanto, como relatou Vênus, as unidades e gestores locais e regionais boicotavam a API para dificultar o controle de dados. Conforme Plutão, “a nova gestão desmobilizou as coordenadorias e a API; não se encontra mais nada de dados”.

Após a análise das informações das cinco categorias, a constatação é de que o esporte, em São Paulo, agoniza. Os fatores para o decréscimo das ações da SEME, entre outros, são a diminuição de funcionários efetivos na SEME, com diversas aposentadorias e sem novas contratações, chegando a não existir sequer um professor em alguns Centros Esportivos. Logo, temos menos professores ministrando esportes que na década de 1990.

Outro fator que indica o encolhimento do esporte na cidade é a percepção dos funcionários entrevistados quanto ao menor número de instituições contratadas para a prestação de serviços de atendimento da SEME, que acarreta a mais um aspecto de redução da SEME, talvez o mais relevante, que é a diminuição de munícipes nos projetos e programas e até nos eventos.

Os recursos da gestão atual, contando a inflação no período de janeiro 2009 até julho 2016, encontram-se em 63,75% da anterior – provavelmente, serão menores que a anterior, mesmo que, em valores absolutos, sejam maiores. Porém, como relatado anteriormente, a questão maior não é o montante de investimentos, mas sim a mal aplicação das verbas. Todos os colaboradores pesquisados apontam para a priorização de eventos pontuais pela gestão atual, que não favorecem o desenvolvimento do hábito e prazer pela prática esportiva – os eventos de datas comemorativas são o maior exemplo dessa estratégia da SEME. A fala de Terra evidencia o foco em eventos:

A SEME investe muitos recursos em grandes eventos esportivos, como UFC, Fórmula 1, Fórmula Indy, biketour e outros pequenos eventos, que geralmente são realizados com recursos de emendas parlamentares para promoção do vereador, sem fomento para a prática esportiva e benefícios para a população.

Bourdieu (1983) já demonstrava que os eventos esportivos são uma ótima estratégia para a promoção política e, dessa maneira, não é diferente do que ocorre na SEME.

Os recursos destinados à SEME sempre foram poucos, nunca chegaram a 1% do orçamento geral do município – reivindicação antiga dos atores do esporte, inserida nos documentos da segunda Conferência Nacional do Esporte, em 2006. As verbas, portanto, são mínimas para o esporte, fato que explicita qual o valor que os governantes destinam ao tema. A gestão anterior chegou a 0,72% em somente um dos anos (2012), e a atual a 0,6% em 2014 – pouquíssimo, se cotejado aos discursos políticos do esporte como fator de educação, saúde, moral, justiça, ética e tantos outros.

Pior ainda é pensar que boa parte desses poucos recursos é investida em programas de treinamento para o alto rendimento, como Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, equipes de alto rendimento, bolsa atletas e em eventos de espetáculo esportivo. Especialmente, quando se constata que o programa de esporte educacional, o Clube Escola, foi o que mais encolheu, com diminuição de recursos, atividades, eventos, participantes etc. Os investimentos são, no mínimo, equivocados quando aplicados em eventos pontuais e sem relação com os programas desenvolvidos.

A fala é vigorosa e acentuada quanto à perda de oportunidade da SEME em alavancar o esporte com a realização da Copa do Mundo FIFA. Não aconteceu nenhum movimento político dos secretários e mesmo dos funcionários da SEME, para planejar e conquistar um legado para o esporte da cidade – quanto mais para o esporte educacional. A década do esporte passou e nada avançou.

Exemplo claro pode ser o aumento da população da cidade em 440 mil habitantes, e não haver aumento do número de equipamentos esportivos; ao contrário, projetos e programas foram substituídos e não aumentados. Aliás, a perspectiva é de diminuição de espaços e equipamentos, em razão de alguns CDCs e até Centros Esportivos estarem sendo cedidos para Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde. Outro, são os números de atendimentos não aparecerem no *site*, quando divulgados não representam a realidade, por exemplo o número de atendidos na Virada Esportiva ser de, aproximadamente, 4 milhões, quase metade da população, o que é impossível de acontecer. Segundo Mercúrio, “os números não podem cair” e continuam informando sempre próximo a este.

Dessa forma, parece que a SEME caminha na direção do que Trautwein (2008) determina como ameaças à gestão pública de qualidade, como a falta de concursos públicos, que torna o Estado insuficiente para as demandas; a ausência de integração no sistema esportivo, que não favorece o diálogo entre SEME, clubes, ONGs, federações, confederações,

associações, universidades, atletas e conselhos profissionais e outros atores esportivos da cidade; a descontinuidade de programas e projetos nas mudanças governamentais; desconsideração de estudos e documentos de seminários, congressos e fóruns e não investimento efetivo em sistema de avaliação quantitativo e qualitativo que possibilite o controle e planejamento de ações.

Ao analisar as duas gestões, percebe-se que o esporte definhava em São Paulo há algum tempo, e a Copa do Mundo FIFA, que poderia ser um alento, impulso para a recuperação, não alterou o quadro. Isso comprova a assertiva de Pillay e Bass (2008, apud ALMEIDA, MEZZARDI e MARCHI JUNIOR, 2009) de que os megaeventos têm muitas promessas de desenvolvimento, mas não são cumpridas.

5.3.6. Legados do Megaevento Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 no esporte de São Paulo

O tema Copa do Mundo FIFA foi introduzido nas entrevistas com muita sutileza: primeiro questionou-se a relação pessoal e da coordenadoria com o megaevento, qual a impressão deles com a Copa FIFA no Brasil e, especialmente, na cidade de São Paulo; posteriormente, se esse evento tinha ocasionado algo nos processos de trabalho da SEME. As respostas foram surpreendentes, pois revelavam a inexistência de qualquer relação – parecia que a Copa FIFA não tinha acontecido na cidade de São Paulo, ou que se tratava de evento de outra esfera, por exemplo, um grande festival de música, que não teria significado para uma Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação.

Conforme Urano, “a Copa não interferiu em nada na SEME” e, para Júpiter, “a SEME ficou totalmente alheia à Copa do Mundo, ficava sabendo das coisas como a população em geral, perdendo uma grande oportunidade de fomentar e incentivar o esporte na cidade. Não aconteceu nada em São Paulo”. As colocações dos entrevistados era que tinha sido criada a SECOPA e tudo que estava relacionado à Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 foi determinado nessa esfera. Comentavam que apenas um funcionário da SEME tinha sido deslocado para trabalhar na nova Secretaria – nesse caso, Plutão – e, ainda, que deveria conversar com ele para saber algo sobre a Copa FIFA em São Paulo. A entrevista com Plutão, como já relatado anteriormente, demonstrou que a SECOPA se preocupou apenas com a logística de treinos e jogos das seleções que jogaram em São Paulo, com a segurança e

cumprimento das determinações da FIFA, não pensando em nenhum momento em possíveis avanços do esporte na cidade com a realização do megaevento esportivo.

Conforme relatavam, mostravam indignação: a SEME não aproveitou a Copa FIFA para alavancar o esporte. Isso pode ser constatado nas falas, como a de Netuno – “não houve nenhuma repercussão da Copa do Mundo na SEME, como se não existisse. Seria importante a participação da SEME na Copa, buscar um legado para o esporte, esperei ansiosamente pela Copa, mas não aconteceu nada” – e também a de Terra: “não houve planejamento da SEME para aproveitar a Copa para favorecer a prática esportiva”. As informações comprovam a falta de planejamento das Secretarias de Esporte das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA explanadas por Paiva e Rossetto Junior (2014).

Na cidade de São Paulo, nada foi pensado no sentido de desenvolvimento do esporte. A SEME ficou distante do planejamento das ações da Copa do Mundo FIFA, os atores detentores de conhecimentos específicos do esporte da cidade não foram ouvidos, sequer foi pensado em possibilidades de alavancar o esporte com o advento da Copa do Mundo FIFA. Não foi planejado nenhum projeto de esporte como conteúdo escolar, nem em vincular o esporte a projetos sociais efetivos, quanto mais propostas e ações de democratização e ampliação da prática esportiva. O esporte em São Paulo sofreu um retrocesso nos últimos anos, demonstrando claramente, que o megaevento não impactou positivamente e, ainda, impactou negativamente.

No andamento da conversa, insistia-se com a pergunta sobre o possível legado da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 para o esporte em São Paulo. As respostas foram em direção aos pressupostos iniciais da tese. Mercúrio, Vênus, Júpiter e Netuno, veementemente, afirmaram que não houve legado. Saturno foi mais contundente dizendo que “o legado foi negativo para o esporte”. Dessa forma, perdeu-se a oportunidade de alavancar o esporte com o megaevento e assegurar a garantia dos direitos aos cidadãos preconizada por Filgueira (2008b). Todavia, contestada por diversos autores, que apontavam o megaevento como uma mercadoria a ser comercializada.

Terra, Marte e Plutão sinalizaram para a Copa Sub 14 como legado da Copa FIFA. Urano apontou a contrapartida do Sport Club Corinthians pela construção do Estádio que recebeu os Jogos da Copa e depois foi cedido ao clube como legado, mas advertiu que consistiam em festas organizadas pelo Corinthians, que aconteceram somente na gestão anterior, para receber crianças usuárias dos Centros Esportivos em dias comemorativos, como dia das crianças e outros. “Nesses eventos davam bolas, mochilas, camisas e realizavam *tour*

no clube para aproximadamente 200 crianças e adolescentes em cada festa, totalizando 800 por ano” (URANO). Na gestão atual não aconteceu nada.

Plutão ainda aponta como legado para o esporte de São Paulo “os implementos de treinamento, como barreira móvel e par de traves, redes e duas máquinas de gelo que a FIFA adquiriu para os treinamentos da Copa do Mundo no Estádio do Pacaembu e foram disponibilizados para a Prefeitura”. Todavia advertiu que a Prefeitura investiu no plantio e manutenção dos gramados dos campos de treinamento dentro do padrão FIFA, que não foram poucos os recursos designados, além da disponibilidade do trabalho dos funcionários para a SECOPA e conclui que “para a SEME, a Copa não acresceu nada”.

As afirmações dos entrevistados contrariam Estender, Volpi e Fittipaldi (2011) quanto ao desenvolvimento de cultura, impactos sociais ou de infraestrutura esportiva. As despesas da Prefeitura com os campos e estádios não foram minimamente restituídas pela Copa do Mundo FIFA- Brasil 2014.

O legado esportivo mais evidente é o novo estádio de futebol, a Arena Corinthians como é conhecida, porém esse é privado e de uso restrito. Mesmo com todo o dinheiro investido pela Prefeitura de São Paulo na construção, o Sport Clube Corinthians não permite a utilização do Estádio como contrapartida. Marte mencionou que solicitou duas vezes o Estádio para realização da final da Taça Cidade de São Paulo de Futebol – na primeira vez a final era entre Itaquera e Cidade Tiradentes e foi negada a utilização com a argumentação de que a solicitação foi muito próxima. A segunda solicitação foi com 10 meses de antecedência, para a realização da final do mesmo campeonato na edição de 2016, e a justificativa para não ceder foi a de que o Estádio estaria disponível para o Comitê Olímpico Internacional (COI) para as Olimpíadas Rio 2016. Contudo, o Estádio foi sendo utilizado normalmente pelo futebol do Clube durante os meses que antecederam ao megaevento, inclusive em julho.

A Prefeitura de São Paulo foi parceira na construção, mas o Clube não retribui minimamente para o desenvolvimento do esporte. Logo, foi destinada verba pública para o benefício privado. O setor público se envolveu na construção, como propõe Filgueira (2008b), mas sem planejar e demarcar qual o retorno para a população.

Dessa forma, a cidade de São Paulo destinou R\$ 500 milhões em empréstimos em precatórios para a construção da Arena destinada à Copa do Mundo FIFA, a qual foi entregue para o clube privado Sport Club Corinthians, que tem como uma das formas de pagamento a realização de ações socioesportivas, mas que não vem cumprindo com seu débito. Ao mesmo tempo, os recursos da SEME foram encolhidos e, consequentemente, as ações de esporte para a população também. Constitui-se, então, em contrassenso ao investir em equipamento

esportivo particular, com acesso restrito e favorecedor de acúmulo de capital privado, enquanto o esporte da cidade definha, sem funcionários, reformas, qualificação de profissionais, novas estruturas, materiais e equipamentos etc. A máxima de que no capitalismo, os lucros são privados, mas os custos são públicos se confirma.

Os mais de R\$ 500 milhões investidos pelo município de São Paulo em esporte de alto rendimento espetacularizado, ao financiar a construção da Arena para promover os jogos da Copa do Mundo FIFA e um possível legado intangível de boa imagem como cidade global no exterior não financiam a educação, saúde, segurança e nem mesmo o esporte para a população – esferas que são carentes de verbas públicas para seu desenvolvimento e qualidade. A definição do espetáculo esportivo como prioridade relegou a segundo plano políticas e ações públicas de democratização do acesso ao esporte, cujo legado seriam muito mais grandiosos que a realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014.

Dessa forma, percebe-se que não houve envolvimento da SEME com a Copa do Mundo, que não existiu o planejamento de ações para que se conseguisse algum legado significativo para o esporte do município. Coakley e Souza (2013) e Preuss (2008) colocam que legados de megaeventos não acontecem sem planejamento. Assim, o resultado não poderia ser outro.

A perspectiva de Preuss (2008) de que, ao produzir legado positivo para as camadas mais ricas, pode-se gerar legado negativo para as classes populares, sendo o inverso também verdadeiro, se confirma com a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil. Organizar a cidade para receber o megaevento esportivo é fazer escolhas, isto é, priorizar as necessidades do capital ou as necessidades humanas. Isso requer dos gestores públicos uma tomada de posição, ou seja, é preciso definir quem ganha e quem perde. Ao que parece, a cidade de São Paulo fez as suas escolhas e, mais uma vez, quem ganhou foi o capital.

Constatou-se, na cidade de São Paulo, a diminuição de oferta de práticas esportivas, com a redução de programas e projetos esportivos que democratizavam o acesso à prática esportiva. Os eventos de caráter educacional e de lazer acontecem menos, os atendimentos foram reduzidos e todo o descaso com o esporte reflete na insatisfação dos funcionários da SEME.

Os agentes sociais e entidades que formam o Campo Esportivo brasileiro não são homogêneos, com pessoas e entidades de setores progressistas. Alguns funcionários da SEME tentaram resistir contra a forma como o Estado impôs a política de megaeventos como política esportiva, formulando críticas e posicionando-se no sentido de alertar para o baixo retorno

que o Estado e a maioria da sociedade teriam com os megainvestimentos realizados. Porém, esses são vencidos pelos agentes do Campo Esportivo detentores de mais poder.

Consequentemente, a grande maioria das pessoas da cidade de São Paulo não vive o esporte inteiramente, corporal e emocionalmente. Os motivos são muitos, como afirmou Taffarel (2012), da escassez de tempo à falta de lugares públicos que propiciem o desenvolvimento da cultura corporal; por conseguinte, não tendo programas, projetos, eventos e professores, os cidadãos paulistanos são excluídos de possibilidades que elevam a cultura esportiva, com prejuízo à educação, lazer, saúde e outros.

Os governantes, em vez de construir Arenas particulares e inúteis para a maioria da população, deveriam buscar planejar e definir a política pública de esporte comunitário e política municipal de esporte, formular projetos e programas esportivos para democratizar o acesso e universalizar a prática esportiva, garantindo direitos e levando qualidade de vida e saúde para todos e todas.

Considerações finais

O estudo e a análise dos impactos da realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 sinalizam uma incontestável ambiguidade: de um lado os avanços inegáveis em áreas, como transporte, tecnologia, infraestrutura, entre outros que se viabilizaram graças ao megaevento esportivo; de outro, inúmeros deméritos, como custo elevado imediato e porvir do espetáculo esportivo, construção de arenas que não passarão de “elefantes brancos”. Adicionam-se a isso as agressões sociais causadas pelas desapropriações em zonas de interesse da FIFA, atrasos por falta de organização e planejamento, as mortes decorrentes da aceleração desregrada para finalizar as obras em tempo hábil para os jogos, os escândalos diários de superfaturamento nos conluios entre as Construtoras e o Estado, dentre tantas outras mazelas que não se esgotariam neste estudo.

Sem dúvida, um significativo legado desta Copa do Mundo FIFA no Brasil é a consciência de que megaeventos esportivos são ótimos para alguns atores do Campo esportivo, como as instituições (FIFA e CBF) que os promove, as empresas de construção civil e os grupos políticos detentores do poder que se beneficiam, temporariamente, da vitrine do megaevento Copa do Mundo. Na contramão destes vencedores, há os grupos que perdem, como parte significativa do setor esportivo que não atuam, especificamente, no futebol de alto rendimento e os atores do esporte educacional e de lazer. A Copa acarretou alguns resultados e impactos positivos, mas também alguns prejuízos e problemas para o Brasil.

Segundo o nada confiável, ex-presidente da FIFA Joseph Blatter, foi a melhor Copa em que já esteve e, na opinião da presidente Dilma Rousseff, a Copa das Copas. Mesmo com a organização e preparação tumultuada, atrasos e paralisações de obras e questões políticas, a realização da Copa do Mundo FIFA teve algumas conquistas, conforme o Ministério do Esporte (2014), no Balanço Final para as Ações da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (6º Balanço). Os principais resultados e impactos, entre outros, foram:

- ✓ 11 milhões de pedidos de ingressos;
- ✓ Público total de 3,43 milhões;
- ✓ Público nas Fan Fests: 5,15 milhões;
- ✓ 12 estádios;
- ✓ 32 centros de treinamento de seleções em todo o país;
- ✓ 28 campos oficiais de treinamento;

- ✓ Mais de 700 mil turistas de 202 países, o volume é 132% superior ao mesmo mês de 2013;
- ✓ Mais de 3 milhões de turistas brasileiros na Copa;
- ✓ Os gastos de estrangeiros no Brasil somaram US\$ 797 milhões em junho, mês em que se iniciou a Copa do Mundo no país, maior montante com turismo já estimado no país;
- ✓ 20.000 profissionais de comunicação cobrindo a Copa;
- ✓ 17,8 milhões de passageiros nos 21 principais aeroportos do país, de 10 de junho a 15 de julho, com índice de atrasos abaixo da média mundial;
- ✓ 3 bilhões de interações nas redes sociais durante o evento, graças ao bom funcionamento da rede de telecomunicações;
- ✓ 76,4% dos brasileiros apontam algum legado, dos quais 27% para o esportivo;
- ✓ Copa foi aprovada por 83% dos estrangeiros, e hospitalidade do brasileiro foi ressaltada como o sucesso da copa;
- ✓ 58,5% dos turistas visitaram o país pela primeira vez;
- ✓ 95% tem intenção de retornar ao Brasil;
- ✓ 491 municípios visitados;
- ✓ 15 mil quilômetros de rede de fibra óptica;
- ✓ Volume de dados transmitidos ultrapassou os 166 terabytes e garantiu 517 horas de transmissão de áudio e vídeo dos jogos;
- ✓ Maior evento de mídia social já registrado, com 350 milhões de usuários e recorde de 3 bilhões de publicações, comentários e curtidas no Facebook;
- ✓ 80% de ocupação hoteleira nas cidades-sede durante a Copa;
- ✓ 65 Centros de Atendimento ao Turista nas 12 cidades-sede;
- ✓ Sinalização bilíngue nos principais pontos turísticos, estradas, aeroportos e portos das cidades-sede;
- ✓ Renovação de estruturas de acessibilidade nos principais pontos turísticos das cidades-sede;
- ✓ 15 Centros integrados de comando e controle de segurança (CICCs), dos quais 12 Regionais, 2 Nacionais e 1 Polícia Federal, com mais de 10.000 câmeras integradas;
- ✓ Ampliação e melhoria nos 12 aeroportos da cidades-sede; e
- ✓ Obras de mobilidade urbana, como pontes, viadutos, BRT, VLT e outras.

Observando todos esses dados, poder-se-ia afirmar que a realização da Copa do Mundo FIFA em nosso país foi um sucesso, com tantos aspectos positivos. Até seria possível encontrar justificativa para os investimentos realizados nas construções e reformas dos 12 estádios, pois a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, de acordo com o Ministério do Esporte, gerou, no período entre 2011 e 2014, receitas de US\$ 4,8 bilhões, ou cerca de R\$ 15,6 bilhões, com o fantástico lucro de US\$ 2,6 bilhões, ou R\$ 8,4 bilhões – dinheiro suficiente para bancar a construção dos 12 estádios da competição.

Ainda é preciso destacar um aspecto interessante, que foi a mudança de opinião do brasileiro sobre a Copa, avaliada pelo Ibope. Em fevereiro de 2014, eram favoráveis 58% e contrários 38%, mas bastou a “bola rolar”, e a pesquisa, em 30 de junho do mesmo ano, apontava 67% de favoráveis e 28% de contrários – parece que a alegria da Copa realmente contagiou os brasileiros.

Entretanto, é fundamental que seja feita uma reflexão sobre o sentimento patriótico inflamado e ingênuo do povo brasileiro em época de Copa de Mundo. Não se pode seguir o senso comum de maneira acrítica e acreditar que os megaeventos esportivos promovem somente impactos positivos na comunidade que o recebe, como gerador de desenvolvimento econômico e social, redução de exclusão social e criminalidade, ferramenta de regeneração urbana, melhoria do transporte, aumento de emprego, avanço na qualidade de vida e avanço do esporte.

É necessário considerar que muitos resultados e pesquisas de megaeventos são conduzidos por partes interessadas (HORNE e MANZENREITER, 2006). Muitas dessas obras de infraestrutura realizadas são direito irrenunciável de sociedades democráticas que, com ou sem megaevento esportivo, precisam de transporte coletivo, meios de comunicação, segurança pública e praças esportivas. Entende-se que, apenas com visão míope ou interesses pessoais, pode-se vincular as obras e políticas públicas necessárias e urgentes para atender às necessidades da população com a enxurrada de investimentos para a realização de um megaevento pontual e efêmero. As obras de infraestrutura poderiam e deveriam ser realizadas independente da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014. Se assim fosse feito, possivelmente seus custos seriam diminuídos e prazos respeitados – e, ainda, economizaria o vultoso montante de renúncia fiscal das esferas governamental em nome da FIFA e das empresas parceiras, que acarretaram o esvaziamento dos cofres públicos –, além de poderem ser realizadas com melhor qualidade, respeito aos trabalhadores e planejamento adequado.

Exemplo dos equívocos ou má intenção das projeções é o estudo divulgado pela Ernst & Young em parceria com a FGV, que estimou impacto econômico de R\$ 142 bilhões

movimentados até 2014 e a geração de impressionantes 3,6 milhões postos de trabalho: "a Copa vai produzir um efeito cascata surpreendente nos investimentos no País". A economia "deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar diversos setores" (PAULA e BARTEL, 2014). Após a realização do megaevento, a realidade é antagônica: as projeções otimistas não são verificáveis no contexto atual do país; ao contrário, percebe-se que não ocorreu nenhum impacto, ou se aconteceu foi negativo, já que existem 11 milhões de desempregados em 2016, e a economia do Brasil regrediu nos últimos dois anos.

A Copa do Mundo FIFA é um megaevento – nada mais que uma grande festa esportiva com pessoas de todo o mundo. Portanto, é errado associá-la diretamente a obras de infraestrutura, as quais são necessárias há muito tempo para o crescimento do Brasil. Foram exatamente as obras exigidas pela intervenção FIFA que transformaram o megaevento em minas de ouro para o mercado da construção civil, fundiário e imobiliário. Com a transferência de dinheiro público para o setor privado, transformaram as cidades-sede e o país em grande balcão de negócios e, ao mesmo tempo, as colocava na vitrine do mercado das cidades globais.

A Copa do Mundo FIFA é apresentada e organizada sob a aparência do espetáculo esportivo, mas, na verdade, é uma grande negociação, como afirma Harvey (2005), um "mercado livre festivo" que combina projetos hegemônicos de atores sociais que dominam o poder político, social e econômico e formas de acumulação de capital. Configura-se como parceria entre as instituições organizadoras do megaevento esportivo (FIFA e CBF), patrocinadores, frações da burguesia (empreiteiras e construtoras) e políticos a serem privilegiados.

A Copa do Mundo FIFA subtrai recursos públicos e retira direitos básicos para a produção de estruturas que favorecem a valorização e acúmulo de capital, acarretando o encolhimento de direitos sociais conquistados historicamente, com o direcionamento de amplos recursos estatais em gastos que multiplicam os lucros das grandes empresas e das instituições detentoras dos megaeventos. O direito à prática esportiva na cidade de São Paulo é um exemplo. Os investimentos em esporte na cidade de São Paulo, especificamente na democratização da prática esportiva, estavam em crescimento e, na gestão atual – que se desenvolve no período da Copa do Mundo e posterior a ela –, foram reduzidos e destinados em outras manifestações esportivas.

O esporte educacional no Brasil foi esquecido. O Programa Segundo Tempo, lançado em 2003, como carro chefe dos investimentos em esporte educacional, do Ministério

do Esporte, com objetivo de democratização da prática esportiva, praticamente acabou: primeiro, foi encampado pelo Programa Mais Educação do Ministério da Educação, com o foco do Ministério do Esporte cada vez mais centrado no esporte de alto rendimento e, segundo, com o fim dos repasses de verbas do Programa Mais Educação para os municípios. As ações esportivas desenvolvidas, então, foram finalizadas. Na cidade de São Paulo, ocorre processo semelhante: o Programa Clube Escola, principal ação de esporte educacional, vem encolhendo com a diminuição de orçamento, atendimento e outros fatores, indicando para um esquecimento do poder público.

A política de megaeventos esportivos foi desenvolvida em parceria com organizações não democráticas, com decisões setoriais e autoritárias e com total falta de transparência, voltadas ao interesse dos fluxos globais de capital, contrariamente às necessidades e aspirações das comunidades locais. Os investimentos e leis são todos elaborados e realizados para satisfazer às exigências das instituições organizadoras e aos patrocinadores. O resultado é que os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo FIFA são os únicos legados esportivos. Mas, são equipamentos que inviabilizam o acesso da população trabalhadora local, em razão de as áreas criadas para os megaeventos impedirem as classes trabalhadoras até mesmo de serem espectadoras de eventos esportivos nos locais, porque os ingressos são majorados para pagar a construção e custos operacionais altíssimos (COAKLEY e SOUZA, 2013).

Para os governantes, o grande lucro é político-eleitoral: primeiramente, com a conquista de futuras doações de campanhas políticas e “presentes” das construtoras contratadas, muitas liberadas da licitação; segundo, com sua imagem abrillantada ao inaugurar tantas obras, receber o evento global e levar alegria ao povo, ainda demonstrar interesse em realizar todo o necessário para possibilitar a grande festa e finalizar exaltando os benefícios do esporte para a população, sem amplo conhecimento do que é esporte e do necessário investimento em acesso dos cidadãos à prática esportiva.

Esse fato pode ser comprovado ao constatar que, no último balanço do Ministério do Esporte (2014), sobre os resultados e impactos da Copa do Mundo FIFA, a dimensão esportiva não é nem mencionada, sendo as seguintes esferas indicadas como possíveis legados: aeroportos, portos, mobilidade urbana, arenas, segurança, defesa, turismo, telecomunicações, energia, saúde, voluntariado, cultura e meio ambiente. Logo, nota-se que, diretamente vinculado ao esporte, somente as arenas, que são particulares, pertencendo aos clubes de Futebol, ou cedidas à iniciativa privada (consórcios de construtoras e outras

empresas) para exploração comercial, que elitizou o acesso ao futebol, afastando os cidadãos de baixa renda até da participação como espectador e de um de seus lazeres preferidos.

Não aconteceram impactos, muito menos legados para o esporte educacional e de lazer, porque, para efetivar legados de desenvolvimento esportivo e sustentáveis com os megaeventos, conforme afirmam Preuss (2008) e Coakley e Souza (2013), precisa ser intencional, ou seja, é essencial o planejamento de ações opcionais à realização do evento antes da candidatura da cidade à sede do megaevento. Nesse sentido, são necessárias definições de objetivos e ações por parte dos governos, por meio de multifacetado processo de planejamento, financiamento, implementação e avaliação de todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento esportivo, que podem ser favorecidos ao sediar o megaevento.

A cidade de Londres elaborou um plano diretor com detalhe em vários níveis e em todas as áreas, constituindo-se em exemplo de planejamento para o legado esportivo, pois o Plano de Londres-2012 explicita a preocupação dos organizadores com a promoção de mais acesso às práticas esportivas, corporais e aos equipamentos esportivos para todas as pessoas de todas as idades: 1) desenvolvimento de novas estratégias, políticas governamentais e alterações legislativas; 2) criação de novos clubes esportivos na comunidade; 3) criação de novos projetos comunitários de esporte; 4) organização de jogos escolares e festivais esportivos a nível regional e 5) formação de professores primários para apoiar e promover a prática esportiva entre as crianças. Ainda assim, não alcançou as metas previstas para o desenvolvimento do esporte – embora os objetivos de valorização imobiliária e recuperação urbana tenham sido totalmente atingidos.

O esporte de alto rendimento, o que historicamente acontece no Brasil, mais uma vez foi o beneficiado das políticas de esporte, com a construção das arenas e a elevação dos lucros dos clubes com a majoração dos ingressos e preços nos espetáculos futebolísticos, em razão de essa manifestação esportiva possibilitar às instituições esportivas, empresas da construção civil, empreendedoras imobiliárias e políticos explorarem e acumularem capital cultural, econômico e político.

Essas pessoas e instituições são as que detêm mais poder no Campo Esportivo e acabam por impor esse modelo, quase hegemônico, de esporte, em razão de suas possibilidades de favorecimento político, econômico e de ampliação de poder – ou ainda, pela proximidade e “parceria” com os governantes, às vezes misturando-se ou até sendo os mesmos que determinam o padrão das políticas públicas de esporte. Bourdieu (1987) já preconizava que as ações realizadas em conjunto pelo poder público e privado priorizam investimentos na promoção do esporte profissional e de alto rendimento.

Dessa forma, verifica-se, historicamente, a política pública de esporte totalmente diferente às regulamentações dos marcos legais – Constituição, Estatuto da Criança e Lei Pelé – e aos propostos nas duas primeiras Conferências Nacionais de Esporte, que pareciam nortear a mudança de paradigmas no esporte e o direcionamento de políticas de esporte democratizantes. Entretanto, a conquista do Brasil em receber os megaeventos esportivos, que despertaram os interesses dos grupos detentores do poder do Campo Esportivo e Político, reverteu a pequena inclinação da política esportiva, do início dos anos 2000, de garantir direitos da população para investirem no esporte espetáculo.

Na perspectiva bourdieusiana, o esporte, em nível global ou local, constituiu-se em espaço de disputas, no qual se identifica uma rígida hierarquia de poder, onde prevalecem os interesses das instituições organizadoras do esporte (FIFA, COI, CBF e COB), que detêm o “capital esportivo” e se sobrepõem aos interesses de outros atores esportivos e da grande maioria da população.

Também, as leis de incentivo ao esporte não estimulam a iniciativa privada a atuar e investir no chamado Esporte Social ou Comunitário (Esporte educacional e Esporte lazer), porque os descontos em impostos são os mesmos, independente da manifestação esportiva, e os retornos publicitários dos investimentos no esporte espetáculo, eventos midiáticos, são infinitamente superiores ao esporte realizado por crianças no campinho de terra de uma comunidade da periferia.

Infelizmente, não obstante aos discursos dos governantes propagarem os benefícios e vantagens do esporte na educação e saúde, verifica-se que as ações governamentais, por meio das políticas públicas de esporte, ainda priorizam o esporte de alto rendimento e profissional, que favorece e garante maior acúmulo de capital e lucro – as ações voltadas à saúde, lazer e educação, portanto, são secundárias.

Um fator que determina o foco no esporte espetáculo é a possibilidade maior de lucro. Por exemplo, no Brasil, em 2010, o setor esportivo movimentou R\$ 78,6 bilhões. Mais interessante é que o “PIB esportivo” cresceu muito mais que o PIB do Brasil, no período de 2000 a 2010, 6,2% e 3,2% respectivamente. A parcela do esporte no PIB brasileiro também se elevou em 10 anos, passando de 1,7% para 1,9% (GRAÇA e KASZNAR, 2012). Visualizar os números ajuda a compreender o esporte como meio de acumulação de capital e comprovar que a economia do esporte mobiliza bilhões – por isso, o foco de muito interesse de diversos atores e instituições.

O esporte como gerador de necessidades e padrões de consumo – especialmente pela expansão de mercado nos países periféricos e pelos materiais e equipamentos esportivos

inovadores – torna-o um setor econômico essencial do capitalismo tardio, pois, conforme Harvey (2012), a acumulação flexível de capital buscou novas formas de lucro com o desenvolvimento de mercados e setores. O crescimento do mercado esportivo, conforme Graça e Kasznar (2012), tem aumento entre 7% a 9% ao ano no Brasil – sinal de que esse processo de mercadorização e espetacularização do esporte foi recrudescente e se expandindo cada vez mais, o que é completamente condizente com o caráter expansionista intrínseco ao capitalismo global pós-moderno.

A realidade do esporte aproxima-se do modelo Bourdieusiano de Campo para o qual a modernidade é marcada pelo surgimento de campos relativamente autônomos e com leis de funcionamento invariantes. Como as ideias e práticas pós-modernas estão vinculadas ao mercado, consequentemente o esporte pós-moderno não poderia fugir a essa perspectiva. Assim, a partir do quadro econômico exposto e baseando-se em Marx, pode-se afirmar que o Capital se apropria de tudo e não seria diferente no esporte e, mais ainda, no futebol. O esporte mercantilizado, o futebol espetacularizado, são transformados em veículo de valor de troca, em produto, que passa a ser o primordial, relativizando seu valor de uso original.

O valor de uso do esporte se dava na fruição, na vivência daquilo que se buscava para realizar o desejo do corpo ou do espírito. Já o esporte transformado em produto, como coisa de valor, flui no sentido da realização do valor de troca – no caso da produção capitalista de mercadorias, de mais valor. A mercantilização do esporte ocorre não apenas pela venda do espetáculo, mas também no “mercado de jogadores”, na venda de publicidade, nas receitas dos direitos de imagem, no comércio de material esportivo, corretagem de *souvenir*, mascotes e símbolos das equipes, como empreendimento de empreiteiras, agências de publicidade e tantos outros (IASI, 2014).

Atualmente, o valor de uso originário do esporte, por exemplo, diversão, prazer, desafio, superação, conquista, encontra-se soterrado sob inúmeras formas mercantis, algumas fictícias e parasitárias que, constantemente, exploram sua dose de valorização. Concordando com Iasi (2014), não é à toa que, muitas vezes, depois de experimentar o valor de troca do esporte, como assistir a um espetáculo esportivo ou consumir produto do esporte, continuamos famintos e sedentos em saciar nossas necessidades corporais e espirituais de viver o esporte, suar, vibrar, sentir emoções de angústia, aflição, alegria, raiva, tristeza ou de compartilhar a felicidade com companheiros que desfrutam do mesmo momento e sentimentos. Enquanto a maioria corre para abraçar o valor de troca do esporte, a forma fetichizada e desumana, esquece-se completamente do valor de uso.

Esses sentimentos, necessidades e desejos, mesmo que sejam vividos por apenas alguns indivíduos, estimulam as capacidades criativas e inventivas de as pessoas realizarem ações diferentes do padrão social definido pelos detentores do Capital, do comumente da realidade social, configurada pelo mercado esportivo, contribuindo para que atores esportivos tenham *habitus* distintos do padronizado. O entendimento de *habitus* em Bourdieu (1988), assegura que os sujeitos não são somente vítimas das estruturas, suporte ou marionetes presas às estruturas sociais. Ao contrário, são ativos, com possibilidade de interferir na construção de processos sociais, como no entendimento e prática do esporte, que podem vir a nortear as práticas dos atores esportivos, mas não numa recíproca relação de causa-efeito.

O *habitus*, de acordo com Souza, Almeida e Marchi Junior (2014, p.228), é “ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação de práticas”, constituído a partir da posição social que os indivíduos vivem. Consequentemente, o *habitus* produz práticas e representações diferenciadas para classificação, porém são percebidas as diferenças somente por atores que possuem o código, os esquemas classificatórios, para compreender o sentido social. Assim, “o *habitus* implica não apenas um *sense of one's place* (sentido do seu lugar), mas também um *sense of other's place* (sentido do outro lugar)” (BOURDIEU, 1990, p.158). A grande questão no esporte é: quem são os atores que possuem os códigos, que entendem os esquemas classificatórios do esporte? Esses atores que comprehendem os códigos colocam o esporte e os direitos dos cidadãos acima de seus interesses pessoais? Os praticantes, esportistas, atletas têm discernimento para perceber e compreender o seu lugar e o do outro? Entendem os códigos esportivos?

O capital cultural do esporte está centrado e concentrado nos atores que também detêm o capital econômico e político do esporte e, portanto, determinam que o esporte espetáculo perdure como hegemônico, garantindo mais e mais capital. A dupla negação do esporte proposta por Bourdieu foi superada – aqueles que podiam falar dele e não lhe davam importância, agora fazem uso do esporte como mercadoria e falam muito dele, conforme seus interesses direcionam. O esporte é um Campo no qual “os agentes e estruturas disputam o monopólio dos capitais em jogo, bem como lutam por legitimidade e reconhecimento”. Os atores esportivos, influenciados pelos seus *habitus*, objetivam, no final, o acúmulo de capitais e a manutenção da hegemonia (SOUZA, ALMEIDA E MARCHI JUNIOR, 2014, p.229).

Durante a história, as práticas corporais e atléticas foram utilizadas para outros objetivos que não somente a prática corporal em si. Na antiguidade, as atividades corporais faziam parte de outras instituições sociais, como a religiosa, o militar, o educacional, etc.

Posteriormente, depois de o esporte ganhar o *status* de manifestação corporal específica e tornar-se instituição independente, continuou a ser utilizado pelas instituições e ampliaram-se as suas funções na sociedade. Os valores do esporte, como excelência, recorde e disciplina, por serem semelhantes aos da sociedade industrial capitalista e de fácil instrumentalização, foram usados pela sociedade civil burguesa como elemento disciplinador, pela iniciativa privada com caráter higienista e alienador no berço da Revolução Industrial, por instituições estatais e órgãos governamentais, como ferramenta de propaganda dos Estados, inflamando valores nacionalistas e até raciais, como no caso da Alemanha nazista. Também serviu de instrumento de intimidação política, estratégia de confronto e comparação entre comunistas *versus* capitalistas.

Atualmente, o esporte como um todo – especificamente, os megaeventos esportivos –, é instrumento de ações mercantis, até mesmo pelos países e cidades que os sediam, com medidas que estabelecem o Estado de exceção, desrespeitando as leis constitucionais, mesmos sendo elas vinculadas aos direitos humanos, ao meio ambiente, ao patrimônio público, saúde, etc.

Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA, são oportunidades de as cidades-sede se apresentarem ao mundo como cidade global – conforme Harvey (2005), como uma cidade favorável e amigável aos negócios, como um lugar seguro para se morar e visitar, para divertir-se e consumir. As obras de infraestrutura urbana para receber o megaevento esportivo são uma forma de empreendedorismo urbano, combinando a ação governamental e interesses privados das empreiteiras da construção civil (MASCARENHAS, 2012).

Sediar os jogos da Copa do Mundo FIFA tem o potencial de criar imagem urbana física e socialmente atraente: a imagem de cidade adaptada à finalidade competitiva, apta a receber novos fluxos de investimentos e especulação, de produção e consumo, enfim, uma cidade ajustada às atuais formas e caminhos de acumulação de capital, uma cidade global (HARVEY, 2005). Isso acarreta, pois, a revolução no planejamento e ordenamento do sistema urbano, fazendo da cidade uma espécie de empresa que concorre no mercado com outras cidades empresa (VAINER, 2009).

As cidades são objeto fundamental do processo de acumulação de capital para os detentores de poder na globalização neoliberal, e os megaeventos esportivos constituem momentos potencializadores, especialmente pela exigência de arquitetura e urbanismo do espetáculo, ou seja, muitas obras. Dessa forma, seguem-se as ideias de alienação diante do fetiche do produto megaevento.

Nesse contexto, os megaeventos são transformados em *commodities*, mercadorias culturais especiais que possuem cotação e comercialização globais, garantindo às instituições esportivas que possuem seus direitos (COI e FIFA) o poder monopolista e regalias na negociação com os Estados e Municípios na definição da sede dos megaeventos (HARVEY, 2005). Prova inconteste dessa afirmação é que a FIFA exigiu a construção de novos estádios, obras de mobilidade urbana, segurança e outras que foram prontamente atendidas, ao menos no planejamento, pelo poder público nas esferas federal, estadual e municipal e nos poderes legislativo, executivo e judiciários. Sem dúvida, o fetiche do esporte produz um fascínio nas pessoas, porém as possibilidades de acúmulo de capital são muito mais determinantes!

A realização dos megaeventos esportivos no Brasil – desde os Jogos Panamericanos-Rio 2007 até as Olimpíadas-Rio 2016, consequentemente, passando pela Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014, conhecida agora como a década do esporte no Brasil – evidencia muito mais o desenvolvimento de modelo de planejamento de cidade pautado na racionalidade econômica e na gestão empresarial do espaço urbano. A organização dos megaeventos voltada para a espetacularização e mercantilização do esporte revela a sua utilização como dispositivo econômico de acúmulo de capital, uma vez que tende a privilegiar aqueles de posse do capital financeiro – empresários dos setores da construção civil e setor hoteleiro –, beneficiar as instituições que possuem capital cultural dos direitos dos megaeventos – COI, FIFA, COB e CBF – e favorecer aqueles detentores do capital político – os governantes do país, estado e cidades que recebem os megaeventos e têm divulgadas as suas ações a favor dessa realização. São esses agentes que lucram muito com a necessidade de grandes obras exigidas pelas instituições esportivas – tudo funcionando como uma grande orquestra em sintonia.

A FIFA apresenta e comercializa o produto fetichizado Copa do Mundo, as empreiteiras têm grande interesse no evento, em razão das várias e grandiosas obras superfaturadas que podem realizar e pressionam os políticos, que são financiados por elas e têm interesse em manter-se no poder, para postular receber os megaeventos. Os governantes, portanto, exercem papel fundamental na megaoperação, ou no financiamento do Estado para a consecução das obras, ou na flexibilização das normas urbanísticas e das parcerias público privado, com garantias aos investimentos privados, ou ainda, com leis específicas, como a do Regime Diferenciado de Contratação, que concedem privilégios à FIFA e a seus membros, parceiros, difusores, prestadores de serviço e associados – como subvenção, isenção de tributos ou monopólios de venda. O Estado acaba alterando as políticas públicas de esporte, desenvolvimento e economia do país e cidades, com grandes prejuízos para a população em

geral, como se observou no declínio da oferta de prática esportiva e de lazer para os municípios de São Paulo.

Bourdieu (1990) reconhece que as estruturas objetivas, como o governo, instituições esportivas e empreiteiras, não são autônomas e sofrem influência da vontade e da consciência dos agentes sociais envolvidos, mas os atores sociais também são influenciados pela estrutura na qual estão envolvidos (MARCHI JUNIOR, 2002). Portanto, a influência das estruturas dessas entidades explica o *habitus* e interesses dos agentes sociais vencedores do legado do megaevento que tanto se empenharam para sediar os megaeventos esportivos.

As instituições esportivas (FIFA e CBF), governantes e empresas da construção civil, hotelaria e turismo, são os atores que se articulam por interesses pessoais para organizar e estabelecer planos, campanhas, políticas, financiamento e leis para sediar os megaeventos esportivos e lucrar com o acúmulo de capital. Assim, como assevera Preuss (2008), a esses atores somam-se os Clubes de Futebol, os grandes vencedores da realização da Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 e, também, de outros megaeventos esportivos. Já os perdedores com o megaevento ficam com o impacto negativo, quase que exclusivamente debitado na conta dos setores desfavorecidos da população, com a diminuição de investimentos na garantia de seus direitos básicos, como saúde, educação e esporte de caráter público.

Esporte para os atores dominantes do Campo Esportivo está como deve ser, ou seja, divertindo espectadores, estimulando o sedentarismo, gerando lucros e poder a quem importa. É preciso, portanto, afastar os “não-crentes” nessa ideologia e expurgar aqueles dispostos a experimentar e proporcionar a alegria de viver e aprender os valores que acreditam ser inerentes ao esporte educacional e de lazer. Claramente, o intuito dos detentores de poder é alargar a pós-modernidade com o consumo desenfreado de produtos esportivos e retardar a hipermodernidade do esporte com a recuperação dos valores difundidos pela modernidade que nunca foram desenvolvidos, de verdade, pelo esporte moderno.

A elaboração de projeto para sediar um megaevento, seja esportivo, cultural ou de outra esfera, na verdade, deve compor parte de um projeto maior, um projeto de nação, que estamos muito longe de tecer. A princípio, é imprescindível definir qual Brasil que se pretende e, então, refletir se os megaeventos esportivos podem contribuir para desenvolver esse país planejado. Para Carvalho (2013), as cidades-sede não devem ser planejadas e estruturadas para receber o megaevento e atender às necessidades dos turistas; ao contrário, precisam ser excelentes locais para seus municípios viverem. Muito mais relevante para a Nação, agregador de orgulho nacional e motivador do nacionalismo é possuir escolas de qualidade, pessoas educadas e cultas, cidadãos saudáveis e felizes, empregos e dignidade para

o trabalhador, que realizar megaevento para criar imagem para turistas, enquanto a sociedade sofre pelo descaso de seus governantes.

Marcelino (2013) aprofunda a necessidade de os megaeventos esportivos estarem inseridos na política pública e, mais especificamente, na política de esporte e lazer, alertando que os megaeventos são um dos elementos da política para o desenvolvimento do país entre tantos outros. É essencial, portanto, considerar a necessidade de: 1) democratizar o esporte, superando as barreiras socioeconômicas e culturais; 2) criar espaços e equipamentos para a prática de todos e 3) oferecer formação qualificada de profissionais para atuação no esporte.

Para que fosse provocado algum legado positivo para o esporte educacional ou comunitário com o recebimento da Copa do Mundo FIFA, seria fundamental o planejamento prévio de programas, projetos, eventos e ações de esporte articulados a um plano de desenvolvimento nacional ou municipal, tornando o projeto de sediar o megaevento uma das ações, entre as muitas, para alcançar os objetivos e metas traçados de atendimento e acesso à cultura esportiva, sem desigualdade e exclusões.

Os planos de legado de esporte deveriam reinventar o esporte, debelar a perspectiva de produto, consumo e mídia, projetar a criação de espaços livres amplos e democráticos para a prática esportiva, estimular a cultura esportiva multifacetada e comunicativa, favorecer a prática lúdica e solidária a fim de que prevaleça sobre o agonístico exacerbado, traçar estratégias de identificação e participação efetiva dos diferentes segmentos da sociedade – gêneros, idade, biotipos, habilidades e outros –, pensar como a prática esportiva será integrada a vida das pessoas – familiar, escolar, profissional e lazer –, definir locais que serão desenvolvidas as ações – escolas, comunidades, organizações, clubes, etc. –, possibilitar o transporte das pessoas, facilitando o acesso aos locais de esporte e lazer, estabelecer as formas de financiamento e manutenção de estruturas e das atividades, criar e ampliar formas de captação de recursos, organizar a gestão, contratar e qualificar os profissionais envolvidos e sistematizar processo de avaliação e controle. Caso contrário, não se sustenta a participação da população no esporte, nem mesmo será sustentável financeiramente.

Sem esse planejamento de implantação do processo de geração de legado, não acontecerá alteração ou impacto no esporte com a hospedagem dos megaeventos. Conforme assegurou Filgueira (2008a), a população somente desenvolverá o hábito de praticar esporte e da atividade física se tiver acesso facilitado, vivência prazerosa e for educada, no e para o esporte, compreendendo, na tenra idade, a sua importância na qualidade de vida.

É imperativo refletir sobre as políticas públicas de esporte democráticas e inclusivas, articuladas a um projeto de desenvolvimento nacional – compreendido para além do crescimento econômico –, considerando as desigualdades sociais, na busca de melhores condições de vida para todos. Essa reflexão é necessária para materializar e consolidar a política de Estado que compreende o direito fundamental de acesso às práticas do esporte para todos e todas, e não apenas estimular e desenvolver esporte para os mais hábeis, fortes, rápidos e altos.

Nesse sentido, o enfoque do poder público deve ser o de garantir o direito de acesso e participação do maior número de municípios, comprometendo-se com o oferecimento de locais, orientações, estruturas, equipamentos, materiais e atividades de qualidade, que ampliem a cultura corporal – isso porque o esporte é um conhecimento inalienável de todo cidadão, esporte é coisa pública, esporte é uma construção humana historicamente criada e socialmente desenvolvida, integrante do acervo da cultura da humanidade; logo, não pode ser negado a ninguém, mas sim fomentadas e implantadas políticas realmente públicas de esporte.

Referências bibliográficas e digitais

- ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais**: modelos críticos 2.ed. Tradução: Maria Helena Ruscher, Petrópolis -RJ: Vozes, 1995.
- ALMEIDA, B. S; MARCHI JÚNIOR, W. O Brasil e os megaeventos esportivos: subsídios da política externa. **Revista Motrivivência**. v. 26, nº 42, p. 13-26, jun./2014.
- ALMEIDA, B. S; MEZZADRI, F.M; MARCHI JÚNIOR, W. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**. Ano XXI, n. 32/33, p. 178-192, jun-dez. /2009.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito de cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. Faculdade de Educação Física/UNICAMP. **Conexões** v.2, n.1, 2004.
- ANDRANOVICH, G.; BURBANK, M. J.; HEYING, C H. Olympic Cities: Lessons Learned from Mega-Event Politics. **Journal of Urban Affairs**, v. 23, n. 2, p. 113–131, 2001.
- ANDREUCCI, R. A produção da cidade-sede: como transformar uma cidade em mercadoria. In CARVALHP, M.; GAGLIARDI, C. M. R. **Megaprojetos, megaeventos, megalópoles**: a produção de uma nova centralidade em São Paulo. São Paulo: Olho d'Agua, 2015.
- ARDOINO, J.; BROHM, J. M. *Repères et jalons pour une intelligence critique du phénomène sportif contemporain*. In.: BAILLETTE, F.; J. M. BHOHM (orgs) **Critique de la modernité sportive**. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.
- ATHAYDE, P. F. A. O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. **Revista SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan/jun, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>. Acesso em 28 out. 2014.
- BARBIERI, C. A.; OLIVEIRA, P. C.; MORAES, R. M. (org.). **Esporte Educacional**: uma proposta renovada. Recife: Universidade de Pernambuco/UPE-ESEF e Ministério Extraordinário do Esporte/INDESP, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, S. M. G. Esporte e Saúde. **Revista Eletrônica de Ciências**. Número 22, Out/Nov/Dez.de2003. Disponível em http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_22/esportesaude.html . Acesso em 17 set. 2015.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Ed, Vozes, 2003.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- _____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENTO, J. O. **O outro lado do esporte**. Porto: Campo das Letras, 1997.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- _____. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. Esporte telespetáculo e mídias: implicações para a qualidade da vida. In: MOREIRA, W.; SIMÕES, R. **Esporte como fator de qualidade de vida**. Piracicaba: UNIMEP, 2002.
- BERTHELOT, J.M. **Lês virtus de l'incertitude: lê travail de l'analise dans lês sciences sociales**. Paris: Press Universitaires France, 1996.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Os Jogos Olímpicos. In: BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. Programa para uma sociologia do esporte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 62-68, jan. 1986.
- _____. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.
- _____. Esporte, História e Cultura. In: PRONI, M; LUCENA, R. (org.). **Esporte história e Sociedade**, Campinas (SP): Autores Associados, 2002, p.191-205.
- _____. Sociologia do esporte e educação física escolar. In: REZER, R. (org.). **O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos**, Chapecó: Argos, 2006.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Esporte, lazer e desenvolvimento humano - texto final da I Conferência Nacional do Esporte**. Brasília. 2004.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte: Sistema Nacional do Esporte**. Brasília. 2006a.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte - Documento final**. Brasília. 2006b.
- _____. **Texto Básico para as etapas da II Conferência Nacional do Esporte**. Brasília, 2006c.
- _____. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano Brasília: Ministério do Esporte, 2009.
- _____. **Histórico**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>. Acesso em: 30 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **O que é III Conferência Nacional.** Disponível em <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/oQueE.jsp> Acesso em julho de 2014.

_____. Ministério do Esporte. **Bolsa atleta pódio.** Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/investimentos/bolsa-atleta-podio>>. Acesso em: 10 out. 2014a.

_____. **Plano Brasil Medalhas:** o Brasil entre os melhores do mundo em 2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/investimentos/plano-brasil-medalhas>>. Acesso em: 10 out. 2014b.

_____. **Uma Política Nacional de Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. **Política Nacional do Esporte. Brasília:** 2005. Disponível em: <http://www.portal.esporte.gov.br/>. Acesso em: 14 fev. 2016.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Por dentro do Brasil: Esportes.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/politica-de-esportes>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BRASIL. SENADO. **Siga Brasil.** Disponível em: <https://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em 26/03/2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 6. ed. Brasília: Senado Nacional, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005a.

BRASIL. Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005. Aprova a Política Nacional do Esporte. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, p. 128-132, 2005b.

_____. Resolução nº 10, de 7 de março de 2006. Aprova as Políticas Setoriais de Esporte de Alto-rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, p. 101-104, 2006b.

BROHM, J. M. (org.). **Deport, cultura y represión.** Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

_____. **Sociología política del deporte.** Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1982.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto-rendimento. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CAMPOS, F; ALFONSI, D. (Orgs.) **Futebol, objeto das ciências sociais.** São Paulo: Leya, 2014.

CAPELA, P. R. C. Os megaeventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer de resistência. **Revista Motrivivência.** Florianópolis, Ano XVIII, nº 27, p. 101-116, dez./2006.

CAPELA, P. R. C; TAVARES, E. (Orgs.), **Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014.

CARVALHO, R. B. Megaeventos esportivos: legados para a economia. In MARCELINO, N. C. **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus, 2013.

CASTELAN, L. P. **As Conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em Educação física e sociedade, da Faculdade de Educação Física, na UNICAMP, Campinas, 2011.

CASTELLANI FILHO, L. **O PT, a política esportiva brasileira e a síndrome de Estocolmo**. Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodoesporte.org.br/>>. Acesso em: 26 março de 2016.

_____. Megaeventos Esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Revista Motrivivência** v. 26, n. 42, p. 98-114, junho/2014.

CASTELLARI, A. A. **O tradicional e o moderno do futebol brasileiro**: do moderno e de elite a uma moderna elitização. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

COAKLEY, J. **Sports in Society**: Issues and Controversies. 9. ed. New York: McGraw-Hill, 2008.

COAKLEY, J; SOUZA, D. L. Sport mega-events: Can legacies and development be equitable and sustainable? **Motriz**, Rio Claro, v.19 n.3, p.580-589, jul./sep. 2013.

CONFED. Raio X da educação física escolar. **Revista EF**, Nº 44, junho de 2012.

COSTA, A. F. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17 n. 48, fev. 2002.

COSTAS, R. **Afinal, foi a Copa que derrubou a economia?** BBC. Brasil, 29 de agosto de 2014. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140821_pib_brasil_ru. Acesso em: 17/09/2016.

COTTLE, E. (org.). **Copa do Mundo na África do Sul**: um legado para quem? Florianópolis: Insular, 2014.

DACOSTA, L. P.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAIA, A. (Orgs.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DACOSTA, L.P.; MAZO, J.; ROLIM, L. Em busca de uma definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DACOSTA, L. P.; MIRAGAYA, A. Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DA MATTA, Roberto et. al. **O universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DAMIANI, C; RIBEIRO, W. O esporte e o lazer: contribuindo com a humanizando da cidade. **Revista Princípios**, n° 97. São Paulo: Editora Anita, 2008, p.52-54.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo:** comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de janeiro: Contraponto, 1997.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Coord.) **O Planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006.

DIAS, C. A Sociologia Figuracional e os estudos do esporte. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 155-169, janeiro 2010.

DUARTE, F. L. **Tudo que é olímpico desmancha no ar:** os jogos Pan-Americanos Rio 2007. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

DUNNING, E. **Sport et civilization:** la violence maîtrisée. Paris: Fayard, 1994.

_____. **El fenómeno deportivo.** Barcelona: Paidotribo, 2003.

_____. **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios.** São Paulo: Annablume, 2014.

DUNNING, E.; SHEARD, K. **Barbarians, gentlemen and players.** Oxford: Martin Robertson, 1979.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. e DUNNING, E. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1985.

EMBRATUR. **Estrangeiros gastam 8,8% a mais.** Disponível em:
http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Estrangeiros_gastam_88_a_mais.html Acesso em 02.09.2014.

ESTENDER, A.C., VOLPI, A., FITTIPALDI, M.A. **O Legado da Copa do Mundo em 2014.** SIMPOI, 2011.

FARIAS, A. **Uma História das Copas do Mundo – Futebol e Sociedade.** v. 1 e 2. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

FERNANDES, L. Para além dos jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e Olímpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

- FERREIRA, J. S. W. Apresentação – Um teatro milionário. In: LASSANCE, A. et al. **Brasil em jogo**. O que fica depois da Copa e Olimpíadas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.
- FILGUEIRA, J. C. M. Gestão de projetos esportivos e sociais. In: OLIVEIRA, A; PERIM, G. (Org.). **Fundamentos metodológicos do Programa Segundo Tempo**. Brasília: Secretaria Nacional de Esporte Educacional/Ministério do Esporte, 2008a.
- _____. Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008b.
- FLYVBJERG, B. Design by deception: The politics of megaproject approval. **Harvard Design Magazine**, nº 22, p. 50–59, 2005.
- FLYVBJERG, B; BRUZELIUS, N; ROTHENGATTER, W. **Megaprojects and Risk**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Com a Olimpíada, Brasil pode superar vira-lattice**. Jornal – 04 de out. de 2009.
- FREITAS, D. M; OLIVEIRA JUNIOR, H. R; TONUCCI FILHO, J. B. M. Impactos socioeconômicos e urbanos da Copa do Mundo 2014 em Belo Horizonte. In SANTOS JUNIOR, O. A; GAFFNEY, C; RIBEIRO, L. C. Q. (Orgs) **Brasil – Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.
- GALEANO, E. **El futbol a Sol y Sombra**. Montevidéu: Siglo XXI Editores. Editorial Catálagos, 1995.
- GAYA, A.C. Sobre o esporte para crianças e jovens. **Revista Movimento**, vol.13, p.1-14, 2000.
- GEBARA, A. **Conversas sobre Nobert Elias**: depoimentos para história do pensamento sociológico. 2.ed. Piracicaba (SP): Biscalchin Editor, 2002.
- GEERTZ, C. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. Tradução de Raul Fiker, 1991.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH. S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- GIOVANNI, G. D; NOGUEIRA, M. A. Introdução. In. GIOVANNI, G. D; NOGUEIRA, M. A. (Orgs) **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: FUNDAP e Imprensa Oficial de São Paulo, 2013.
- GNECCO, José Roberto. **A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos no Brasil**. Disponível em: <http://www.fit-tecnologia.org.br/upload/downloads/qPmdw09v88a95GB.pdf>. Acesso em 22/12/2015.

GOELLNER, S. V. Esporte moderno: memória e história. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 77, 2004.

GRAÇA, A; KASZNAR, I. **A Indústria do Esporte no Brasil, Economia, PIB, Emprego e Evolução Dinâmica**. São Paulo Editora M Books, 2012.

GRAU, N. C. **Repensando o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

GUEDES, S. L. A dádiva e os diálogos identitários através das Copa do Mundo no Brasil. In. CAMPOS, F; ALFONSI, D. (Org.) **Futebol objeto das ciências sociais**. São Paulo: Leya, 2014.

GUTTMANN, A. **The Olympics**: a history of the modern games. Chicago: University of Illinois Press, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HELAL, R. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOWLETT, M; RAMESH, M. **Studying Public Policy**: Policy Cicles and Policy Subsystems. Oxford: University Pres, 1995.

HIGHAN, J. Commentary-Sport as an avenue of tourism development: an analysis of positive and negative impacts of sport tourism. **Current issues in tourism** 2(1), p. 82-90, 1999.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século XX - 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HORNE, J; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports mega-events. **The Sociological Review**, Volume 54, Issue Supplement s2, p. 1-24, December/2006.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

IBGE. **Censo 2015**. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo>.

INDESP. **Esporte Educacional**: uma proposta renovada. Disponível em:

<http://www.infojovem.org.br/infopedia/tematicas/esporte/esporte-educacional/>. Publicado em 1996. Acesso em: 11/09/2015.

IANNI, O. **A sociedade global**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

IASI, M. **A Copa como metáfora e a metáfora da Copa**: pela rebelião do valor de uso. Disponível em <http://blogdabootempo.com.br/category/columnas/mauro-iasi/>. Publicado em 25/06/2014. Acesso em 06.03.2015.

JENNINGS, A. **Jogo Sujo** – O mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalos de ingressos. Tradução de Foul: the secret world of FIFA: bribes, vote rigging and ticket scandals. Traduzido por Renato Marques de Oliveira. São Paulo: Panda Books, 2011.

JENNINGS, A. A máfia dos esportes e o capitalismo global. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em Jogo**. O que fica da Copa e Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JORNAL DO BRASIL. FIFA obtém lucro recorde com Copa no Brasil. Disponível em: <http://www.jb.com.br/esportes/noticias/2014/03/22/fifa-obtem-lucro-recorde-com-copa-no-brasil/>. Publicado 22/03/2014. Acesso em 06/03/2015.

JULLIEN, F. **O diálogo entre as culturas** – do universal ao multiculturalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: DP&A. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 2003.

KÜHLSEN, K; GIMÉNEZ, R. R. (2014), Considerações mínimas para uma herança crítica do esporte por ocasião dos megaeventos. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.). **Megaeventos esportivos**: suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014.

KORSAKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófica pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes**, v.1, n.1, p.83-93, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4^a ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, J. S. L. Transformações na identidade nacional construída através do futebol: lições de duas derrotas históricas. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em jogo**: O que fica da Copa e Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LASSANCE, A. A Copa, a imagem do Brasil e a batalha da comunicação. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em Jogo**. O que fica da Copa e Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LENSKYJ, H. (2000) **Inside the Olympic Industry**: Power Politics and Activism Albany, New York: Suny Press.

LIMA, C. A. A. et al. Juventus, amor sem divisão. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXI Prêmio Expocom 2014 – Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/expocom/EX43-0441-1.pdf> . Acesso em: 24.01.2016.

LIPOVETSKY, G; CHARLES, S. **Os Tempos Hipermódernos**. Tradutor: Vilele Mario. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso durante a solenidade de anúncio de medidas de apoio à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016**. Rio de Janeiro-RJ, 23 jun. 2008.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MAIOR, J. L. S. Lei Geral da Copa: explicitação do Estado de exceção permanente. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARCELINO, N. C.; Legados de megaeventos: abordagem geral. In. MARCELINO, N. C. (org.). **Legados de megaeventos esportivos**. Campinas: Papirus, 2013.

MARCHI JUNIOR, W. Bourdieu e a Teoria do campo esportivo. In PRONI, M. e LUCENA, R. (Orgs.) **Esporte história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, cap. 4, p.77-111.

_____. Como é possível ser esportivo e sociológico. In. GEBARA, A; PILATTI, L. A (Org.). **Ensaios sobre História e Sociologia nos esportes**. Jundiaí (SP): Fontoura, 2006, p.159-195.

MARCHI JUNIOR, W. Pensando num conceito para o Esporte. **Anais do IV Encuentro ALESDE** – Congresso Latinoamericano de Estudios Socioculturales del Deporte. Colômbia, 2014.

MARCHI JUNIOR, W; AFONSO, G. F. Globalização e Esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz Carlos (org.) **Futebol e Globalização**. Jundiaí: Fontoura, 2007.

MARICATO, E. A Copa do Mundo no Brasil: Tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In LASSANCE, A. et al. **O que fica da Copa e Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARQUES, R. F. R. **Esporte e qualidade de vida**: reflexão sociológica. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARQUES, R.F. R; GUTIERREZ, G.L; ALMEIDA, M.A.B. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. **1º Encontro da Asociacion Latinoamericana de Estudios Socioculturales Del Esporte**. Curitiba, p. 1-8.

MARQUES, R. F. R; ALMEIDA, M. A. B; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, setembro/dezembro de 2007.

MARTINES, I. C; MEZZARDRI, F. M. As relações entre o esporte e a escola: quando o Estado torna (im) possível essa aproximação. In PIRES, A. G. M. G; CALCIOLARI JUNIOR, A; HONORATO, T. (Orgs.) **Representações sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

MARTOLIO, E. **Glória roubada**: o outro lado das Copas. São Paulo: Figurati, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.39-67, jan/mar, 2012.
- MASCARENHAS, G. J; BORGES, F. C. S. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. In: **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, Ano 4, n.10, novembro de 2008.
- MATHESON, V; BAADE, R. Mega-sporting events in developing nations: playing the way to prosperity? **South African Journal of Economics**, v.72, n.5, p.1084-1095, December, 2004.
- MATTOS, M.G.; ROSSETTO JUNIOR, A.J.; BLECHER, S. **Metodologia da pesquisa em educação física:** construindo sua pesquisa. São Paulo: Phorte, 2008.
- MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. **Método nas Ciências Naturais e Sociais:** Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. Porto: Pioneira, 1999.
- MELANI, R. O Significado do esporte. **Revista PUC Viva**. São Paulo, Ano 02, n. 38, p. 07-20, maio/agosto de 2010.
- MELO, V. A. de. Por uma história do conceito esporte: diálogos com Reinhart Koselleck. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. v.32, n.1, Porto Alegre, setembro de 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892010000400004>. Acesso em 16/09/2015.
- MELO NETO, F. P. **Marketing Esportivo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.
- MELO, M. P; HUNGARO, E. M; ATHAYDE, P. F. I Mandato do governo Lula da Silva – PT (2004-2006) e as políticas de esportes: aprofundando o projeto neoliberal. Florianópolis (SC): **Revista Motrivivência** v. 27, n. 45, p. 280-297, setembro/2015.
- MEZZADRI, F. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. **XXVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. **4º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014**. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12272012_balanco_copa_geral.pdf. Acesso em: dezembro de 2012.
- MOSER, A. B; ROSSETTO JUNIOR, A. J; PAIVA, R. P. **Projetos Cidades da Copa – A construção do legado social e esportivo do megaevento Copa do Mundo FIFA 2014**. São Paulo: Instituto Esporte & Educação, 2015.
- MULES, T. Events tourism and economic development in Australia. In: TYLER, D; GERRIER, Y; ROBERTSON, M. **Managing Tourism in Cities**, Nova York: John Wiley & Sons, 1998.
- MURAD, M. **Sociologia e Educação Física** – diálogos, linguagens do corpo, esportes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

NEGREIROS, P. L. Esporte moderno, futebol e os passos brasileiros. **Revista PUC Viva.** São Paulo, Ano 02, n. 38, p. 07-20, maio/agosto de 2010.

NOGUEIRA, A. **A ginga e o jogo:** todas as emoções das melhores crônicas de Armando Nogueira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

NOVAIS, E. L. **Os dilemas da escola na pós-modernidade.** Paco Editorial. Disponível em <http://editorialpaco.com.br/os-dilemas-da-escola-na-pos-modernidade/>. Acesso em 14/05/2015.

NUNES, C. C; CUNHA, G. S. V. T. Estado e as Políticas Públicas Esportivas: o contexto brasileiro. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 04-15, setembro 2014.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In. OLIVEIRA, P. S. (org.) **Metodologias das Ciências Humanas.** São Paulo: UNESP/Hucitec. 1998.

OLIVEIRA, N. G. Jogo espetáculo, jogo negócio. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014

OLIVEIRA, O, N; OLIVEIRA, T. O processo civilizador segundo Nobert Elias. **Anais do IX ANPED Sul – Seminário de pesquisa em educação da região sul- 2012** – Disponível em http://www.portalanpedssul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_27_55_1342-6428-1-PB.pdf

ONU.PNUD. **Esporte para o Desenvolvimento e a Paz:** em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>. Acesso em 17.09.2015.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu.** 2. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

OURIQUES, N. Acumulação de capital e futebol na América Latina. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) **Megaeventos esportivos:** suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014a.

_____. Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. In: CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) **Megaeventos esportivos:** suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014b.

PAES, R. R. **Educação Física Escolar:** o esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental. Canoas (RS): ULBRA, 2001.

PAIVA, R. P; ROSSETTO JUNIOR, A. J. Garantia do direito ao esporte: possibilidades das Cidades da Copa do Mundo FIFA 2014. **Anais V Seminário Nacional de Sociologia & Política.** Disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2014. Acesso em 29/10/2014.

PARANÁ.SEED. **Educação Física:** História e Filosofia – Pancrácio. Disponível em <http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=239>. Acesso em: 06 de junho de 2015.

PAULA, M; BARTELT, D. D. (Org.) **Copa para quem e para quê?** Um olhar para os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

PILATTI, L.A. Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas. **1º Prêmio INDESP de literatura Esportiva**. Brasília: Instituto Nacional de desenvolvimento do desporto, 1999.

PILATTI, L. A. Pierre Bourdieu: apontamentos para uma reflexão metodológica da história do esporte moderno. **Efdeportes - Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 1, nº 97, junho de 2006.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PIRES, A. G. M. G. Breve reflexões sobre a relação esporte e políticas públicas. In PIRES, A. G. M. G; CALCIOLARI JUNIOR, A; HONORATO, T. (Orgs.) **Representações sociais e imaginário no mundo esportivo**. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

PITTS, B. G; STOTLAR, D. K. **Fundamento do marketing esportivo**. São Paulo: Phorte, 2002.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Copa 2014. Disponível em:
<http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/financiamentos/assunto.seam?assunto=insituicao> Acesso em: 02/03/2016.

PORTAL2014. Custo dos estádios da Copa 2014 dispara e chega a R\$ 8 bilhões.
 Disponível em
<http://www.portal2014.org.br/noticias/12106/CUSTO+DOS+ESTADIOS+DA+COPA+2014+DISPARA+E+CHEGA+A+R+8+BILHOES.html>. Acesso em 08/09/2015.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petropolis: Vozes, 2008.

POYNTER, G. From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympics Effect. **Working Papers in Urban Studies**: London East Research Institute. March 2007. Tradução de Fernando Telles.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, 1998.

_____. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: História e sociedade**, 2002, p. 31-62.

_____. Observações sobre os impactos dos Jogos Olímpicos de 2016. **Revista Motrivivência**: Florianópolis (SC), ano XXI, n.32-33, p.49-70, 2009.

_____. A Copa é bom negócio para o Brasil? Não. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2013. Caderno Opinião, seção Tendências & Debates. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1382181-marcelo-weishaupt-proni-bom-paraquem.shtml>. Acesso em: 15/12/2013.

PRONI, M. W. Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) **Megaeventos Esportivos**: suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis (SC): Editora Insular, 2014.

PRONI, M. W; ZAIA, F. H. Gestão empresarial do futebol num mundo globalizado. In. RIBEIRO, L. **Futebol e globalização**, Jundiaí (SP): Fontoura, 2007.

PROPMARK. De Copa a Copa, faturamento da Globo com futebol sobe 130%.
Disponível em <http://propmark.uol.com.br/midia/45356:de-copa-a-copa-faturamento-da-globo-com-futebol-sobe-130>. Acesso em 20/02/2014.

PREUSS, H. **Economics of the Olympic Games**. Sydney: Walla Walla Press, 2008.

REVISTA EF. **Raio-X da Educação Física Escolar**. Ano X, nº 44, p. 18-19, julho de 2012.

REVISTA PLACAR. **O mundial dos recordes**: FIFA deve faturar R\$ 10 bilhões com a Copa 2014. Disponível em: <http://placar.abril.com.br/materia/o-mundial-dos-recordes-fifa-deve-faturar-r-10-bilhoes-com-copa-2014/>. Publicado em 06/06/2014. Acesso em 06/03/2014.

RIBEIRO, L. A crise da autonomia no futebol globalizado: a experiência europeia (1985-2007). In RIBEIRO, L. (Org.). **Futebol e Globalização**. Jundiaí (SP): Fontoura, 2007.

RIBEIRO, F.T. Legado de Megaeventos Esportivos Sustentáveis: a importância das instalações esportivas. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHE, M. Mega events and urban policy. **Annals of tourism research**, Nova York: Pergamon Tress, v. 21, p. 1-19, 1994.

RODRIGUES, F.X.F. **A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional** (1997-2002). Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGS/UFRGS.

_____. Pierre Bourdieu: esquema analítico e contribuição para uma teoria do conhecimento na sociologia do esporte. **Sociedade e cultura**, jan/jun, v. 8, n.1, p.11-125, UFG, Goiânia, 2005.

RODRIGUES, F. X. F.; BUENO, I. A. S. Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Cuiabá, Brasil – A influência da seleção brasileira nas eleições majoritárias. In SILVA, I. C; PIGNATELLI, M.; VIEGAS, S. M. (Coord.). **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (CONLAB)**, GT 43: Sociologia do Esporte: A Copa do Mundo de 2014, gênero e sociedade, p.5019-29, 2015.

ROLNIK, R. Megaeventos: direito à moradia em cidades a venda. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em Jogo**. O que fica da Copa e Olímpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

ROSSETTO JUNIOR, A. J. et al. **Jogos Educativos** – Estrutura e organização da prática. 5. ed. São Paulo: Phorte Editora, 2006.

- ROSSETTO JUNIOR, A. J; COSTA, C. M; D'ANGELO, F. L. **Práticas Pedagógicas reflexivas:** unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem. 2.ed. Revisada. São Paulo: Phorte, 2012.
- RUBIO, K. (Org.) **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- SANTOS, A. R. R. Espírito Esportivo – Fair Play e a prática de esportes. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte.** v.4, n.4, p.13-28, 2005.
- SANTOS JUNIOR, N. J. Esporte e mídia no Brasil: uma relação mutuamente dependente. **Revista PUC Viva – Crítica ao esporte.** Ano 11, n.38, p. 33-37, maio a agosto de 2010.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SEBRAE. MINAS GERAIS. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.
- SENNET, R. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.
- SANTIN, S. Megaeventos esportivos no Brasil: benefícios - contradições. **Revista Motrivivência,** Ano XXI, n. 32/33, p. 332-334 Jun-Dez./2009
- SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. A história do uso político do esporte. **Revista brasileira de Ciência e Movimento.** v.12, n.2, p.111-119, 2004.
- SILVA, D. S; BORGES. C. N. F; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte,** São Paulo, Jan-Mar: v. 29, n.1, p. 65-79, 2015.
- SILVA, M. R; PIRES, G. L; STAREPRAVO, F. A. Mudanças em marcha.... Já temos o que comemorar! **Revista Motrivivência** v. 26, n. 42, p. 7-11, junho/2014
- SILVA, S. A. P. S; SILVA, T. A. F (Orgs.). **Curso de Atualização em Pedagogia do Esporte.** UNESCO e Prefeitura de São Paulo – SEME – ECOLE, Apostila, 2013
- SIMSON, V; JENNINGS, A. **Os senhores dos anéis:** poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas Moderna. São Paulo: Editora Best Seller, 1992.
- SOARES, A. J. G. et al. Copa da Alemanha 2006: futebol globalizado e o mundo de negócios na pós-modernidade. In. RIBEIRO, L. **Futebol e globalização.** Jundiaí (SP): Fontoura, 2007.
- SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Por uma gênese e do Campo da Sociologia do esporte: cenários e perspectivas. **Revista Movimento,** Porto Alegres, v. 16, n. 2, p. 45-70, abril-junho, 2010.
- SOUZA, J; ALMEIDA, B. S.; MARCHI JUNIOR, W. Por uma reconstrução teórica do futebol a partir do referencial sociológico de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte.** São Paulo, Abr-Jun; v. 28, n. 2, p. 221-32, 2014.

SPTURIS. Anuário Estatístico 2015. Disponível em:
http://www.spturis.com/transparencia/index.php?a=faq_imprensa Acesso em: 03/05/2016

STAREPRAVO, F. A; MARCHI JUNIOR, W. Políticas Públicas de esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) Campo. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 4, out./dez. 2015.

STAREPRAVO, F. A; MEZZADRI, F. M; MARCHI JUNIOR, W. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, (São Paulo), Abr-Jun; v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.

STIGGER, M. P. **Educação física, esporte e diversidade**. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

STIGGER, M. P; SILVA, R. da A. A prática da “bocha” na SOERAL: entre o jogo e o esporte. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 37-53, maio/agosto, 2004.

TAFFAREL, C. N. Z. Espaços e equipamentos para a Educação Física escolar e não-escolar. Entrevista concedida a Christiane Garcia Macedo e Silvana Vilodre Goellner. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, ano XXIV, n.39, p. 66-75, dez. 2012.

TAFFAREL, C. N. Z; SANTOS JUNIOR, C. L. Como iludir o povo com o esporte para o público. In SILVA, M. R. **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó (SC): Argos, 2007, p. 55 – 104.

TAVARES, O. Megaeventos esportivos. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.17, n.03, p.11-35, jul/set., 2011.

TÁVOLA, A. **Comunicação é mito:** televisão em leitura crítica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

TOLEDO, L. H. **Lógicas no Futebol:** Dimensões Simbólicas de um Esporte Nacional. Tese de Doutorado em Antropologia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2000, f.348

TRAUTWEIN, F. P, Esporte e políticas públicas: uma visão técnico-legal a partir do Estado do Paraná. In PIRES, A. G. M. G; CALCIOLARI JUNIOR, A; HONORATO, T. (Orgs.) **Representações Sociais e Imaginário no Mundo Esportivo**. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

TUBINO, M. J. G. **Esporte e cultura física**. São Paulo: Ibrasa, 1992.

_____. **O que é esporte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte:** ênfase no esporte educacional. Maringá: EUEM, 2010.

UNESCO. **Carta Internacional de Educação Física e Esporte**. Paris, 1978. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf> . Acesso em: 20/09/2015.

VAINER, C. Rio 2016: um jogo (Olímpico?) de cartas marcadas. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 245, p. 3-4, dez. 2009.

_____. Megaeventos: direito à moradia em cidades a venda. In. LASSANCE, A. et al. **Brasil em Jogo. O que fica da Copa e Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

VILLANO, B.; TERRA, R. Definindo a Temática de Legados de Megaeventos Esportivos. In: DACOSTA, L.; CORRÊA, D.; RIZZUTI, E.; VILLANO, B.; MIRAGAYA, A. **Legados de megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

WADDINGTON, I. A história recente do uso de drogas nos esportes: a caminho de uma compreensão sociológica. In. GEBARA, A; PILATTI, L. A (Org.). **Ensaios sobre História e Sociologia nos esportes.** Jundiaí (SP): Fontoura, 2006.

WANDERLEY, L. E. Realismo utópico: o público e o intertransdisciplinar. **Revista Estudos Avançados**, v.27. n.78, p.121-132, 2013.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 4. ed. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

YALLOP, D. **Como eles roubaram o jogo.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.